

Novembro 2018

Extractos da
imprensa Angolana
sobre questões sociais
e de desenvolvimento

CEDOC Development Workshop - Angola

DW CEDOC

Centro de Documentação e Informação
Development Workshop
Luanda - Angola



DEVELOPMENT WORKSHOP CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO

O Extracto de notícias é um serviço do Centro de Documentação da DW (CEDOC) situado nas instalações da DW em Luanda. O Centro foi criado em Janeiro de 2001 com o objectivo de facilitar a recolha, armazenamento, acesso e disseminação de informação sobre desenvolvimento socio-económico do País.

Através da monitoria dos projectos da DW, estudos, pesquisas e outras formas de recolha de informação, o Centro armazena uma quantidade considerável de documentos entre relatórios, artigos, mapas e livros. A informação é arquivada física e eletronicamente, e está disponível para consulta para as entidades interessadas. Além da recolha e armazenamento de informação, o Centro tem a missão da disseminação de informação por vários meios. Um dos produtos principais do Centro é o Extracto de notícias. Este Jornal monitora a imprensa nacional e extrai artigos de interesse para os leitores com actividades de interesse no âmbito do desenvolvimento do País. O jornal traz artigos categorizados nos seguintes grupos principais.

1. [Redução da Pobreza e Economia](#)
2. [Microfinanças](#)
3. [Mercado Informal](#)
4. [OGE investimentos públicos e transparência](#)
5. [Governança descentralização e cidadania](#)
6. [Urbanismo e habitação](#)
7. [Terra](#)
8. [Serviços básicos](#)
9. [Género e Violência](#)
10. [Ambiente](#)
11. [Investimentos China em Angola](#)

As fontes monitoradas são:

- Jornais: Jornal de Angola, Folha 8, Terra Angolana, Actual, A Capital, Chela Press, O Independente, Angolense, Semanário Africa, O PAÍS, Economia e Finanças, O Crime, Expansão, e O Perfil.
- Websites: ANGOP, Angonoticias, Radio Nacional de Angola, Ibinda.
- Publicações Comunitárias como ONDAKA, Ecos do Henda, Info Sambila, Voz de Cacuo e Jornal Vida Kilamba e Chella.

O Corpo das notícias não é alterado. Esperamos que o jornal seja informativo e útil para o seu trabalho. No âmbito de sempre melhorar os nossos serviços agradecemos comentários e sugestões.

Grato pela atenção.

Redação

Sobriano César Capitão

Conselho de Edição

Allan Cain, João Domingos e
Massomba Dominique

Editado por

Development WorkshopAngola

Endereço

Rua Rei Katyavala 113,
C. P. 3360, Luanda — Angola

Telefone +(244 2) 448371 / 77 / 66

Email: cedoc.dwang@angonet.org

Com apoio de

Development Workshop
OXFAM Novib
Fundação Bill & Melinda Gates
International Development Research Centre
Civil Society Challenge Fund
Norwegian & The Netherlands Embassies
European Union

Disclaimer

1. Content

DW – CEDOC provides this service solely for academic and research purposes. The articles are displayed as originally published, with reference to the source and date. DW– CEDOC does not give any guarantee for the accuracy of the transcription or its completeness.

2. References and Links

The content of the articles do not necessarily represent the views or opinions of DW-CEDOC. DW-CEDOC reserves the right to change, complete or delete part or the whole website without prior announcement.

3. References to Articles

DW-CEDOC facilitates this information library service and sets an example to mention the original source and date of the articles. If (parts of) articles are referred to in other documents, original sources should be cited.

ÍNDICE

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA	8
1.1 Angola sobe dois lugares mas ainda tem o 18º pior ambiente de negócios	8
1.2 País continua na cauda dos rankings dos principais índices internacionais	9
1.3 Angola aparece com boas referências na previsão “Doing Bussins” para 2018	9
1.4 Índice de pobreza vai aumentar até 2020	10
1.5 Activistas cívicos e estudantes marcham contra o desemprego	11
1.6 Executivo expõe dados sobre a dívida pública	12
1.7 INE emenda inflação mensal de Setembro que passa de 4,8% para apenas 2,8%	13
1.8 Nações Unidas apoiam projectos de resiliência	14
1.9 “70% da população angolana é pobre”	14
1.10 Regime sobre o trabalho doméstico protege classes mais vulneráveis	15
1.11 A pobreza e a dignidade	16
2. MICROFINANÇAS	18
2.1 O BPC e as pequenas e médias empresas	18
2.2 "Programa jovem" deve ser revisto	18
2.3 Fundo de Garantia de Crédito aberto a todos os empresários	19
2.4 Lucro dos cinco maiores bancos mais que duplicaram	20
2.5 Angola tem a maior taxa de crédito malparado dos países africanos	20
2.6 Moradores dos Mulenvos receberam micro-créditos	21
3. MERCADO INFORMAL	23
3.1 Zungueiros denunciam excesso na ante-câmara da “Operação Resgate”	23
3.2 Operação Resgate pode baixar popularidade de JLo	23
3.3 Operação Resgate aterroriza vida de vendedores ambulantes	24
3.4 Fiscais aproveitam-se da operação resgate para extorquir cidadãos	25
3.5 Vendas ambulantes com os dias contados	26
3.6 População instada a cooperar	27
3.7 "Operação Resgate" é apenas um exercício de bom senso	28
3.8 “Operação Resgate” corrige comportamentos incorrectos	28
3.9 “Operação Resgate” tende restaurar a urbanidade, civildade e ordem institucional	29
3.10 “Operação Resgate” começa amanhã	30
3.11 "Resgate" com ponderação	31
3.12 Resgatar a autoridade do Estado com a Operação	33
3.13 Operação “Resgate” tem hoje início mas sem excesso de agentes na rua	33
3.14 Administração de Viana com mais de três mil lugares para vendedores ambulantes	34
3.15 “Operação Resgate” amedronta nacionais e estrangeiros	35
3.16 Ruas sem mercados e com trânsito fluido	36
3.17 Resgate sim!	36
3.18 Ordem e tranquilidade	37
3.19 Agentes responsabilizados no caso se apropriarem de bens dos cidadãos	38
3.20 Uma Luanda diferente	39
3.21 Taxistas sem licenças “fora da linha” e causam enchentes nas paragens	39
3.22 Padre Pio Wakussanga questiona eficácia da "Operação Resgate"	40
3.23 "Operação Resgate" "arrasta" ambulantes para o mercado formal em Benguela	41
3.24 Operação Resgate “destapa” fragilidade do sector comercial	41
3.25 Fiscal e polícia que prevaricar na 'Operação Resgate' será responsabilizado criminalmente	43

3.26	"Operação Resgate" em Luanda triplica procura de Cartão de Contribuinte	44
3.27	Foto	44
3.28	“País não vai entrar em estado de sítio” e Operação Resgate “não é uma guerra contra os pobres”	45
3.29	Comandante sabe da existência de “batatas podres” na corporação	45
3.30	Operação resgate provocará caos social em Angola	46
3.31	Negócio de peças de viaturas mantém mas alguns proprietários estão ilegais	47
3.32	Luanda conta com 106 mercados com vagas	48
3.33	E o resgate do país social, para quando?	49
3.34	Campanha intensiva começou há um mês no Cazenga	50
3.35	Burocracia dificulta vendedoras ambulantes	50
3.36	As pessoas estão a fazer muita confusão com relação a Operação Resgate	52
3.37	Analistas defendem celeridade e facilidade na emissão	53
3.38	Lixeira da Pedreira garante sobrevivência a muitas famílias	54
3.39	Um resgate que é mais do que uma operação	55
3.40	"SOS-zungueiros" será lançado em Dezembro	57
3.41	Mercado fronteiriço muda de localização	57
3.42	Vendedores recebem cartões de ambulante	58
3.43	"Resgate" pára 2 mil táxis e deixa 90% de alunos sem transporte	58
3.44	Sociedade Civil elogia mas exige mudanças	59
3.45	Polícia encerrou 34 templos e deteve mais de 500 cidadãos	59
3.46	Mercado dos Correios foi-se a vida	60
3.47	Êxito da operação resgate comprometida sem resgate da administração	61
3.48	Lotadores de táxi abraçam combate à criminalidade	62
3.49	A “Operação Resgate” e o direito de cidadania	64
3.50	Venda ambulante reduz nas artérias da cidade	64
3.51	Tira teima entre os fiscais e agentes da polícia	65
3.52	Associação de defesa do consumidor defende mais sensibilização	66
3.53	Marcha contra “Operação Resgate” termina com detenções	66
3.54	Mercado de São Paulo sem espaço para novas vendedoras ambulantes	67
3.55	Operação Resgate pode baixar popularidade de JLo	68
3.56	Os dilemas da Operação Resgate	69

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

71

4.1	Proposta do OGE/2019 na Assembleia Nacional	71
4.2	Orçamento Parlamento recebe proposta com preço do crude a 68 dólares por barril	71
4.3	Gastos com a Educação e Saúde disparam 50% e ultrapassam Defesa e Segurança	72
4.4	OGE sobre 1,659,9 mil milhões	73
4.5	Governo amealhou apenas 60% do crédito previsto	74
4.6	UNITA opõe-se ao OGE sobreposto ao serviço da dívida pública	76
4.7	“O OGE continua a ser muito político, menos técnico e com pouca visão de longo prazo”	76
4.8	OGE cresce com foco nas receitas fiscais	77
4.9	As finanças públicas e os cidadãos	78
4.10	Proposta do OGE 2019 reanima sector agrícola	79
4.11	Proposta do OGE para o exercício económico de 2019 aprovada na generalidade	80
4.12	Investimento público cai mais de dois terços em termos reais	81
4.13	Os grandes números das receitas e despesas do Estado	82
4.14	Cartoon	83
4.15	O que vai mudar nos impostos com o Orçamento Geral de Estado para 2019	83
4.16	Ministra da Família considera OGE equilibrado	85
4.17	Executivo assume compromisso com o crescimento da riqueza	85
4.18	Orçamento Geral forte contra eventuais desvios	86
4.19	OGE/20 19 aprovado na generalidade	87
4.20	Aprovado um OGE de "pau à pique"	87
4.21	Dívida governamental avaliada em USD 69.5 mil milhões	88

4.22	OGE-2019 incrementa mais kz 4.5 mil milhões para pensões	88
4.23	OGE do "crescimento económico" de Angola sem fiscalização e ensombrado pelo petróleo	89
4.24	OGE/2019 corre o risco de revisão	90
4.25	Cunene com baixa receita	91
4.26	Deputados questionam secretária de Estado do Orçamento sobre os 15 mil milhões, mas ficam sem resposta	91
4.27	ADRA Revela que protecção social diminuiu	92
4.28	Aonde vai a outra metade do orçamento para as províncias?	93
4.29	Falta de verbas atrasa conclusão de projectos do governo	94
4.30	As dívidas públicas devem ser encaradas com muita cautela	95
4.31	Recomendações para o OGE 2019 em sectores-chave	97
4.32	OGE 2019: o início de u novo ciclo?	97
4.33	Revisão do Orçamento Geral do Estado 2019 à espera de reunião da OPEP	100
4.34	Governo abre a caça às dívidas ocultas por imposição do FMI	100

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA 103

5.1	A desburocratização	103
5.2	Transferência de poder deve otimizar gestão	103
5.3	Responsável da ADRA satisfeito com participação	104
5.4	Transferências de poder central para local são para MPLA instalar os seus autarcas, UNITA	104
5.5	MPLA ensaia “futuros” autarcas”	105
5.6	Mais poder às províncias para diminuir as burocracias	106
5.7	Governadores provinciais passam de “patos” a “pavões”	107
5.8	IFAL inicia formação sobre as autarquias	108
5.9	Actual cenário político e perspectivas para autarquias 2020	109
5.10	Administrações municipais reforçam as competências	111
5.11	Tira teima entre os fiscais e agentes da polícia	111
5.12	Carlos Feijó alerta que o processo corre o risco de fracassar	112
5.13	Governos locais com poderes executivos nos transportes e habitação	113
5.14	Governar os municípios	113
5.15	Finanças teve melhor participação ministerial	114
5.16	Ministros vão analisar proposta de lei sobre toponímia	115
5.17	MPLA realiza eleições internas para autarquias	115
5.18	Poder Local precisa de um debate de consenso nacional	116
5.19	Angola necessita de modelo próprio para autarquias	117
5.20	Chivukuvuku quer habilidade nas autarquias	117
5.21	MPLA reúne para traçar método de escolha de autarcas	118
5.22	Indicações dos autarcas agita «Kremlin»	118

6. URBANISMO E HABITAÇÃO 119

6.1	Mais agentes da Polícia receberam habitações	119
6.2	Executivo quer contornar défice de habitação social	119
6.3	Políticas asseguram melhorias	120
6.4	Governo alinha plano à nova agenda urbana	121
6.5	IMOGESTIN e cidadãos em divergência	121
6.6	Valas de drenagem tiram sono a Francisco "Naval"	122
6.7	AGT procede a inspecções na Centralidade do Kilamba	123
6.8	Mercado absorve menos de 30 por cento do cimento nacional	124
6.9	Preço dos materiais de construção civil disparam no mercado de Chissindo	125
6.10	O Direito à habitação e seus fundamentos	125
6.11	Governos locais com poderes executivos nos transportes e habitação	126
6.12	Governo da província do Bengo abandona moradores do Panguila	126

7. TERRA 128

7.1	Administrador diz que há documentos que provam o contrário	128
7.2	Luta por posse de terrenos gera celeuma	129
7.3	Há dificuldades para obter títulos de terras	130
7.4	Ex-Vice-Administrador projectado em queda de pescador com técnica de judo devido ao esbulho de terreno	131
7.5	Administradora do Kilamba-Kiaxi acusada de querer apropriar-se de parque de estacionamento	133
7.6	Camponeses querem intervenção do Estado	134
7.7	Camponesa faz morada no aeroporto de Luanda	136
7.8	Administrador reconhece falhas na sensibilização da população	137
7.9	Cidadão espanca o primo até à morte por causa de terreno	137
7.10	ENANA garante realojar as famílias em áreas seguras	138
7.11	Governador de Luanda acusado de vender ilegalmente terreno de 10 hectares	139
7.12	O Centro comercial de Morta Liz: Ilegalidade e má-fé	140
7.13	Suposto envolvimento na requalificação de rua com finalidade de venda de terreno	143

8. SERVIÇOS BÁSICOS 145

8.1	Obras de retenção das águas residuais retomam este mês	145
8.2	Administrações municipais precisam de plano de gestão	146
8.3	Cada cidadão produz 0,65 kg de lixo	146
8.4	A dívida com operadoras resulta em amontoados de lixo	146
8.5	Luanda sem dinheiro para a recolha de lixo	147
8.6	GPL tem dívidas das operadoras de limpeza	148
8.7	GPL acalma operadoras enquanto aguarda' «por luz verde»	148
8.8	Governo de Luanda com dívida de 170 milhões de euros às operadoras de lixo	148
8.9	"Faliu" o modelo de recolha e tratamento de lixo por falta de pagamento na factura de energia	149
8.10	Diagnóstico de Dezembro de 2017	149
8.11	Que tal promover o lixo a “ex-líbris” de Luanda?	150
8.12	Produção de água e energia no topo das prioridades	152
8.13	Moradores elucidados sobre a falta de água	153
8.14	EPAL cava e abandona buraco em casa de cidadãos	153
8.15	Protesto por água à porta da EPAL	154
8.16	Foto	155
8.17	Projecto social beneficia famílias com crianças	155
8.18	Trabalhadores da EPAL filiam-se na CGCILA	156

9. GÉNERO E VIOLENCIA 157

9.1	Rede de mulheres polícias combate violência contra a mulher	157
-----	---	-----

10. AMBIENTE 158

10.1	Canal do Kikuxi “inunda” residências no Bita Vacaria	158
10.2	Identificadas 826 ravinas no país	159
10.3	Governo refuta alienação de empresa madeireira	160
10.4	Camiões com madeira autorizados a circular	161
10.5	Governo quer fim do “monopólio” na exploração de eucalipto na Ganda	161
10.6	Fábrica de madeira arranca em Janeiro	162
10.7	Mais de um milhão de pessoas da região sul afectadas pela seca	163
10.8	IDF no Bié entrega licenças para exploração de madeira	163

11. MIGRAÇÃO 165

12. EXPLORAÇÃO MINEIRA

165

13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

166

13.1	China “chumba” oito pedidos de Angola	166
13.2	China e Índia compram mais crude	166
13.3	Governo amealhou apenas 60% do crédito previsto	167
13.4	Angola participa na feira da China	169
13.5	Angola marca presença na exposição de importações de Xangai	170
13.6	Chineses sondam áreas para cooperação	170
13.7	Doze empresas nacionais expõem na feira da China	170
13.8	As exportações, os investimentos e a dívida chinesas são uma ameaça ou uma oportunidade para África?	171
13.9	“Esperamos que a parte angolana possa melhorar ainda mais a situação de segurança”	172

I. REDUÇÃO DA POBREZA E ECONOMIA

I.1 Angola sobe dois lugares mas ainda tem o 18º pior ambiente de negócios

Jornal Expansão

1 De Novembro de 2018

Texto: Luís Galvão

Angola subiu dois lugares no ranking do relatório Doing Business do Banco Mundial, sobretudo graças às melhorias na facilitação do comércio internacional e na monitorização da qualidade do fornecimento de energia eléctrica. No entanto, a ascensão à posição 173, entre 190 países, apenas permitiu a Angola passar da 16.ª para a 18.ª economia com pior ambiente de negócios, com 41,49 pontos na pontuação global, mais 2,16 face aos resultados actualizados do ano anterior.

O relatório Doing Business 2019: Treinar para Implementar Reformas', do Banco Mundial, analisou as medidas adoptadas em 10 categorias, entre 2 de Junho de 2017 e 1 de Maio de 2018, tendo concluído que "foi estabelecido um novo recorde em termos dos esforços de redução da burocracia para o sector privado".

Ao todo, contabiliza o Banco Mundial, 128 economias implementaram 314 reformas de negócios neste período, medidas que "beneficiaram pequenas e médias empresas e também novos empreendedores, possibilitando a criação de empregos e estimulando os investimentos privados." A África Subsaariana lidera, com 107 reformas implementadas por 40 países, incluindo Angola, "um novo recorde pelo terceiro ano consecutivo para a região".

No País, o relatório destaca a "melhoria da monitorização e regulação das interrupções de energia, com o início dos registos do índice anual de duração média das interrupções longas do sistema (SAIDI, na sigla inglesa) e do índice de frequência média de interrupções longas do sistema (SAIFD) para todas as interrupções com duração superior a três minutos (em vez dos 15 medidos anteriormente)." Esta medida resultou numa subida de 10 pontos na categoria 'obtenção de electricidade' (agora na posição 152 do ranking?)

Gestão aduaneira e portuária melhoram ranking

Outra melhoria que resultou na subida de 10,87 pontos na categoria comércio transfronteiriço' (agora na posição 174) ficou a dever-se à "facilitação das exportações e importações, através da implementando um Sistema Automatizado de Processamento dos Dados Aduaneiros (ASYCUDA World) e à actualização do sistema comum de gestão portuária de forma a permitir a troca electrónica de informações entre as partes envolvidas nos processos de importação e exportação."

Houve também progressos na categoria relativa à abertura de empresas ('começar um negócio'), com uma subida de 2,16 pontos, fixando-se nos 80,52 pontos, a melhor pontuação do País, que resulta apenas na posição 139 do ranking da categoria.

Já a 'obtenção de licenças de construção' subiu 0,43 pontos, para os 68,93 pontos, que resultam na posição 87, a melhor posição obtida por Angolanas 10 categorias. A encerrar as melhorias registadas entre 2017 e 2018, está a categoria 'registo de propriedade, que obteve mais 0,22 pontos, ficando-se nos 43,16 pontos e na posição 170. Nas restantes cinco categorias não se registaram alterações face ao relatório anterior.

A nível global, não houve alteração na posição das três primeiras economias, com a Nova Zelândia (86,59 pontos), Singapura (85,24) e Dinamarca (84,64) a manterem respectivamente o primeiro, segundo e terceiro lugares. O top 10 incluiu ainda: Hong Kong, República da Coreia, Geórgia, Noruega, Estados Unidos, Reino Unido, e a Antiga República Jugoslava da Macedónia, a única novidade no pelotão da frente.

Penúltimo na comunidade de países da África Austral e 6ª na CPLP

No grupo de 16 países da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e à semelhança do relatório anterior, apenas a República Democrática do Congo obteve uma classificação inferior à de Angola, com 36,85 pontos e a 184ª posição no ranking.

As Ilhas Maurícias lideram com 79,58 pontos, resultado que permite também entrar no top 20 das economias com melhor ambiente de negócios, na 20.ª posição.

O panorama é um pouco melhor na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), onde Angola surge à frente da Guiné-Bissau (175.º), da Guiné Equatorial (177.º) e de Timor-Leste (178.º). Neste grupo, Portugal lidera na posição 34 do ranking (76,55 pontos), seguido pelo Brasil, na posição 109

(com 60,01 pontos) e por Cabo Verde, em terceiro na CPLP e em 131.2 lugar a nível mundial (com 55,95 pontos).

I.2 País continua na cauda dos rankings dos principais índices internacionais

Jornal Expansão

1 De Novembro de 2018

Texto: Luís Galvão

O ritmo de publicação de índices internacionais é grande, sobretudo no fim e início de cada ano mas, entre avanços e retrocessos, Angola surge invariavelmente no fim dos rankings, ainda longe das metas ambicionadas e sobretudo longe do grupo de países do pelotão da frente.

Entre os mais conceituados estão índices calculados anualmente pelo Banco Mundial, como o Doing Business (Angola é 175.0 em 190 países e espera subir mais posições até 2022) ou o recente Índice de Capital Humano (o País ficou em 147.º lugar, a 10 posições do fim da lista), ou pelas Nações Unidas, como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), do Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD).

Há também índices calculados por institutos de investigação, como o Índice de Liberdade Económica, da Heritage Foundation (Angola é 164.º em 180 países); por órgãos de comunicação da área económica, como o Índice de Democracia da revista *The Economist* (o País está em 125.º lugar entre 195 nações); ou por ONG, como o Índice de Percepção da Corrupção, da Transparência Internacional, onde o País está em 167.º entre 180.

Quem quiser ter um panorama geral encontra um bom resumo no recém-lançado Relatório Económico de Angola, do Centro de Estudos de Investigação Científica (CEIC) da Universidade Católica de Angola, que não foge da conclusão de que "Angola encontra-se desfavoravelmente classificada na maioria dos índices internacionais".

O cenário é particularmente mau quando a análise se centra na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), onde Angola 'lidera' nos últimos lugares. No *Doing Business 2019*, por exemplo, que anualmente elege os melhores e os piores países para desenvolver negócios, apenas a República Democrática do Congo separa o País do fim da lista do grupo da SADC, com Angola a fixar-se na posição 173 entre 190 países (ver página 10).

No entanto, é preciso alguma cautela na análise dos números e, sobretudo, na comparação da evolução de alguns índices, dado que em alguns casos há uma actualização dos índices de anos anteriores devido à introdução de informação estatística mais recente, o que pode alterar as classificações,

E o caso do IIGA e do IDH do PNUD, cuja revisão de 2017, publicada em Setembro, alterou a classificação de Angola com efeitos retroactivos a partir de 2013. Nesta actualização, o País surge com um IDH de 0,581 no grupo de países de desenvolvimento humano médio já desde 2013, embora nos últimos relatórios surgisse na categoria de baixo desenvolvimento humano.

A mudança deve-se à actualização das contas do PNUD, nomeadamente à introdução da esperança de vida revelada pelos dados definitivos do Censo 2014, divulgados no final de 2016, e pelas projecções actualizadas em 2017.

Neste caso foram actualizados todos os índices calculados para 2013 e anos seguintes, anulando as classificações divulgadas em cada relatório anual desde então. Mas a manter-se o ritmo de crescimento dos últimos 5 anos, o País dificilmente atingirá a meta traçada pelo Governo no Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) 2018-2022, que prevê a entrada no grupo de países de alto desenvolvimento humano em 2025, com um IDH de 0,700 ou superior, o que deverá apenas acontecer em 2033.

I.3 Angola aparece com boas referências na previsão "Doing Bussins" para 2018

Jornal Economia e Finanças

2 De Novembro

Texto: Armando Estrela

Angola, o 173.º país na posição *Doing Business* do Banco Mundial, entre os 90 avaliados a nível internacional, ganha este ano uma perspectiva de 41,7º por cento no indicador de pontuação na facilidade de se fazer negócios (0-100%) e de 43.86% na projecção para 2019, de acordo com o relatório "*Doing Business 2019: Treinar para Implementar Reformas*", publicado quarta-feira, em Washington, Estados Unidos da América, pela instituição.

Em 2018, a República de Angola implementou três reformas e outras duas devem ser concretizadas no próximo ano. Por exemplo, Angola e Lesoto registaram reduções no tempo de preparo da documentação necessária para o comércio após programas de formação ou testes piloto, quando se

implementou o Sistema Mundial Automatizado de Dados Aduaneiros (ASYCUDA), um sistema de gestão de dados aduaneiros desenvolvido pela UNCTAD.

Observou-se ainda que certas economias, como de Angola, República Democrática do Congo e Lesoto, executaram reformas na área do comércio internacional, que beneficiaram de uma comunicação e formação eficazes. Há ainda outros dois estudos de casos, que se centram nos benefícios da acreditação de electricistas e de formação de juízes.

Economias subsaarianas

No geral, as economias da África Subsaariana registaram um novo recorde pelo terceiro ano consecutivo, ao implementarem, no ano em curso, 107 reformas destinadas a aumentar a facilidade de se fazer negócios para pequenas e médias empresas nacionais, de acordo com o relatório.

As últimas reformas representaram um aumento significativo relativamente às 83 reformas implementadas na região no ano anterior. Adicionalmente, neste ano se verificou o número mais elevado de economias com ao menos uma reforma deste a criação do relatório, com reformas registadas em 40 das 48 economias da região. O último recorde, de 37 economias, tinha sido registado há dois anos.

Este ano, o Doinq Business apresenta quatro estudos de caso que analisam os benefícios de programas de formação anual obrigatória, tanto para funcionários públicos quanto para usuários dos registos comerciais e de imóveis, programas de formação de agentes e despachantes aduaneiros, estrutura normativa sólida no sector de energia eléctrica e credenciamento da profissão de electricista, além do programa de formação e especialização de juízes.

No presente ano, o Doinq Busine recolheu dados sobre a formação prestada tanto às entidades públicas quanto aos utentes de registos comerciais e de imóveis. Um estudo de caso no relatório, que analisa estes dados, constata que formação obrigatória e anual às autoridades competentes está associada a uma maior eficiência destes órgãos. Contudo, conclui-se que menos de um quarto das economias da África Subsaariana oferece este tipo de formação.

Um segundo estudo conclui que a formação regular dos funcionários e despachantes alfandegários resulta numa redução do tempo necessário para cumprir os procedimentos documentais e com as exigências na fronteira, facilitando o comércio internacional de mercadorias.

Reformas na região

A nível regional, a actividade de reformas neste ano centrou-se em melhorias na área da execução de contratos, sendo as 27 reformas da região responsáveis por mais de metade das reformas registadas globalmente nesta área. Isto se deve às reformas implementadas pelos 17 estados-membros da Organização para a Harmonização da Lei do Direito dos Negócios em África (OHADA). No ano passado, a organização adoptou uma "Lei Uniforme sobre Mediação", que introduziu a mediação como uma forma amigável de resolução de litígios comerciais.

Na área da abertura de empresas, verificaram-se 17 reformas que se centravam principalmente na redução do tempo para obter uma licença comercial, mediante a reorganização dos serviços existentes ou a introdução de novas soluções online. Burundi, a economia da região mais avançada nesta área, com uma classificação global de 17, reduziu adicionalmente o custo necessário para se registar um novo negócio.

"É um ano de recordes para a África Subsaariana. Um clima de negócios mais eficiente, em que a iniciativa privada prospera, é uma peça fundamental para a criação de empregos e para o crescimento económico", afirmou o gerente do Programa da Unidade do Doinq Business, Santiago Croci Downes.

As economias da região têm um melhor desempenho nas áreas da obtenção de crédito e de abertura de empresas. O Quênia, Malawi, Ruanda e Zâmbia estão entre as 10 economias com melhor classificação mundial na área da obtenção de crédito.

I.4 Índice de pobreza vai aumentar ate 2020

Jornal O Crime

3 De Novembro de 2018

Texto: Silveira da Piedade

Em virtude da celebração do dia Internacional da Erradicação da Pobreza, a 17 de Outubro, 'O Crime' foi à casa de uma família angolana que ilustra, mais ou menos, a realidade da pobreza dos angolanos, sendo que não é caso mais extremo.

Maria de Fátima é uma dona de casa, em meio a outras milhares, que não sabe o que significa lanche e ceia, aliás, sem as três refeições básicas diárias, seria um "mimo", se soubesse. Seu caso não é isolado, num país onde mais de oito milhões de pessoas vivem em pobreza extrema.

Numa família normal, 12h30 é a hora em que começa a ser servido o almoço. Na casa de Maria de Fátima, no Zango 3, em Luanda, a história é diferente. Naquele horário, o cenário é: panelas arrumadas, lenha apagada, sem sequer restos de cinzas. Sinal de que não houve nada para comer.

Ela e seu marido dependem de ajuda ou caridade para se alimentar, mas nem todos os dias a comida chega à mesa, hipoteticamente falando, porque, na verdade, não a têm. "Quando não há um anjo que caia do céu, a solução é dormir, mas com o estômago vazio", tecem.

Maria, apesar dos seios caídos e secos, devido à sua má alimentação, vai fazendo o que pode para amamentar o filho caçula, de um ano e três meses.

O azar bateu-lhes à porta quando o marido, que trabalhava como técnico de frio, ficou inválido após uma trombose, em 2010. De lá para cá, as condições, que já eram difíceis, tornaram-se precárias. Foram despejados da casa arrendada no Zango 1, com os nove filhos.

Agora no Zango 3, numa casa de chapa de zinco, já com fortes sinais de degradação, cedida pela irmã de Alberto, seu marido, tem apenas um quarto, no qual cabe apenas uma cama, e uma sala, que também serve como cozinha.

Relatório da Pobreza de 2017

De acordo com o relatório de 2017, sobre as Perspectivas da Pobreza na África Subsariana, do Grupo Banco Mundial, actualmente 30,3 por cento dos angolanos vive com menos de 1,90 dólares por dia, estimativa que deverá manter-se até 2020.

Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), Angola tem, actualmente, perto de 30 milhões de habitantes, o que significa que, pouco mais de 8,8 milhões, vivem na pobreza extrema, "número que deverá aumentar para 8,9 milhões até 2020", lê-se no relatório, que justifica essa subida com o crescimento da população. Ao câmbio actual, esses 1,90 dólares correspondem a 571,9 kwanzas.

Segundo o Plano de Desenvolvimento Nacional, o Governo reconhece que, desde o início do século, quase metade da população terá saído do limiar da pobreza absoluta. A 'medição' da pobreza no mundo deixou de estar focada apenas no rendimento das pessoas, passando a medir outras condicionantes como o acesso à água potável, mortalidade infantil, nutrição, escolaridade, saneamento e bem-estar da população em geral. É a chamada pobreza multidimensional.

De acordo com a iniciativa de Oxford para Pobreza e Desenvolvimento Humano (OPHI), 48 por cento da população angolana vive numa situação de pobreza multidimensional, enquanto em 2001 era de 77 por cento. De acordo com o OPHI, os indicadores que mais contribuem para a pobreza no país são as privações em anos de escolaridade, a frequência escolar e a nutrição.

O Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN 2018/2022) explica que "a pobreza em Angola remete para a grande desigualdade na distribuição de rendimento e a existência de uma parte significativa da população submetida a condições mínimas de dignidade e cidadania".

E acrescenta que está ainda associada "às sequelas do conflito armado, mas também a uma forte pressão demográfica, à degradação das infra-estruturas económicas e sociais, à dificuldade de acesso aos serviços de educação, saúde e protecção social e à insuficiência da oferta interna de bens alimentares essenciais".

Objectivos da Organização das Nações Unidas

Um dos objectivos da Organização das Nações Unidas para 2030 é erradicar a pobreza no mundo. Em Angola, a meta poderá não ser alcançada. Piassa entende que, caso haja mudanças de política e a criação de um melhor ambiente económico, poderá ser possível. Explica que o ideal é as pessoas passarem para a classe média. "O grande esforço do Governo deve ser na criação de classe média. Só conseguiremos dizer que os angolanos vivem bem quando 70 por cento da população estiver na faixa de classe média."

1.5 Activistas cívicos e estudantes marcham contra o desemprego

Novo Jornal

9 De Novembro de 2018

Texto: António Paulo

Um grupo de jovens activistas, na sua maioria estudantes, sai às ruas, no próximo dia 8 de Dezembro, para protestar contra o elevado índice de desemprego que se regista no país e exigir do Presidente da República o cumprimento da promessa eleitoral que visa a criação de 500 mil postos de trabalho até 2022.

A informação foi avançada, esta semana, ao Novo Jornal por dois representantes do grupo, identificados por José Silva e Arante Kivuvu, este último

pertencente ao conhecido Movimento Revolucionário, vulgarmente conhecidos por "revus".

Os porta-vozes disseram que a iniciativa visa "pressionar" o Presidente João Lourenço a criar políticas assertivas que visam reduzir a alta taxa de desemprego em Angola.

"Esta pressão começou no dia 21 de Julho, altura em que realizámos a primeira marcha, que envolveu sete províncias. Agora, já temos a confirmação de nove províncias e estamos a aguardar por outras", disseram os jovens activistas, que falam em falta de "vontade política" para o cumprimento do manifesto do MPLA, que, para os reclamantes, parece uma "miragem".

"Falta vontade política sim. Estamos cansados de promessas. Muitos jovens continuam a ser lançados nas águas do desemprego. No seu discurso à nação, JLo não apontou planos concretos da pragmatização da promessa feita. O trabalho é um direito, pois o desemprego desumaniza, marginaliza e nos exclui socialmente", criticaram os jovens, insistindo na criação de soluções palpáveis.

"Por exemplo, os concursos públicos poderiam ser anuais, o que já demonstraria a vontade do Executivo de querer alterar a situação. O Governo deveria criar políticas com parcerias privadas para resolver o problema do desemprego, porque temos um país que tem criado leis que impossibilitam o investidor privado. Muitos têm reclamado esta questão. A situação das divisas também impossibilita o investimento", observaram os activistas.

Os estudantes universitários garantiram que os governos províncias de Luanda, Cabinda, Benguela, Bengo, Zaire e Uíge já autorizaram a realização da referida marcha de protesto, que se espera ser de âmbito nacional.

Em Luanda, de acordo com os realizadores, a concentração será no cemitério da Santa Ana de onde partirão, por volta das 12 horas, em direcção ao Largo das Heroínas.

"Todo o mundo está convidado", apelaram os jovens que se congratularam com a pronta resposta do Governo provincial de Luanda.

"Sobre o assunto, encarrega-nos Sua Excia. Senhor Governador, Adriano Mendes de Carvalho, de informar que se encontram cumpridos os requisitos exigidos pela Lei n.º16/91, de 11 de Maio, sobre o direito de Reunião e Manifestação", lê-se na missiva do GPL, datada de 25 de Outubro, entregue aos activistas.

Dados do Instituto Nacional de Estatística (INE) apontam que cerca de 20 por cento da população economicamente activa no país está desempregada. Deste universo, os jovens são os mais afectados, cerca de 46 por cento sem emprego.

I.6 Executivo expõe dados sobre a dívida pública

Jornal Visão

9 De Novembro de 2018

Texto: Olímpio Carlos

Esta informação vem na sequência da exigência feita pela UNITA, no sentido de se fazer uma auditoria à dívida pública ou, ao menos, se apresentassem os dados oficiais.

No entanto, esta terça-feira, 06, falando durante um 'workshop' dirigido a jornalistas angolanos e estrangeiros, o chefe do departamento de análise de risco da Unidade de Gestão da Dívida (UGD) do Ministério das Finanças de Angola, Rui Ceita, deixou claro que o Governo angolano nunca escamoteou informações.

Assegurou que o Executivo angolano sempre reportou a dívida pública quer para o FMI quer para as agências de 'rating' "Todo o processo de comunicação foi sempre no sentido de esclarecer e nunca houve por parte do ministério alguma tentativa de esconder alguns dados": informou.

Sem adiantar números, ao apresentar o tema "Desempenho da Dívida Pública" referente a 2018, Rui Ceita apontou que os principais detentores da dívida interna são o Banco Fomento Angola (BFA), Banco Angolano de Investimentos (BAI), o Standard Bank e o Banco BIC.

Para além deste tema foram igualmente abordados temas sobre "A Sustentabilidade da Dívida Pública" o "Impacto do Aumento do Preço do Petróleo na Receita Fiscal", a "Implementação do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) em Angola" e "Contratação Pública em Angola" foram os temas abordados neste workshop, que decorreu no auditório do Ministério das Finanças, em Luanda.

Rui Ceita adiantou também que o 'stock' da dívida externa é de cerca de 40,8 mil milhões de dólares (35,1 mil milhões de euros), essencialmente de médio e longo prazo.

Entre dívidas multilaterais, bilaterais, comerciais e com fornecedores, o chefe do departamento de análise de risco da UGD do Ministério das Finanças

de Angola observou que a maior parte do componente do 'stock' corresponde à dívida comercial, em que o principal detentor é o Banco de Desenvolvimento da China.

A temática da dívida do resgate aos bancos comerciais, como no caso do extinto Banco Espírito Santo Angola (BESA) e o Banco de Poupança e Crédito (BPC), foi também levantada pelos jornalistas presentes no encontro.

Na ocasião, Osvaldo João, director do gabinete de Estudos do Ministério das Finanças angolano, fez saber que parte dos activos do agora Banco Económico foi adquirida pela Empresa Nacional de Seguros de Angola (ENSA).

"O grupo ENSA tinha uma certa dívida ao Banco Nacional de Angola [BNA] e fez-se o cruzamento. Devido a essa passagem de activos, quem ficou como devedor foi a ENSA, que tem agora a responsabilidade de liquidar a dívida com o BNA": disse.

Em Maio último a Moody's deu a conhecer que os riscos de falta de liquidez "aumentaram significativamente e o 'stock' de dívida permanece vulnerável a desvalorizações adicionais da moeda nacional", sublinhando ainda que "o crescimento da economia [de 2,2% este ano e 2,8% em 2019] deverá continuar limitado num contexto de alta inflação".

Os principais desafios que perfil de crédito apresenta relacionam-se com os "riscos elevados de falta de liquidez e vulnerabilidade da dívida a desvalorizações adicionais, uma estrutura económica que continua altamente vulnerável a choques petrolíferos e capacidade institucional muito fraca".

Entre os aspectos positivos do país, do ponto de vista da análise da qualidade do crédito soberano, os analistas da Moodys apontam "a recuperação económica apoiada nos sectores do gás e do petróleo, em desenvolvimento, um ambicioso plano para diversificar a economia, provavelmente apoiado num programa do Fundo Monetário Internacional (FMI), e a consolidação orçamental numa fase avançada".

I.7 INE emenda inflação mensal de Setembro que passa de 4,8% para apenas 2,8%

Jornal Expansão

16 De Novembro de 2018

Texto: Carlos Rosado de Carvalho

Afinal a inflação mensal de Luanda em Setembro foi de 2,8% e não de 4,8% como o Instituto Nacional de Estatísticas (INE) informou através da Folha de Informação Rápida (FIR) o Índice de Preços no Consumidor Nacional. Uma correcção que o instituto justifica com uma alteração do tarifário da Água a partir de Setembro.

No dia 12 de Outubro o INE anunciou por email que a inflação mensal em Luanda tinha sido de 4,8% impulsionada pelo disparo dos preços da classe Habitação, Água, Electricidade e Combustíveis que subiram 46,5% de Agosto para Setembro contribuindo com 3,8 pontos percentuais para a inflação mensal de Setembro em Luanda. A inflação mensal passou de uma média de 1,2% nos primeiros oito meses para os referidos 4,8% em Setembro, a taxa mensal mais alta em 15 anos.

O forte aumento da inflação mensal, particularmente no produto água pertencente à classe Habitação, Água, Electricidade e Combustíveis, provocou uma chuva de emails e telefonemas para o INE com pedidos de esclarecimentos. De tal forma que quatro dias depois, a 16 de Outubro, o instituto viu-se obrigado a enviar novo email aos utilizadores informando que ia reavaliar o conteúdo do Decreto Executivo Conjunto 230/18 do mês de Junho a fim de aferir se houve algum erro de interpretação ou análise do novo tarifário.

No dia seguinte, a 17 de Outubro, o INE informa que analisado o conteúdo do diploma legal que veio introduzir tarifas fixas e variáveis para a Água não detectou qualquer inconformidade metodológica nem de recolha por parte do instituto e que, por isso, mantinha a FIR do IPCN de Setembro tal como foi divulgada no dia 12.

A manutenção dos dados da inflação de Setembro durou menos de um mês. No dia 12 de Novembro os utilizadores da informação do INE tiveram uma surpresa. No habitual email que recebem do INE no dia 12 de cada mês com informação sobre a inflação do mês anterior o instituto informava que a inflação tinha sido recalculada considerando apenas a parte variável da tarifa do produto Água. A parte fixa do novo tarifário não foi considerada porque não existia no tarifário anterior e por isso não tinha termo de comparação quer mensal quer homólogo.

Em consequência dessa alteração o aumento dos preços da classe Habitação, Água, Electricidade e Combustíveis na província de Luanda quedou-se pelos 18,8% em vez dos 46,5% anunciados em 12 de Outubro, suspensos a 16 e confirmados a 17. A classe contribuiu com 1,5 pontos percentuais para a variação do índice geral de preços da capital que subiu apenas 2,8%, contra os 4,8% anunciados anteriormente.

Esta não é a primeira vez que o INE se engana, como o Expansão alertou o próprio instituto. A última vez tinha acontecido com as contas nacionais referentes ao segundo trimestre de 2018. Numa página o INE dizia que o Produto Interno Bruto (PIB) do II Trimestre 2018, em termos homólogos, variou (7,4%) em relação ao II Trimestre de 2017, mas noutra página vinha que o PIB baixou de 391.427 no II trimestre 2017 para 356.174 no II trimestre 2018, o que dá uma redução de 9% (e não dos referidos 7,4%).

O Expansão questionou o INE se a sucessão de erros não coloca em causa a sua credibilidade e obteve a seguinte resposta: "Não se trata de enganos, mas sim de correcções quer porque devemos incluir informação nova, quer porque se falhou no controle de qualidade, quer por descuidos técnicos. Estes aspectos são relevantes e agradecemos ao Jornal Expansão pelo alerta, algumas vezes, sobre discrepâncias nos números. Instituições como os INE devem ter estes cuidados de o fazer sempre que detectam incoerências (Código de Conduta), tal situação significa que a instituição está activa, trabalha (daí produzir incoerências em alguns casos)".

Taxa anual perto da meta de 18% para 2018

Juntamente com a emenda à inflação de Setembro, o INE divulgou o IPCN de Outubro que aponta para um aumento do custo de vida em Luanda de 1,3% no mês passado face a Setembro. Com este aumento, a inflação homóloga situou-se nos 17,4%, a taxa mais baixa desde Janeiro de 2016. A meta do Governo para a inflação anual em 2018 é de 18%, valor que será atingido caso em Novembro e Dezembro os

preços aumentem 1,4%, a taxa mensal média dos primeiros 10 meses do ano.

I.8 Nações Unidas apoiam projectos de resiliência

Jornal de Angola

19 De Novembro de 2018

O Fundo das Nações Unidas para População e Desenvolvimento (PNUD) tem disponíveis 465 milhões de dólares norte-americanos, para projectos de resiliência à seca nas províncias da Huíla, Namibe e Cunene.

A informação foi revelada, na cidade do Lubango, pelo director do PNUD em Angola, Henrik Larsen, que se encontra em visita de trabalho na província da Huíla, tendo afirmado que o projecto com execução até 2030 disponibilizou já, este ano, 22% do valor global.

Os restantes 78 % do orçamento serão cabimentados paulatinamente, parte dos quais na primeira quinzena de Janeiro de 2019. A prioridade, segundo Henrik Larsen, vai para os sectores das Águas, para permitir que os populares possam desenvolver uma agricultura familiar sustentável.

Henrik Larsen afirmou que o PNUD pretende igualmente apoiar as famílias camponesas com instrumentos agrícolas nomeadamente, enxadas, charruas, tractores, assim como a implantação de cisternas consubstanciadas na linha especial de crédito para pequenos e médios agricultores.

O responsável considerou que a seca ou estiagem são fenómenos climáticos e a região sul do país tem sido muito afectada com efeito do EI Niño, provocando uma insuficiência de precipitação por um período de tempo "muito grande".

O PNUD está implantado em Angola desde 1977 e tem como missão melhorar as suas actividades de desenvolvimento em políticas e estratégias para promover o crescimento inclusivo e sustentável.

I.9 “70% da população angolana é pobre”

Jornal A República

23 De Novembro de 2018

Texto: Isidro Kangandjo

Segundo o analista político, Sérgio Kalundungo, quando falava na TV Zimbo, na passada segunda-feira, 19, 70% da população angolana é pobre, mas

reconhece o esforço que o Estado tem vindo a fazer para reduzir os níveis de pobreza no país. "Se estamos a falar de projecções de 50%, reduzir dez ou cinco por cento é o mínimo, não é satisfatório"

A equipa do Jornal A REPÚBLICA saiu à rua, no dia Mundial do Pobre, para saber dos cidadãos sobre este dia. A insatisfação dos interlocutores foi maior, muitos fizeram de suas vidas e da de seus vizinhos o exemplo. "Antes da crise muita gente já vivia mal. Até hoje, há ainda pessoas a passarem fome"

Lací Kounde, de nacionalidade Maliana, vende ferros (sucatas) e plásticos há mais de 7 anos, o negócio o tem ajudado a sustentar a sua família e suprir as necessidades pessoais. Lací vive no Panguila, um local onde as condições humanas são precárias. Segundo o nosso entrevistado, durante o dia, recolhem sucatas, materiais plásticos já partidos para ser pesado no fim da tarde e isso tem ajudado muitos cidadãos a ter um pão para comer.

"Eu compro os materiais a retalho dos meus fornecedores do bairro e vendo-os a grosso na fábrica. Os meus fornecedores são, na sua maioria, adultos, chefes de família, fazem recolha de plásticos e ferros, à tarde, vêm pesar para ganhar algum dinheiro. Não tem sido fácil, às vezes, recebo pessoas que dizem que estão há dois dias sem comer e que precisam de uma ajuda": disse.

Francisco Jacinto Julião tem 17 anos de idade, trabalha duro para sustentar os pais e os irmãos. Os pais não têm emprego, por isso, o adolescente acorda de manhã cedo para ir às lixeiras recolher resíduos plásticos e levá-los ao peso. Cada kg de plástico custa 40 kwanzas e é necessário carregar uma quantidade elevada para se conseguir comprar pelo menos 1 kg de fuba e um pouco de peixe seco. Jacinto diz que não tem sido fácil lutar pela sobrevivência.

"Os meus pais fazem biscatos e uma vez a outra também recolhemos juntos os ferros e plásticos para pesar, não tenho tempo de estudar, porque a minha vida está focada na luta pela sobrevivência"

O adolescente criou amizade com Lací Kounde e hoje trabalham juntos na organização de materiais pesados, mas de manhã cedo e depois do trabalho, faz uma ronda nas lixeiras a procura de materiais.

No Panguila, os moradores dizem que o Dia do Pobre seria centralizado para eles, uma vez que 90% dos moradores depende do "Deus dará". A prostituição e a criminalidade, segundo a população, são resultantes da pobreza, na capital do país (Luanda). Menores de 14 anos envolvem-se com homens da idade de seus pais para conseguir dinheiro

e comprar alimentos, atender outras necessidades, como o consumo de drogas, ou investir na beleza.

As situações aqui reportadas são apenas resquícios das muitas assistidas em todo o território nacional. Este é um desafio que o Governo angolano tem de enfrentar para o melhoramento das condições de vida da população. Uns sobrevivem do lixo, outros da zunga, enquanto a minoria trabalha na função pública, com salário mínimo de 23 mil kwanzas que nem chega para atender as necessidades de casa.

I.10 Regime sobre o trabalho doméstico protege classes mais vulneráveis

Jornal Economia e Finanças

23 De Novembro de 2018

Texto: Pedro Peterson

Angola aprovou, em 2016, o novo regime jurídico e de protecção social para o trabalho doméstico. O passo é, no entanto, significativo rumo à efectiva protecção social do trabalho doméstico.

Desta forma os trabalhadores domésticos no país passam a ter benefícios como direito à férias, dia de folga semanal, subsídio de Natal e maternidade, horário fixo de trabalho, inscrição obrigatória no INSS, Salário Mínimo Nacional, licença de maternidade e carteira de trabalhador.

Cenário económico

Apesar de o cenário económico ser ainda incerto em função do ambiente empresarial desfavorável, tendo em conta a crise que afectou a economia e que está a dificultar as actividades das empresas, no que toca ao pagamento de dívidas com os fornecedores as contribuições sociais e, conseqüentemente, ao pagamento dos salários, os indicadores actuais são bastante promissores.

Fontes do Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) asseguram que as obrigações fiscais ríspidas têm condicionado sobremaneira a actividade empresarial no mercado nacional no que se refere ao pagamento das contribuições, o que eleva o aumento da dívida e origina um forte desequilíbrio intergeracional na sustentabilidade da empresa.

Assim, para contrapor tal cenário, e face ao novo paradigma que está a ser adoptado, as empresas nacionais foram recomendadas a aumentar os seus investimentos privados e a elevar as exportações por via da Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações (AIPEX), assim como incluir na

protecção social a actividade produtiva e o comércio rural.

Foram ainda exortados a profissionalizar as actividades do emprego precário (trabalho doméstico) e incluir a protecção social obrigatório. O aumento da eficiência na gestão de investimento nos fundos de pensões foram, dentre outras, as recomendações que têm sido deixadas às empresas.

No quinquénio 2017-2022, o Governo de Angola comprometeu-se em criar um ambiente interno favorável, a fim de os empresários e investidores poderem propiciar mais postos de trabalho às famílias.

I.11 A pobreza e a dignidade

Jornal de Angola

23 De Novembro de 2018

Texto: Sousa Jamba

Esta semana, aqui na aldeia Camela Amões, no Huambo, recebemos um grupo de médicos vindo do Egipto para fazer consultas e oferecer remédios à população. Os médicos pertencem a uma ONG da Igreja Copta. Muitos por cá ficaram surpreendidos ao verem médicos cristãos a vir do que muitos pensam ser um país muçulmano. Lá estavam eles a distribuir cruces, a ensinar as crianças versos bíblicos, a espalharem o Evangelho de Cristo às pessoas, que estavam profundamente gratas.

A palavra espalhou-se e centenas de famílias das outras aldeias afluíram à Camela Amões. Houve famílias inteiras que andaram horas para serem tratadas, naquilo que foi uma das iniciativas do empresário Segunda Amões. Além de pediatras, especialistas de medicina interna, etc, havia, também, um oftalmologista: foi bom ver gente que não via bem há anos obterem óculos de graça; foi triste ver tanta gente com casos avançados de cataratas a saber que pouco podia ser feito para melhorar a sua condição.

Em certo momento, tive que assistir os médicos como tradutor de Inglês para Umbundu. Se as pessoas que vi constituem uma amostra fiável da condição dos angolanos, então o país tem problemas muito sérios, que só poderão ser superados com uma estratégia de saúde muito bem pensada e séria. Todas as partes envolvidas vão ter que ser levadas a sério - a guerra para melhorar a saúde por cá terá que ser feita em várias frentes.

Conversando com os médicos e vendo a população, estava mais do que óbvio que há muitas doenças que

podem ser evitadas com a observação de higiene básica. Vi crianças que mal podiam andar porque tinham bitacaias ou bicho-de-pé; vi crianças com borbulhas na pele e várias irritações que poderiam ser evitadas com banhos regulares. Muitas crianças e adultos não tinham sapatos. A doutora Mariane, a pediatra, ficava surpreendida ao ver meninas pequenas sem calcinhas; quando ela perguntava à mãe, a resposta, num tom que continha um certo embaraço, era de que não havia mesmo dinheiro para tal. Há uma tese que diz a pobreza rouba dos cidadãos a sua dignidade; vi isto enquanto víamos pessoas que nunca, na sua vida, tinham visto um dentista. Havia também adultos e jovens que não sabiam nem ler ou escrever! O combate à pobreza no interior do país é certamente uma grande prioridade. Depois havia, também, muitos casos de malária. Ver crianças completamente debilitadas com esta doença - algo que irá retardar o seu desenvolvimento - foi muito deprimente. Um país como Angola, capaz de esbanjar milhões em satélites, aeroportos, estádios etc, certamente que poderia encontrar um programa para garantir que cada criança no interior tivesse sapatos e o básico em termos de roupa. Vi muitas crianças com barrigas inchadas e cabelo amarelado - obviamente um sinal que não estavam bem nutridas. Os médicos tentaram ensinar às senhoras as melhores formas de amamentar e davam muito ênfase a uma dieta bem balanceada para as crianças para garantir que essas tenham todas as substâncias nutritivas. Havia um desconhecimento gritante de nutrição.

Um outro problema que notei é de meninas jovens a terem bebés algumas á eram casadas. Estava mais do que óbvio de que o planeamento familiar nunca era uma questão que interessava aos casais no interior - vinham tantos bebés e a parte mais dura de cuidar dos mesmos era das mulheres. Em alguns casos, soube, os homens estavam nas cidades para ganhar algum dinheiro que não era muito. Nas aldeias, as senhoras tinham que ir cultivar, preparar comida para os filhos e, em muitos casos, também cuidar dos idosos. A pressão sob a qual as mulheres viviam estava patente nas suas caras,

N isto tudo, os médicos egípcios foram ouvindo e tratando as pessoas com muito carinho. Notei nos egípcios uma profunda capacidade de empatia. Houve uma cena que me marcou profundamente. Uma jovem que não conseguia ler ou escrever sentiu-se profundamente envergonhada da sua condição; o seu domínio da língua portuguesa não era perfeito. Fui chamado para traduzir em umbundu para ela. A médica começou a fazer perguntas sobre o que ela estava a sentir. Eu traduzi. A jovem com o seu bebé que estava a olhar no chão começou a olhar directamente para a médica. Eu vi lágrimas nos olhos

das duas mulheres; depois houve, até, risos. A jovem que estava fechada no início, que sentia que tudo estava contra ela, de repente abriu-se com a médica; afinal, aquela menina que tinha dificuldades em se expressar na língua de Camões não era tão limitada como se podia pensar. No fim, ela disse, de uma forma altamente articulada, o que ela sentia. Procurei a senhora depois e ela me disse que gostou muito do coração da médica; que ela parecia ter sido uma irmã que ela tinha perdido e que por ter estado tão longe dela ficou com pele branca.

Os médicos egípcios na Camela Amões são cristãos coptas - talvez os mais antigos cristãos do mundo. Eles - os cristãos - representam cerca de quinze por cento da população no Egito. Eles são uma minoria que sofreu muita perseguição e até mesmo repressão. O que surpreende é a resiliência desta minoria. No século passado, na nossa área do Bailundo, houve missionários americanos e canadenses, profundamente protestantes, que passaram a ser conhecidos como *afulu* - ou os quietos. Eles eram insultados pelos portugueses católicos ou os que insistiam em manter as práticas religiosas tradicionais, mas nunca reagiam de uma forma agressiva. Em 1937, um comerciante português deu uma chapada no famoso Doutor John Tucker: ele não reagiu; porém, ele foi montando estruturas religiosas e de saúde que estão a ser louvadas até hoje. Os cristãos coptas também são igualzinhos; confrontados com tanta agressão, eles respondem sempre com amor. Há muito que podemos aprender com os nossos irmãos cristãos egípcios.

2. MICROFINANÇAS

2.1 O BPC e as pequenas e médias empresas

Jornal de Angola

2 De Novembro de 2018

As pequenas e médias empresas são unidades de produção que contribuem grandemente para o crescimento da economia. Um país como o nosso, em que há milhares de desempregados, sobretudo entre os jovens, importa que tenhamos pequenas e médias empresas a funcionar e a diversificar a economia.

Se tivermos no país um grande número de pequenas e médias empresas, poderemos reduzir, consideravelmente, a taxa de desemprego, fazendo com que muitas famílias possam ter rendimentos, que podem gerar um aumento do consumo e, conseqüentemente, do investimento privado.

Apostar no financiamento de pequenas e médias empresas é uma medida acertada, pelo que é de louvar a decisão do Banco de Poupança e Crédito (BPC) de conceder crédito às unidades produtivas daquela dimensão em actividade e que pretendem diversificar e expandir os seus negócios nas áreas da agricultura, pescas, indústria, energia e águas.

Uma economia não pode viver apenas de umas poucas grandes empresas, sejam elas públicas ou privadas. O país deve ter muitas pequenas e médias empresas em várias áreas da actividade produtiva. O BPC dispõe de 120 milhões de dólares para financiamento de projectos produtivos de pequenas e médias empresas. Que a concessão de crédito seja feita de modo a abranger de facto empresas que tenham projectos viáveis e sustentáveis. Que não se cometam novamente os erros do passado, em que se dava dinheiro a "empresas", sem a preocupação de se saber se os projectos haviam de gerar retornos. O BPC pretende que o dinheiro a conceder às pequenas e médias empresas em actividade venha a servir, de facto, a economia e que estas unidades produtivas tenham capacidade para devolver os recursos financeiros que tomaram de empréstimo. Os bancos comerciais vivem de dinheiro. Não são casas de misericórdia.

Quando há níveis elevados de crédito mal parado, isso retira a capacidade de os bancos comerciais emprestarem dinheiro, afectando o investimento privado, que é um dos factores decisivos para o crescimento da economia.

Temos no país muitos empresários honestos e capazes de concretizar projectos produtivos. Na concessão de crédito, às pequenas e médias empresas, é preciso priorizar aqueles empresários que dão garantias de que vão usar bem o dinheiro que tomarem de empréstimo. Não se deve continuar a conceder crédito a pseudo-empresários que recebem dinheiro de bancos comerciais para levarem uma vida de muito luxo, ao invés de o investirem na actividade produtiva.

2.2 "Programa jovem" deve ser revisto

Jornal Economia e Finanças

2 De Novembro de 2018

Texto: Armando Estrela

A ministra da Juventude e Desportos, Ana Paula do Sacramento Neto, disse que o seu pelouro tem estado a privilegiar o diálogo com o seu grupo alvo, de forma a garantir a sua participação no desenvolvimento económico e social do país.

A titular da pasta da Juventude e Desportos, que falava no XI Conselho Consultivo da instituição, admitiu que as actividades do sector, no ano de 2017 e no I semestre de 2018, foram globalmente realizadas à medida das disponibilidades financeiras, atendendo o contexto económico e financeiro do país, enquanto outras estão em execução.

Nesse particular, referiu a ministra, profunda reflexão foi dada ao Programa Jovem - "Pro-jovem", pelo que, o sector deve promover junto dos parceiros a revisão gradual dos procedimentos para a sua melhor implementação. No que concerne à projectada política do Estado para a juventude, Ana Paula do Sacramento Neto notou que foi considerado um instrumento importante de orientação da acção do Estado para a melhoria da qualidade de vida dos jovens.

Por conseguinte, o sector deve trabalhar com os parceiros sociais e governamentais, visando a recolha de mais contribuições e posterior aprovação pelo Executivo.

Quanto à gestão das infra-estruturas, a governante disse que em algumas que se encontram em uso já se denota um avançado estado de degradação, por deficiência de manutenção, gestão e conservação e em alguns casos por vandalismo, enquanto outras cumprem objecto social diferente daquele para as quais foram construídas.

Assim, acrescentou, urge realizar um fórum específico sobre a matéria, onde devem ser abordados todos os aspectos afins, incluindo a definição de modelos de gestão e a formação de potenciais gestores, privilegiando a camada jovem.

2.3 Fundo de Garantia de Crédito aberto a todos os empresários

Jornal de Angola

20 De Novembro de 2018

Texto: Graciete Moyer

O Fundo de Garantia de Crédito (FGC) criado pelo Executivo, em 2012, para facilitar o acesso ao crédito no âmbito do extinto programa Angola Investe está agora aberto a todos empresários interessados em aderir aos pacotes financeiros destinados ao fomento da produção interna.

A informação foi avançada em Luanda pelo representante do Ministério da Economia e Planeamento, Laércio Cândido, na mesa redonda sobre "Mecanismo de financiamento à indústria", realizada na Expo- Indústria e Projekta, que encerrou sábado na Zona Económica Especial (ZEE) Luanda/Bengo.

De acordo o técnico, todos os empresários nacionais terão acesso ao Fundo, desde que comprovem que não dispõem de garantias suficientes para apresentar aos bancos. "Anteriormente, o FGC cobria apenas os projectos inseridos no programa Angola Investe, certificados pelo Instituto Nacional de Apoio às Micros, Pequenas e Médias Empresas (INAPEM)". Com as reformas em curso, disse, o FGC foi aberto à economia e aos empresários.

O Fundo de Garantia de Crédito foi estruturado de forma a garantir os reembolsos dos empréstimos bancários até 70 por cento dos financiamentos, em caso de incumprimento. Os restantes 30 por cento são cobertos pelo cliente sob a forma de garantias pessoais ou consignação de receitas.

De acordo com dados divulgados em 2016 pelo presidente do Conselho de Administração do Fundo de Garantia de Crédito, João Júlio Fernandes, até ao final de 2015 o FGC emitiu 328 garantias no valor de 43 mil milhões de kwanzas, que permitiram viabilizar financiamentos no valor de 66,8 mil milhões de kwanzas.

Os principais sectores que o FGC apoiou foram os da agricultura, pecuária e pescas (38 por cento) e a indústria e minas (45 por cento). O mecanismo contribuiu, ainda, no asseguramento de

financiamentos para a produção de materiais de construção e alguns serviços de suporte à actividade produtiva.

Os financiamentos eram concedidos à taxa Luibor (interbancária), adicionada a uma margem ou spread em função da dimensão da empresa (3 por cento para médias, 4,5 por cento para pequenas e 6,00 por cento para as micro).

A maior parte do encargo com os juros é suportada por uma bonificação do Governo (70 por cento) sendo que a empresa nunca paga mais que 5 por cento. Pela garantia concedida o FGC cobra 2 por cento ao ano do valor em dívida garantido.

O Executivo extinguiu em Setembro último o programa Angola Investe, dando lugar a um novo programa que vai, entre outras tarefas, priorizar a cadeia produtiva e valorizar a produção nacional.

Segundo Laércio Cândido o novo programa, cujo nome será conhecido em breve, não vai financiar projectos que demandam enormes quantidades de divisas.

"É importante realçar que os financiamentos vão dar primazia a projectos cujas matérias primas são nacionais", afirmou.

No âmbito do programa Angola Investe, lembrou, foram empregues mais 90 milhões de dólares na produção de ovos, que resultaram no aumento significativo na produção, mas o país continua a importar as embalagens e a ter problemas de razão. "Temos de investir na cadeia produtiva do ovo," insistiu.

Mudança de paradigma

Com a escassez de divisas, referiu, mudou-se o paradigma de financiamento, sem perder vista as necessidades específicas de cada sector.

O programa Angola Investe tinha um período de carência e em alguns casos não tinha margens aceitáveis, o volume de financiamentos para determinados projectos não eram suficientes.

Neste contexto, a prioridade vai também no fecho das cadeias produtivas e a maior utilização do conteúdo nacional, evitando assim aqueles que demandam maior quantidade de divisas.

Para o representante do BDA, Mário de Alcântara Monteiro, o banco financiou 855 projectos e parte destes não tiveram pernas para andar por falta de empenho dos produtores e também por alguma insuficiência do próprio banco. O BDA gere o Fundo

Nacional de Desenvolvimento e apesar de ter os recursos reduzidos neste momento por falta de cabimentação, continua disponível para financiar projectos desde que estejam bem estruturados.

Os representantes dos outros bancos que participaram na mesa redonda foram unânimes de que os requerentes de financiamento devem estruturar bem os seus projectos.

Nesta senda, o representante do BPC, João da Costa Ferreira, disse terem financiamento até quatro milhões de kwanzas às pequenas e médias empresas.

2.4 Lucro dos cinco maiores bancos mais que duplicaram

Jornal Expansão

23 De Novembro de 2018

Texto: Joaquim José Reis

Os cinco maiores bancos privados nacionais por activos quase que duplicaram os lucros nos primeiros nove meses de 2018, passando de 166 mil milhões Kz obtidos entre Janeiro e Setembro de 2017, para 379,6 mil milhões Kz, um crescimento de 130%, de acordo com cálculos do Expansão com base nos balancetes do III trimestre de 2018. O principal destaque vai para Banco Económico (BE) ao passar de 671 milhões Kz negativos entre Janeiro e Setembro de 2017 para 79,1 mil milhões Kz de lucros nos primeiros nove meses deste ano.

Em resposta ao Expansão, o BE justifica o facto com a "melhoria significativa da margem financeira, decomposta por dois efeitos: melhoria dos proveitos de créditos e diminuição dos custos com captações de liquidez", A semelhança dos outros bancos, beneficiou também da reavaliação dos seus activos e passivos em USD face à desvalorização do kwanza. O ex-BESA tem um activo de 1,3 biliões Kz, sendo que 628 mil milhões são relativos a "outros activos", usualmente referente a dações e imóveis. Quanto ao passivo, cerca de 80% dos 1,2 biliões Kz corresponde a depósitos dos clientes.

O Banco de Fomento Angola (BFA), que este ano foi superado pelo Banco Angolano de Investimento (BAI) como a instituição bancária privada com maior activo, voltou a ser o campeão dos lucros, depois de ter fechado os primeiros nove meses de 2018 com um resultado líquido de 150,6 mil milhões Kz, um crescimento de 128% face aos lucros de 66,3 mil milhões Kz obtidos no mesmo período de 2017. O resultado do BFA representa, por outro lado, 40% dos 379,6 mil milhões Kz arrecadados pelos cinco maiores bancos privados. Os activos do banco

cresceram 26% para 1,7 biliões Kz, para os quais contribuíram o aumento de 13% dos títulos e valores mobiliários para 832 mil milhões Kz e de 25% nos créditos para 261 mil milhões. Quanto ao Passivo, subiu 20%, com os depósitos de clientes a 'valerem' 1,2 biliões Kz.

Já o BAI, agora maior banco privado em activos, com cerca de 2 biliões Kz em activos, obteve 91,3 mil milhões Kz de lucros nos primeiros nove meses do ano, um crescimento de 75% face aos 52 mil milhões Kz obtidos entre Janeiro e Setembro do ano passado. Pouco mais de um terço dos seus activos são referentes a Títulos e Valores Mobiliários, cerca de 722 mil milhões Kz, um aumento de 43% face aos 504 mil milhões registados nos primeiros nove meses de 2017, reflectindo a aposta do banco na dívida pública angolana. Por outro lado, face ao período homólogo, este ano o BAI assistiu a um aumento de quase 60% nos depósitos dos clientes para 1,7 biliões Kz.

Já o BIC obteve lucros de 38,6 mil milhões Kz, um crescimento de 35% face aos 28,5 mil milhões contabilizados nos primeiros nove meses de 2017. Por outro lado, o Millennium Atlântico, o terceiro maior banco privado em activos, contabilizou uma redução de 0,8% face aos primeiros nove meses de 2017, baixando dos 20,1 mil milhões Kz para 19,9 mil milhões. Quase metade dos seus 1,4 biliões de activos são títulos e valores mobiliários.

Quase 40% dos activos do conjunto dos cinco maiores bancos estão concentrados em títulos de dívida pública e pouco mais de 20% desses activos são de crédito a clientes. A excepção à regra é o Banco Económico, cujos títulos e valores mobiliários correspondem somente a 9,6% do total de activos.

Além dos cinco maiores, 15 outros bancos apresentaram balancetes dos primeiros nove meses que revelam lucros de 132,5 mil milhões Kz. Oito das instituições bancárias - BPC, BCH, BCI, Banco Mais, Postal, Keve, Yetu e o intervencionado BANC - não cumprem o aviso 15/07 do BNA que obriga à publicação dos balancetes trimestrais "até 45 dias após o término do trimestre".

2.5 Angola tem a maior taxa de crédito malparado dos países africanos

Jornal 24 Horas

30 De Novembro de 2018

A Moody's disse esta sexta-feira (30) que o crédito malparado em Angola, a rondar os 25% do total, é o

mais alto dos países africanos analisados pela agência de 'rating', num relatório que melhora o 'outlook' para os bancos africanos

"O sector bancário em Angola continua um desafio pela fraca qualidade dos empréstimos (crédito malparado nos 25,6% em Agosto), faltas de liquidez de moeda externa, sem bancos a fornecerem dólares, e um número de bancos não avaliados que mantêm baixas reservas de capital", escrevem os analistas.

No relatório enviado hoje aos investidores, e a que a Lusa teve acesso, que incide sobre o sector bancário nos países em que a Moody's dá 'rating' ao país e a pelo menos um banco, a agência melhora a perspectiva de evolução de Negativa para Estável, o que pressupõe que não haverá mudanças nos próximos 12 a 18 meses, mantendo-se as condições actuais. Os riscos, no entanto, continuam e são principalmente negativos, ou seja, a Moody's antecipa que, a haver uma alteração sobre a avaliação da qualidade do sector nestes 11 países, a opinião tenderá a ser revista em baixa.

A Moody's aponta que "os bancos na Tunísia, Tanzânia e República Democrática do Congo são os que estão mais em risco e, em menor escala, os bancos da África do Sul, Nigéria e Angola".

Na análise aos bancos africanos, a agência de 'rating' diz que "as regulações mais severas e a melhoria na supervisão, ainda que abaixo dos padrões globais, vai apoiar a estabilidade financeira" e aponta que, no caso de Angola, "as melhorias incluem o aumento do montante mínimo de capital". Estas e outras melhorias no ambiente financeiro "vão ajudar a lidar com as questões de governação empresarial no passado e subscrições de crédito irregular que estiveram na base do recente falhanço dos bancos em Angola".

Em Angola, a Moody's apenas avalia a qualidade do crédito do Banco Angolano de Investimentos (BAI) e, já esta semana, atribuiu pela primeira vez um 'rating' ao Banco Fomento Angola (BFA), dando-lhe a nota máxima permitida pelo 'rating' atribuído a Angola, já que os bancos não podem ter melhor 'rating' que o país em que operam.

O BFA tem, assim, a qualidade do crédito avaliada em B3 para os depósitos de curto e longo prazo em kwanzas, e em Caal para os depósitos em moeda externa, ambos abaixo da recomendação de investimento, tal como acontece com a República de Angola (B3 com Perspectiva de Evolução Estável desde Abril deste ano).

2.6 Moradores dos Mulenvos receberam micro-créditos

Jornal de Angola

24 De Novembro de 2018

Texto: Edivaldo Cristóvão

O Distrito Urbano dos Mulenvos, município de Cacuaco, província de Luanda, vai dispor de uma unidade móvel para ministrar cursos profissionais e de empreendedorismo, anunciou, ontem, o secretário de Estado para a Formação Profissional e Segurança Social.

Manuel Moreira, que falava numa cerimónia de entrega de micro-créditos a mais de 50 pessoas, entre jovens e adultos, não mencionou o dia em que vai ser colocada nos Mulenvos a unidade móvel, tendo apenas acentuado que pode acontecer até ao princípio do próximo ano.

O secretário de Estado pediu à população que preserve a unidade móvel que vai ser colocada nos Mulenvos por ser um "investimento caro", solicitação feita devido ao crime de vandalização de bens públicos que ocorre ultimamente com frequência em todo o país.

"A geração do auto-emprego é que faz com que a economia de um país cresça", declarou o secretário de Estado, durante a cerimónia de entrega de micro-créditos no âmbito de uma parceria entre o Banco Sol e o Ministério da Administração Pública Trabalho e Segurança Social.

Cada contemplado recebeu 200 mil kwanzas, devendo o montante começar a ser pago ao Banco Sol apenas dentro de três meses, com juros de 1,67 por cento.

O secretário de Estado Manuel Moreira garantiu que o Executivo vai continuar a intensificar acções de empreendedorismo com vista ao desenvolvimento das comunidades.

O administrador do Distrito Urbano dos Mulenvos, Luís Vicente, reconheceu ao Jornal de Angola que a concessão de micro-créditos ajuda a resolver o problema de muitas famílias.

Sol Amigo

O Banco Sol e o Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social estão unidos, desde 2010, através do "Sol Amigo", um programa de

empreendedorismo na comunidade denominado "Sol Amigo".

O programa já concedeu micro-créditos a mais de dez mil pessoas e formou mais de 87 mil em todo o país.

O programa estabelece uma das taxas de juros mais baixas do mercado, que é 1,67 por cento ao mês, além de dar a possibilidade ao devedor de começar a amortizar a dívida depois de três meses de começar o negócio.

O montante do crédito, concedido em k:wanzas, é de mil a cinco mil dólares, podendo chegar aos 20 mil.

O Banco Sol está sempre aberto a renegociar com as pessoas que apresentam problemas ou pretendam fazer crescer o seu negócio.

3. MERCADO INFORMAL

3.1 Zungueiros denunciam excesso na ante-câmara da “Operação Resgate”

Jornal O PAÍS

1 De Novembro de 2018

Texto: Domingos Bento

O presidente da Associação os Vendedores Ambulantes (AVAL), José Ambrósio Cassoma, apelou ontem para o bom senso das autoridades durante a realização da "Operação Resgate", que inicia no próximo dia 6 de Novembro.

A referida campanha, lançada oficialmente ontem, vai decorrer em todo o país e pretende, dentre os vários objectivos, o reforço da ordem e da tranquilidade públicas, o ordenamento da venda ambulante, a neutralização do comércio ilegal de acessórios de viaturas e outros males que afectam a segurança pública.

Segundo José Ambrósio Cassoma, apesar de a campanha ainda não ter arrancado, a sua agremiação tem recebido muitas queixas de excessos cometidos por agentes da fiscalização e da Polícia que continuam a usar a brutalidade física para reprimir a venda ambulante.

"Todos os dias recebemos casos de apreensão de produtos e de violência contra os nossos associados. Tem sido uma luta constante. As autoridades continuam a usar a violência para o fim da venda ambulante, o que é muito mau, porque acreditamos que não é por essa via que se revolvem as coisas", atestou.

Para José Ambrósio Cassoma, as pessoas não estão na rua por livre vontade. Estão por necessidades e escassez de mercados que, na sua maioria, estão situados em locais de difícil acesso. Neste sentido, o activista cívico defendeu a criação de alternativas para albergar o grosso das pessoas que nos próximos dias vão ser forçadas a sair das ruas, na sequência da "Operação Resgate", que vai envolver efectivos de diversas especialidades da Polícia Nacional.

"As pessoas vão sair das ruas. Mas, depois, vão sobreviver de quê? Temos vindo a alertar para a construção de mais mercados e feiras, mas, infelizmente, não somos ouvidos. O Governo nunca

está disposto a negociar connosco de forma a encontrar um ponto convergente", notou.

No seu entender, caso não haja instruções e orientação dos agentes da Polícia e da fiscalização que vão trabalhar na "Operação Resgate", os casos de violência e agressão contra os vendedores ambulantes poderão aumentar e terminar em tragédia. "Se as autoridades acharam por bem organizar o país, devem fazê-lo com base no respeito às pessoas. É preciso que haja instrução e preparação dos agentes que vão estar na rua. Caso contrário, vamos ter uma vaga de violência protagonizada por quem tem a missão de repor a ordem".

Operação de força

De acordo ainda com o líder associativo, à semelhança de outras iniciativas, o Governo continua a usar a "força" para fazer valer os seus objectivos, situação que em nada ajuda na busca do consenso social que passa pelo diálogo. Tal como deu a conhecer, até ao momento, a sua associação e outras de defesa das pessoas mais desfavorecidas ainda não foram consultadas pelas autoridades de forma a dar o seu ponto de vista sobre as linhas de força da anunciada "Operação Resgate".

Caso as autoridades continuem a fechar-se ao diálogo, José Ambrósio Cassoma disse que vai continuar céptico quanto ao êxito da campanha. Conforme explicou, a venda ambulante é um fenómeno social que, apesar de ser várias vezes discutido, não tem encontrado equilíbrio e soluções práticas, porque o Estado prefere ignorar o diálogo com a sua associação e com outras que defendem este segmento de comerciantes.

"Não é possível alguém governar sem ouvir a sensibilidade das pessoas. O êxito de qualquer actividade só é possível quando as partes estão dispostas a dialogar por isso, caso o Estado continue a ignorar as ideias dos vendedores, esta campanha não terá êxito", alertou.

3.2 Operação Resgate pode baixar popularidade de JLo

Jornal 24 Horas

2 De Novembro de 2018

Texto: Licínio Adriano

Estão nessa alçada as vendedoras ambulantes, vulgo zungueiras, os moto-taxistas angolanos, os jovens que vendem aparelhos de comunicação nas ruas ou nos mercados informais, os carregadores de mercadorias em carros de mão e outros trabalhadores braçais.

Neste vasto grupo de pessoas, grande parte são militantes ou simpatizantes do MPLA e sentem-se defraudados que seja o seu próprio governo a tirá-los os parques haveres que tão suadamente conseguem para sustentar as suas famílias.

Sendo Bento Kangamba, o “homem das massas populares”, carismático e com muito prestígio no seio da sociedade, de carácter humilde, e de grande amor ao povo, os populares que temem pelo pior da operação, apelam ao seu empenho para sensibilizar as autoridades para que sejam mais brandos e compreensivos quanto aos seus problemas. Se não haver maior ponderação, pese embora a importância da "Operação Resgate", o governo vai condenar à fome milhares de famílias e vai mandar para a indigência, prostituição e delinquência outros tantos milhares.

Tendo tomado boa nota da situação e fazendo uma leitura clara do momento, Bento Kangamba, cujas proezas de afiançaram ao MPLA enormes benefícios, sobretudo no que toca à mobilização das massas e transmissão das mensagens do partido, incute confiança e serenidade nas massas populares, reconhece a necessidade e importância da referida operação, mas apela para que se pondere em relação às camadas mais desfavorecidas, que se implemente políticas sociais e pedagógicas, sérias e concretas, para depois, paulatinamente, se tomar medidas mais drásticas.

No seu entender de mobilizador das massas, se a "Operação Resgate" cair de pau em cima do povo, o Presidente João Lourenço e o MPLA vão ficar em muitos maus lençóis e passarão de bestiais a bestas. Vão perder popularidade e a população vai odiar!

De salientar que a "Operação Resgate", lançada oficialmente pelo Governo, vai estender-se gradualmente a todo o país, ocupando todos os meios das forças de segurança, começando em força a partir de 06 de Novembro, por tempo indeterminado.

A operação foi apresentada em Luanda, pelo ministro do Interior, Ângelo de Barros Veiga Tavares, num encontro com directores departamentais das diversas forças de segurança de Angola, pretendendo as autoridades operar uma revolução no comportamento e conduta dos cidadãos.

Até 06 de Novembro, sublinhou o ministro, irá decorrer um período de sensibilização da população, após o qual as autoridades irão actuar "decididamente" com base numa estratégia que passa por sete eixos fundamentais.

Trata-se dos problemas provocados pela urbanização "desordenada" das cidades, pela "deficiente" circulação rodoviária, pela imigração ilegal, pela "punição" à destruição de bens públicos, pela caça furtiva, fauna e flora, pela poluição sonora e pela "falta de controlo" dos pais e tutores em relação a menores. No que diz respeito aos problemas ligados à desorganização na urbanização das cidades, Veiga Tavares destacou que as forças de segurança vão combater a ocupação dos espaços públicos para a construção de residências, casebres, lanchonetes ou instalação de mercados informais e outros, bem como a ocupação ilegal de reservas fundiárias para construção desordenada de bairros.

O combate será extensível aos mercados informais, armazéns e oficinas instalados ao longo dos principais eixos viários, "com influência negativa na circulação viária", dos mercados informais nas zonas pedonais e nas passagens aéreas para peões e à venda de produtos de roubo e de furto, como para peças para viaturas e telemóveis.

No domínio da circulação rodoviária, vai ser combatido o "uso alternativo e ilegal" de motociclistas de passageiros e exercício ilegal de táxi, "urge organizar, ordenar e disciplinar", bem como a venda ambulante nos congestionamentos e nos pontos de carga e descarga de passageiros.

3.3 Operação Resgate aterroriza vida de vendedores ambulantes

Jornal A República

2 De Novembro de 2018

Texto: Isidro Kangandjo

O Jornal A República foi ao encontro de vendedoras do São Paulo e Vila de Cacucaco, nesta segunda-feira, 29 de Outubro de 2018, para saber delas o impacto da operação decretada pelo Governo angolano em todo território nacional. Algumas senhoras dizem que o Governo quer ver as mulheres a juntarem-se aos homens que ficam em casa e que estão desempregados,

"Se o Estado não tomar medidas que nos permitam alimentar os nossos filhos, todos vamos parar na cadeia" disse a senhora Nzunzi Tavares, vendedora do S. Paulo.

"O nosso maior problema não é estar preso, o que nos preocupa é como iremos alimentar as nossas crianças. Num momento em que o país está em crise, que eles mesmos criaram, as medidas sobre a operação resgate não podem ser de forma coerciva"

Alguns vendedores ambulantes dizem que estão a acompanhar os programas do Estado para acabar com a fome e a pobreza no país, mas desconhecem as medidas utilizadas pelo executivo, no sentido de executar o programa que levou milhões de cidadãos a votar no partido MPLA. No mês de Março, o antigo Administrador do Cazenga realizou uma campanha de cadastramento das vendedoras ambulantes. De acordo com Victor Natanael Narciso, o passe facilitaria as zungueiras a venderem sem incómodo dos fiscais nem da Polícia, o mesmo se deu também nos municípios de Cacucaco e de Luanda, mas hoje, infelizmente, os cartões não funcionam em Luanda.

"Sentimo-nos aliviados quando se aproximam as eleições, somos mobilizados, passam cartões de vendedoras ambulantes e enchem-nos de promessas falsas, mas quando terminam as eleições, somos expulsos como cães. Se há boa nova para o melhoramento das condições de vida, por que razão somos expulsos como se estivéssemos no tempo de guerra? Nós só dependemos da zunga porque os nossos maridos já não trabalham, então como ficam os nossos direitos enquanto cidadãos? Será que é desta forma que o nosso Governo protege a vida dos cidadãos angolanos"? Lamentaram.

António Lopes é natural de Benguela, veio para a capital do país em busca de melhores condições de vida, hoje vende rádios e auriculares nas ruas de São Paulo. Diz que já foi alvo da perseguição dos fiscais e perdeu várias vezes o seu negócio. Desta vez, sente que a pressão aumentou, não consegue vender nada, fica difícil sustentar-se e mandar algum dinheiro aos filhos que se encontram em Benguela e pede ao Estado que dê emprego aos cidadãos.

"Não basta apenas proibir, é necessário dar oportunidade aos cidadãos. O Governo deve primeiro criar condições para empregar os comerciantes, porque os mercados que temos ficam distantes dos clientes, por outra, não acolhem a quantidade de vendedores e vendedoras ambulantes de Luanda" disse.

Caso que abalou Luanda foi quando a fiscalização de Viana começou a carregar carros-de-mão dos vendedores em três viaturas de marca Mitsubishi Fuso Canter. Alguns dizem que o Governo está a exagerar nas suas acções.

Para melhor esclarecimento sobre o assunto, a nossa equipa de reportagem contactou o Phd, Milton Sivi Júnior, Pesquisador Holístico, Politólogo e Auditor Internacional. Para si as intervenções que estão sendo feitas contra os vendedores ambulantes, põem em causa a vida económica das famílias e ainda:

"O Governo tem problemas a resolver no domínio social. A agenda social criada pelo Governo ainda não satisfaz a nossa população. Todas as actividades que o Governo está a realizar deviam ter um domínio de estudo prévio, relativamente às consequências sociais. O Governo devia acautelar e não tomar medidas drásticas, no sentido de criar condições para as populações, porque o que se assiste é que o executivo quer resultados imediatos, mas não faz avaliações de longo e médio prazo das consequências dos seus actos. Quem falha na preparação, prepara-se para falhar, aqueles que prosseguirem em desempenhar o papel do líder, na tentativa de erigir uma sociedade benevolente, sem passar por uma meticolosa auto preparação e auto disciplina, através da prática intuitiva, não só provocarão sua própria ruína, como levarão ao desastre toda a humanidade", disse Dr. Milton Sivi Júnior.

O Auditor disse que a crise em Angola não tem a ver com o baixo preço do petróleo, trata-se, no seu ver, de falta de controlo e disciplina de gestão na maior parte dos gestores e é necessário discipliná-los.

"A continuar assim vai piorar ainda mais, tornar o pobre mais pobre e dificultar as condições sociais das populações, eu não compactuo com essas estratégias. Acho que o Governo está a pecar muito. Disciplinar não é necessário usar forças maiores, passa por criar condições para que todos os cidadãos angolanos sintam-se firmes na sua própria terra, de acordo com o seu rendimento e as suas capacidades. As medidas que a Polícia está a usar não resolvem o problema dos angolanos, tem de haver outras medidas".

PHD. MILTON SIVI JÚNIOR Pesquisador Holístico, Politólogo e Auditor Internacional

3.4 Fiscais aproveitam-se da operação resgate para extorquir cidadãos

Jornal A República

2 De Novembro de 2018

Texto: Mafuta Malanda

Na passada terça-feira, 30 de Outubro, o Governo de Angola, através do Ministro do Interior, Ângelo da Veiga Tavares, procedeu a abertura oficial de uma operação denominada "Resgate"; a entrar em vigor a partir de 06 de Novembro próximo, cujo objectivo é recuperar a autoridade do Estado.

Durante a operação, não serão permitidas vendas nas ruas, cantinas e oficinas ilegais, serão punidos os cidadãos que atravessarem as estradas fora das pedonais, os kinguilas, os revendedores de «cartões

sim», (chips) das operadoras de telefonia móvel também não ficarão de fora. A operação ainda não começou, mas os fiscais do município do Cazenga já estão a extorquir dinheiro aos cidadãos.

Na passada sexta-feira, 26 de Outubro, os fiscais fizeram -se ao bairro Mabor, no distrito urbano do Kimakeza e passaram a fazer cobranças ilegais. Às cantinas, oficinas, casas de peças, barbearias e padarias exigiam um valor não inferior a cinco mil kzs. Já às bancadas cobravam 500 kzs. Os que não tivessem dinheiro para pagar, eram obrigados a fechar os estabelecimentos e no caso das bancadas eram vandalizadas.

Na terça-feira, 30 de Outubro, por volta das 13 horas, os Serviços de Migração Estrangeiros actuaram no Hoji- Ya- Henda, e prenderam cerca de 30 cidadãos, supostamente estrangeiros, e transportados em péssimas condições por duas viaturas de marca Toyota Land Cruiser. Um cidadão de nacionalidade senegalesa, como apuramos, no momento em que estava a ser transportado terá perdido os sentidos e ficado estendido no chão, enquanto os demais cidadãos, uns estrangeiros e outros angolanos, pediam satisfações aos agentes do SME. Vários são os cidadãos que se mostram descontentes com a actuação das autoridades, como é o caso do sociólogo, Alberto Carlos. "Estamos todos de acordo que o Estado recupere a sua autoridade que há muito perdeu, mas é necessário que o faça de acordo com a Lei e que se salogue os direitos humanos, de forma a não beliscar o prestígio que Angola almeja atingir na arena internacional".

O sociólogo perspectiva dias difíceis para os angolanos da classe baixa.

"Muitas famílias dependem da venda ambulante. O combate à venda ambulante vai fazer com que muitas dessas famílias enfrentem dificuldades, pelo que o governo devia primeiro criar condições ou espaços para colocar os vendedores ambulantes", concluiu.

3.5 Vendas ambulantes com os dias contados

Jornal O Crime

3 De Novembro de 2018

Texto: Silveira da Piedade

O regulamento, aprovado pelo Conselho de Ministros, vai formalizar o comércio, maioritariamente exercido por jovens e mulheres, mais conhecidas por "zungueiras". "Estão já catalogados e identificados os locais para se exercer a

actividade, depois de uma análise com as autoridades provinciais", garantiu o governante.

Joffre Van-Dúnem admitiu que um dos objectivos da medida é apoiar as condições para "trazer o mercado informal para o formal".

O regulamento também especifica quais produtos não serão passíveis de comercialização ambulante, como combustíveis e medicamentos.

"Podemos ficar sossegados que, até ao final do ano, seguramente, os vendedores ambulantes serão identificados, terão o seu cartão e locais onde poderão exercer a sua actividade", assegurou Joffre Van-Dúnem Júnior.

O Governo proibiu também a venda de peças de carros e motorizadas nos mercados informais e ruas, justificando com a necessidade de combater o roubo. Nas principais zonas de comércio de acessórios, em Luanda, como o bairro Popular, Golfe TI, mercado dos 'Correios', ainda há, à venda, muitas peças, velhas e novas.

Vicente António Gabriel é um dos comerciantes que não sente os efeitos das novas regras. Para ele, o negócio "não registou quebras", continua a ser realizado com "normalidade" e garante que não tem sido intimidado pela Polícia. Continua vender peças provenientes do Dubai, China e Japão, por isso, rejeita que sejam roubadas ou provenientes do mercado 'negro'.

Das que registam maior procura, e as mais baratas, destacam-se as peças das marcas Toyota, Nissan e Hyundai, enquanto as de origem norte-americana "têm pouca saída e são muito caras", assegurou-nos.

Também sem ser afectado pela medida está Giovani Alves, que garante que não sente dificuldades, porque só vende "peças novas e não de ocasião", não obstante reconhecer que há "uma redução de clientes, desde que foi publicado o decreto". Por isso, sugere que o Governo deva autorizar apenas a entrada de peças novas e "proibir" as usadas.

Acusa, entretanto, alguns colegas de venderem peças roubadas, que tentam "camuflar" como novas, mas nunca têm documentação. Na sua loja, as peças dos KIA são as mais procuradas, seguidas das dos Hyundai. Luís de Almeida acredita que a proibição poderá criar "constrangimentos". Preocupado, lembra que depende destas vendas para sustentar e pagar a educação dos filhos. Comerciante de peças há seis anos, é a única actividade que possui. Compra viaturas acidentadas, das quais retira peças e que são vendidas pelos proprietários, e "não roubadas".

Um dos fiscais do Mercado dos Correios, José Fernandes, tem recebido informações da Polícia de que há grupos de pessoas a roubar viaturas e motorizadas cujas peças "são comercializadas" neste mercado. Conhecedor do meio, classifica de "injusta" a proibição que "poderá penalizar os vendedores honestos, como se fossem culpados pelos roubos". "Pode existir quem compre peças roubadas, mas a maioria é gente honesta", garante.

Muanza António João, técnico de reparação de caixas de velocidades e vendedor há 21 anos, tem recebido peças de viaturas avariadas, cujos proprietários se querem livrar. Deslocam-se ao mercado e vendem. "Recusamos a ideia de que vendemos peças roubadas, a informação é falsa", assegura.

Um outro vendedor, Ângelo Joaquim, denuncia que os maiores vendedores de peças provenientes de viaturas roubadas "são estrangeiros", enquanto os angolanos compram peças de quem procura "desfazer-se das viaturas avariadas". Sugere que o roubo só poderá cessar quando o Governo combater os estrangeiros ilegais, que, segundo ele, "financiam os marginais". Alguns estrangeiros, a vender na rua, recusaram-se a falar ao jornal O Crime.

A medida visa travar roubos"

Para a socióloga Euniza Lourenço, os ministérios do Interior, do Comércio e dos Transportes decretaram a proibição da venda de peças de viaturas e de motorizadas nas ruas e mercados informais para seguirem com a pretensão de "travar" os roubos.

Segundo se lê no documento, assinado pelos ministros Ângelo da Veiga Tavares, Joffre Van-Dúnem e Ricardo de Abreu, a "sociedade angolana tem vindo a constatar, com bastante preocupação, furtos e roubos de veículos automóveis e motorizados que, em muitos casos, são vendidos fora das localidades em que ocorrem tais factos e, noutros casos, desmantelados para o aproveitamento dos salvados, que são vendidos nos mercados informais".

3.6 População instada a cooperar

Jornal O PAÍS

5 De Novembro de 2018

Governo Provincial de Luanda, informa em nota que realiza a partir de amanhã, 6 de Novembro, do corrente ano um conjunto de operações de reposição e manutenção da ordem pública, incorporadas na "Operação Resgate".

A Operação, que terá implementação simultânea em todos os municípios da província de Luanda, visa

prevenir e reprimir comportamentos delituosos, assim como restabelecer as condições necessárias e indispensáveis ao normal funcionamento das instituições do Estado.

Segundo a nota emitida pelo Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa, a operação incidirá sobre os comportamentos delituosos ligados ao furto de cabos eléctricos e demais componentes dê infra-estruturas de transporte de energia eléctrica; comércio informal que potencia o roubo e o furto de artigos muito procurados, como telemóveis, acessórios de viaturas, televisores, botijas de gás, leitores de DVD e descodificadores, dentre outras ilicitudes.

Na mesma nota o governo de Luanda adverte que a sua acção vai-se estender a superfícies comerciais que vendem artigos diversos sem o cumprimento das normas que regulam o exercício da actividade comercial; a venda de medicamentos na via pública e em estabelecimentos sem licença para o exercício da actividade farmacêutica; oficinas de rua e clandestinas que desmantelam viaturas ilicitamente subtraídas, viciam motores e alteram matrículas; estabelecimentos não licenciados de diversão nocturna que comercializam bebidas alcoólicas, nos espaços públicos, que fomentam a violência, prostituição, consumo excessivo de bebidas alcoólicas e de estupefacientes.

A acção chega às gráficas e locais de produção de documentos com o conluio de funcionários de serviços públicos, que facilitam a obtenção de documentos oficiais, mediante cobranças ilegais.

A nota reitera que a acção sobre o exercício ilegal de actividades religiosas vai continuar, assim como o combate ao armazenamento de combustíveis em tanques subterrâneos destinados ao contrabando deste produto em grande escala e a caça aos vandalizadores das condutas de água, para o furto deste líquido e a sua comercialização nos bairros através de camiões cisterna.

Para o êxito da "Operação Resgate", o Governo Provincial de Luanda solicita a colaboração de todos os municípios no sentido de cooperarem com as equipas de actuação, compostas por efectivos da Polícia Nacional, SIC, SME, AGT, ENDE, EPAL, Comércio e Indústria, Transportes, Cultura, Ambiente e Saúde.

3.7 "Operação Resgate" é apenas um exercício de bom senso

Jornal de Angola

5 De Novembro de 2018

Texto: Eduardo Magalhães

Quem comete o pior crime? Quem compra ou quem vende mercadoria proibida e sem a devida autorização? A resposta é óbvia para este caso: os dois. A Operação Resgate, a ser lançada em breve, pode ser resumida ao cumprimento das leis e à prática do bom senso. Por isso, podemos afirmar que pretende regular as actividades comerciais, ao mesmo tempo em que educa os vendedores ambulantes e os consumidores sobre direitos e deveres.

Sabemos todos que o comércio ilegal e o contrabando prejudicam o desenvolvimento económico e é um agente de inúmeros problemas sociais e, em casos mais extremos, uma ameaça à vida das pessoas.

Quando o vendedor ambulante deixa de ser registado para a prática do comércio, pode estar a cometer não apenas uma infracção grave, mas também a oferecer mercadorias que são produto de roubo e, quando não autorizadas para o livre comércio, no caso dos medicamentos, constitui ameaça à vida dos consumidores.

Este é um problema existente em todo o país. Por isso, a Operação Resgate ganha importância ainda maior papel do Estado a gestão e controlo dessas actividades que têm como origem, na maioria das vezes, a criminalidade e até mesmo a imigração ilegal. É pedagógica porque convida o cidadão (vendedor ou consumidor) para uma reflexão sobre causas e consequências da prática de ilegalidades.

A abertura de mercados locais com espaços disponíveis e o registo dos comerciantes é um importante passo para que as actividades comerciais ganhem em qualidade, variedade, segurança e competitividade. Apenas como um dos inúmeros exemplos, o consumo indevido de medicamentos e a actual falta de controlo sobre a origem e qualidade de alguns desses medicamentos levam-nos ao necessário estágio de alerta, sobretudo porque a saúde pública é uma responsabilidade do Estado. O dinheiro que o Estado destina ao atendimento de vítimas do consumo de mercadorias indevidas e de origem e qualidade duvidosas, poderia ser utilizado para atender outras necessidades dos nossos cidadãos.

O comércio ambulante é uma actividade permitida por lei. O que está a ser planificado com a Operação Resgate é apenas o respeito às leis já existentes.

É louvável que a Operação Resgate esteja a actuar também na educação e consciencialização dos cidadãos nas vestes de consumidores. Porque enquanto continuar a existir a figura do comprador, haverá também a janela aberta para a prática do comércio ilegal. Ganham todos, Estado, consumidores e comerciantes.

Importante que este diálogo seja mantido, pois somente com a consciência dos direitos e deveres é que será possível compreender a importância de regular e controlar essas actividades.

3.8 "Operação Resgate" corrige comportamentos incorrectos

Jornal de Angola

5 De Novembro de 2018

Texto: Kílsia Ferreira

Mais de trinta mil lugares estão disponíveis em vários mercados de Luanda, mas os vendedores negam-se a ocupá-los, informou ontem, na capital angolana, o director provincial do Comércio, Indústria e Recursos Minerais.

José Manuel Moreno falava num encontro de esclarecimento com jornalistas, a propósito da "Operação Resgate" que começa amanhã, para prevenir e corrigir comportamentos incorrectos, assim como restabelecer as condições necessárias e disponíveis ao funcionamento das instituições do Estado

O responsável lamentou o comportamento de vendedores muitos dos quais não aceitam ocupar os lugares, alegando que o chão dos mercados deviam ser de terra batida, ao invés de betão. "O Governo faz grandes investimentos nos mercados para melhor acomodar os vendedores, mas eles não colaboram, o que é errado.

O director provincial do Comércio, Indústria e Recursos Minerais esclareceu que a "Operação Resgate" terá, numa primeira fase, carácter pedagógico, e lembrou que numa fase seguinte serão aplicadas as normas estabelecidas por lei.

Quanto à informação posta a circular, segundo a qual os vendedores ambulantes serão detidos, José Manuel Moreno diz não corresponder a verdade. "Não há qualquer intenção de prender alguém que esteja a comercializar, mas serão aconselhados a abandonar o local e a se dirigir para os locais apropriados".

De acordo com o director provincial do Comércio, Indústria e Recursos Minerais a venda ambulante é

permitida por lei, desde que as pessoas se licenciem nas administrações municipais. Para uma melhor organização, assegurou que vão ser impressos cartões de várias cores para atribuir aos ambulantes e feirantes.

A ideia, sustentou, é fazer com que haja um maior controlo dos vendedores ambulantes. Indicou que o registo destes vai ser feito junto das administrações municipais e distritais.

Referindo-se aos vendedores ambulantes que não possuem Bilhete de Identidade, José Manuel Moreno tranquilizou-os, referindo que as administrações municipais e distritais podem passar sem qualquer problema declaração ou cartão de ambulante ou feirante.

O porta-voz da Polícia Nacional, Mateus Rodrigues, disse, por seu lado, que a "Operação Resgate" consiste em combater o comércio informal, que potencia o roubo e o furto de artigos, como telemóveis, acessórios de viaturas, televisores, botijas de gás, leitores de DVD e descodificadores.

Outras práticas, como a venda de medicamentos na via pública e em estabelecimentos comerciais, sem licença para o exercício da actividade farmacêutica, centros não licenciados para diversão nocturna, que comercializam bebidas alcoólicas nos espaços públicos e fomentam a violência e a prostituição são também puníveis por lei.

O vice-governador para a Área Económica, Júlio Bessa, solicitou o apoio da imprensa para o êxito da "Operação Resgate".

3.9 “Operação Resgate” tende restaurar a urbanidade, civilidade e ordem institucional

Jornal O PAÍS

5 De Novembro de 2018

Texto: Miguel José

Na circunstância, António Bernardo explicou que o plano da "Operação Resgate" deriva da acção do Executivo angolano tendente a restaurar os bons hábitos e costumes, de acordo com as normas vigentes, pôr ordem institucional no país e rever toda a máquina de gestão de cedência ao exercício das actividades económicas, no sentido de garantir ao Estado benefícios fiscais para potenciar a economia angolana, através do Orçamento Geral do Estado (OGE). Segundo o delegado provincial do Ministério do Interior (MININT), o curso da "Operação Resgate" será conduzido pelas administrações

municipais e locais, sendo que as Forças da Ordem e Segurança Pública vão, unicamente, garantir apoio necessário, com intervenções pontuais em caso de resistência e afronta às autoridades instituídas, sem recurso ao uso desproporcional da força. Notificou que os efectivos não estarão autorizados a tomar atitudes de livre arbítrio sobre protestos a quaisquer irregularidades que se verificarem da parte das 'zungueiras' e outros agentes vendedores ou que exerçam actividades económicas nas ruas. Por isso, em jeito de advertência, aconselhou os agentes da ordem que em caso de irregularidade devem encaminhar os transgressores aos locais apropriados, sob indicação das administrações locais. "O agente do Interior (policial ou civil), que for apanhado a receber produtos dos vendedores ou a exceder a sua autuação contra quem quer que seja, será detido e encaminhado aos órgãos de justiça militar", alertou, o também comandante provincial da Polícia Nacional.

O Executivo quer, paulatinamente, com paciência, restaurar e devolver os bons costumes, em cumprimento da lei, de que a sociedade angolana carece, através da "Operação Resgate", para induzir os cidadãos nacionais e estrangeiros residentes a fazerem tudo com base nas regras. Porém, o alto responsável local do MININT apelou às pessoas a adaptarem as suas atitudes, quer na sua forma de ser e de estar, quanto nas realizações práticas de qualquer índole, com obediência às normas sociais, em conformidade com a lei, no sentido de evitarem conflitos com as autoridades do Estado.

Como forma de prevenir, elencou alguns aspectos de violações administrativas e acções negativas a combater, como a venda desordenada de produtos e prestação de serviços lucrativos em locais públicos; as construções anárquicas e alteração de infra-estruturas urbanas sem a prévia autorização competente; o exercício de cultos religiosos sem a devida legalização e em locais inadequados; a protecção e/ou parcerias de interesses de negócios com estrangeiros em situação ilegal. Contudo, fez saber que o âmago da operação consiste, essencialmente, em práticas que têm molestado a urbanidade e civilidade. A "Operação Resgate" não tem como missão a perseguição de populares, mas, sim, evitar práticas que configuram desconformidade administrativa", esclareceu.

Sobre opiniões discordantes "Não vamos permitir que as ruas das cidades, portas de quintais ou de instituições se transformem em mercados", repudiou, determinantemente, o delegado António Bernardo, em sinal de protesto contra aqueles cidadãos que acham a operação como sendo precipitada e com tónico repressivo. Porém, explicou que as administrações criarão condições para que as vendas

venham a ser feitas de forma legal e organizada, de modo a permitir que todos os cidadãos que exercem actividades lucrativas contribuam para as finanças do país através da tributação fiscal, no intuito de melhorar a capacidade financeira e corresponder à demanda das necessidades que constam na responsabilidade do Governo, nos vários domínios sociais.

Na mesma condição fez referência às construções anárquicas que se erguem, diariamente, em vários espaços do território sem o cumprimento dos actos administrativos e fora dos padrões urbanísticos previamente orientados pelas respectivas municipalidades.

Sendo que a terra pertence ao Estado, o oficial comissário disse que compete, ao próprio Estado, através das instituições existentes, criar as condições técnicas e materiais para que o cidadão tenha acesso aos serviços públicos e veja as suas necessidades satisfeitas. "Não é permitido que qualquer um faça o que quer", refutou.

3.10 “Operação Resgate” começa amanhã

Jornal O PAÍS

5 De Novembro de 2018

Texto: André Mussamo

Horas de visita virtuais aos murais e contas de internautas revelaram-se insuficientes para ler e entender os milhares de comentários feitos pelos usuários das redes sociais, principalmente motivados por post de rostos conhecidos da nossa sociedade.

O debate vai caloroso e animado, ocorre entre três correntes que parece dominarem as tendências dos comentários, sendo uma mais optimista e "aplaude", outra radicalmente pessimista e que a partida consideram "O Resgate" um nado morto. Uma terceira, chamemos lhe moderada, que dá o benefício da dúvida e espera "ver pra crêr".

Ismael Mateus publicou um dos mais comentados post sobre a "Operação Resgate". Na sua proposta via redes sociais, o também professor universitário "endossa" um conjunto de sugestões que passam por "transformar as compras na rua em transgressões dos compradores, tanto a pé como em auto, determinar a abertura em todos os municípios e comunas de mercados locais, onde as vendedoras, previamente registadas, são responsabilizadas pelo asseio e limpeza de um raio de 100 metros, sob pena de perderem o direito às bancas".

O cidadão Ismael Mateus sugere também a definição de dias e locais para venda ambulante, registo e municipalização da zunga, enquanto uma "uma marca sociológica e cultural da cidade de Luanda".

Determinar a lista de produtos proibidos na zunga e registar, disciplinar as cantinas e "destruir o circuito comercial de mercadorias contrafeitas vulgo maiuia, que alimenta a rede de mamadus e faz concorrência desleal ao comércio oficial" é outra das sugestões.

Em defesa da venda dos quitutes

Quando à venda de iguarias típicas do manjar angolano, a que Ismael Mateus chama quitutes, a sua sugestão passa por "estabelecer condições de operação (higiene, salubridade e sanitárias) para a venda de bombô com ginguba, milho assado etc., definir locais, registar as mamãs, estabelecer compromisso com limpeza num raio de 5 metros e estabelecer distância obrigatória de umas das outras".

Neste quesito, o autor do post colhe a simpatia de outro activo internauta KB Gala e retomando o espírito e letra da proposta felicita o seu autor. "Saúdamos esta iniciativa, inédita, aqui nas redes sociais, provando a sua vitalidade e utilidade pública", refere, reforçando que o "importante é lançar luz ao problema".

Entretanto, quanto a este tipo de venda, alguns internautas mais ríspidos perguntam como saciariam a fome no corre-corre decorrente da vida na grande metrópole em que se transformou a capital do país. "Assim, até o bombô com ginguba ou o milho assado vamos ter de comprar nos supermercados?", interrogava um dos comentadores do quotidiano inserido no amplo debate proporcionado pela publicação em causa.

Ordem no serviço de táxi

As sugestões para a "Operação Resgate" são de toda a índole, onde o ordenamento do trânsito não fica de fora. O registo e identificação dos taxistas, o estabelecimento de rotas fixas e a obrigatoriedade de os operadores as percorrerem de ponta a ponta, o licenciamento dos veículos através de um mecanismo flexível segundo as rotas, a atracção de empreendedores que podiam ser os gestores das rotas e a definição clara de pontos de tomada e largada de passageiros, a serem respeitados por todos, preferência coincidindo com passadeiras e passagens aéreas e a tomada de passageiros segundo ordem de chegada, são somente algumas das abundantes propostas e sugestões para fazer do serviço de transporte de Luanda um mecanismo mais eficiente.

No âmbito da defendida municipalização do licenciamento dos táxis, os internautas propõem definições de cores por municípios, placas a identificar a rota assim como deixam em aberto a possibilidade de um operador requerer mudança de rota e ou de município.

Para maior produtividade a fiscalização dos agentes de trânsito teria de ser redefinida e preferencialmente apenas em casos de extrema necessidade, evitando o "livre arbítrio" de que dispõem todos os agentes de autoridade.

Défice de comunicação

Walter Cristóvão, outro internauta que arregimenta um significativo número de seguidores, elogia a iniciativa referindo: "a iniciativa é boa. Todos dizem que sim. O modus operandi é que nos está a irritar. Primeiro as paredes, só depois o tecto".

Para ele, a operação deveria mobilizar diferentes departamentos ministeriais para que, em reuniões a propósito, promovessem uma ampla divulgação.

"A Comunicação Social começaria a emitir um spot por via das rádios, TVs, jornais e redes sociais do género "Vem aí". Enquanto o MAT criaria condições junto da Administração Local e Autoridades Tradicionais para que fossem criadas condições de educação moral e cívica".

O também jornalista e homem das artes cénicas sugere o uso do teatro e da música na mobilização da sociedade para o êxito da "Operação Resgate".

"Activistas de vária índole nacional falariam (educar e esclarecer) o que realmente vai acontecer. Um mês de intensa actividade. As TVs também mostrariam os locais existentes para o comércio. Os spots explicariam como evitar ser alvo da Operação levando os cidadãos a auto-educação social", propõe Walter Cristóvão.

Domingos Das Neves é outro 'opinion maker' que debitou o seu contributo neste debate. Contou no seu post que de uma visita a uma barraca no bairro Operário as suas anfitriãs na amena cavaqueira, travada durante o almoço, lhe revelaram que estavam a ser intimadas a pagar cerca de 25 mil Kwanzas.

"Ao conversar com as senhoras sobre a tal 'operação resgate', elas me disseram que lhes foi intimado pela fiscalização do município o pagamento de emolumentos no valor de 25 mil Kwanzas, fazer um requerimento e, bla bla bla. Elas não sabem ainda o quanto terão de pagar mensalmente. O mais provável é que aquela barraca vai ser obrigada a encerrar e

colocar mais pessoas no desemprego, que até hoje já é arrojado", comenta, meio sarcástico o internauta.

Para ele o resgate maior do Estado seria proporcionar condições para garantir empregos e trabalhos dignos para a multidão de jovens desempregados, licenciados (ou não), técnicos ou analfabetos, pois todos precisam, pelo menos, de sobreviver com um mínimo de dignidade. E nada melhor do que viver com o fruto do próprio suor.

"Isso sim, seria o verdadeiro resgate da autoridade do Estado, que é uma entidade de bem!", escreve a culminar a sua publicação, igualmente amplamente comentada e partilhada.

KB Gala escreve que entende o conjunto de propostas, sobretudo no campo da fiscalização permanente dos produtos perecíveis e até dos que são de ingestão imediata, após a venda.

"Os problemas são 'estruturantes', sustentam algumas vozes; de fome e miséria; 'conjunturais', defendem outros, causado pela guerra e por arrasto a disfuncionalidade da família, base da sociedade. Vejo que a Administração Central preparou-se não muito bem para a tomada de medidas", refere.

Sobre a zunga, KB Gala socorre-se do contributo da academia, trazendo por arrasto um facto recente. "Uma estudante, que terminou a licenciatura em sociologia, pela UAN, Rosiane Manuel, tinha uma ideia a respeito da zunga. Ela pensava que as zungueiras deviam ser uniformizadas e os uniformes conterem compartimentos com sacos plásticos em que o comprador levava o produto, geralmente as frutas, ou mesmo o peixe", conclui.

3.11 "Resgate" com ponderação

Jornal de Angola

6 De Novembro de 2018

Texto: Adebayo Vunge

A venda ambulante, principalmente na cidade de Luanda, é o traço mais comum do caos social em que vivemos. É o mais notório, mas a situação atingiu um ponto tal que denota de facto uma gritante ausência de autoridade, ou noutros termos, várias instituições do Estado deixaram de fazer-se respeitar pelos cidadãos que, ora por negligência, ora por puro abuso e desacato, enfrentam o Estado e também aqui de forma impune.

Há ocupação ilegal e abusiva de terrenos, alguns casos reservas fundiárias do Estado. Lanchonetes, bares e roulottes são instaladas em qualquer lado ante

a permissividade total das administrações. Construções ilegais nascem em toda a parte porque continuamos a alimentar a "ilusão malangina" de que todos os angolanos devem ter casa própria e assistimos ao nascimento de bairros desordenados na periferia de todas as cidades, quando o arrendamento poderia ajudar a resolver grande parte desta necessidade habitacional. Os táxis não respeitam ninguém, nas estradas, nem mesmo os seus clientes dentro das viaturas. A música alta é o pão nosso de cada dia, o que se agrava nos finais de semana e, nisso, nem mesmo quem vive nos condomínios escapa. O tráfico de drogas prolifera nas ruas de Luanda e os "dealers" passeiam com uma tranquilidade assustadora que denuncia algumas conivências.

Bem, o cenário é do conhecimento de todos.

As suas consequências são igualmente reconhecidas. No entanto, causa espanto que alguns círculos se oponham a reposição da ordem. Eu prefiro antes questionar soluções sustentáveis, mais ponderadas e adaptadas a nossa realidade, perdurando, captados os contributos dos próprios cidadãos (sociedade civil) e não circunscritas apenas ao momento presente.

O pequeno comércio, em muitos casos realizado de modo ambulante e informal, não é uma realidade exclusiva nossa. Nem de África. Até mesmo em cidades como Paris, Rio de Janeiro e Beijing encontram-se pequenos nichos que conformam esta realidade.

Mais do que o seu imediato combate, é importante que o Estado trabalhe no sentido da sua organização, tirando o máximo proveito seja em termos urbanísticos, culturais e até financeiros, como se subentende na intervenção do vice-governador de Luanda para a área económica.

Por exemplo, não podemos deixar de nos opor aos vendedores ambulantes que nas ruas vendem tudo e mais alguma coisa. É preciso que haja um limite em relação ao que pode ser transaccionado nas ruas. Não é só uma questão de estética, é sobretudo a segurança pública que está em jogo quando vemos armas brancas serem vendidas nestas condições ou, vis-à-vis, a saúde pública ameaçada quando nos deparamos com a venda de animais.

A senhora da esquina, vendendo bombó assado, banana-pão assada e ginguba pode ser travestida numa roulotte móvel, em pontos autorizados e pagando as taxas devidas a municipalidade que depois assegura a limpeza daquele local. Os principais largos podem dar lugar a feiras, sublinho, feiras e não barracas para comeretes e beberetes. Estes pontos

não precisam ser ocupados todos os dias. Pode ser inclusive montado um esquema giratório, que faça com que as feiras circulem pela cidade.

Portanto, há uma urgência em colocarmos ordem a vida urbana. Por que os táxis não conseguem respeitar a ordem de chegada nas principais paragens e sobrepõe-se uns aos outros gerando a maior confusão e criando constrangimentos ao trânsito? Por que ao invés de proibirmos o estacionamento na maioria das ruas da cidade não colocamos um sistema de pagamento por Multicaixa, se quisermos ocupar estes jovens que se encarregam disso, montando sistemas que permitam integrá-los nas cobranças, gerando receitas para benefício da edilidade.

Embora haja uma atroz luta pela sobrevivência, principalmente nos substractos populacionais mais carenciados, a autoridade do Estado não deverá sucumbir. Há uma fronteira difícil, mas possível entre a autoridade e o abuso de poder por parte dos agentes de fiscalização e policiais, sendo por isso, a todos os títulos, condenável a senhora que agrediu o polícia, como o polícia que pontapeia as senhoras em zonas de maior comércio como se transformou o corredor que vai do São Paulo a Mabor.

Quando analisamos de fundo o que se passa connosco, vamos dar ao mesmo: educação. Precisamos melhorar os níveis de instrução, conhecimento e cultura da população que lhes leve a adoptar um sentido crítico, não apenas sobre o sistema governativo, mas inclusive sobre si mesmos, suas acções e atitudes que muitas vezes conflituam com todo o trabalho feito em prol destes. Imagine senhoras que têm de vender bens alimentares perecíveis, com bebé as costas, em zonas sem saneamento, com esgotos a céu aberto, "exércitos" de moscas e mosquitos a volta. Um bom retracto disso encontramos no livro de Jacques dos Santos - Chove na Grande Quitanda.

Mais do que a necessidade, é um estado de alma que leva as pessoas a perder noção do certo e do errado. Afinal, a pobreza não explica tudo. Neste caso, tal como a falta de autoridade, está a faltar-nos também educação formal e informal. Os serviços comunitários e a própria comunicação social devem jogar um papel mais interventivo em termos pedagógicos.

3.12 Resgatar a autoridade do Estado com a Operação

Jornal O PAÍS

6 De Novembro de 2018

Texto: Milton Manaça

Durante a apresentação formal da "Operação Resgate", na passada Terça-feira, 30 de Outubro, o ministro do Interior, Ângelo de Veiga Tavares, explicou que o principal objectivo é resgatar a autoridade do Estado.

Ângelo Tavares disse que o Estado tem o propósito de criar condições que permitam aos angolanos viver em melhores condições de urbanidade, contribuir para uma sociedade civilizada, organizada e saudável, sem, no entanto, criar dificuldades às pessoas.

Garantiu ainda a atenção por parte dos órgãos de inspecção do Ministério do Interior, de modo a que se tomem medidas "rigorosas" contra todos os que, utilizando o pretexto da operação, procurem desvirtuar o que está estabelecido nos regulamentos de disciplina daquela instituição.

A operação, segundo as autoridades, vai actuar nos seguintes aspectos:

1. Proibição de venda informal de peças sobressalentes de viaturas e de "cartões Sim". As medidas constam em alguns decretos conjuntos com os ministérios dos Transportes e das Telecomunicações e Tecnologias de Informação, que proíbem a venda de determinados "produtos não autorizados" em mercado informais
2. As operadoras estão também obrigadas a deixar de comercializar no mercado informal números de telefones (cartões Sim). A partir de hoje o Estado promete mão pesada para as empresas incumpridoras.
3. Acabar com a ocupação dos espaços públicos para a construção de residências, ocupação ilegal de reservas fundiárias para a construção desordenada de bairros; acabar com mercados informais como oficinas e armazéns ao longo dos principais eixos viários; existência de mercados informais nas pedonais e passagens aéreas.
4. Combater o auxílio à imigração ilegal, assim como, a obtenção fraudulenta de documentos nacionais, exercício ilegal de medicina e de actividades religiosas, bem como a introdução de hábitos e costumes estranhos à cultura nacional.

5. Combater a criminalidade com envolvimento de efectivos com o empenho e a determinação de todos os órgãos operativos do Ministério do Interior.

3.13 Operação "Resgate" tem hoje início mas sem excesso de agentes na rua

Jornal de Angola

6 De Novembro de 2018

Texto: André da Costa e Kilsisia Ferreira

A operação "Resgate", que visa, entre outros objectivos, repor a autoridade do Estado, começa hoje, em simultâneo, nas 18 províncias do país, mas sem excesso de agentes nas ruas, disse ontem, o director do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa do Comando Geral da Polícia Nacional.

O comissário Orlando Bernardo afirmou ao Jornal de Angola que estão criadas as condições para o arranque da operação, que vai envolver um número de efectivos e meios técnicos suficiente para o sucesso do trabalho cujo desfecho não tem ainda uma data definida.

Hoje, é realizada, na sede do Ministério do Interior, uma cerimónia que marca oficialmente o início da operação "Resgate", da qual sobressai a sua componente pedagógica. A operação "Resgate" vai envolver efectivos da Polícia Nacional e dos serviços de Migração e Estrangeiros (SME) e de Investigação Criminal (SIC), confirmou o comissário Orlando Bernardo.

A operação "Resgate" não visa pôr fim à venda ambulante, por ser uma fonte de sustento de muitas famílias em Angola, assegurou o comissário. Os efectivos envolvidos na operação ajudar a organizar vendedores ambulante: para estes exercerem as vendas de forma ordenada em locais apropriados.

O porta-voz do Comando Geral da Polícia Nacional garantiu que, enquanto decorrer a operação, não vai haver excesso de polícias nas ruas nem perseguição a nenhum cidadão.

O comissário pediu à população que denuncie "junto da área de Inspeção das Esquadras ou nos comandos provinciais da Polícia Nacional os agentes que excederem na actuação.

Um dos objectivos da operação "Resgate", de acordo com o comissário, é impedir a continuação da venda de produtos em pedonais, a travessia em locais inapropriados e o comércio de acessórios de viaturas em lojas não autorizadas, espaços que estimulam o roubo e o furto de viaturas, para serem desmanchadas.

Orlando Bernardo avisou também que a comercialização de telemóveis e de cartões de recarga deve ser feita em lojas autorizadas e não na via pública, como tem ocorrido até hoje.

O garimpo de água, o roubo de cabos eléctricos e a vandalização de outros bens públicos estão também entre as preocupações do Ministério do Interior, que espera que sejam estancadas estas más práticas na sequência da operação "Resgate".

Trabalho pedagógico

No domingo, num encontro de esclarecimento com jornalistas, o vice-governador da província de Luanda para a área Económica e Produtiva, Júlio Vieira Bessa, declarou que a operação "Resgate" tem carácter pedagógico e deu ênfase à decisão das autoridades de travar a venda em locais impróprios e sem as mínimas condições. "Quem estiver interessado em praticar a venda ambulante deve dirigir-se à administração municipal e fazer o cadastramento", avisou Júlio Bessa, acrescentando que "qualquer país tem regras."

O Governo Provincial de Luanda está a criar rotas para os taxistas devidamente identificados' informou Júlio Bessa, que disse estar prevista, no âmbito da operação, a divulgação de balanços, diário e semanal. O objectivo do balanço é explicar à população o andamento da operação e corrigir "algumas falhas" que possam surgir.

No encontro, foi tornado público um levantamento feito, em Outubro, pelo Governo Provincial de Luanda, que concluiu estar a província de Luanda a precisar de 1.800 autocarros.

Organização na Saúde

A directora do Gabinete Provincial da Saúde de Luanda, Rosa Bessa, garantiu, no encontro o reforço das inspecções às farmácias e do combate à venda de remédios na via pública.

Rosa Bessa revelou que o número de pedidos de licenciamento de farmácias aumentou nos últimos dias, uma realidade que admitiu que seja resultante da anunciada operação "Resgate".

A directora Rosa Bessa assegurou que o Gabinete Provincial da Saúde de Luanda "vai atrás daqueles estabelecimentos que não têm documentos nem as mínimas condições" para o exercício da actividade farmacêutica.

O director do Gabinete Provincial de Luanda da Educação, Narciso Benedito, deu ênfase à necessidade de resgate da nobreza da escola e disse não ser correcto que a venda informal seja praticada nos arredores de escolas e hospitais. O responsável pediu ainda que se trave a existência de escolas ilegais e chamou a atenção para o facto de haver unidades escolares geridas "por quaisquer pessoas" e a funcionar em espaços sem as mínimas condições.

3.14 Administração de Viana com mais de três mil lugares para vendedores ambulantes

Jornal O PAÍS

6 De Novembro de 2018

Texto: Maria Teixeira

Segundo o administrador de Viana, André Soma, a sua jurisdição está em condições de criar, em pelo menos cinco dias, mercados para que as pessoas possam vender. Mas neste momento já têm disponibilizados mais de três mil lugares nos mercados existentes

O administrador municipal de Viana reuniu-se, ontem, com as autoridades tradicionais, presidentes das comissões de moradores, agentes económicos e vendedores ambulantes para apresentar a Operação Resgate.

O encontro, que teve lugar no Instituto Normal Neves e Sousa, reuniu mais de 600 pessoas, entre coordenadores de bairro, sobas e administradores do município e comunais, além dos responsáveis de mercados públicos e privados, a fim de serem informados sobre a importância da Operação Resgate.

"É nosso objectivo passarmos a informação correcta e resgatarmos aquilo que estava perdido. Por exemplo, a venda na rua, na linha férrea, nas pontes, venda de produtos que estão proibidos no mercado, venda de peças diversas usadas de carro, entre outros, que pode demonstrar que é fruto de um roubo ou de alguma coisa que é ilícita", disse.

O responsável referiu que a Administração de Viana está preocupada com a venda desordenada. "Estamos a catalogar para conversarmos com as mães e aquelas pessoas para que deixem de fazer essa venda

desordenada. Ninguém está a partir para uma guerra ou luta para molestar, partimos, sim, de uma conversa para que as pessoas deixem de assim proceder e ocupem os lugares necessários, por isso queremos a ajuda e compreensão da nossa população", explicou.

Disse ainda que, segundo a orientação num espaço de cinco dias, têm condições criadas para que o mercado abra e as pessoas possam vender."Só aqui em Viana, temos mais de três mil lugares nos nossos mercados e, portanto, quem quiser vender nos mercados terá espaço", adiantou.

3.15 "Operação Resgate" amedronta nacionais e estrangeiros

Jornal OPAÍS

6 De Novembro de 2018

Texto: Milton Manaça

Um dia antes do início da "Operação Resgate", o cenário nas ruas do Hoje-Ya-Henda, no município do Cazenga, uma das zonas que concentram números consideráveis de cidadãos estrangeiros, é completamente diferente do habitual. De uma zona agitada e com um grande fluxo de cidadãos, apresenta-se com um movimento fora do comum, horas antes da tão anunciada intervenção das autoridades para combater a imigração ilegal e a criminalidade.

"Estamos com medo, não sabemos o que vai acontecer amanhã", disse Touré Mohamed, comerciante de roupas num armazém da referida circunscrição, realçando que tem poucas informações sobre o assunto que acompanha pela comunicação social.

Diz estar em Angola na condição de refugiado há 10 anos e faz questão de exibir a sua declaração sempre que as autoridades lhe solicitam e mostrou-a a OPAÍS no momento em que o abordámos.

Touré Mohamed é um dos poucos que aceitou dar a cara e falar das suas expectativas sobre esta iniciativa do Governo, tendo em conta que a maioria dos cidadãos comerciantes neste espaço fugiam das câmaras com medo de serem identificados como estrangeiros.

O nosso interlocutor, de 40 anos, diz que no tempo em que está em Angola nunca ouviu falar de uma operação com esta dimensão e entrega tudo nas mãos do "Deus Alá" para que tudo corra bem.

Partida antecipada

O medo do que irá acontecer a partir de hoje levou dois amigos de Ibrahima Mamadou, um do Mali e outro da Mauritânia, a abandonar o país na passada semana, antes mesmo que as autoridades que estarão envolvidos na "Operação Resgate" os abordassem.

Segundo Ibrahima (do Mali), o seu conterrâneo vivia em Angola de forma ilegal há três anos, e face às informações que tem acompanhado decidiu por si mesmo partir à procedência de forma voluntária.

Fechados em casa

A ronda que fizemos no município do Cazenga levou-nos até à rua do Imbondeiro, onde os estrangeiros ali residentes são maioritariamente da República Democrática do Congo (RDC). Mas há lá alguns cidadãos angolanos que se dizem regressados.

O número de pequenas bancadas de venda colocadas nos passeios reduziu consideravelmente e a nossa presença alimentava a desconfiança dos cidadãos ali residentes, que aos poucos iam esvaziando as ruas. Pembele Dongala, de 47 anos, disse que nos últimos dias muita gente tem optado por passar o dia trancado no quintal ou mesmo dentro de casa, com medo de ser confundido com estrangeiros.

"As pessoas têm medo e estão a se fechar nas casas porque estão a dizer se não tiverem documento têm Pembele alega que os que têm dificuldades em falar português são sempre conotados como estrangeiros e têm estado na mira da Polícia Nacional, tendo frisado que existem muitos angolanos a falar a língua congoleza lingala.

Ele reconhece que o número de bancadas nas ruas diminuiu significativamente, mas pensa que há excesso por parte das autoridades, pelo facto de não se criarem postos de trabalho para aqueles que têm a venda ambulante como seu ganha pão. Segundo ele, não se deu o prazo suficiente para as pessoas se organizarem e disse não ter dúvidas de que as consequências dessa medida serão devastadoras para as famílias angolanas.

Guineense com B.I. angolano

Na Rua do Imbondeiro deparamo-nos com agentes da Polícia que nos informaram que acabavam de mandar um cidadão guineense para a esquadra do Cazenga, depois de ter sido detido com um B.I. angolano.

O cidadão, cujo nome não foi revelado, um agente revendedor da de uma companhia de telefonia móvel, terá sido interpelado pelos polícias que faziam ronda no local e identificou-se como angolano.

Curiosamente, Tiago Belesse, de 35 anos, diz que nasceu na RDC e chegou a Angola há 10 anos, mas é detentor de um B.I. angolano, alegadamente por ser filho de uma nacional da Damba, no Uíge, e de um congolês.

"Quando cheguei na Damba a minha mãe levou-me ao nosso soba e tratei do Acento de Nascimento e com ele tratei do bilhete", disse Belesse.

Armazéns encerrados

Em algumas ruas por onde passamos eram visíveis os cadeados colocados nas portas dos armazéns e cantinas, cujos proprietários decidiram mantê-las já encerradas antes da entrada em vigor da operação. Na Rua do Patrício, o armazém Carieusa que, segundo o seu gerente, Alberto Nicolau, está em vias de legalização, era um dos poucos em funcionamento. Nicolau espera que não haja excesso por parte da Polícia e diz-se disposto a colaborar para o êxito da operação.

Entretanto, os interlocutores foram unânimes em afirmar que existem muitas cantinas e armazéns detidos por estrangeiros que se furtam ao pagamento de impostos. Segundo eles, com essa operação esta actividade estará mais organizada e o Estado conseguirá arrecadar mais verbas para o seu

3.16 Ruas sem mercados e com trânsito fluido

Jornal de Angola

7 De Novembro de 2018

Texto: Manuela Gomes

Algumas ruas de Luanda tidas como críticas em termos de circulação automóvel e de peões, devido à presença massiva de vendedores ambulantes, pequenos mercados de esquina e engarrafamentos infernais, registaram ontem uma movimentação tranquila, fruto da "Operação Resgate" levada a cabo pela Polícia Nacional.

Numa ronda pela cidade, o Jornal de Angola constatou que em grande parte das ruas do casco urbano e da periferia o movimento de pessoas e de viaturas era calmo, sem a habitual confusão dos dias anteriores. Trânsito fluido e vendedoras fora das estradas foi o cenário observado um pouco por toda a cidade. Na rua Lino Amezaga, que começa no entroncamento da Avenida Hoji-ya-Henda, nos arredores do mercado dos Congolezes, e desemboca na Deolinda Rodrigues, deixou de existir o mercado paralelo a céu aberto que atrofiava viaturas, peões e lojistas oficiais fixados na zona.

Ontem, o troço estava livre de constrangimentos. Com a saída voluntária das vendedoras, roboteiros, zungueiras, a avenida apresentou-se com um ar mais acolhedor, sem lixo, sem desordem dos taxistas e as viaturas circulavam à vontade.

No famoso mercado das "Pedrinhas", no bairro da Terra Nova, onde era quase impossível circular de carro ou a pé, durante o dia, constatámos que as mulheres abandonaram a rua e confinaram-se em dois quintais, criados propositadamente para comercializarem os seus produtos. Os armazéns de perecíveis e alimentos secos estão mais organizados. A presença dos efectivos da Polícia no triângulo dos Congolezes também ajudou a inibir as comerciantes de colocarem os seus produtos na via pública.

O bairro Cassequel, outra zona crítica em termos de presença de vendedoras de rua, -ontem não registou o habitual cenário de caos humano. A zona tem um pequeno mercado oficial e foi lá onde estavam confinadas as negociantes, embora algumas, de forma tímida, fossem expondo produtos na rua, para fugir ao pagamento da ficha de ocupação, no valor de 100 kwanzas.

À entrada do mercado dos "Correios", no município do Kilamba Kiáxi, também era visível um panorama organizado. Desapareceram a confusão de táxis, devido a paragens desordenadas, vendedores de peças de carro, e as zungueiras a acotovelarem-se com os clientes.

Devido à "Operação Resgate", os utentes daquele que é tido como o maior mercado de venda de peças de viaturas a céu aberto, em Angola, entraram para o mercado municipal, localizado na mesma zona que antes tinha as bancadas às moscas, devido à renitência das vendedoras em colocar os seus produtos na rua.

Na Avenida Cónego Manuel das Neves, no Distrito Urbano do São Paulo, constatámos que o famoso mercado "arreiou, arreiou", o cenário de balbúrdia ainda continuava a fazer morada, com vendedoras debaixo dos prédios ao longo da rua.

3.17 Resgate sim!

Jornal de Angola

7 De Novembro de 2018

Texto: Carlos Calongo

A palavra resgate está na moda, por conta designação que a Polícia Nacional atribuiu à uma operação cuja marcha iniciou nesta terça - feira, 6 de Novembro. Por razões que cada um defende como sendo a melhor, mesmo antes do seu início, a "operação

resgate" foi alvo de comentários vindos de quase todos os quadrantes, com interpretações e análises díspares, que até certo ponto obrigaram a (re)ajustes - se assim podemos dizer - em relação ao entendimento dos cidadãos quanto aos objectivos da operação.

Sem qualquer intenção de julgarmos o mérito da concepção da operação resgate, ante as zonas cinzentas que pair(av)am na mente dos cidadãos em relação a metodologia escolhida para a operação, devemos dar nota positiva ao exercício dialogante que o Governo da Província de Luanda realizou com os jornalistas, e que ajudou, em certa medida, a baixar os níveis de preocupação dos pacatos cidadãos, formatados com a ideia de que a operação foi desenhada para a "prevenção e correcção de comportamentos incorrectos".

Se calhar terá residido na estratégia de comunicação, algum ruído que motivou as reacções que se mostraram adversas aos reais objectivos da operação resgate que, para lá da codificação típica nos órgãos dos órgãos castrenses, reflecte uma tarefa que todos os angolanos reconhecem ser urgente e indispensável, pensando-se na reconfiguração da nossa sociedade como um país de que nos devemos orgulhar.

Ou seja, Angola precisa, em todas as direcções, de operações de resgate, que tenham o condão de moralizar a sociedade, desde os aspectos mais aos menos gravosos.

A título de exemplo, precisamos resgatar o dinheiro (e não é pouco), que de forma ilícita foi domiciliado em outras partes do globo, em regime de propriedade 'privada, quando na verdade sabe-se que o real proprietário é o Estado, de que todos fazemos parte.

De igual forma precisamos resgatar a nossa capacidade de produção de café, só para citar estes, que para além de fazer de Angola, nos idos anos oitenta, um país auto-suficiente, era fonte de arrecadação de receitas, por conta da exportação do citado produto de quem Angola já foi um dos maiores produtores a nível do continente e não só."

Precisamos resgatar o sentimento de missão que os profissionais da educação e da saúde devem possuir, baseando a actuação nos valores humanos e sagrados que alicerçam os referidos sectores como fundamentais para a construção das realidades sociais, pois deles depende o conhecimento e a vida humana.

Dos jovens precisamos resgatar o espírito de comprometimento com a pátria, imitando as motivações que os nossos ancestrais tiveram para envolver-se na luta de libertação nacional que

culminou com a proclamação da independência em 11 de Novembro de 1975, e cujo 43º aniversário celebra-se no próximo domingo e, esperamos, de forma resplandecente e com esperança renovada.

O resgate passa também pelo reequilíbrio psico-emocional das pessoas que, de modo geral, vivem traumatizadas, por razões que fazem parte da nossa história colectiva, sem que exista, aqui, espaço para acusações deste, aquele ou aqueloutro.

Enfim, perante as diversas manifestações de Incivildades que a data altura pareciam ser a ratificação do anormal como sendo a regra de ouro na nossa convivência, urge a necessidade de resgatar-se o necessário para que Angola seja vista como um país normal, que propicia à quem deseja, as condições para as realizações à todos os níveis, claro, nos marcos dos institutos normativos existentes.

Em suma, precisamos resgatar o hábito pelo perdão, para evitar-se situações como a ocorrida entre o Show do Mês, Matias Damásio e Salú Gonçalves que, em última instância, penalizaram o público, que era tão-somente a parte sem nenhuma culpa.

Assim entendido o termo resgate, somos todos chamados a contribuir para o êxito da operação que não deve apenas ser vista, em rigor da definição lexical, como o acto ou efeito de libertar (alguém) ou de reaver (algo) mediante pagamento, pelo que Resgate é muito mais do que se diz.

3.18 Ordem e tranquilidade

Jornal de Angola

7 De Novembro de 2018

Muito se falou sobre a "Operação Resgate", que teve início ontem em todo o país, com reacções e efeitos positivos na mente e comportamento das populações, pelo que se pôde observar nas ruas. Apesar da Polícia Nacional insistentemente avisar que não se trata de uma operação contra as pessoas e bens. Pouco antes de começar a operação, já era visível um comportamento encorajador da parte de alguns vendedores e até cantineiros, boa parte deles exercendo a actividade ilegalmente, e se abstiveram de operar apenas por ouvir falar da operação. No fundo, o anúncio da realização da operação e dos seus efeitos demonstrou em grande medida o elevado grau de informalidade em que anda o comércio, particularmente o precário, nas cantinas detidas por oeste-africanos e do pregão de rua, vulgo "zunga". Os receios que se levantaram revelam-se desnecessários na medida em que todos aqueles que se encontram a operar o comércio a todos os níveis, de forma ilegal, vão ainda a tempo de se organizarem. "Quem estiver

interessado em praticar a venda ambulante, deve dirigir-se à administração municipal e fazer o cadastramento", avisou Júlio Bessa, vice-governador de Luanda para a área Económica e Produtiva. Para outras actividades, as pessoas devem igualmente informar-se junto das entidades competentes antes do seu exercício. O Estado não pode com pactuar com a velha prática da liberalização primeiro e só depois a legalização, como ocorreu muito particularmente durante o período de transição entre o monopartidarismo e o multipartidarismo.

A reposição da autoridade do Estado constitui hoje um meio e um fim em si mesmo para que sejamos capazes de, por via dessas medidas, nos organizarmos melhor como sociedade e resolvermos assim os nossos principais problemas.

Como é normal e expectável, a "Operação Resgate" apenas vai incidir sobre ilegalidades a todos os níveis, razão pela qual não faz nenhum sentido que todo o mundo se preocupe. Obviamente, a Polícia Nacional deve antecipar-se aos aproveitamentos políticos e comerciais de sectores que, afectados pela operação policial, se sintam tentados a falar dela negativamente. É importante que a componente pedagógica da operação seja devidamente aproveitada e promovida pela Polícia Nacional para conter a onda de aproveitamentos contra a operação policial.

Todas as reclamações, relacionadas com eventuais e supostos efeitos prejudiciais desta operação, não fazem qualquer sentido, porquê, como se sabe, inclusive a actuação das forças da ordem vão ser devidamente escrutinadas.

3.19 Agentes responsabilizados no caso se apropriarem de bens dos cidadãos

Jornal de Angola

7 De Novembro de 2018

Texto: André da Costa

Os efectivos da Polícia Nacional, Serviço de Migração e Estrangeiros, Investigação Criminal, fiscais e inspectores de vários ministérios que se apoderarem indevidamente de bens dos cidadãos, durante a "Operação Resgate", que se iniciou ontem, em todo o país, vão ser responsabilizados disciplinar e criminalmente.

A advertência foi feita ontem, em Luanda, pelo comandante-geral da Polícia Nacional, comissário-geral, Paulo de Almeida, durante um encontro com representantes de diferentes organismos de diversos

departamentos ministeriais, que fazem parte da "Operação Resgate".

A desordem e a falta de respeito, que se verificam nas cidades e vilas, foram causadas pelo espírito de deixa andar, negligência, corrupção e nepotismo, disse Paulo de Almeida

O comandante-geral da Polícia Nacional lembrou que os agentes não estão orientados a receber o negócio ou os bens dos cidadãos, apelando aos cidadãos para denunciarem às autoridades os supostos casos de excessos por parte dos efectivos. Paulo de Almeida lembrou que a "Operação Resgate" visa combater algumas incivildades, anarquias, desordem pública, ilegalidades e acções criminais, com a finalidade de resgatar os bons costumes, ética, disciplina, respeito ao próximo, à lei, à preservação da saúde, da cultura, da harmonia e da paz.

De acordo com a mais alta patente da Polícia Nacional, a desordem e a falta de respeito que se verificam nas cidades e vilas foram causadas pelo espírito de deixa andar, negligência, corrupção, nepotismo e liberalismo. Lembrou que só num ambiente de justiça, ordem, respeito à lei e ao homem, se pode ter estabilidade e progresso para vencer os problemas que o país enfrenta.

O comissário-geral entende que a "Operação Resgate" vai permitir "sacudir os comportamentos negativos" que se verificam em algumas administrações, como a excessiva burocracia, permanência de documentos, requerimentos sem respostas, o suborno, a extorsão e acções que dificultam a legalização oportuna de vários agentes e serviços.

Para o comandante-geral da Polícia Nacional, Paulo de Almeida, "chegou a altura de se começar a ver uma Angola diferente, organizada, limpa e segura".

Feira de legalização

O Governo Provincial de Luanda e a Polícia Nacional pretendem realizar, brevemente, uma feira para legalização de actividades comerciais, levadas a cabo por cidadãos que exercem actividade comercial de forma ilegal, para evitar penalizações por parte das autoridades a nível da capital.

O porta-voz do Comando Geral da Polícia Nacional, comissário Orlando Bernardo, disse que nesta feira, cujo local ficou por indicar, vão ser instaladas tendas para a legalização de actividade comercial de forma célere. Afirmou que as condições estão a ser criadas junto das administrações municipais e outros organismos do Estado, para facilitarem o exercício da actividade comercial sem constrangimentos.

Orlando Bernardo afirmou que a Polícia Nacional vai continuar a sensibilizar os cidadãos no sentido de exercerem a actividade de forma organizada e a acatarem as orientações das autoridades administrativas.

Defendeu que os cidadãos devem encarar a Operação Resgate como uma forma de organizar a sociedade. Disse que a mesma não visa acabar com a venda ambulante, porque "quem é zungueira vai continuar com a actividade, mas em locais próprios".

O superintendente-chefe Divaldo Martins, que procedeu à apresentação do plano da operação, fez saber que a missão visa promover um ambiente de ordem e tranquilidade públicas, através da aplicação rigorosa da lei, de modo a garantir um normal funcionamento das instituições e o exercício dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos.

A "Operação Resgate" vai incidir, também, na vertente da fiscalização do trânsito automóvel, na busca e captura de marginais, combate à desertificação ambiental e destruição de bens públicos.

3.20 Uma Luanda diferente

Jornal O PAÍS

7 De Novembro de 2018

Texto: Samuel Afonso

Carta do leitor

Já houve dias em que depois de um determinado período no estrangeiro, mais concretamente na Europa, sentisse falta da azáfama de Luanda.

As imagens das casas, muitas cobertas com chapas de zinco, construídas nas imediações do Aeroporto 4 de Fevereiro, nos mostravam aquilo que para muitos era a Angola real. A mesma que se completava com o trânsito infernal depois da hora normal de trabalho nas principais avenidas de Luanda, com destaque para a Estrada da Samba, Deolinda Rodrigues, Pedro de Castro Van-Dúnem e a 21 de Janeiro.

Eram vendedores por todo o lado. As nossas mães zungueiras a calcorream as ruas para conseguir o pão para os filhos e outras até que já se tinham apossado das passagens aéreas para também comercializarem os seus produtos.

Esta era a Luanda típica. A Luanda da infância dos nossos filhos ou mesmo a dos pais, que atropelando algumas normas também o alimentavam.

Quem saiu à rua ontem, Terça-feira, 6, certamente que se terá deparado com uma cidade capital diferente daquela a que tinha direito a observar todos os dias mesmo sem vontade.

A cidade pareceu mais calma. Não houve a azáfama habitual das manhãs. Aquela mesmo que chegávamos a sentir falta quando fôssemos ao estrangeiro. Duvido mesmo que alguns ainda tenham a percepção de que estejamos a viver num autêntico Congo, à semelhança das práticas que ainda ocorrem neste país e noutros pelo continente africano.

A grande verdade é que a operação Resgate era, sim, necessária. Do mesmo modo que seja também necessário criar condições para que as milhares de pessoas que alimentavam o dito comércio informal tenham a possibilidade de puder sustentar os seus filhos e não se enveredar pela criminalidade, prostituição e outros males.

3.21 Taxistas sem licenças “fora da linha” e causam enchentes nas paragens

Jornal O PAÍS

7 De Novembro de 2018

Texto: Milton Manaça

O número de viaturas que realizam o serviço de táxi em Luanda, vulgo azul e branco, diminuiu significativamente ontem, nas primeiras horas da manhã, fruto da "Operação Resgate", o que causou enchente em muitas paragens.

A falta de licença para a realização desta actividade foi uma das razões que fez com que muitos taxistas que actuam na rota do Benfica paralisassem os trabalhos, causando embaraço aos cidadãos, que tiveram dificuldades para chegar aos seus locais de trabalho.

Segundo o presidente da Nova Aliança dos Taxistas de Angola, Geraldo Wanga, que não precisou o número de taxistas que cruzaram os braços ontem, a maior parte dos seus associados está licenciada, mas existe burocracia por parte da entidade que emite o documento na capital do país.

"Para a província de Luanda temos um único director que assina as licenças. Pelo número de viaturas, este serviço tem que ser descentralizado, porque há quem já emitiu e não trabalhou porque não recebeu o documento", disse o interlocutor.

No seu ponto de vista, após a emissão do documento, as autoridades deviam permitir que os azuis e brancos trabalhem com o comprovativo, enquanto aguardam a assinatura da licença, tendo acrescentado que "se está a sacrificar o povo por questões burocráticas".

Wanga fala de excessos na actuação dos efectivos da Polícia Nacional, e diz ser necessário resgatar a autoridade moral dos efectivos para que sejam mais respeitados na sua actuação operacional.

GPL Faz acertos hoje

Hoje, o Governo Provincial de Luanda (GPL) vai reunir-se na sua sede com diversas sensibilidades que estão a envolvidas na "Operação Resgate" de modo a acertar as anomalias que se verificaram no primeiro dia.

A Nova-Aliança é uma das parceiras convidadas e Geraldo Wanga disse que pretende fazer chegar ao Governo de Adriano Mendes de Carvalho as dificuldades que os taxistas estão a enfrentar para o exercício da sua actividade.

A operação, segundo as autoridades, pretende acabar com venda informal de peças sobressalentes de viaturas e de cartões Sim, combater o auxílio e a imigração ilegal, a obtenção fraudulenta de documentos nacionais, exercício ilegal de medicina e de actividades religiosas, combater a criminalidade e acabar com a ocupação dos espaços públicos.

3.22 Padre Pio Wakussanga questiona eficácia da "Operação Resgate"

Jornal OPAÍS

7 De Novembro de 2018

Texto: Neusa Filipe

O presidente da "Associação Construindo Comunidades", Padre Pio Wakussanga, enalteceu a implementação da "Operação Resgate" desencadeada desde ontem em todo o território nacional, sob a égide do Executivo angolano, visando combater a venda ambulante, o crime e restituir a ordem pública, mas questionou a sua eficácia por pretender atacar os efeitos ao invés das causas do problema. Falando ontem a OPAÍS, o religioso católico afirmou que os objectivos desta operação são nobres, mas apelou, por outro lado, a que a mesma deva centrar-se num processo trabalhado de forma consensual, envolvendo toda a sociedade.

Para si, o país precisa de um consenso de resgate do que foi perdendo ao longo dos anos, tendo posto em causa a eficácia da operação por esta pretender atacar os efeitos ao invés das causas. Referiu que deveria ser reestruturada e reformulada quanto aos seus objectivos e considera que os meios e efeitos da mesma podem ser discutidos.

Combater as causas

Olhando para o grande fluxo de pessoas do interior que se refugiaram nas cidades em busca de melhores condições de vida, mesmo em período pós-guerra, o responsável destacou algumas medidas a serem levadas a reflexão.

Neste contexto, considerou algumas causas a serem combatidas, nomeadamente o crescimento da taxa de desemprego, a falta de oportunidades nas zonas rurais, a elevada comunidade com mão-de-obra não qualificada.

Padre Pio sublinhou ainda que facto de não se ter prevenido o processo da chegada de pessoas e a falta de uma orientação sobre os locais onde se pode e deve vender, fazendo uma dicotomia entre a economia formal e a economia informal, todos esses aspectos suscitam dúvidas em torno do sucesso da "Operação Resgate".

A fonte referiu que a aposta na revitalização do sector privado e o investimento na agricultura familiar em zonas rurais constitui outra medida crucial a ser tomada.

Avançou que a agricultura familiar deve ser subvencionada pelo Estado, baixando os preços dos combustíveis, das sementes, das vacinas e maximizando a utilização da energia solar e eólica, o que, na sua opinião, irá solucionar muitos dos problemas que se vive no interior e nos próprios centros urbanos.

Para o Padre Pio, se se incentivar os jovens a apostarem na horticultura, criando mercados que absorvam a produção do interior para evitar que os produtos se estraguem, o que, conseqüentemente, tem desestimulado a produção, tal medida poderá impedir as pessoas de abandonarem o interior para se refugiar nos centros urbanos.

"É preciso revitalizarmos os sectores e os campos de produção existentes no país, criando verdadeiras iniciativas de perímetros irrigados, mas não como aqueles que fracassaram. Devemos revitalizar o interior para servir de apoio às cidades", salientou.

Repatriamento de estrangeiros Relativamente ao repatriamento de estrangeiros ilegais residentes no país, encorajou a medida do Governo, mas, referiu, devem ser seguidos os parâmetros internacionais, sem aplicar nenhum tipo de violência e sem provocar problemas humanitários.

Afirmou que muitas das práticas ilícitas e negócios que os estrangeiros conseguem com grande facilidade fazem-no com patrocínio de cidadãos angolanos.

"A fonte primária da desordem não está no estrangeiro que vem, muitas das vezes parte do próprio cidadão nacional, por isso precisarmos, realmente, de organizar o angolano", concluiu.

3.23 "Operação Resgate" "arrasta" ambulantes para o mercado formal em Benguela

Jornal O PAÍS

7 De Novembro de 2018

Texto: Constantino Eduardo

Os vendedores, com idades compreendidas entre 17 e 40 anos, tinham o jardim Heróis de Moncada, no conhecido "Jardim Milionário", como palco para a realização comercial de Segunda a Segunda-feira. No recinto, vendia-se de tudo um pouco, desde bens alimentares, peças sobressalentes, acessórios de telemóveis, entre outros.

Segundo uma fonte policial, a desordem era tanta que se comercializava até estupefaciente, vulgo liamba, para além do consumo que se fazia em pleno centro da "cidade mãe de cidades".

Acosados pelo "Resgate", vendedores andam à procura de um lugar no mercado para se poderem acomodar.

Flora Cassambo, vendedora de broa há cinco anos, manifestou a sua preocupação em relação a um lugar onde se pudesse ajeitar, causada pela adesão de gente que se registava. Caso conseguisse, receava que o número de clientes ficasse muito aquém do desejado.

Assim como Flora, Avelino Cahamba, vendedor de peças de reposição, mostra-se igualmente receoso com a clientela, louvando, entretanto, a iniciativa, pois há muito que lutava por um lugar no mercado e não conseguia. "Vamos passar a pagar 500 Kwanzas por semana", revelou.

"Os estrangeiros ocuparam todos os espaços cá do mercado. Pergunto, onde é que nós, angolanos, vamos vender? Eu estou em casa, fiquei sem o meu

ganha-pão. O mercado dos "Langas" é no 28, não sei por que é que estão aqui", reclamou outro cidadão, que não se quis identificar.

Se por um lado encontrámos quem louve a acção dos efectivos da equipa multi-sectorial criada para o efeito pela Delegação Provincial do Ministério do Interior, por outro há quem não a veja com "bons olhos", por ela lhes ter tirado o pão do "dia-a-dia", reprovando, por isso, a actuação das autoridades, sustentando que o Governo não acautelou questões essenciais como, por exemplo, a inserção social.

"O Executivo sabe que muitos de nós não temos emprego, mas, mesmo assim, fez essa operação sem arranjar emprego para as pessoas", lamentou um cidadão que se dedica à venda de acessórios de telemóveis à nossa reportagem. O jovem critica igualmente a desproporcionalidade de meios da Polícia Nacional.

Segundo disse, é desnecessário aquele órgão do Ministério do Interior accionar a brigada canina, a cavalaria e outros meios de que dispõe para a operação.

A Delegação Provincial do MININT, por via do seu porta-voz, superintendente-chefe Pinto Caimbambo, defende-se, argumentando que a Polícia - que mobilizou, para esta empreitada mais de 2 mil efectivos - tem meios orgânicos que devem ser usados quando necessários.

Pinto Caimbambo sugere que as medidas tomadas pelo Governo devem ser encaradas com a devida responsabilidade e respeito por se "saber que as mesmas visam o bem de todos nós".

3.24 Operação Resgate "destapa" fragilidade do sector comercial

Jornal O PAÍS

7 De Novembro de 2018

Texto: Domingos Bento

A maior parte dos pequenos e médios estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços espalhados pelos principais bairros e avenidas da capital do país encontra-se, desde a noite de Segunda-feira, encerrada. São lojas diversas, cantinas, recauchutagens, oficinas, roulettes, quiosques e outras infra-estruturas que ontem não abriram as portas, na sequência da mega "Operação Resgate" que decorre em todo país.

Tal como constatou OPAÍS, as avenidas Deolinda Rodrigues, Pedro de Casto Van-dunem "Loy", rua

dos Comandos, avenida Ngola Kilunji, 7^a Avenida, Calemba-2, rua direita do Camama e em algumas artérias da cidade do Kilamba, nestes locais, constatou-se o encerramento da maior parte dos estabelecimentos comerciais que, num passado recente, movimentavam milhares de populares provenientes de várias partes de Luanda a fim de comprarem e comercializar produtos diversos.

Porém, o encerramento destas superfícies, na sua maioria pertencentes a cidadãos estrangeiros, sobretudo oeste-africanos, revela que, durante muito tempo, estes operadores comerciais trabalhavam na ilegalidade, sob olhar "atento" dos serviços de fiscalização que, a todo instante, deambulam pela cidade.

No entanto, com a "entrada em cena" da "Operação Resgate", que juntou forças de diversos ramos do Ministério do Interior e de outros órgãos do aparelho do Estado, funcionários e os proprietários dos estabelecimentos comerciais passaram o dia desolados, sem expediente algum.

No intuito de atender à procura, alguns proprietários destas lojas tentavam, sem sucesso, comercializar os seus produtos, como peças de reposição, na clandestinidade, atendendo os compradores em locais impróprios, como nos quintais, janelas e nos becos, mas, horas depois, eram "barrados" pelas forças de ordem pública.

Em conversa com o nosso diário, um dos comerciantes, sedeados na rua Pedro de Casto Vandunem "Loy", no sentido Shoprite-Sanatório, "atirou" a culpa às repartições do Estado pela ilegalidade, alegando existir demora no tratamento da documentação exigida para a legalização de um estabelecimento comercial de pequeno porte, como o seu.

Contou que muitos dos seus colegas são, por vezes, obrigados a passar horas e dias em grandes filas só para tratarem de documentos simples, como o alvará comercial. "Não trabalhamos assim porque queremos. O Governo demora para legalizar a nossa situação e nós não temos mais o que fazer senão abrir assim a loja, uma vez que temos produtos que não aguentam muito tempo", frisou.

Visivelmente agastado, o comerciante nigeriano desabafou que "o Estado quer que nos organizemos, mas é também o próprio Estado que precisa se organizar".

Amigo dos fiscais

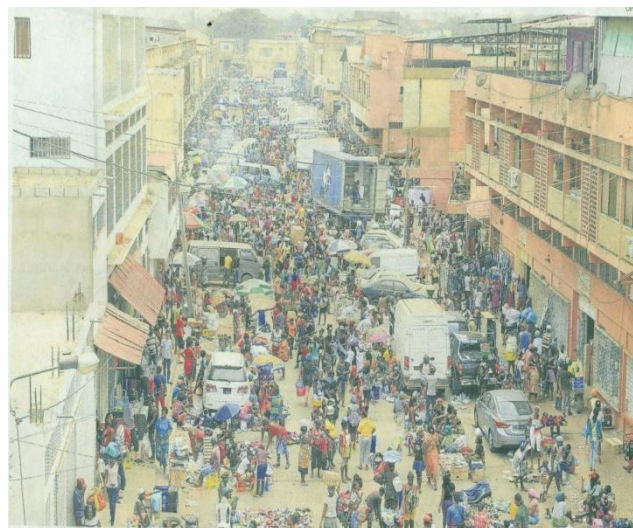
Outro comerciante, de nacionalidade maliana, proprietário de uma cantina na avenida Deolinda Rodrigues, disse que só não legalizou a sua actividade comercial até ao momento por ser amigo dos fiscais. Conforme explicou, trabalhava com o alvará de um amigo, mas, desde que este regressou ao seu país tem vindo a trabalhar apenas com uma licença provisória que lhe foi dada por um amigo fiscal.

"Desde que o meu boss levou o alvará, tenho trabalhado com uma licença. Nunca tive problemas com os fiscais, por existir ajuda mútua", atestou.

Dificuldades

Durante a ronda feita pelo OPAÍS, constatou-se que o encerramento destes estabelecimentos comerciantes está a causar sérios constrangimentos na vida dos populares, sobretudo aos que vivem em bairros sem praça ou lojas legalizadas. Muitas donas de casa estão a ser obrigadas a deslocar -se longas distâncias para adquirirem produtos de primeira necessidade que eram comercializados nas cantinas espalhadas pelo interior da maior parte dos bairros de Luanda.

"Essas cantinas já nos ajudavam. Com o encerramento estamos a passar mal. Não sei o que será das nossas vidas nos próximos dias. Se o primeiro dia já está assim difícil, imagino que vamos sofrer muito", desabafou Teresa Miguel, dona de casa.



3.25 Fiscal e polícia que prevaricar na 'Operação Resgate' será responsabilizado criminalmente

Jornal O PAÍS

7 De Novembro de 2018

Texto: Maria Teixeira

A afirmação é do comissário-geral da Polícia Nacional, Paulo de Almeida, que falava ontem, em Luanda, à margem da abertura da Operação Resgate, numa coordenação entre os distintos órgãos que fazem parte da Polícia Nacional.

Segundo o comandante, a referida operação não é empírica, pelo que existe um catalisador de acções que vão propiciar ao cidadão um modo devida melhor e dar-lhe a possibilidade de exercer a sua actividade na ordem e com segurança.

É errado, para o responsável, compreender a Operação Resgate como sendo apenas de combate ao comércio informal ou ambulante, vulgo 'zunga'. A operação quer que os actores destas actividades estejam organizados, orientados a exercê-la em locais permitidos e, sobretudo, em segurança.

"Pensamos que chegou a altura de começarmos a ver uma Angola diferente, organizada, limpa e segura. Uma Angola que nos dê orgulho de sermos angolanos. Vamos resgatar os nossos valores, identidade cultural, ordem e respeito", disse.

Disse ainda que não se trata de uma guerra contra a pobreza ou a crise, como causadoras deste cenário que vivemos um pouco por todo lado; de desordem, anarquia, abuso e muitas faltas de respeito. Mas sim uma guerra contra a negligência, o espírito do deixa andar, a corrupção e o liberalismo.

A Operação terá também a responsabilidade de mobilizar e incentivar as administrações públicas ou locais a cumprirem os seus deveres de prestadores de serviços ao público.

A actuação da Polícia Nacional será de auxílio

O Comandante da Polícia Nacional, Paulo de Almeida, explicou que a actuação da Polícia será de auxílio às componentes administrativas que estarão envolvidas na operação.

"Vamos, coma Operação Resgate, sacudir alguns comportamentos negativos que hoje ainda se verificam em algumas administrações ou serviços públicos, com a excessiva burocracia, dos requerimentos sem respostas, o suborno, a extorsão

que dificultam a legalização oportuna dos vários agentes e serviços, etc.", fez saber.

Apela aos cidadãos a não desafiarem as autoridades e a acatarem as recomendações e instruções dos agentes. "É preciso que haja respeito pela autoridade pública. As atitudes incorrectas, os abusos e excessos devem ser participados às autoridades competentes" reforçou.

Fez saber que a operação será permanente e todos os angolanos deverão participar, porque o que está em causa são os nossos valores que ao longo dos anos têm-se perdido. Por sua vez, o director do Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa do Comando Geral da Polícia Nacional, comissário Orlando Bernardo, disse que em breve o Comando Provincial e o GPL realizarão uma 'Feira de Legalização', de forma a facilitar que os cidadãos salvos da operação busquem a legalidade.

"Ou seja, há uma série de acções que estão a ser realizadas localmente de forma a que todas as pessoas que têm actividades que não estão legais procurem exercê-las de acordo com as leis administrativas. Vamos criar condições para a sua legalização", garantiu.

Cidadãos 'vitimizados' devem denunciar

Os cidadãos que forem vítimas dos excessos da Polícia devem denunciar, segundo o comissário. junto da área de Inspecção dos comandos municipais da PN. Durante a operação, terá uma equipa de inspecção encarregue de fiscalizar a actuação dos efectivos.

O superintendente-chefe Divaldo Martins, que fez a apresentação da estratégia de Implementação da Operação Resgate, explicou que a Polícia Nacional, no âmbito da sua missão, fez um levantamento do conjunto de situações que na perspectiva de segurança pública colocam em causa a autoridade do Estado.

"Estamos a falar de um conjunto de transgressões administrativas que, durante muitos anos, fomos ignorando e que acabaram por se consolidar, e hoje têm colocado em causa não só a vida e a saúde das pessoas, mas, fundamentalmente, a autoridade do Estado", disse.

Por essa razão, a operação não visa surpreender as pessoas, mas dar a conhecer às pessoas aquilo se vai fazer para que as mesmas possam acautelar muita coisa. Todos podem fazer chegar à Polícia qualquer informação sobre um comportamento menos positivo, quer dos agentes da Polícia, quer dos fiscais, e, sobretudo, da sociedade civil.

3.26 "Operação Resgate" em Luanda triplica procura de Cartão de Contribuinte

Jornal Expansão

9 De Novembro de 2018

O atendimento de cidadãos na Repartição Fiscal do município de Viana, em Luanda, mais do que triplicou desde terça-feira, registando agora cerca de 1.400 solicitações, sobretudo de Cartões de Contribuinte para actividade comercial, no âmbito da "Operação Resgate".

Pressionados nos últimos dias pela operação que decorre em Angola, destinada a combater "transgressões administrativas, venda desordenada de diversos produtos" e demais práticas para "reposição da autoridade do Estado", cidadãos angolanos e estrangeiros acorrem às repartições públicas para legalizar a sua actividade.

Uma fonte no local, afecta à direcção daquela repartição pública, contou à Lusa que a instituição anteriormente atendia cerca de 400 cidadãos, mas desde terça-feira, data do início da operação, a procura por aqueles serviços triplicou.

Filas enormes, maioritariamente para tratar do Cartão de Contribuinte, era o cenário quinta-feira naquela repartição, afecta à Administração Geral Tributária (AGT), no meio de "muitas reclamações" sobre a demora no entendimento.

Com o bebé às costas, Adriana Josefina Sassoma foi cedo para aquela repartição para tratar do Cartão de Contribuinte e regularizar a sua actividade comercial, mas, apesar da enchente, garantiu que vai continuar ali até conseguir o cartão. "Vim tratar do Cartão de Contribuinte, tem muita enchente, a 'bicha' é demais, mandaram-me aguardar e estamos aqui à espera", explicou. "Essa enchente é porque nos orientaram a tratar documentos para as vendedoras que têm bancadas e é por isso que está muito cheio. Estamos aqui de baixo para cima para tratar dos documentos para podermos vender porque senão as crianças vão passar fome", afirmou.

Questionada sobre o motivo por que não tratou antes da documentação, justificou: "Não tratei antes porque não me interessava, agora estou a ver que é importante. Daí esta correria".

Também Domingas José Garcia quer tratar dos documentos para a venda ambulante e disse que precisa "apenas de completar a documentação" para formalizar o seu comércio de roupa e utensílios domésticos. "Vim apenas tratar agora porque

também comecei a vender agora, já circulei em outras repartições e estão a dar muita volta. Estou aqui desde as 7h e dizem-nos apenas para aguardarmos na bicha. E estamos aqui à espera", realçou.

Segundo Domingas José Garcia, o desconhecimento sobre a necessidade de legalizar a sua actividade obriga-a agora a enfrentar a enorme fila para formalizar o seu "ganha-pão".

Apesar da presença da polícia na via pública, passeios e locais de lazer, em Viana, ainda se regista alguma venda ambulante, sobretudo de água, refrigerantes e outros bens de consumo.

O Governo lançou na terça-feira a "Operação Resgate", iniciativa que vai estender-se a todo o País e ocupará todos os meios das forças de segurança, pretendendo-se a "reposição da autoridade do Estado", através de uma "revolução no comportamento e conduta dos cidadãos".

Fonte: Lusa

3.27 Foto

Jornal O PAÍS

9 De Novembro de 2018



3.28 “País não vai entrar em estado de sítio” e Operação Resgate “não é uma guerra contra os pobres”

Jornal Visão

9 De Novembro de 2018

É bom que se tenha já em mente que o País não vai entrar em estado de sítio, não vamos ver homens fardados em todos os cantos nem viaturas com homens armados. Vamos ter uma operação pedagógica, em que daremos instruções e orientações, permitindo que muitos cidadãos possam recorrer às autoridades competentes para legalizar a sua actividade': declarou o comissário-geral.

Paulo Almeida salientou, no entanto, que a "Operação Resgate" será permanente, afirmando que "todos os angolanos patriotas e de boa-fé devem participar, pois estão em causa os valores que ao longo dos anos se têm vindo a perder".

"Esta operação visa resgatar os bons costumes, a ética' a disciplina. E não é uma guerra contra os pobres", referiu.

Segundo o comandante-geral, "a operação não será empírica, mas sim um catalisador de acções que vão propiciar ao cidadão um modo de vida melhor".

"A Operação Restaste não está focada no combate única e simplesmente ao comércio informal ou ambulante. A operação quer que os actores desta actividade estejam organizados, orientados a exercê-la em locais indicados pelas administrações competentes".

Paulo de Almeida disse ainda que a "Operação Resgate" não servirá para que os efectivos envolvidos se apropriem de bens ou serviços dos cidadãos que os adquiriram para a sua sobrevivência.

"Serão responsabilizados criminal ou disciplinarmente os agentes, fiscais e inspectores que se apossarem indevidamente dos bens dos cidadãos': disse o comandante, acrescentando: "Nós queremos corrigir, emendar, resgatar a nossa qualidade, cultura e costumes. Por isso a operação vai levar o tempo que for necessário".

O comissário-geral, que afirmou que "não haverá contempções com os criminosos" disse ainda que "esta é uma operação de todos para que as coisas funcionem, mas dentro de um quadro de ordem, legalidade, e segurança"

Esta operação surge depois da "Operação Transparência" programada para se manter, de forma faseada, até 2020, e que visa pôr fim ao garimpo ilegal de diamantes e à imigração ilegal nas províncias de Malanje, Lunda-Norte, Lunda-Sul, Bié, Moxico e Uíge, está a ser desenvolvida por efectivos da Polícia Nacional (PN) e das Forças Armadas Angolanas (FAA).

3.29 Comandante sabe da existência de “batatas podres” na corporação

Jornal Hora H

9 De Novembro de 2018

Texto: António João

A indignação vem de várias partes, pois muitos agentes policiais estão a ver esta operação como mais uma grande oportunidade de ganhar trocados à custa de ambulantes, estrangeiros e cantineiros. Uns por não terem a sua situação regularizada cá no país, obrigando-os, geralmente, a fecharem os seus estabelecimentos no período laboral e abrindo somente de noite.

Contam as vendedoras, que mal o comandante alertou que uma nova operação (Resgate) iria ser efectuada no princípio do mês corrente, logo se processou como que um acordo entre policias e fiscais, pois a policia prende os negócios das senhoras e os fiscais guardam os mesmos, para posteriormente darem um destino incerto aos produtos, como avançou a tia Lina, vendedora dos Congolenses. "Eles (policia e fiscais) até estão a carregar as nossas coisas nos carros de mão", disse a senhora.

Para a dona Paula, os agentes, considerados pelo Comandante Geral da Policia de "batatas podres", perderam o medo, muitos carregam os negócios das senhoras como se fossem deles.

"Dois agentes pegaram na banheira cheia de peixe pescada e começaram a andar, o chefe da operação estava atrás dos mesmos, nós seguimos até à esquadra móvel, eles não pousaram a banheira, continuaram em frente e nós tivemos que voltar; levaram o peixe grosso, é pescada", lamentou.

A ambulante afirma que o senhor não teve nenhum remorso e ainda disse em bom tom aos seus subalternos: "está aí levem, eu já contei os peixes que estão aí", frisara o oficial.

A senhora lembra-se bem da fisionomia do polícia, trata-se de um agente forte e escurinho. O mesmo trabalhou no final de semana passado. As mesmas contam que, em certos casos, depois de receberem os negócios das vendedoras ambulantes, tanto os fiscais como os polícias aceitam fazer a devolução dos mesmos, caso as proprietárias paguem para o efeito, como afirmou a dona Ana (nome fictício).

"Tens que ter sorte, isto calha para eles te darem o teu negócio, mas tens que pagar, eles têm um quintal onde depositam todas as coisas que recebem das senhoras", contou.

Por exemplo, no bairro Palanca, um cidadão maliano, mesmo depois de a polícia ter encontrado produtos expirados no seu estabelecimento (cantina) e detido, horas mais tarde foi solto, alegadamente por ter pago caução. O que mais indignou a vizinhança, é que no acto da sua detenção, os agentes policiais disseram que o mesmo não estaria legal, bem como comercializa produtos expirados no seu estabelecimento que também não tem documentos que o habilitem ao comércio.

"Qual resgate qual quê, estes mazé acharam mais uma forma de roubar os outros", disse um dos vizinhos. O mesmo está a acontecer em bairros como Terra Nova, Bairro Popular, Combatentes, Estalagem, Hoje-Ya-Henda, São Pedro da Barra, Mabor, Grafanil, Terra Vermelha, Mártires do Kifangondo, Cassenda, Rocha Pinto e Catintom, onde o Jornal Hora-H esteve em cima dos acontecimentos.

A situação é a mesma, os proprietários das cantinas, na sua maioria estrangeiros, optaram por abrir somente no período de noite, esquivando deste modo a "Operação Resgate" que, segundo os mesmos, está cheia de vícios.

Os taxistas são também outros dos visados, situação que está a criar transtornos para os cidadãos que usam esses serviços, como afirmou Manuel Gaspar.

"Há poucos táxis na via e os que estão, já inculcaram as rotas e subiram a tarifa, sabemos nós que muitos dos taxistas estão a trabalhar ilegalmente", disse Manuel. Trabalhadores de carros de mão

Segundo o que foi apurado, nesta "Operação Resgate" que teve início oficialmente no dia 06 do corrente mês, os trabalhadores de carros-de-mão, vulgo "raboteiros", têm sido um dos mais visados pela polícia. Os mesmos contam que já perderam muitos dos seus transportes, pois os agentes apoderam-se deles, ou seja, recebem para carregarem produtos apreendidos e já não devolvem os referidos meios.

"A verdade é que muito antes da operação ter começado, já estavam a apreender os nossos meios, algo que nos deixou incomodados; eles esquecem-se que caso os jovens percam as suas formas de sustento a delinquência aumenta", realçou um dos jovens trabalhadores.

De recordar que o comandante-geral da Polícia angolana, Paulo de Almeida, admitiu recentemente haver na corporação vários agentes policiais que praticam "burlas, falsificações e extorsões a cidadãos", prometendo combater as "batatas podres" no seio da corporação.

Segundo o Comandante-geral da Polícia, que falava durante uma formatura dos efectivos da corporação no âmbito da "Operação Resgate", pelo menos um efectivo da polícia angolana, em média, e "a coberto da farda", envolve-se diariamente em acções criminais.

Paulo de Almeida lembrou que a operação policial, que começou em Novembro e que irá estender-se a todo o país, visa essencialmente o "resgate do civismo, da ordem, da conduta sã e da dignidade", pelo que "a ordem deve começar no seio da polícia", reconhecendo que vários agentes praticam crimes de várias índoles.

3.30 Operação resgate provocará caos social em Angola

Jornal Visão

9 De Dezembro de 2018

"Operação Resgate" arranca "decididamente" esta terça-feira para revolucionar conduta dos angolanos. Sociólogo alerta que efeito não será o pretendido, porque desorganização não se combate num dia. Um tiro no próprio pé?

Segundo as autoridades policiais, a "Operação Resgate" visa operar uma revolução no comportamento dos cidadãos. Isso traduz-se no combate, por exemplo, à urbanização "desordenada", "deficiente" circulação rodoviária, imigração ilegal ou "punição" pela destruição de bens públicos.

A DW África entrevistou sociólogo Carlos Conceição a propósito desta operação que foi oficialmente lançada a 30 de Outubro, com uma ação de sensibilização que durou apenas uma semana, e que está a causar polémica em Angola.

Uma semana de sensibilização é o suficiente para os problemas que estão enraizados na sociedade angolana?

Uma semana não é suficiente para fazer a mobilização de toda a sociedade angolana, no sentido de ver se essa "Operação Resgate" tem ou não efeito. Penso que o timing que se estabeleceu é muito pouco, primeiro porque os meios que estão a ser usados para fazer a respetiva divulgação, publicidade e sensibilização são meios insuficientes, que do nosso ponto de vista não alcançam a maioria da população angolana.

A "Operação Resgate" foi lançada a 30 de Outubro e a 6 de Novembro as autoridades começam a atuar "decididamente", segundo informaram. Para uma sociedade socialmente decadente, o uso da força é a melhor via?

Não é a melhor via. Nós temos um problema sociológico muito grande. Vivemos num país que durante muito tempo ficou desorganizado, ou seja, estamos diante de uma desorganização social grande e a estratégia de combate à desorganização social não se faz num dia. Este é um problema que poderia implicar uma ressocialização própria da própria sociedade angolana, no sentido de ganhar uma nova consciência social. A estratégia de resgatar a autoridade do Estado não se faz num dia.

Penso que aqui as autoridades angolanas terão falhado, não se fez um estudo exaustivo, nem se convidou um especialista na área, como, por exemplo, um antropólogo ou um sociólogo, que pudesse fazer um estudo social sobre as possíveis implicações que esta medida poderia ter na vida das populações, já que a "Operação Resgate" também vai incluir a venda informal. Em Angola temos um problema: a maioria da população encontra-se no sector informal e isto pode ser até aquilo que consideramos um tiro no próprio pé. Essa medida não vai surtir efeito. Aliás, vai provocar um caos social muito grande. Depois o Estado terá de ceder porque a maioria depende disto. Penso que não se faz isso que o nosso Estado quer fazer.

Um dos objetivos desta operação, segundo o ministro do Interior, é operar uma revolução no comportamento dos cidadãos. É com este tipo de métodos que se opera revoluções?

Não. Aliás, a questão da mudança de comportamento não é um problema da polícia, é um problema de socialização das pessoas. Penso que esta questão da mudança de comportamento por via da coerção pode efectivamente não ter os efeitos desejados. Primeiro, deveriam consciencializar as pessoas e só depois tomar as medidas que fossem necessárias. Acho que é uma daquelas medidas que não terá pernas para andar. Já houve várias outras estratégias e essas medidas não lograram pelo facto de terem sido

tomadas do ponto de vista de precipitações. Nunca obedeceram a estudos prévios, nem a uma metodologia apurada, sempre obedeceram a metodologias esporádicas. E depois teve o resultado que teve.

Que consequências antevê para esta "Operação Resgate"?

As consequências serão várias, desde, por exemplo, pressão social para o Estado. Porque se dissermos que a partir de agora as mães, as pessoas não vão para a zunga, essas pessoas vão reclamar. E se não encontrarem outras alternativas, as consequências podem ser o crescimento do índice de criminalidade, da violência doméstica e a subida do índice de prostituição e depois vamos cair num caos social muito grande e poderemos, então, perder o controlo social desta questão.

3.31 Negócio de peças de viaturas mantém mas alguns proprietários estão ilegais

Jornal de Angola

9 De Novembro de 2018

Texto: André da Costa / Sampaio

Júnior

Desde o início da "Operação Resgate", alguns cidadãos estrangeiros continuam a vender peças de viaturas no, mercado dos "Correios", no Golfe, município do Kilamba Kiaxi, em Luanda, a céu aberto, mas com o receio de que a qualquer momento possam aparecer efectivos ligados ao Serviço de Migração e Estrangeiros e de outras forças, por estarem em situação migratória ilegal.

O receio foi manifestado por um cidadão nigeriano, utente de uma loja de venda de peças de viaturas, em conversa com o Jornal de Angola, ontem naquele mercado.

Um cidadão camaronês, apenas identificado por Camara, contou que entrou em Angola através da fronteira do Luvo, com a finalidade de visitar familiares, em Mbanza Kongo, há oito anos, e nunca mais regressou. Com o passaporte expirado, diz ter receio de renovar o documento na Embaixada dos Camarões, em Luanda, por ter a situação migratória ilegal.

Um jovem que trabalha com cidadãos estrangeiros na comercialização de peças de viaturas, cujo nome omitimos propositadamente, disse ao Jornal de Angola existir trespasse de Alvarás Comerciais de

angolanos para os utentes dos negócios, na sua maioria cidadãos nigerianos, a troco de dinheiro.

De acordo com o jovem, alguns proprietários de alvarás comerciais, a troco de dinheiro, reproduzem o documento emitido pelo Ministério do Comércio que habilita a exercer a actividade, e aluga a vários lojistas, cobrando valores que podem chegar até cem dólares mensais.

O jovem referiu -se também sobre a suposta protecção de que gozam alguns comerciantes estrangeiros, utentes de lojas de peças de viaturas. Segundo a fonte do Jornal de Angola, "muitos até têm sido recolhidos pela Polida Nacional, mas acabam sempre por sair no mesmo dia e voltam ao negócio".

"Quando um comerciante nigeriano tem problemas no mercado, por qualquer razão, e é levado para a Esquadra, ligam para alguém da corporação e a situação fica resolvida em minutos", denunciou.

O negócio no mercado dos "Correios" é dominado por cidadãos de nacionalidade nigeriana, camaronesa, gambiana, senegalesa, libanesa, eritreia e congoleza, tendo como funcionários jovens angolanos. Ontem, as lojas, num universo de 100, apenas quatro estavam encerradas.

Ao longo do mercado dos "Correios" é visível o trabalho feito pelos agentes da Ordem Pública que orientam a regulação e ordenamento do trânsito automóvel, enquanto os vendedores exercem a sua actividade, sem sobressaltos.

As lojas de venda de peças de viaturas, ao longo da Avenida Machado Saldanha, no Bairro Popular, também no município do Kilamba Kiaxi, continuam igualmente abertas, e os proprietários, maioritariamente expatriados foram vistos no seu interior, em ambiente tranquilo.

No mercado do Alta Cinco, nos arredores do Cemitério da Mulemba, no Cazenga, os clientes continuam a visitar e a comprar peças sobressalentes de forma normal. Ali, vários cidadãos entre nacionais e estrangeiros, com realce para os do Congo Democrático lideram o negócio. Muitos utentes destas lojas compram viaturas acidentadas ou mesmo roubadas e desmontam, para serem comercializadas à retalho neste mercado segundo, um dos jovens que preferiu o anonimato.

Comandante em Benguela O comandante-geral da Policia Nacional, comissário geral, Paulo de Almeida reiterou, em Benguela, que a "Operação Resgate" visa a recuperação de valores que foram degradados ao longo dos tempos.

De acordo com Paulo de Almeida, as acções a empreender nessa operação, possuem a vertente pedagógica para a sensibilização dos cidadãos, para que cumpram com as suas actividades com posturas correctas.

As autoridades envolvidas na operação, devem levar uma mensagem educativa e fazer com que os cidadãos percebam que estão a incorrer em transgressões administrativas, devendo apelar no sentido de mudarem de atitudes e pautarem pela disciplina no exercício das suas actividades.

Com término da visita prevista para hoje, o comandante-geral da Policia Nacional vai avaliar o estado actual dos comandos municipais da corporação do Cubal, Caimbambo e Lobito.

3.32 Luanda conta com 106 mercados com vagas

Novo Jornal

9 De Novembro de 2018

Texto: Isabel João

A província de Luanda conta com 106 mercados, com disponibilidade de 30 mil lugares para atender zungueiras que praticam a venda desordenada. A garantia é do director do Comércio e Indústria e Recursos Minerais de Luanda, José Manuel Moreno «Zeca Moreno».

De acordo com o interlocutor, os mercados são públicos e privados, controlados pela direcção provincial do comércio da capital do país.

Dos 106 mercados, de acordo com um documento a que o Novo Jornal, 43 são de propriedade privada, espalhados por Luanda, constando entres estes os mercados do Suja pé, Papá Simão, Calumbo, da Mamã Gorda, das Mangueirinhas, Imbondeiro, Quitanda Pedro João, mercado do zango 4, Manico Henda, mercado do 4 de Fevereiro, mercado do Malweka, Feira de Cacucaco, mercado do Autódromo, mercado Sagrada Família, mercado da Zona verde 3, mercado Comandante Stalin, Miradouro da Lua, mercado 11 de Novembro, Praça da Paz, mercado 1 de Agosto, mercado do Catinton e o mercado da Madeira.

Na lista dos mercados privados constam ainda os mercados da Texeira, da Tura, mercado do Parque, Mamã Graça, Titanic, Wanga Wabo, praça do kimbango, mercado da Nova Luz, Africampos, Panga-Panga, Maya-Maya, mercado das Peças, Km-15, feira Tia Ana, mercado do Sucupira, praça da Fubu, mercado 11 de Novembro, praça da Alegria,

praça do Iraque, mercado do Bom Jesus e outros, de acordo com documento acima referido.

3.33 E o resgate do país social, para quando?

Novo Jornal

9 De Novembro de 2018

Texto: Nok Nogueira

Após largas décadas de uma governação que atentou quase sempre contra o bem-estar das famílias angolanas - um gritante número de desempregados, economia dependente de um só produto de exportação, limites impostos à liberdade de expressão e de imprensa, um sentido de impunidade que deu cobertura aos maiores desatinos governativos por parte de figuras do círculo do poder político -, esperava-se, como se continua a fazer fé que seja esta a posição a adoptar pelo executivo de João Lourenço, que fosse nesta importante fase de viragem da história recente do país que as autoridades optariam por uma posição mais altruísta ante um clima de estrangulamento social que, ao longo destes anos todos, atirou para a miséria milhões de angolanos.

Ao que tudo indica, e em face da mega operação iniciada esta semana, continuamos a enfrentar uma situação de truculência por parte de alguns órgãos do Estado que, perante fenómenos sociais que resultaram não de uma contingência exógena, mas da incapacidade do próprio Estado em lidar com a condição social das famílias mais desfavorecidas, optam por fazer subir de tom a arrogância a coberto de estarem a repor a autoridade do Estado; facto que não pode ser verdade, e mais à frente explicamos porquê!

Sobre a operação como tal, muito haverá ainda que se lhe diga, na medida em que a Polícia Nacional diz querer devolver ao Estado aquilo que durante anos lhe fugia. Nada mais falso do que isso. A autoridade como tal em Angola esteve sempre com um nicho de entidades ligadas a uma pequena elite governativa ou ligada ao partido da situação, e contra estas figuras nunca se desencadeou uma acção de vulto que pretendesse desterrá-los do pedestal que lhes dava suporte.

Não é, portanto, bem verdade que a autoridade do Estado se tivesse transferido para as mãos do povo ou que os organismos do Estado deixaram de exercê-la, porque se assim fosse era bem capaz de os maiores atrofios económicos que se cometeram neste país terem custado caro aos seus protagonistas que, sabemos todos, sempre estiveram associados às figuras do poder e foram estas que esvaziaram o

papel do Estado, e os exemplos estão aí à vista de todos.

Estranhamente é hoje a Polícia Nacional a vir a público dizer que pretende repor a autoridade do Estado, tomando medidas que deviam ser assumidas por um órgão de governação directamente. Isso, por si só, diz muito do que representa esta operação. E mais: não é com uma operação como esta e liderada por uma força policial de manutenção da ordem que se vai repor a autoridade do Estado, na medida em que, a coberto da reposição da legalidade, se poderá cometer uma série de arbitrariedades.

Uma alta patente da polícia admitiu à imprensa que a medida levada a cabo pela força de ordem poderá ser impopular, mas que tinha mesmo de ser tomada. Estranho, não é?! Desde quando é que uma Polícia Nacional caracteriza uma medida como sendo impopular ou não?!

A polícia não está para fazer juízo de valores sobre se uma ordem administrativa é ou não popular ou menos popular ordem administrativa é ou não popular ou menos popular. No mínimo, deverá salvaguardar o enquadramento legal desta, mas nunca se referir ao assunto como se de um órgão do executivo se tratasse.

Apesar de se ter corrigido o tiro primeiro de ser a polícia a tomar as rédeas, que assumia quase a autoria da operação, o governo provincial de Luanda deve uma explicação à sociedade sobre estudos preliminares feitos e os números daí resultantes. Conseguiria, por exemplo, o governo de Luanda dar conta de quantos vendedores ambulantes existem na capital? Se sim, nunca o divulgou. Se não, é muito grave, porque não se pode tomar uma decisão como a que foi tomada sem que se apresentem soluções.

Por outro lado, numa situação como a que vivemos, de estrangulamento social - sem empregos formais, centenas de empresas declararam falência e fecharam, sem um programa do Estado de assistência às famílias, a exemplo do que aconteceu no Brasil com o bolsa família -, mais do que uma medida impopular, como referiu a alta patente da polícia, é uma decisão injusta porque a presença desses angolanos nas várias artérias da cidade não resultou de um plano gizado por eles. Estas pessoas foram parar às ruas empurradas pela má governação, pelo facto de a autoridade do Estado ter sido capturada pela tal elite política que se enriqueceu e nunca quis saber de famílias inteiras que só precisavam do mais elementar para a subsistência.

Hoje as autoridades saem à rua alegando que pretendem repor a autoridade do Estado, reclamam que a venda praticada nas ruas é uma das causas do precário saneamento básico. Mas não conseguem explicar como foi possível, por exemplo, em Benguela se ter registado uma diminuição brutal do orçamento mensal para o saneamento de 2,5 milhões de kwanzas para 500 mil kwanzas mês, com o governador da província a denunciar pseudomilitantes do partido do poder que usavam deste estatuto para praticar tais desatinos. Como estamos no que toca à reposição da autoridade neste quesito?!

Os órgãos policiais dizem, em função das críticas que se lêem e ouvem nas redes sociais e em alguns órgãos tradicionais de imprensa, que a medida não pretende combater os pobres, mas sim repor a legalidade e o papel do Estado. Mais uma vez, é a polícia a fazer um papel que a ela não cabia, na medida em que ela não deveria pronunciar-se sobre medidas administrativas nem tão-pouco contestar reacções a medidas que têm por missão a reposição da legalidade. Estará a polícia a agir à margem da lei como até há bem pouco fazia, quando tinha uma postura pouco republicana?!

Se de facto se pretende repor a autoridade do Estado, não se pode perder de vista práticas até bem recentemente medonhas levadas a cabo pela própria polícia ou por outros órgãos tutelados pelo Ministério do Interior. Ocorre-nos agora um episódio que sucedeu no Aeroporto Internacional 4 de Fevereiro em que agentes do Serviço de Migração Estrangeiros invadiram a bagagem de um activista cívico e colocaram cocaína para que este fosse detido em Portugal como traficante de drogas! Está reposta a autoridade do Estado em relação às vozes dissonantes do país?!

Que o executivo não perca de vista uma coisa: estes angolanos não andam a deambular pelas ruas da cidade por adorarem a paisagem e as montras de lojas, restaurantes e outros existentes. Estes angolanos são os excluídos. São aqueles que a política condenou à miséria; são aqueles que a corrupção que corroeu o aparelho do Estado relegou para um plano de inferioridade e fez deles a escória de um país que nem um plano de assistência social tem esboçado.

3.34 Campanha intensiva começou há um mês no Cazenga

Novo Jornal

9 De Novembro de 2018

O director do comércio no município do Cazenga, alívio Jorge, informou o Novo Jornal de que o

período de sensibilização intensiva no município começou há um mês, altura em que as zungueiras foram informadas sobre os locais apropriados para a zunga.

Olívio Jorge deu ainda a conhecer que, a nível daquele município, existem dez mercados públicos e cinco privados, que oferecem espaço para acolher as zungueiras que "teimam" em vender os seus produtos nas ruas. "Em todos os mercados temos espaços, mas as mães são teimosas. Até hoje, ainda encontramos zungueiras a venderem nas ruas. Há mercado que nem 20 vendedoras têm e isso deixa-nos tristes porque o governo investiu dinheiro nesses mercados que possuem todas as condições para receber comerciantes", afirmou.

A direcção do Comércio no Cazenga, segundo a fonte, controla um total de seis mil vendedores que actuam nos 15 mercados existentes naquela circunscrição de Luanda.

O Cazenga é um dos sete municípios que compõem a capital do país e tem cerca de dois milhões de habitantes. É tido como o mais populoso, com uma extensão de 41,6 quilómetros quadrados e constituído pelas comunas do Hoji-ya-Henda (zona 17), Cazenga (Zona 18) e Tala-Hadi (Zona 19).

A circunscrição é limitada, a Norte, pelo município do Cacucaco, a Sul pelos distritos de Kilamba Kiaxi e Rangel, a Leste pelo município de Viana e a Oeste pelo Sambizanga.

3.35 Burocracia dificulta vendedoras ambulantes

Novo Jornal

9 De Novembro de 2018

Texto: Isabel João

O atendimento de cidadãos nas Repartições Fiscais de Luanda multiplicou nos últimos dias. Desde segunda-feira, vários cidadãos procuram as instituições para solicitações, sobretudo de Cartões de Contribuinte que lhes permita exercer actividades comerciais, no âmbito da Operação Resgate, que decorre em todo o país.

Mas dizem estar a enfrentar muitas dificuldades devido à burocracia nas repartições.

Filas enormes, maioritariamente para tratar do Cartão de Contribuinte, foi o cenário que a equipa de reportagem Novo Jornal encontrou no 2.º Bairro Fiscal de Luanda, afecto à Administração Geral Tributária (AGT) de Angola.

No local, as reclamações resultam da demora no atendimento e são constantes. A insatisfação ficou mais evidente quando, a dado momento, um agente da Polícia Nacional foi ao encontro dos cidadãos para os informar que, pela hora (meio da tarde), todos deveriam deixar as cópias de bilhetes de identidades com os respectivos números de telefone.

A solicitação deixou aborrecidos os cidadãos nacional e estrangeiros que se encontravam há largas horas no local, na expectativa de ver resolvidas as suas preocupações.

Madrugar para tratar papelada

Com vários impressos nas mãos, Francisco Manuel, de 30 anos, zungueiro, foi cedo à repartição Fiscal para tratar o Cartão de Contribuinte e regularizar a sua actividade comercial.

"Cheguei aqui às 6h00 da manhã e até agora (13h00) não fui atendido. Estou sem saber o que fazer porque há informações que a partir da próxima semana a Polícia vai actuar com muita força e não quero ter problemas. Apesar da enchente, daqui não saio sem resolver a minha situação", afirma.

Francisco Manuel é morador no bairro do São Paulo e exerce a actividade de zungueiro há mais de 10 anos, sendo esta a via para o sustento da família. "Com o que ganho, pago as propinas dos dois filhos, de seis e oito anos, e também sustento a minha mãe que se encontra doente há mais de três anos. É por isso que hoje não posso sair daqui sem o documento. Desde segunda-feira que não vendo, temendo que a Polícia me leve o pouco que tenho", explicou.

Questionado se tinha que pagar alguns valores para tratar do documento, Francisco Manuel respondeu: "O processo normal não é necessário pagar, mas se for por 'bisno' [suborno] são cinco mil kwanzas e recebe a sua papelada em duas horas. Há jovens aqui foram que estão a fazer este negócio. Só não recorri a eles porque não tenho dinheiro para lhes dar", denunciou.

Enchentes e demora

Quem também esteve na 2: Repartição Fiscal, ao Kinaxixi, para tratar de um Cartão de Contribuinte foi Eunice Saldanha, 39 anos.

Contou ter chegado à repartição às 09h00 da manhã e também se queixou da enchente e da demora no atendimento.

"As senhoras aqui atendem muito devagar. Estamos aqui há muito tempo. Este número de pessoas que vocês estão a ver aqui agora é pouco em relação ao

que esteve cá de manhã. Muitos já foram embora porque ninguém da repartição aparecia para dar qualquer explicação", disse Eunice.

Sem enchentes, mas demora na emissão

Já no 3.º Bairro Fiscal, localizado no bairro do São Paulo, não encontramos filas, Contudo, naquela repartição, os cidadãos reclamavam da demora na emissão dos documentos que deram entrada.

"Vim pagar os impostos de selo e de consumo da minha mãe, mas ainda não fui atendido porque ainda tenho algumas pessoas à nossa frente. Devido à famosa Operação Resgate, a minha mãe tem medo dos polícias e fiscais que podem bater à nossa porta", disse Ana Maria.

Simulando estarmos interessados em tratar de documentos, a reportagem do Novo Jornal abordou alguns jovens que, em alegada colaboração com alguns funcionários, tratam da papelada com alguma celeridade, pedindo pelo serviço alguns valores.

Wilson é um desses jovens do «canal» e assume estar preparado para tratar com celeridade de todos os documentos. No interior de um quintal, reservado à confecção de almoços, Wilson confidenciou-nos que trabalha com alguns funcionários do 3.º Bairro Fiscal.

Explicou que para tratar de um Cartão de Ambulante e um de Contribuinte são 7 mil kz para cada, com a garantia de entrega no mesmo dia, ou, se for pela via normal, pode durar, segundo fez saber, mais de duas semanas.

Venda ambulante resiste

Apesar da presença da Polícia na via pública, passeios e locais de lazer, no São Paulo, ainda se regista alguma venda ambulante, sobretudo de roupas, refrigerantes, cadernos e outros bens.

A Operação Resgate foi lançada esta semana em todo território nacional. A acção, que não tem data definida para o termo, envolve todos os meios das forças de segurança angolanos, pretendendo-se, segundo as autoridades, a "reposição da autoridade do Estado", através de uma "revolução no comportamento e conduta dos cidadãos".

Mais de 30 mil lugares vazios

O governo de Luanda estima que haja, nos mercados, mais de 30 mil lugares vazios. O director do Comércio, Indústria e Recursos Minerais de Luanda, José Manuel Moreno, acusa as vendedoras de se "negarem a ocupar" os espaços.

"O governo faz grandes investimentos nos mercados para melhor acomodar os vendedores, mas estes não colaboram, o que é errado", critica.

3.36 As pessoas estão a fazer muita confusão com relação a Operação Resgate

Jornal Visão

9 De Novembro de 2018

Questionado pela DW África sobre as denúncias e acusações dos alegados maus tratos praticados pelas autoridades angolanas aos cidadãos estrangeiros, o comissário Orlando Bernardino disse o seguinte:

As pessoas estão a fazer muita confusão com relação a 'Operação Regaste'. Esta é uma operação que vai ser inserida fundamentalmente no combate a criminalidade e combater a criminalidade tem a vertente de combater as transgressões administrativas que se podem transformar em crimes. Elas têm duas vertentes: uma, é o combate às transgressões administrativas e à criminalidade. O combate vai permitir que as instituições que lidam com questões administrativas fiscalizem o cumprimento daquilo que são os procedimentos administrativos que existem por parte dos cidadãos. E depois, tem uma vertente que é de combater a criminalidade. As pessoas que cometeram crimes obviamente são levadas aos órgãos judiciais para que se despoletem os procedimentos judiciais para o efeito.

Pode explicar-nos de uma maneira mais clara como é que se materializa esta operação no terreno? Porque ela começou esta segunda-feira, e gostaríamos de saber como é que está a ser feita?

No terreno se manifesta por sensibilização dos cidadãos, apelo aos cidadãos para que cumpram aquilo que são as posturas administrativas que existem ao nível dos municípios e a nível das cidades, é fundamentalmente isso. Fazer com que os cidadãos percebam que estão a incorrer em transgressões administrativas e apelar no sentido de mudarem de atitudes e mudarem aquilo que é a forma como exercem algumas actividades, no caso dela não estiver correcta. É no que diz respeito ao combate ao crime, naturalmente, é orientar as operações no sentido de dismantelar grupos de pessoas que se dedicam ao cometimento de crimes.

Sabemos que essa campanha foi lançada oficialmente a 30 de Outubro e começou no dia 6 de Novembro, "decididamente", segundo as autoridades. O que quer dizer "decididamente"?

É um acção de sensibilização contínua. A operação prossegue, enquanto continuam as acções de sensibilização. O objectivo não é de impedir quem quer que seja de exercer as actividades que exerce, mas sim de apelar e sensibilizar as pessoas no sentido de cumprirem aquilo que são normas, posturas administrativas e leis. Se tu exerces uma actividade que não está legal tens que a legalizar. Se tu entendes que não tens condições para a legalizar e de exercer a actividade conforme manda a lei, não exerça essa actividade. O que se passa aqui, quando o despacho do ministro do Interior disse "decididamente", é porque de forma decidida os órgãos da administração pública, que na verdade são os que estão a coordenar essa operação com a polícia nacional, vão fazer de tudo para que os cidadãos, numa primeira fase, percebam a necessidade que há de cumprirem com os preceitos legais para o exercício de qualquer actividade ao nível das nossas cidades. E, obviamente, a necessidade de termos uma organização de salubridade pública ao nível das nossas cidades. E depois, obviamente, é questão de combate ao crime... quem comete um crime obviamente é levado para que os órgãos judiciais tratem que se cumpra a legalidade.

Qual é o balanço preliminar que a polícia faz da operação que começou nesta terça-feira?

Ainda é cedo para fazer um balanço. A Operação mal começou, nós queremos é que os cidadãos compreendam e acatem aquilo que são as orientações, a sensibilização que está a ser levada a cabo e até lá entendemos que haverá da parte dos cidadãos uma compreensão daquilo que é necessidade de termos as nossas cidades mais arejadas, mais organizadas e naturalmente sem crimes, que é um dos grandes focos dessa operação, que é também o combate criminalidade, por isso, ainda é muito cedo. Mas também entendemos que tem havido da parte dos cidadãos uma compreensão da necessidade que há de termos as nossas cidades mais organizadas e obviamente, no âmbito do cumprimento da lei e do respeito para com terceiros para que se possa viver com mais saúde e naturalmente com mais segurança.

Esta operação foi definida com base nalgum estudo feito previamente com participação de alguns sociólogos ou antropólogos?

Quando é realizada tem como base um estudo, um levantamento que é feito. E com base nesse estudo faz-se a operação. Há um levantamento, conhecemos quais são os problemas, a sociedade sabe quais são os problemas e obviamente mediante um levantamento feito e do conhecimento que se tem da situação, tratar de fazer a operação. É preciso só sublinhar que

a operação não é da Polícia. A operação é conjunta entre os órgãos de administração local, os órgãos de administração principais, os órgãos administrativos no sentido de um controlo do cumprimento das posturas administrativas por parte dos cidadãos que têm actividades e nós, naturalmente, órgãos da polícia, aparecemos como braços dos órgãos de administração que vão fazer as inspecções de todo o tipo de actividade. Não se está a proibir ninguém de exercer seja qual for a actividade. Toda gente pode exercer a sua actividade desde que seja dentro dos preceitos legais, como acontece em qualquer país do mundo.

3.37 Analistas defendem celeridade e facilidade na emissão

Novo Jornal

9 De Novembro de 2018

Texto: Isabel João

A Operação Resgate, iniciada nesta semana pelas autoridades angolanas, está a ser aplaudida por diferentes segmentos da sociedade, que, ao mesmo tempo, defendem maior celeridade e facilidade na emissão dos documentos que legalizam a actividade dos comerciantes que vendiam de forma "desordeira".

A economista Precioso Domingos entende que a operação tem "um bom princípio", porém mostra-se céptico quanto aos seus resultados, que, no seu entender, poderão "fragilizar" ainda mais o sector não petrolífero.

Para o economista, as autoridades deveriam primeiramente organizar as actividades comerciais que decorrem à margem da lei. "As pessoas sentiram-se ameaçadas e isso fez com que alguns proprietários encerrassem as suas lojas, a fim de evitar problemas com a polícia", disse o académico.

Prosseguindo, referiu que haverá repercussões sérias, na medida em que o orçamento Geral do Estado para 2019 possui "magras" receitas tributárias provenientes do sector não petrolífero. "Estas receitas servem para pagar salários da função pública ou juros. Quer dizer que há pouco dinheiro, o que não acontecia em anos anteriores, em que as receitas eram maiores e Pagam para resolver outras situações". Pela forma como o processo caminha, teremos "graves consequências" na economia, "porque não nos devemos esquecer que há uma ligação entre o sector formal e o sector informal, que está ser prejudicado", disse.

A advogada Patrícia Faria, olhando para a Lei das Actividades Comerciais, alinha no mesmo diapasão, defendendo a criação de mecanismos para que o Estado angolano "elimine" as "barreiras administrativas, económicas e sociais", a fim de facilitar o processo de legalização.

"A Lei das Actividades Comerciais n.º1/07, de 14 de Maio 2007, define o comércio ambulante como toda a actividade comercial a retalho não sedentária, exercida por indivíduos que transportam mercadorias e as vendem nos locais do seu trânsito, fora dos mercados urbanos ou municipais e em locais fixados pelas administrações municipais", lembrou a causídica, que defende igualmente o resgate dos traços culturais da venda ambulante no país.

A interlocutora refere-se ainda à necessidade de formação dos agentes de fiscalização para um melhor desempenho do seu papel. "É necessário estancar a desordem e anarquia a que se assiste. Deve-se aplicar à lei de forma pedagógica, mediante campanhas contínuas de educação e de sensibilização dos comerciantes".

Patrícia Faria lembra ainda que a determinação do decreto Presidencial sobre o exercício da venda ambulante refere obrigatoriedade de entrega de cartão de venda ambulante aos comerciantes devidamente legalizados, nos termos do artigo 26.º da aludida Lei. "Deve-se obedecer ao preenchimento de um formulário próprio ao qual deverão ser anexados fotocópia do Bilhete de Identidade, duas fotografias tipo passe e fotocópia do cartão de contribuinte", pormenorizou, insistindo na desburocratização das instituições.

"a vendedor ambulante, ante tanta burocratização e dificuldades, fica esgotado porque são horas e horas de espera, observando os funcionários a atender ou saciar a sua fome e a dos seus", e isso "está errado, porque todos temos os mesmos direitos perante a Lei, ninguém pode ser prejudicado ou privado de qualquer direito em razão do seu grau de instrução ou condição económica", criticou.

Recorde-se que a Operação Resgate visa repor a autoridade do Estado nos mais diferentes níveis e, segundo disse o comissário Orlando Bernardo ao jornal de Angola esta semana, vai contar com um número de efectivos e meios técnicos suficientes para o sucesso do trabalho, ainda sem uma data definida para o término.

3.38 Lixeira da Pedreira garante sobrevivência a muitas famílias

Jornal de Angola

10 De Novembro de 2018

Bem juntinho ao maior depósito de resíduos sólidos, na cidade do Lobito, vivem cerca de 150 mil famílias, que sobrevivem dos alimentos e outros produtos deteriorados deitados no local.

Além destes "inquilinos", outras centenas de pessoas frequentam diariamente este aterro sanitário, vulgarmente chamado de "Pedreira", para onde é descarregado o lixo de supermercados, lojas, pequenas indústrias, armazéns, enfim, estabelecimentos comerciais.

A luta pela sobrevivência leva a estas pessoas, logo pela manhã, a um compasso de espera pela descarga dos produtos, que utilizam para o consumo e também para a venda. É uma vida dura que envolve muitos riscos à saúde.

Próximo ao local, há um mercado onde os frequentadores da lixeira vendem o que conseguem com alguma utilidade. Neste lugar encontra-se quase tudo, desde alimentos a uma infinidade de utensílios.

Surgimento da lixeira

A lixeira está situada a 10 quilómetros da cidade do Lobito, na Estrada Nacional nº 100, que dá acesso à Canjala. É também vulgarmente conhecida por "Pedreira", por estar próxima a uma pedreira da empresa Aerovia.

A lixeira surgiu numa altura em que as perspectivas de expansão da cidade eram reduzidas, devido à insegurança provocada pelo conflito armado que assolou o país. Com o aumento dos níveis de pobreza na região, vários populares começaram a fazer romaria diária à "Pedreira" em busca de alimentos descartados no local.

Foi em 2012 que as primeiras famílias, empurradas pela carência total, começaram a instalar - se no local. Nesta altura, o número de moradores era reduzido, ou seja contavam-se facilmente. Hoje a movimentação, quer dos habitantes quer dos frequentadores é assustadora.

Centenas de homens, mulheres e crianças coabitam com os ratos, baratas e demais bichos nocivos à saúde, além do cheiro nauseabundo próprio do lixo.

Neste tempo chuvoso, se afiguram dias ainda mais difíceis, pois com o acúmulo de água em quase toda a

extensão, e o lamaçal que se amontoa, os constrangimentos multiplicam-se.

Nas redondezas estão a Refinaria do Lobito, empreendimentos privados e a zona residencial dos Cabrais, onde residem cidadãos que viviam em áreas de risco.

O dia nasce cedo

A reportagem do Jornal de Angola esteve no local numa manhã. Quando lá chegou eram sete horas, e já se assistia a um movimento frenético dos moradores. Estes, e os intrusos", tão logo as viaturas que vão deitar o lixo chegam ao recinto, acompanham em corrida até ao local onde parar. Geralmente são alimentos e utensílios deteriorados.

O soba Estevão Solino, a entidade que responde pela comunidade local, e também inquilino, foi quem autorizou as entrevistas e fotografias que fizemos.

"Pode ser espantoso, mas morre menos gente aqui do que em muitas zonas da cidade do Lobito. Vivo aqui com a minha família desde 2012. Temos a protecção divina", disse' esboçando um sorriso".

O soba conta que diariamente inúmeros chefes de famílias acorrem à lixeira para recolher alimentos fora de prazo "para a casa".

O maior lote de bens expirados é proveniente de armazéns e supermercados." Quando

já não dá mesmo para vender trazem aqui", disse o soba Estevão Solino, apontando para um camião que acabava de chegar com carne seca, farinha de trigo, chocolate, frango, feijão, fuba de milho importada, entre outros alimentos fora de prazo.

No momento em que o veículo fazia a descarga, um grupo de homens, mulheres e crianças recolhiam a comida para um outro lado, deixando a percepção de que estavam a actuar em sintonia.

Alguns produtos, aparentemente em bom estado, são encaminhados para mercados informais. Por outro lado, a Polícia tenta impedir a recolha dos alimentos na "Pedreira", sem sucesso.

"Assisti várias vezes algumas pessoas a tentarem impedir a queima de alimentos enfrentando a Polícia com paus, catanas e pedras", disse o soba.

Frequentadores assíduos

Rebeca Navita uma frequentadora assídua da lixeira confessou à reportagem do Jornal de Angola que alimenta a família com o que apanha no local. "Se não venho aqui em busca de alimentos não como.

Não trabalho e não consigo dinheiro para fazer compras nos mercados", disse.

José Sukua, um pedreiro desempregado de 53 anos, estava acompanhado das filhas de 6 e 9 anos à procura de comida em bom estado "para matar a fome", como disse. "É aqui onde encontro comida e biscates. Às vezes sou contratado para fazer cubatas e ganho algum dinheiro", revelou.

Joaquina Tchilombo vive na cidade da Catumbela e passa os dias úteis da semana em casa. Apenas se desloca para o aterro sanitário do Lobito aos fins-de-semana, de onde regressa com algum dinheiro, porque depois de apanhar algo, vende alguns e leva outros para casa.

"Quando o camião do lixo chega, é uma luta autêntica. Os mais rápidos conseguem as melhores coisas", acrescentou Joaquim Tchilombo.

Administração municipal do Lobito

"A lixeira do Lobito é um espaço que recebe resíduos sólidos sem um planeamento apropriado para a retenção do lixo, embora não muito agressivo ao meio ambiente", disse o ambientalista Tutuvili Hambo.

Na sua óptica, a Administração Municipal do Lobito deve tomar medidas incisivas para que as pessoas não façam daquele lugar uma fonte de subsistência, "por ser causador de doenças fatais".

3.39 Um resgate que é mais do que uma operação

Jornal de Angola

10 De Novembro de 2018

Texto: Rui Malaquias

Os últimos dias têm sido sacudidos pelos ventos fortes e calemas que a tão propalada Operação Resgate vai trazer para o nosso modo de vida, contudo esta operação divide opiniões e levanta argumentos, contudo entendemos, e como explicaremos mais para frente que a palavra resgate tem um significado muito mais profundo do que parece.

A operação tem sido passada à nossa economia como resgatadora da transparência e legalidade das actividades comerciais no país, ela tem a função de colocar as coisas, as pessoas e as empresas nos seus devidos lugares, para que a nossa actual sociedade disfuncional reganhe os padrões que muitos de nós ansiamos quando viajamos ou ligamos as nossas televisões a cabo.

O resgate da legalidade e das boas práticas nunca será apenas administrativa e com força policial, precisamos de resgatar um angolano que ainda não o conhecemos, é preciso resgatar um angolano que entenda que não tem de viver às custas do Estado, um angolano que seja cumpridor exemplar das suas tarefas laborais e principalmente um angolano que entenda que as tarefas mais complicadas devem ser feitas por ele e não pelos estrangeiros.

Precisamos de um angolano que tenha decência para entender que ninguém nasce grande, que entenda que é grão a grão que a galinha enche o papo, estamos a querer dizer que precisamos entender que ao invés de irmos ao banco, sem experiência ou conhecimento do negócio) apresentar um projecto de milhões de dólares, precisamos primeiro de aprender a gerir milhares de kwanzas e que só como tempo e experiência é que estaremos em condições de dar o passo grande.

Temos de resgatar aquele angolano com paciência de elefante; do segurança ou costureiro e barbeiro zairense, do "mamadou" da cantina, do indiano, mauritaniano, gambiano e do libanês do armazém, precisamos de ter a paciência de fazer o que estes fazem, precisamos de deixar de achar que estes são profissões inferiores e que o nosso lugar é no escritório.

Ao invés de desprezá-los, precisamos de aprender é com estes exemplos, pois, são povos que há muito entenderam que quem cria empregos e riqueza são os negócios privados, há muito entenderam que depender do Estado não é solução.

Tememos que a operação resgate deixe a nu o verdadeiro angolano que se furta de trabalhar nestes negócios porque quer grandes margens de lucro, pois sabemos que os armazéns e cantinas são de cidadãos nacionais que repassam para estrangeiros que agora serão repatriados, a questões que se colocam são as seguintes:

Será que os angolanos terão "estaleca" e coragem para prosseguir com os mesmos negócios? Já está provado que nem todos podem ir às grandes superfícies fazer compras, então quem vai fazer o chamado "trabalho sujo", quem vai fornecer ali aonde as grandes superfícies não chegam?

Será que o angolano terá a paciência de ganhar 20 ou 25 kwanzas por cada produto vendido e fazer as contas certinhas e em dia para pagarmos fornecedores à consignação como fazem os nossos irmãos?

Infelizmente temos dúvidas, e triste seria se chegássemos a sentir falta dos ilegais que temos no país, porque nos furtamos de fazer o trabalho que eles faziam. Por estes e outros motivos, pensamos que o resgate não é só da legalidade e da ordem social, é principalmente da nossa angolanidade e da nossa capacidade agarrar os nossos destinos com as mãos.

Mas, a Operação Resgate, tem um outro lado, e se calhar o mais visível e fraccionário, pois divide opiniões, terá certamente custos eleitorais para o partido no poder, bem como vai levantar a questão da complexidade da governação, pois quem governa terá de decidir entre manter o torto ganhar votos ou fazer direito por ser o certo.

Os países que conhecemos como organizados, os Estados colocam à disposição do cidadão a segurança, água, energia eléctrica e todo conjunto infra-estruturas para que as famílias possam trabalhar e serem produtivas e para que as empresas consigam crescer, criar mais empregos e assim pagar mais impostos e enriquecer os seus accionistas.

Se estivermos todos no mesmo diapasão, não poderemos concordar que existam pessoas com coragem para começar um pequeno negócio de forma legal, que pague os seus devidos emolumentos, crédito bancário, taxas e impostos, tenha custos com salários e segurança social para com seus funcionários.

Os Estados precisam destes investidores, mas a verdade é que em Angola estes são atacados por uma concorrência desleal e injusta à porta da sua loja, onde são vendidos os mesmos produtos à preços muito mais baixos, por terem custos absurdamente mais baixos, porque não pagam créditos, impostos, taxas nem salários a funcionários.

Em termos legais, económicos e principalmente sociais o Estado e os próprios contribuintes precisam daqueles que criam empregos e paguem os seus devidos impostos, é preciso haver aqueles dêem a César o que é de César, só desta forma é que as economias crescem e se satisfazem as necessidades colectivas, pensar no bem comum e na prosperidade das gerações vindouras.

As vozes que se levantam a defender a venda de rua, apresentam argumentos que respeitamos mas não concordamos, ora vejamos, a venda ambulante é legal e é utopia pensarmos que ela irá acabar pela força ou por outras medidas administrativas e como muita gente já disse, muitos de nós crescemos e estudamos com produtos da venda das nossas mais velhas.

Mas as nossas mais velhas não vendiam em qualquer local, não vendiam à porta das lojas e não faziam concorrência aos negócios formais na sua própria porta, elas tinham locais autorizados para vender e assim o faziam sem incómodo algum.

Não era venda desordenada e nada higiénica que vemos dentro e fora do perímetro urbano, é preciso entender que há que proteger a mãe zungueira que sustenta os seus filhos, mas também há que proteger os pequenos e médios empresários cujos negócios são afectados pela venda ilegal.

O Estado deve proteger estes negócios formais, não só porque são eles que pagam impostos, salários e contribuem para segurança social mas também eles devem ser protegidos porque nestes pequenos negócios também estão pais e mães de família (tal como a zungueira) e se o negócio falir e fechar são estas 5 ou 10 pessoas que vão para o desemprego e deixam de poder pagar a propina dos filhos e pôr comida à mesa destas 10 famílias.

E se fecha uma pequena empresa é o banco comercial que não recupera o crédito, menos impostos que o Estado arrecada dos salários e sobre os lucros das empresas e é menos dinheiro que entra para sistema de segurança social do país, o que condiciona as pensões pagas hoje aos nossos mais velhos que já trabalharam ontem.

É urgente que se pare de dizer que as zungueiras estão a ser atacadas, isto não é verdade, acreditamos que ninguém vai proibir a venda ambulante até porque é legal, achamos que se está a disciplinar esta venda. Agora se nos for perguntado se isto resolve o problema da nossa economia, a resposta será claro que não! Mas já é um começo.

Infelizmente nem todos teremos as mesmas aptidões profissionais e académicas para o trabalho formal, então haverá sim venda informal, contudo o Estado precisa de fazer muito mais para absorver estas pessoas do mercado informal para protegê-las através do sistema de segurança social.

Para tal o Estado deverá apostar mais e melhor na educação, formação profissional saúde e saneamento básico, vias de comunicação e todas infra-estruturas para que surjam os negócios privados e criem empregos para enquadrar estas pessoas, mas, para isso, estes negócios devem ser protegidos da concorrência ilegal e injusta.

Enquanto isto não acontece, infelizmente, esta operação já está condenada ao mediatismo, pois algum polícia ou fiscal vai cometer um erro e irá manchar um trabalho importante e que faz todo o

sentido, mas auguramos que Estado se mantenha forte e decidido porque este é o caminho certo, mas como já dissemos, que não seja apenas uma medida isolada.

3.40 "SOS-zungueiros" será lançado em Dezembro

Jornal O PAÍS

12 De Novembro de 2018

Texto: Domingos Bento

Associação dos Vendedores Ambulantes (AVAL) vai lançar, no próximo mês de Dezembro, uma linha telefónica para atender as denúncias de casos de agressão aos seus associados, deu a conhecer ontem, ao OPAÍS, o presidente da referida agremiação, José Ambrósio Cassoma.

O líder associativo fez saber que se pretende, com o lançamento do projecto denominado "SOS-zungueiros", registar, por via de chamadas de voz e mensagens de texto, os eventuais casos de agressão a vendedores ambulantes sobretudo durante a "Operação Resgate", em curso no país desde a semana passada, cujos objectivos centram-se no reforço da ordem e da tranquilidade públicas, ordenamento da venda ambulante, neutralização do comércio ilegal de acessórios de viaturas e outros males que afectam a segurança pública.

De acordo com Cassoma, todos os casos registados serão posteriormente entregues às autoridades para o devido tratamento. Tal como explicou, neste momento está-se a trabalhar na formação dos profissionais de comunicação que vão atender as chamadas telefónicas dos vendedores ambulantes durante 24h/dia.

"Infelizmente as chamadas vão ser custeadas. As pessoas vão gastar saldo. Mas isso não nos preocupa. O mais importante é que os nossos associados tenham uma linha de atendimento em que possam manifestar as suas preocupações durante 24 horas", frisou.

Relativamente à "Operação Resgate", que amanhã fará uma semana desde que iniciou, José Ambrósio Cassoma disse que a sua organização continua a receber queixas de vendedores ambulantes sobre alguns excessos cometidos, sobretudo por agentes da fiscalização que continuam a agir fora dos princípios dos direitos humanos. "Há uma mudança, mas não em grande escala, porque continuamos a receber queixas dos nossos associados. E isso é que nos incentiva a criar o projecto SOS-Zungueiros. É uma forma de mostrar aos nossos associados que estamos

preocupados com a sua condição e que tudo faremos para responsabilizar as pessoas que continuam a usar a violência para reprimir a venda ambulante" atestou. Por outro lado, José Ambrósio Cassoma reconheceu haver maior disponibilidade das autoridades para cooperar com a sua agremiação e isso tem evitado choques. "Pela primeira vez podemos afirmar que o Governo está mais disposto a dialogar connosco. Esta semana tivemos muitas reuniões, quer com a Policia, quer com as próprias administrações municipais. E os resultados foram todos positivos. É um sinal claro de que é possível resolvermos o problema da venda ambulante com diálogo, sem necessariamente usarmos a força", atestou.

3.41 Mercado fronteiriço muda de localização

Jornal de Angola

15 De Novembro de 2018

As obras para a construção do novo mercado fronteiriço do Luvo arrancam este ano e estão orçadas em 75 milhões kwanzas, avançou a administradora municipal de Mbanza Kongo.

Em declarações à imprensa, na terça-feira, Nzuzi Makiese adiantou que a construção do mercado, localizado 60 quilómetros norte de Mbanza Kongo, é feita em duas fases consecutivas. Na primeira, são erguidas 500 bancadas, armazéns, área administrativa e balneários públicos.

Nzuzi Makiese adiantou que a empreitada foi adjudicada a uma empresa chinesa que pretende dar início às obras no final de Novembro ou princípio de Dezembro e que o departamento provincial do Instituto Nacional de Desminagem (INAD) entregou um certificado provisório de limpeza dos cerca de 257 mil metros quadrados onde vai ser implantado o mercado.

O projecto de construção do mercado, disse, era liderado pelo Governo Provincial, tendo passado para a administração municipal de Mbanza Kongo no âmbito da política do Executivo angolano que visa a transferência das competências administrativas para o poder local.

Nzuzi Makiese disse que o novo mercado do Luvo é erguido num espaço distante da localização do actual mercado, situado na linha divisória entre Angola e a República Democrática do Congo (RDC), onde os negociantes comerciavam a céu aberto.

Nzuzi Makiese explicou que a indicação do novo espaço cumpre as orientações dos órgãos de

segurança e ordem interna, que sempre se manifestaram apreensivos com a localização do mercado anterior.

A administradora afirmou que o novo mercado vai ter controlo de fuga ao fisco, bem como mecanismos de combate à tentativa de infiltração de estrangeiros nos dias de funcionamento, que ocorre aos sábados de forma alternada.

3.42 Vendedores recebem cartões de ambulante

Novo Jornal

16 De Novembro de 2018

No âmbito da Operação Resgate, o Governo da Província de Luanda procedeu à entrega de 70 cartões para a venda ambulante a igual número de pessoas no mercado dos Congolenses, distrito urbano do Rangel.

O vice-governador de Luanda para a Área Económica e Social, Júlio Bessa, que orientou a cerimónia e entregou o primeiro cartão ao primeiro beneficiário, reafirmou ser um dever do GPL cuidar da organização dos mercados e da pequena economia local, de modo a proteger os vendedores.

"Vamos continuar do lado daqueles que cumprirem a lei e apelamos àqueles que ainda não aderiram ao processo de credenciamento que se inscrevam, para que futuramente possam desenvolver de forma legal as actividades comerciais".

Por sua vez, a presidente da Comissão Administrativa de Luanda, Antónia Nelumba, informou que o processo de legalização dos vendedores ambulantes decorre em todos os distritos urbanos da cidade de Luanda, devendo para o efeito os interessados fazerem o registo.

Antónia Nelumba anunciou que serão credenciadas as quitandeiras que exercem actividades dentro dos mercados locais. Fez saber ainda que o GPL vai criar feiras periódicas para promover a venda ambulante na cidade capital.

Em relação aos cartões, cada município é representado por uma cor, sendo que cada vendedor só poderá exercer a actividade na circunscrição onde for credenciado.

O Governo da província de Luanda estima que haja, nos mercados de Luanda, mais de 30 mil lugares por ocupar.

3.43 "Resgate" para 2 mil táxis e deixa 90% de alunos sem transporte

Jornal Expansão

16 De Novembro de 2018

Texto: Hamilton Cruz

Cerca de 300 táxis dos mais de 2 mil que foram apanhados na operação "Resgate", por funcionarem de forma ilegal, já regularizaram a sua situação, garantiu o presidente da Associação Nova Aliança dos Taxistas de Angola (ANATA), que conta com 24 mil associados, dos quais 18 mil estão inscritos na capital do País.

Geraldo Wanga diz que a associação está a dar assistência, no licenciamento de viaturas e transporte colectivo, a aproximadamente 100 pessoas por dia, desde que a operação "resgate" começou, no dia 6 de Novembro. Uma circunstância que classifica de "preocupante" por envolver "um número elevado" de viaturas que actuavam sem terem a documentação obrigatória para exercício da profissão.

Para o responsável da ANATA, um número tão elevado de táxis a operar de forma ilegal deve-se à influência dos proprietários das viaturas, a maioria das quais ligadas a "entidades públicas" que se faziam valer da sua posição de influência.

"Essas pessoas passavam o passe da instituição onde trabalham ao condutor e o mesmo exercia a actividade exibindo apenas aquele passe em substituição da licença de aluguer e da taxa de circulação", explicou.

Contactado pelo jornal Expansão, o director geral do Instituto Nacional dos Transportes Rodoviários, nomeado a 4 de Outubro, disse não ter ainda qualquer comentário a fazer sobre o assunto. "A única opinião que tenho é que nós todos temos de ser os primeiros a defender as boas práticas no nosso País. E as nossas boas práticas levam-nos a estar todos dentro da legalidade", comentou lacónico.

Mas se, por um lado, a "Operação Resgate" visa, entre outros aspectos, ordenar a circulação rodoviária, por outro, está a prejudicar a vida a 90% dos estudantes do ensino superior, como revela o presidente em exercício da Associação dos Estudantes das Universidades Privadas de Angola.

Joaquim Costa lamenta que as instituições responsáveis pela operação não tenham equacionado os possíveis transtornos, numa altura tão crítica, em que muitos estudantes, em época de provas, estão a ser impedidos de as realizar devido a constantes atrasos. Além disso, estão a sofrer assaltos à noite por falta de táxis nas paragens.

3.44 Sociedade Civil elogia mas exige mudanças

Novo Jornal

16 De Novembro 2018

Texto: Isabel João

Uma semana depois do início da Operação Resgate, que decorre em todo o país, com vista a resgatar a autoridade do Estado e reforçar a ordem pública, através do combate ao crime, ao comércio e à imigração ilegal, membros da sociedade civil ouvidos pelo NJ louvam a iniciativa mas criticam a forma como a operação está a ser materializada.

O presidente da OMUNGA, José Patrocínio, louva a iniciativa da Operação Resgate, pois considera que a medida pode resgatar a autoridade do Estado, que, no seu entender, "está bastante debilitada". O líder associativo considera que a operação vai permitir a discussão de assuntos outrora considerados "tabus" no país, e cita como exemplo o combate à corrupção.

"Hoje todo o mundo pode discutir e apresentar as suas reclamações ou sugestões sem qualquer receio de represálias", frisou.

Já o presidente da OMUNGA, José Patrocínio, defende uma maior participação da sociedade civil e diz que o processo deve ser amplo e transparente.

"O resgate da autoridade do Estado não se pode restringir a uma operação policial, deve ser estratégia do próprio Estado, tal como no combate à corrupção, e deve envolver todos os órgãos de soberania. Os cidadãos precisam realmente de se sentir cidadãos", finalizou.

Por sua vez, Sérgio Calundungo, consultor independente e coordenador do OPSA, disse ser a favor da reposição da ordem e da legalidade. Contudo, alerta que a operação não pode promover a exclusão social e colocar "todos no mesmo saco" ao ponto de se confundir informal com o ilegal.

"Penso que, através desta operação, se poderiam estabelecer vínculos com as pessoas que exercem tais actividades, de modo a torná-las líderes da mudança que se pretende alcançar. A operação deve também

estar voltada para a luta contra a pobreza e injustiças, e não apenas para a reposição de uma suposta legalidade", sublinhou.

Sérgio Calundungo disse ainda que o Estado deveria apostar mais nas acções de educação cívica, consciencialização e promoção da solidariedade. "Entre os objectivos da Operação Resgate, deveriam constar aqueles que se centram na erradicação da pobreza, sendo que o mais sensato seria desenvolver a capacidade das pessoas que praticam a venda ambulante para se organizarem e exigirem o respeito pelos seus direitos", disse.

Já Salvador Freire, presidente da Associação Mãos Livres, diz que a operação veio pôr regras à sociedade. Elogiou o modo como está a ser reorganizado a venda nos mercados informais, que, no seu entender, vai permitir maior arrecadação de receitas para os cofres do Estado.

"O Estado precisa igualmente de políticas sociais que permitem o enquadramento de pessoas no mercado formal", referiu o presidente da associação.

3.45 Polícia encerrou 34 templos e deteve mais de 500 cidadãos

Novo Jornal

16 De Novembro de 2018

Os primeiros seis dias da Operação Resgate resultaram no encerramento de 34 templos de adoração que funcionavam à margem da legalidade e em locais impróprios, sendo 19 na província de Cabinda, 11 em Luanda e quatro em Malanje.

Segundo o porta-voz do Comando-Geral da Polícia Nacional, Orlando Paulo Bernardo, a operação permitiu às forças de segurança apreender 536,455 quilogramas de liamba, deter 509 suspeitos de crimes diversos, que permitiram esclarecer 471 casos em investigação.

Dos 509 detidos estão três cidadãos acusados de destruir condutas de água. A operação permitiu ainda a desactivação de cinco focos de garimpo de água, a demolição de um tanque de abastecimento de água imprópria, a apreensão de sete viaturas, 300 caixões, dez electrobombas e 12 motobombas.

Durante a primeira semana da operação realizada a nível nacional, seis clínicas dentárias sofreram multas por falta da situação tributária regularizada e três foram encerradas por más condições de funcionamento na província de Luanda.

Os primeiros sete dias foram ainda caracterizados por uma vertente pedagógica, esclarecedora e de sensibilização às populações; com o encerramento voluntário de estabelecimentos comerciais e cantinas, abandono voluntário dos locais habituais de venda ambulante e exposição de produtos na via pública.

Registou-se uma maior participação dos cidadãos que fizeram denúncias relacionadas com casos de extorsão, corrupção, imigração ilegal e comércio ilegal, assim como a diminuição de crimes violentos e maior fluidez na circulação de viaturas e pessoas nas ruas e passeios das cidades.

Orlando Paulo Bernardo explicou ainda que a Operação Resgate está a decorrer dentro da normalidade e os resultados são satisfatórios.

"São apenas sete dias e posso dizer que os resultados são os esperados. A iniciativa visa repor a autoridade do Estado no país", recordou.

A operação visa reforçar a autoridade do Estado em todos os domínios, reduzir os principais factores que provocam desordem e insegurança, bem como os da violência urbana e da sinistralidade rodoviária, aperfeiçoar os mecanismos e instrumentos para a prevenção e combate à imigração ilegal e proibir a venda de produtos não autorizados.

3.46 Mercado dos Correios foi-se a vida

Jornal Manchete

16 De Novembro de 2018

Texto: Mário Cassanda

O mercado dos Correios, em Luanda, conhecido por ser o maior mercado informal de acessórios para automóveis de Angola, e sobre o qual recaem suspeitas de ser local de venda de material furtado, foi encerrado na sequência da "Operação Resgate", em curso desde dia 6 deste mês, com o objectivo de "repor a ordem no país", segundo as autoridades. Segundo apurou o *Manchete*, a decisão já constava num decreto presidencial, datado de Junho deste ano, que proibia a venda de peças de automóveis na rua ou mercados informais e que pretende travar a onda de furtos a viaturas.

O negócio de peças de veículos automóveis no mercado dos "Correios" é dominado maioritariamente por cidadãos de nacionalidade nigeriana, camaronesa, gambiana, senegalesa, libanesa, eritreia e congolosa, tendo como funcionários jovens angolanos.

As lojas de venda de peças de viaturas, ao longo da Avenida Machado Saldanha, no Bairro Popular, também no município do Kilamba Kiaxi, também foram todas encerradas. A actuação da "Operação Resgate" faz sentir-se igualmente no mercado do Alfa Cinco, nos arredores do Cemitério da Mulemba, no Cazenga, onde os vendedores também estão impedidos de exercerem as suas actividades.

No mercado do Alfa Cinco a actividade é também dominada maioritariamente por cidadãos expatriados, com realce para os do Congo Democrático que lideram o negócio. Muitos utentes destas lojas compram viaturas acidentadas ou mesmo roubadas, que posteriormente, são desmontadas e comercializadas a retalho neste mercado, segundo um dos jovens que preferiu o anonimato.

Por outro lado, um jovem que trabalha com cidadãos estrangeiros na comercialização de peças de viaturas, citado pelo *Jornal de Angola*, disse existir trespasse de Alvarás Comerciais de angolanos para os utentes dos negócios, na sua maioria cidadãos nigerianos, a troco de dinheiro.

De acordo com o jovem, alguns proprietários de alvarás comerciais, a troco de dinheiro, reproduzem o documento emitido pelo Ministério do Comércio que habilita a exercer a actividade, e aluga a vários lojistas, cobrando valores que podem chegar até cem dólares mensais.

O jovem referiu-se também sobre a suposta protecção de que gozam alguns comerciantes estrangeiros, utentes de lojas de peças de viaturas. Segundo a fonte do diário estatal, "muitos até têm sido recolhidos pela Polícia Nacional, mas acabam sempre por sair no mesmo dia e voltam ao negócio".

"Quando um comerciante nigeriano tem problemas no mercado, por qualquer razão, e é levado para a Esquadra, ligam para alguém da corporação e a situação fica resolvida em minutos", denunciou.

"OPERAÇÃO RESGATE" COM BALANÇO POSITIVO

A Operação Resgate está a decorrer dentro da normalidade e os resultados "são satisfatórios" disse terça-feira, 13, fonte policial, num balanço dos primeiros sete dias da iniciativa que visa repor a autoridade do Estado no país. A fonte disse também não se terem registado "situações assinaláveis" que comprometam os objectivos da operação. A operação visa reforçar a autoridade do Estado em todos os domínios, reduzir os principais factores que provocam desordem e insegurança, bem como os da violência urbana e da sinistralidade rodoviária,

aperfeiçoar os mecanismos e instrumentos para a prevenção e combate à imigração ilegal e proibir a venda de produtos não autorizados em mercados informais.

3.47 Êxito da operação resgate comprometida sem resgate da administração

Jornal Expansão

16 De Novembro de 2018

Texto: Maria Luísa Abrantes

Pelo anúncio das autoridades angolanas, a operação resgate parece ser composta por três partes, uma das quais direccionada a estrangeiros, nomeadamente à luta contra a imigração ilegal e a contra a pilhagem desenfreada de recursos naturais e as outras duas, dirigidas a cidadãos nacionais e estrangeiros residentes, nomeadamente o combate a corrupção através do repatriamento de capitais e a luta contra o comércio informal.

O início da operação resgate peca por tardio. O seu início teria de merecer o meu aplauso, caso na sua preparação tenham sido acautelados aspectos essenciais para o seu acompanhamento, pelo menos a curto prazo (1 a 2 anos), tais como, o aumento dos efectivos da guarda fronteiriça, da ordem de segurança pública, da fiscalização dos órgãos locais e centrais e sua formação contínua, o saneamento dos agentes dessas instituições corruptos, bêbados e indisciplinados. Além da possível adjudicação das grandes fazendas abandonadas, incorrectamente financiadas pelo Estado, através de parcerias ficticiamente público/privadas, aos centros prisionais, para servirem de centros correcionais para eventuais detidos e o trabalho interactivo e de apoio, da sociedade civil, através da colaboração das organizações não-governamentais sem fins lucrativos. Aliás, as ONG, acrónimo de Organizações não-Governamentais que tenham como fim último, o carácter educativo e formativo do capital humano, deveriam merecer uma maior atenção por parte do Estado.

Interrogo-me porém, se a implementação conjunta da operação resgate pelos órgãos governamentais com mandato legal para o cumprimento cabal das acções programadas para combater aspectos sociológicos diversos em duas frentes, (externa e interna), ainda que com aspectos sociais com causas de certa forma similares, possuem para além dos métodos persuasivos e coercivo, meios humanos com formação adequada, ou pelo menos, treino básico contínuo e meios logísticos para o tal.

Muito se tem escrito e falado sobre os efeitos imediatos positivos e negativos da operação resgate, com incidência nos aspectos relacionados com os direitos humanos. Mas muito pouco se tem falado e escrito sobre as causas e, no que diz respeito à vertente externa, aos efeitos nefastos da violação diária das nossas fronteiras, acompanhada de uma invasão silenciosa e silenciada, para a economia e para sociedade angolana ao longo dos últimos 43 anos, bem como pelos actos graves de violação dos direitos humanos cometidos pelos invasores estrangeiros, contra cidadãos nacionais, a quem não raras vezes tiram a vida e a quem querem impor a sua cultura e suas religiões.

Indo por partes, cingir-me-ei a emigração ilegal. Não obstante defenda que a emigração é importante, porque para além do convívio entre os povos, aporta troca de conhecimento e de experiências e mão-de-obra adicional, para o desenvolvimento de uma nação, não compactuamos com a imigração descontrolada, com imigrantes ilegais que impõe a localização da cidade em que pretendam viver a custo zero, ocupando ilegalmente casas de propriedade privada ou estatal, que os próprios cidadãos nacionais não ousaram ocupar, construindo por cima dos passeios, ou das cercas dos aeroportos, com os perigos eminentes para a segurança da aviação e dos cidadãos que aí residem, ou dentro de jardins públicos e que tenham como preferência, a exploração de recursos minerais sem estar habilitados com qualquer licença.

A população autóctone também gostaria de explorar livre e anarquicamente diamantes, ouro e mercúrio, que com toda a irresponsabilidade não poucas vezes, os imigrantes ilegais transportam por meios aéreos destinados às carreiras civis, com todo o perigo que tais operações acarretam. Para atingir tais desideratos, não só escravizam a mão-de-obra nacional, sem que os compensem com as mínimas condições de segurança social, segurança no trabalho e remuneração condigna, para além de não terem a mínima preocupação com a protecção do meio ambiente, deixando crateras enormes que se transformam em pântanos imundos, perigosos a todos os títulos, em especial para saúde dos seres humanos e dos animais, acelerando o desmatamento, contribuindo para o aquecimento global e para a extinção das espécies da fauna e da flora que fazem parte da biodiversidade e equilibram o ecossistema.

Não poderemos ser condescendentes e defender esse tipo de comportamento, apelando à defesa dos direitos humanos e argumentando que cidadãos nacionais também procedem da mesma forma, o que é obviamente, a todos títulos condenável. Sem esquecer que os cidadãos estrangeiros expulsos na

operação resgate são oriundos de vários países do mundo, exemplificamos com os nossos vizinhos da República Democrática do Congo, país com cerca de cerca de mais de 80 milhões de habitantes, e que muito embora seja maior do que Angola e possivelmente com mais recursos naturais, não só pelo tipo de colonização, mas também pelo tipo de governação pós independência, constatamos que está menos desenvolvida ao nível de infra-estruturas do que Angola e que a maioria do seu povo em 1975 até ao presente momento, vive em muito piores condições que a população do nosso país.

Pelas razões apontadas, não nos surpreendeu, que logo após a independência de Angola se tenha iniciado o êxodo silencioso, na busca de uma vida melhor, que é de facto uma ambição natural de qualquer ser humano, desde que respeitem o "modus vivendi" do nosso povo. Somos de facto irmãos, mas os sociólogos que me perdoem o facto de eu ter reservas, quando ouço a afirmação de que os povos das fronteiras norte e sul de Angola, por pertencerem às mesmas etnias tem os mesmos hábitos e costumes, o que não me parece ser uma verdade absoluta, pelo menos no que respeita aos hábitos, porque o tipo de colonização foi muito diferente e no caso de Angola durou mais de 400 anos.

Note-se porém, que sendo as fronteiras territoriais entre Angola e a República Democrática do Congo muito longas e o número de efectivos da guarda fronteiriça e militares para apoio a defesa da fronteira, mesmo no tempo em que Angola era uma colónia portuguesa ser insuficiente, a verdade é que a autoridade administrativa e política era imposta e respeitada, através do cumprimento dos acordos de cooperação bilateral entre Estados e a autoridade policial pública interna (PSP) fazia-se sentir, através de normas que eram impostas, sob pena de sanção exemplar, quando o cidadão nacional ou estrangeiro transgredisse.

Aliás, nas aldeias e cidades da República Democrática do Congo, nenhum cidadão nacional ou estrangeiro, anda mais de que um quilómetro sem ser interceptado e lhe serem solicitados os documentos. Se for estrangeiro, é imediatamente preso, espancado (excepto se tiver dinheiro para subornar os agentes e respectivas chefias) e repatriado incondicionalmente. Os angolanos que viveram e ainda vivem na RDC, entraram no tempo da autenticidade, ao abrigo de acordos entre o regime de Mobutu e os movimentos políticos da FNLA e do MPLA (de curta duração), exactamente porque não se aceitava que Africanos que não fossem autênticos na cor e na cultura pudessem dirigir no futuro um país africano como Angola. Todavia, sempre lhes foi dada uma reduzidíssima importância na vida nacional e social

daquele país e pejorativamente eram insultados com a frase "Ba refugie, boyaki na cadena na monoko", que traduzida 'à letra' significa "Os refugiados vieram com cadeado na boca". Enquanto hoje em dia, com a linhagem em Angola, criou-se uma elite de novos ricos zairenses bem visível, que tem um apelido especial nesse país.

Como cidadãos do mundo, defendemos porém, a legalização e integração dos cidadãos estrangeiros refugiados de guerra, ou que contribuam com o seu trabalho para o crescimento e engrandecimento da economia angolana e do país, que cumpram escrupulosamente com os requisitos legais requeridos, e/ou que tenham constituído família. Neste caso não pactuamos com aqueles que tenham como fim último, conseguir a sua residência ou nacionalidade para pilhar, introduzir determinadas seitas ou religiões, ou para votar neste ou naquele Partido durante os períodos eleitorais, o que num futuro próximo poderia colocar em perigo a soberania nacional.

3.48 Lotadores de táxi abraçam combate à criminalidade

Jornal O Crime

17 De Novembro de 2018

Texto: Dumilde Fuxi

A província de Luanda tem assistido, nos últimos tempos, a uma maior preocupação sobre a actuação dos taxistas e lotadores de táxi, que, por meio de grupos organizados, desempenham as suas actividades com base em normas estabelecidas para moderar as actuações dos associados.

Aristides Carlos Contreiras, lotador e vice-presidente de um dos núcleos, conta que a sua criação foi motivada pelos constantes assaltos que se registavam nas paragens, sobretudo quando os passageiros tentavam subir nos táxis.

Como forma de organizar e manter a tranquilidade no lugar que serve como fonte de subsistência, foram cadastrados os lotadores e, cada um, devidamente uniformizado, além de exercer a sua actividade, tem a responsabilidade de manter a tranquilidade na paragem e impedir qualquer conduta indecorosa, entregando à Polícia as suspeitas ou pessoas envolvidas em práticas criminosas.

Estes lotadores também são responsáveis por auxiliar as pessoas de idade avançada, grávidas, deficientes e outras com alguma dificuldade a terem acesso ao táxi.

Qualquer associado que cometa alguma infração, como lutar ou consumir bebida alcoólica durante o trabalho, é multado por AKZ 2.000,00 (dois mil kwanzas) e, caso seja recorrente, segue-se a penalização, que poderá ser o impedimento de trabalhar quando estiver escalado, sendo o dinheiro que deveria receber colocado na caixa da organização para acudir a certas necessidades da mesma, como doença ou infelicidade dos associados.

No São Paulo, a organização destes jovens intimida muitos assaltantes, alguns rendidos aos objectivos dos mesmos, que contam com o apoio da Administração e da Polícia local. Com a sua presença nas paragens, o sentimento de insegurança entre os cidadãos reduziu. Além dos mais antigos, são já aproximadamente 15 jovens resgatados e que agora ganham a vida lotando táxis, sem mais incomodar o infeliz passageiro, isto é, subtraindo os seus pertences.

Por dia, cada um dos lotadores em serviço pode facturar de 7 a AKZ 10.000,00 (dez mil kwanzas). A Administração do Mercado do São Paulo, na qualidade de gestora do espaço em que exerce a actividade, recebe, diariamente, AKZ 2.500,00 (dois mil e quinhentos kwanzas).

Organização regenera ex-marginais

O grande objectivo é, também, proporcionar um trabalho honesto e que possibilite melhores condições aos jovens, e, sem esquecer, segurança aos clientes. Uma das ferramentas para alcançar tais objectivos passa por recrutar jovens envolvidos em actos criminosos, como é o caso de Dongala Ngunza e Benvindo José. Dongala dedicava-se ao assalto em viaturas nas artérias da cidade de Luanda, algumas vezes a mão armada. O modo de vida que levava terminou em pelo menos três cadeias centrais. Em 2004, na Cadeia Central de Luanda, por 9 meses; em 2011, em Viana, por 2 anos e 7 meses, e 2015, na mesma cadeia e mais tarde transferido para Calomboloca, por 4 anos e 7 meses, sem nunca ser condenado.

O tempo passado nas penitenciárias e os conselhos que recebeu de pessoas próximas levaram Dongala a decidir ganhar a vida de forma honesta. Nos ir primeiros dias, a vergonha ainda os, impedia de exercer a actividade. Ademais, e percebeu que já havia passado a hora de se envergonhar das suas acções. Pois, é apenas um trabalho honesto e não uma forma de viver do alheio.

Recorda que embora não tenha o ainda uma vida garantida, está livre dos, problemas que tinha com a sociedade e a Polícia, que hoje auxilia o seu trabalho no combate à criminalidade.

Há três anos como lotador de táxis, Dongala trabalha como agente de disciplina na organização. "Sinto que estou na melhor fase da minha vida, porque este é um trabalho honesto que me permite sustentar a minha família", conta.

Não sente qualquer arrependimento quando leva alguém à esquadra por alegado furto, seja conhecido ou não, uma vez que assumiu o compromisso de ajudar a sociedade e a Polícia no combate à criminalidade. Como ele mesmo afirma, "não podemos encobrir os delinquentes".

Uma trajectória semelhante teve Benvindo José, que começou a usar drogas e a roubar aos 14 anos. Alegadamente por má influência dos amigos, a sua vida foi-se degradando cada vez mais.

Na tentativa de acautelar a situação, seu pai o enviou para o Bié e, dois anos mais tarde, regressou à capital e continuou com as práticas indecorosas que cometia, até que, após furtar uma pasta contendo USD 13.000,00 (treze mil dólares), no São Paulo, arredores do Prédio do Livro, foi 'condenado a pena de 9 anos de prisão, cumpridos no estabelecimento prisional do Bentiaba, na província do Namibe.

Quando lhe foi restituída a liberdade, em 2015, as acções criminosas não pararam. Ainda foi para a cadeia de Viana, onde permaneceu por dois meses, e depois Calomboloca, por seis meses. Esta foi a sua última prisão.

Lotar táxis é a solução que encontrou para se distanciar da criminalidade, contentando-se com o pouco que aufer, mas suficiente para satisfazer as suas necessidades. "Vamos usar a consciência e deixar de cometer crimes. Desgraçar alguém, matar e roubar o que outro batalhou não é bom", aconselha o jovem.

Com o dinheiro deste serviço, Aristides Contreiras adquiriu a carta de condução, o passaporte e, ainda assim, não está descansado porque tem metas por alcançar. O presidente apela aos jovens sem emprego a aderirem à associação e, lembra, só há duas saídas na criminalidade: a prisão ou a morte. 'Juntem-se aos bons para serem bons. Se se juntarem aos maus, também serão maus", rematou.

3.49 A “Operação Resgate” e o direito de cidadania

Jornal de Angola

18 De Novembro de 2018

Texto: Víctor Carvalho

A polícia nigeriana acaba de anunciar o desmantelamento de uma rede que se dedicava à falsificação de um determinado tipo de sumo, através da adição de uma dose adulterada de "codeine" que o transformava numa bebida alegadamente energética mas, extremamente perigosa para a saúde.

O produto, a que a população já chamava "Sweet Sweet Codeine", era especialmente usada por estudantes em vésperas de exames ou em festas. Misturada nas bebidas alcoólicas, dava aos utilizadores uma sensação de euforia e energia que anulava aparentemente o cansaço físico.

Trata-se de um escândalo com proporções nacionais e no qual estão envolvidas algumas das principais cadeias de supermercados nigerianos, tendo o produto sido retirado do mercado apenas um ano depois da imprensa começar a falar do caso.

Esse lapso de tempo perdeuse com batalhas jurídicas travadas entre o Ministério Público e os advogados dos proprietários dos estabelecimentos onde o produto estava a ser vendido.

Vencida essa disputa, o governo federal ordenou à Polícia que retirasse do mercado cerca de dois milhões e meio de embalagens com o referido produto, naquilo que já é considerada a maior vitória das autoridades, e dos consumidores, contra os falsificadores de produtos e a maior perda financeira para as empresas que o comercializavam, estimando-se que os prejuízos globais possam atingir os 25 milhões de dólares.

A investigação iniciada na Nigéria atravessou mesmo as fronteiras do país, o que levou as autoridades do Ghana a lançarem um inquérito depois de terem surgido notícias de que o referido produto estaria já à venda nalguns pontos do mercado paralelo.

Antes de iniciar a apreensão das embalagens e de proceder à detenção dos responsáveis pela sua distribuição, as autoridades nigerianas lançaram uma ampla campanha de sensibilização, especialmente junto da comunidade estudantil, com recurso à televisão e a colocação de cartazes à entrada de numerosas escolas.

Para travar a euforia dos mais aventureiros, ou menos precavidos, o Governo nigeriano já tem uma

proposta de lei preparada para submeter ao Parlamento e que prevê uma multa de cinco mil dólares e dois anos de prisão para os consumidores individuais que não respeitem a interdição do uso do já citado produto.

O continente africano, onde a fiscalização sanitária por vezes se acomoda aos interesses dos mais endinheirados, começa a ganhar a consciência da necessidade imperiosa de serem tomadas medidas que travem a ganância desmedida de quem não olha a meios para atingir os seus lucros.

Entre nós, infelizmente, verifica-se que nem sempre são ouvidas as reclamações dos consumidores em relação a determinadas situações, nem acatadas as orientações que as autoridades dão aos responsáveis dos estabelecimentos onde são vendidos produtos alimentares.

A "Operação Resgate", que prossegue em todo o país com o sucesso que a imprensa tem sublinhado, constitui uma oportunidade que não se pode perder, para levar por diante a imposição de regras claras em relação aos direitos dos consumidores. Direitos esses que, diga-se, já têm respaldo numa lei que, infelizmente, poucos cumprem, uns por preguiça, outros por simples desconhecimento.

Os efeitos da "Operação Resgate", que estamos com ela, só serão totalmente positivos se deixarem na população a certeza de que nada voltará a ser como dantes e que estão criadas as condições, irreversíveis, para que não mais se assista a situações onde a saúde pública é ameaçada de modo verdadeiramente criminoso.

Isso passa, como muito bem disse sexta-feira o Presidente João Lourenço, pela educação cívica dos cidadãos, uma tarefa que não se esgota com esta "Operação Resgate", mas que tem nela um vector de extrema importância.

Uma população bem informada está muito melhor preparada para exercer e defender o seu inalienável direito de cidadania.

3.50 Venda ambulante reduz nas artérias da cidade

Jornal de Angola

21 De Novembro de 2018

As principais artérias da cidade de Mbanza Kongo, sede provincial do Zaíre, registam, há alguns dias, uma redução significativa de venda ambulante e em locais impróprios, fruto das acções de sensibilização

que as autoridades administrativas locais e outros sectores afins têm vindo a efectuar.

Angop apurou que o caso mais notável é a saída massiva dos vendedores da rua que liga o mini-mercado denominado Massamba à ponte do Mayoka, que até há duas semanas era considerada o ponto de referência e de preferência dos munícipes locais na comercialização de bens alimentares e industriais.

Os vendedores foram transferidos para o mercado municipal da Bela Vista, que dista pouco menos de cinco quilómetros do casco urbano onde existe um espaço comercial construído de raiz e com as condições adequadas para a actividade comercial.

A administradora municipal de Mbanza Kongo, Nzuzi Makiese, apelou para a adesão voluntária das medidas em curso sobre a venda ambulante, alegando que os que ainda insistem comercializar produtos em locais impróprios serão responsabilizados.

Segundo a gestora, o mercado da Bela Vista, coma capacidade de mil bancadas possui condições técnicas indispensáveis para o seu normal funcionamento.

O mercado da Bela Vista, construído há três anos, comporta 17 lojas, um matadouro, uma creche, três snack -bares, padaria, duas fábricas de gelo, igual número de câmaras frigoríficas, cinco armazéns, currais para suínos e caprinos, uma capoeira, pastelaria, posto de socorro, balneários e uma área administrativa.

3.51 Tira teima entre os fiscais e agentes da polícia

Jornal Hora H

23 De Novembro de 2018

Um clima de tensão entre fiscais e agentes da Polícia Nacional (PN) instalou-se nas administrações municipais e distritos de Luanda, com os primeiros a acusarem os segundo de usurpação de competências

Os fiscais destacados em várias administrações da província de Luanda querem uma clarificação do papel dos efectivos da Polícia Nacional com os quais trabalham nos Serviços de Fiscalização.

Uma fonte dos Serviços de Fiscalização do Governo da Província de Luanda (GPL) denunciou a este jornal a que a Polícia Nacional tem estado a interferir no trabalho dos fiscais, no terreno, remetendo-os a simples observador.

A fonte, que falou sob anonimato por temer eventuais represálias, explicou que a Polícia Nacional

inverteu a função dos fiscais, passando ela a actuar, ao contrário o que estabelece o regulamento do funcionamento dos Serviços de Fiscalização.

Avançou que a Polícia Nacional em vez de desempenhar a sua actividade que é a de proteger os fiscais sobre qualquer eventualidade, é ela que passa a fiscalizar as obras para construção de moradias, armazéns e afins.

Segundo a fonte deste jornal, fiscal há mais de 15 anos, esta não é tarefa dos efectivos da Polícia Nacional, mas dos fiscais mandatados para este fim, mas contra todas as expectativas inverteu-se o quadro.

Informou que os fiscais remetem-se apenas a passar notificação em caso de transgressão administrativa, cuja situação tem estado a criar um descontentamento no seio destes.

A fonte reforçou que a usurpação de competências administrativas dos fiscais começa logo no Governo Provincial, onde o director provincial dos Serviços de Fiscalização é um oficial superior da Polícia Nacional.

Esta situações, de acordo com a fonte, tem dado azo para que os agentes da Polícia Nacional se comportem como sendo os chefes dos fiscais, violando desse modo as normas de trabalho.

Baixos salários

Outra situação que esta a inquietar os fiscais são os baixos salários que auferem. São 29 mil kwanzas/mãos, cujos rendimentos são insignificantes para dar respostas A s prementes necessidades pessoais e dos seus dependentes directos.

Também reclamam subsídios de alimentação que nunca tiveram, bem como de horas extras, sendo que iniciam a trabalhar a partir das 6h até às 17 horas, de Segunda à Sexta-feira, informou a fonte.

Entretanto, o que os fiscais exigem do Governo Provincial de Luanda e das administrações municipais é uma clarificação do real papel da polícia, sob pena de desencadear uma greve em protesto A usurpação das suas competências.

3.52 Associação de defesa do consumidor defende mais sensibilização

Jornal Visão

23 De Novembro de 2018

Texto: Diniz Kapapelo

Defendemos que a sensibilização deveria "" feita com mais tempo' igual as campanhas eleitorais': ressaltou.

Segundo disse, não percebe como é que o Executivo deu seis meses para que fosse feito o repatriamento de capitais, mas, "para às pessoas envolvidas, por exemplo, na venda ambulante que é o principal meio de sustento de boa parte da sociedade angolana, a operação seja feita de forma brusca e coerciva sem dar às pessoas um tempo mínimo para que todos os sectores afectados pela 'Operação Resgate' se organizassem': disse apontando o mercado dos Correios e outros encerrados como exemplo.

Estes locais, na visão do porta-voz da associação de defesa do consumidor, além de serem fontes de sustento para muitas famílias, também eram fontes de receitas para os cofres do próprio Estado.

"Porque as pessoas que aí estavam pagavam alguma taxa diária que revertia para o Tesouro", explicou, garantindo que não estão a favor dos que vendem material supostamente roubado, "mas a Polícia por si só tem mecanismos para apurar quem vende ou não materiais ilícitos", disse.

Pedro Bala sustenta que a desordem que existe em Angola é, principalmente, institucional.

Impacto da Operação

"Visto que a maior parte dos consumidores de bens e serviços recorrem ao mercado informal desordenado, fruto da fraca capacidade financeira da população, que não consegue adquirir os produtos nas grandes superfícies comerciais, em função dos preços ali praticados, não seria o próprio Estado, que até é uma pessoa de bem, combater a fonte de rendimento das famílias", ressaltou, acrescentando que a mudança deste quadro é feita através de programas de integração social e não de uso desproporcional da força policial e de métodos coercivos, como tem sido feito.

Falta de organização das instituições

Por outra, o responsável diz que não entender o facto do Executivo exigir que as cantinas, roulottes e outros centros comerciais estejam legalizados

enquanto o próprio proponente nem está preparado para o fazer.

"Notamos, nos dias subsequentes a esta operação, as enchentes nas administrações e repartições fiscais por falta de condições humanas e técnicas para atender a demanda. Então, não é a população que se deve organizar, mas sim o próprio Estado antes de adoptar uma medida', concluiu, solicitando mais humanização na aplicação nestas operações que, de todo, são benéficas para o país.

3.53 Marcha contra "Operação Resgate" termina com detenções

Jornal Visão

23 De Novembro de 2018

Texto: Telson Mateus

A manifestação, que durante o seu percurso registou confrontos entre os jovens e as forças da ordem, registando-se algumas detenções, começou no Largo 10 de Maio, às 10h, e duas horas depois chegou à Mutamba, mas propriamente ao Largo do Lumeje, com o objectivo de se posicionarem ao pé do Palácio Presidencial.

Um dos episódios que chamou a atenção dos que acompanhavam a marcha deu-se quando um sub-inspector da Polícia deteve um jovem que circulava nas imediações do Centro Cultural Chá de Caxinde vendendo água e pretendia encaminha-lo para um dos patrulheiros.

Diante deste cenário, os manifestantes de imediato partiram para cima do agente da ordem, tendo gerado uma confusão entre os polícias e o grupo de jovens, o que resultou nalgumas detenções por parte destes. A Polícia concentrou-se principalmente nas entradas que dão acesso ao Palácio Presidencial com efectivos da PIR, Brigada Canina e agentes que patrulham o perímetro da Mutamba de motorizadas, a fim de se prevenir e evitar qualquer movimento estranho.

Atacar as consequências

Os auto-designados 'Revolucionários' dizem que a 'Operação Resgate' está a atacar as consequências e não as causas dos problemas e enfatizam que se decretou um combate cerrado aos pobres e não à pobreza. Outro aspecto que António Francisco Mupinde, um dos organizadores da manifestação, considera injusto prende-se com o facto de não se ter dado um tempo para que todos os sectores que estão a sofrer com a 'Operação Resgate' se organizassem.

"Eles conseguiram dar um prazo para aqueles que roubaram o país trazerem de volta o dinheiro. Não deviam fazer o mesmo para que as nossas mães zungueiras e os cantineiros se organizassem?", questionou, tendo acrescentado que "este trabalho deveria estar sob alçada das administrações e não da Polícia"

O jovem de 30 anos de idade disse ainda que as zungueiras passaram a ser tratadas como criminosas por saírem à rua à procura de sustento, razão que levou os jovens a organizar a marcha, de forma a chamar à razão os alegados "erros que as autoridades cometem".

"O esforço das nossas zungueiras e vendedores ambulantes, que sustentam as suas famílias com essa actividade, tem sido banalizado pelo nosso Governo": disse outro manifestante, que se identificou como Matadi Mandombe.

Para ele, não há reconhecimento do esforço que as camadas mais baixas têm feito para se sustentarem, mesmo estando no desemprego, e apelam ao bom senso das autoridades. Na apresentação formal da 'Operação Resgate: a 30 de Outubro, o ministro do Interior, Ângelo de Veiga Tavares, explicou que o principal objectivo é resgatar a autoridade do Estado com o propósito de se criar condições que permitam aos angolanos viver em melhores condições de urbanidade.

A operação, segundo as autoridades, visa acabar com a venda informal de peças sobressalentes de viaturas e de "cartões Sim" na rua, acabar com mercados informais, como oficinas e armazéns ao longo dos principais eixos viários e os mercados informais nas pedonais e passagens aéreas. O combate à criminalidade e ao auxílio à imigração ilegal, assim como a obtenção fraudulenta de documentos nacionais, exercício ilegal de medicina e de actividades religiosas é outro eixo da operação.

3.54 Mercado de São Paulo sem espaço para novas vendedoras ambulantes

Jornal de Angola
26 De Novembro de 2018
Texto: André da Costa

O número de vendedores do mercado de São Paulo, em Luanda, aumentou de 520 para 1.591, perfazendo um total de 2.100, correspondente à capacidade do imóvel, desde o início da "Operação Resgate", afirmou a administradora do referido estabelecimento comercial.

Ana Rosa admitiu que antes da "Operação Resgate", que está a ser levada a cabo pela Polícia Nacional e outros órgãos, havia 520 vagas, mas nesta altura foram ocupadas na totalidade, devido à procura.

Para além da parte principal do mercado estar ocupada, a outra, construída em espécie de feira, também está abarrotada de vendedores, deixando muitos de fora.

O Jornal de Angola constatou que algumas vendedoras continuam a exercer a actividade comercial à berma da estrada, outras foram parar nas imediações do conhecido Prédio Sujo.

Juliana António, 27 anos, vende chapéus para crianças junto às bombas da Sonangol, no São Paulo, e está dente do perigo que corre se for apanhada pela Polícia. Não tardou, um intendente da Polícia Nacional surpreendeu -a.

Juliana, desesperada, atirou-se contra o oficial da Polícia que, em resposta, ordenou a sua detenção, mas esta meteu - se em fuga.

Nos arredores do mercado de São Paulo, a luta pela sobrevivência continua. Adelina Januário, 50 anos, alega que já não há espaço no mercado para vender e poder sustentar os oito filhos, por isso, insiste em vender em locais impróprios.

Etelvina Manuel vende feijão e milho junto ao Prédio Sujo e lamenta o facto de ser corrida constantemente pelos fiscais do mercado e pela Polícia. A vendedora entende que a medida do Executivo devia ser seguida da criação de condições, mas fez-se o contrário.

Os agentes da Polícia não se cansam de alertar aos vendedores para deixarem de comercializar produtos em locais inapropriados, mas a população leva tempo para acatar os conselhos. O jovem Pedro Muongo é um destes. Teima e continua a vender nas ruas sacos plásticos.

Nos arredores do conhecido Prédio do livro de São Paulo, e nas áreas adjacentes nota-se um amontoado de lixo e uma quantidade de águas paradas. As vendedoras de frescos, como peixe e coxas de frango parece não se importarem com o mau cheiro e muito menos com as moscas.

A luta para manter a ordem, por parte da Polícia Nacional contrasta com a desordem das zungueiras que alegam sempre falta de espaço para vender.

A Administradora Ana Rosa aconselhou as demais vendedoras a procurarem por outros mercados em Luanda para continuarem a exercer a sua actividade.

O mercado de São Paulo tem 41 funcionários entre fiscais, guardas e pessoal de limpeza.

No mercado dos correios, o cenário mantém-se: não há venda de peças de automóvel, tal como no passado. Os antigos comerciantes de acessórios clamam apenas por um espaço onde possam exercer a sua actividade comercial,

Durante a reportagem ao mercado dos Correios, constatou -se a presença de elementos da Polícia Nacional que controlavam a área, para não permitir o regresso dos vendedores.

Do outro lado, uma enorme multidão de jovens está sentada e outros em pé e desesperados, por desconhecerem o futuro, ou seja como, daqui em diante, sustentar as famílias.

Morais Cassua está revoltado pelo facto de o mercado terminar. Entre lamentações, explica que se sente muito prejudicado e nos dias de hoje tem dificuldades em manter a família que diz ser numerosa. "É com a venda que conseguia manter a casa, agora fica tudo mais difícil.

Não encontro outra forma de lutar pela vida. Peço ao Executivo para encontrar meio termo e ceder um novo espaço para que possamos dar continuidade à actividade comercial."

Travessia nas pedonais

Um outro foco da "Operação Resgate" tem a ver com a travessia fora das pedonais ou passadeiras. situação que tem contribuído para a ocorrência de muitos atropelamentos em Luanda e nas demais províncias.

O Jornal de Angola constatou que boa parte dos munícipes usava a pedonal que está defronte à Administração do Cazenga. Alg1ms teimavam em fazer a travessia debaixo das mesmas Por teimosia, Margarida Sarmiento quase foi atropelada por uma viatura ligeira, quando atravessava a estrada com uma caixa de ovos à cabeça e outra nas mãos.

A cidadã disse que não usou a pedonal porque as caixas estavam muito pesadas. Situação idêntica foi verificada na pedonal junto à Fermat, na avenida Deolinda Rodrigues.

O porta-voz da Direcção Nacional de Viação e Trânsito (DNVT), superintendente chefe Angelino Sarrote, afirmou que mensalmente são realizadas várias palestras de sensibilização rodoviários em várias empresas de transportes públicos a nível do país.

Indicou que, de Janeiro a Outubro deste ano, foram registados no país 8.301 acidentes que provocaram a morte de 1.776 pessoas e 8.484 feridos.

Neste mesmo período, foram assinalados 3.071 atropelamentos. Já em 2017, naquela época, houve o registo de 2.655 atropelamentos.

Taxistas e motoqueiros

A "Operação Resgate" veio colocar ordem nos taxistas, fundamentalmente em relação à concorrência desleal, reconheceu o presidente da Nova Aliança dos Taxistas de Angola, Geraldo Wanga.

Falando ao Jornal de Angola, Geraldo Wanga disse que a operação surge numa boa altura e considera ser uma medida acertada das autoridades, no sentido de disciplinar a classe dos taxistas, uma vez que muitos trabalham de forma legal.

3.55 Operação Resgate pode baixar popularidade de JLO

Jornal 24 Horas

30 De Novembro

Texto: Licínio Adriano

Estão nessa alçada as vendedoras ambulantes, vulgo zungueiras, os moto-taxistas angolanos, os jovens que vendem aparelhos de comunicação nas ruas ou nos mercados informais, os carregadores de mercadorias em carros de mão e outros trabalhadores braçais.

Neste vasto grupo de pessoas, grande parte são militantes ou simpatizantes do MPLA e sentem-se defraudados que seja o seu próprio governo a tirá-lhes os parcos haveres que tão suadamente conseguem para sustentar as suas famílias.

Sendo Bento Kangamba, o "homem das massas populares", carismático e com muito prestígio no seio da sociedade, de carácter humilde, e de grande amor ao povo, os populares que temem pelo pior da operação, apelam ao seu empenho para sensibilizar as autoridades para que sejam mais brandos e compreensivos quanto aos seus problemas. Se não haver maior ponderação, pese embora a importância da "Operação Resgate", o governo vai condenar à fome milhares de famílias e vai mandar para a indigência, prostituição e delinquência outros tantos milhares.

Tendo tomado boa nota da situação e fazendo uma leitura clara do momento, Bento Kangamba, cujas proezas de afiançaram ao MPLA enormes benefícios, sobretudo no que toca à mobilização das massas e transmissão das mensagens do partido, incute confiança e serenidade nas massas populares, reconhece a necessidade e importância da referida operação, mas apela para que se pondere em relação às camadas mais desfavorecidas, que se implemente políticas sociais e pedagógicas, sérias e concretas, para depois, paulatinamente, se tomar medidas mais drásticas.

No seu entender de mobilizador das massas, se a "Operação Resgate" cair de pau em cima do povo, o Presidente João Lourenço e o MPLA vão ficar em muitos maus lençóis e passarão de bestiais a bestas. Vão perder popularidade e a população vai odiar!

De salientar que a "Operação Resgate", lançada oficialmente pelo Governo, vai estender-se gradualmente a todo o país, ocupando todos os meios das forças de segurança, começando em força a partir de 06 de Novembro, por tempo indeterminado.

A operação foi apresentada em Luanda, pelo ministro do Interior, Ângelo de Barros Veiga Tavares, num encontro com directores departamentais das diversas forças de segurança de Angola, pretendendo as autoridades operar uma revolução no comportamento e conduta dos cidadãos.

Até 06 de Novembro, sublinhou o ministro, irá decorrer um período de sensibilização da população, após o qual as autoridades irão actuar "decididamente" com base numa estratégia que passa por sete eixos fundamentais.

Trata-se dos problemas provocados pela urbanização "desordenada" das cidades, pela "deficiente" circulação rodoviária, pela imigração ilegal, pela "punição" à destruição de bens públicos, pela caça furtiva, fauna e flora, pela poluição sonora e pela "falta de controlo" dos pais e tutores em relação a menores. No que diz respeito aos problemas ligados à desorganização na urbanização das cidades, Veiga Tavares destacou que as forças de segurança vão combater a ocupação dos espaços públicos para a construção de residências, casebres, lanchonetes ou instalação de mercados informais e outros, bem como a ocupação ilegal de reservas fundiárias para construção desordenada de bairros.

O combate será extensível aos mercados informais, armazéns e oficinas instalados ao longo dos principais eixos viários, "com influência negativa na circulação viária", dos mercados informais nas zonas pedonais e

nas passagens aéreas para peões e à venda de produtos de roubo e de furto, como para peças para viaturas e telemóveis.

No domínio da circulação rodoviária, vai ser combatido o "uso alternativo e ilegal" de motociclistas de passageiros e exercício ilegal de táxi, "urge organizar, ordenar e disciplinar", bem como a venda ambulante nos congestionamentos e nos pontos de carga e descarga de passageiros.

3.56 Os dilemas da Operação Resgate

Jornal Expansão

30 De Novembro de 2018

Texto: Norberto Carlos

As leituras sobre a Operação Resgate são confusas, contraditórias e, às vezes, até inúteis. Para alguns, ela veio colocar ordem na desorganização, na impunidade e no populismo reinante. Para outros, ela veio agudizar as clivagens sociais, uma cruzada de vitimização dos que menos têm, contra os pobres. Estas vociferaram radicais.

Estas últimas aduzem a ideia de que se age sem se focar nos problemas, nas consequências. Esquecem-se que todas as soluções precisam, também, de transformações, de acreditar que elas são possíveis.

Para isso, temos de fazer escolhas, abrir a mente e o coração, as possibilidades que se nos oferecem.

Por causa dessas dissonâncias, nos últimos dias, os órgãos envolvidos na operação abrandaram o ritmo. Melhor, afrouxaram a actuação e a libertinagem voltou. Mas também é compreensível, tudo é complexo. A gestão política e administrativa faz-se estrategicamente avaliando a balança.

A vida não obedece à lógica binária. E, ao que parece, as autoridades procuram gerir, relacionando confluências políticas, sociais e narrativas discursivas. Por isso, em alguns casos, a baderna continua.

Mas há diferentes maneiras de enfrentar o problema. Existem inúmeras alternativas de pensar, que podem fazer com que tomemos as melhores decisões frente aos desafios. Mas as leis e o respeito pelas normas para a convivência social harmoniosa não podem ser encaixotados. A legalidade tem de imperar, gostemos ou não.

O que vivemos hoje é fruto da politiquice. Ela alimentou, desde os primeiros anos de independência, slogans populistas, como: "Quem manda é o Povo" ou aquela vitimização sinalizada pelo discurso da

"Angola profunda" ou do "Angolano autóctone". Esses devaneios, loucuras, causam ainda hoje prejuízos irreparáveis ao nosso País. Por causa disso, o povo tomou as rédeas e não cumpre, nem respeita nada.

A esses discursos populistas juntaram-se hoje comportamentos inadequados e pouco cordatos, como a impunidade, a falta de autoridade, a irresponsabilidade, o nepotismo, a corrupção e tantos outros males que se perpetuam.

Hoje, a exceção passou a ser regra. Chegámos ao cúmulo. Até se zomba da autoridade. Estamos a pagar um preço altíssimo. Os exemplos do desrespeito pelas normas e a autoridade são diversos. E não vêm só dos iletrados, dos menos favorecidos, da periferia. Eles vêm de todos os lados, das centralidades, dos condomínios, do cidadão comum ao dirigente.

Enfim, todos desrespeitam a boa convivência. O chefe se acha acima da lei. Há gente que não quer estar sujeita a nada. Está nem aí, como diz brasileiro.

A impunidade estabeleceu-se. E, ao que tudo indica, nem mesmo o poder público mostra capacidade de a travar. Olhem para a rua 15, no Mártires de Kifangondo, ou para o comércio de rua, no São Paulo.

A anomia e a zombaria venceram. Por causa da postura negligente, do estado, alguns se acham no direito de fazer o que bem entendem.

Tudo isso não é bom para o País. Um País com desordem, onde a legalidade é ofuscada pela ilegalidade, não atrai investimento, nem oferece bem-estar aos seus próprios cidadãos e pode deitar por terra todo o esforço do Executivo para atrair o investimento e diversificar a economia.

A convivência promiscua, desgastante, deve ser banida. Se não for assim, os males que fizeram escola, nestes 43 anos de independência, hão de perpetuar-se.

As sociedades são produto de construções sociais. Para serem bem sucedidas devem primar pela racionalidade e não pela irracionalidade, pelo livre arbítrio. É no campo normativo, onde o Estado tem responsabilidades pelo processo de socialização, de apreensão de valores e normas.

O que se verifica hoje na nossa sociedade é uma ausência gritante e total de respeito pelas normas e valores. Porque há uma geração que não os tem. Então como resgatar a ordem, se nunca se aprendeu a vivenciá-la? Este é um dos dilemas. A solução

passa, necessariamente, pela escola e pela família. É uma missão do Estado, da educação, cujos resultados são de longo prazo.

Norberto Carlos escreve na última semana de cada mês

4. OGE, INVESTIMENTOS PÚBLICOS E TRANSPARÊNCIA

4.1 Proposta do OGE/2019 na Assembleia Nacional

Jornal de Angola

1 De Novembro de 2018

O Executivo entregou ontem ao Parlamento a proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2019, avaliada em 11,2 biliões (cerca de 11.200.000.000.000,00 de kwanzas), um valor superior aos 9,6 biliões do exercício económico de 2018.

Este principal instrumento de gestão e execução da politicado Governo foi elaborado com base numa referência de 68 dólares o preço do barril de petróleo.

Coube ao ministro de Estado do Desenvolvimento Económico e Social, Manuel Nunes Júnior, em representação do Executivo, entregar o documento ao presidente da Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos.

Sobre a distribuição sectorial do orçamento, o governante destacou a Educação e a Saúde que terão cifras significativas, além de cumprir com as recomendações das Nações Unidas de atribuir a quota de 10 por cento a estes dois sectores. Na proposta, as despesas da Saúde representam 7 por cento do total, contra 4 do orçamento do ano em curso, enquanto na Educação a dotação passa para 6 por cento, contra os 4 por cento de 2018. Com este OGE, disse, o Executivo prevê o relançamento da economia com um crescimento positivo de 2,8 do Produto Interno Bruto (PIB) e uma retracção de 1,1 por cento, contra a 2,5 por cento de 2017 e 2,6 por cento de 2016.

Segundo o ministro de Estado, a resolução dos grandes problemas sociais só é possível com o crescimento económico, daí o comprometimento do Executivo em trabalhar para que a cifra de 2,8 por cento se efective.

Com este OGE, referiu, o Executivo vai relançar o sector produtivo, em particular a agricultura, continuar com o processo de estabilização macroeconómica, para permitir criar um ambiente de negócio favorável à actividade produtiva.

Nos próximos quatro anos, o Executivo prevê uma taxa de crescimento agregada (taxa do sector petrolífero e não petrolífero) de 3 por cento, com 5,1 por cento das projecções para o sector não petrolífero, ao passo que o petrolífero crescerá de forma negativa em 1,8 por cento.

Manuel Nunes Júnior valorizou as previsões do crescimento não petrolífero, por ser este que cria riquezas, empregos, rendimento e terá mais capacidade para combater a pobreza no país.

A presidente da Comissão de Economia e Finanças da Assembleia Nacional, Ruth Mendes, destacou o facto de o Executivo ter cumprido os prazos (a lei estabelece até o último dia do mês de Outubro) de entrega do OGE ao Parlamento, que deve ser aprovado até 15 de Dezembro.

4.2 Orçamento Parlamento recebe proposta com preço do crude a 68 dólares por barril

Novo Jornal

1 De Novembro de 2018

Texto: Ezequiel Sungo

A proposta de Lei do Orçamento Geral de Estado (OGE) 2019 entregue, nesta quarta-feira, 31, ao Parlamento pelo ministro de Estado e do Desenvolvimento Económico e Social, Manuel Nunes Júnior, confirma a previsão de receitas estimadas em 11,2 biliões de kwanzas e despesas fixadas no mesmo montante.

O documento apresenta um aumento de 15% nas despesas e receitas face aos 9,6 biliões de Kz indicados no OGE do ano em curso.

Para a elaboração do OGE 2019, Manuel Nunes Júnior apontou que foi estabelecido como preço de referência 68 dólares por barril de petróleo, de acordo com as projecções internacionais.

"É um preço que se situa nos níveis aceitáveis e tendo em conta aquilo que as grandes agências projectam hoje para aquilo que vai ser o preço do petróleo nos próximos tempos no mercado internacional", explicou.

Em declarações à imprensa, Nunes Júnior disse que o primeiro grande objectivo do OGE 2019 é conseguir o relançamento do sector produtivo, em particular o da agricultura, bem como dar continuidade ao processo de estabilização macroeconómica, permitindo criar o ambiente de negócios favorável a este objectivo.

"Por outro lado, vamos continuar a aprovar todos aqueles projectos que dizem respeito à área social, nomeadamente à educação, à saúde, e ao combate à pobreza. Todos esses programas serão favorecidos no âmbito do OGE que estamos a trazer", garantiu o governante.

O documento, segundo o responsável, prevê um aumento significativo dos gastos, comparativamente ao orçamento do ano em curso.

A presidente da comissão de Economia e Finanças da Assembleia Nacional, Ruth Mendes, enalteceu a entrega a tempo do OGE ao parlamento, o que permitirá a discussão atempada do documento.

Ruth Mendes disse que, de acordo com a lei, a Assembleia Nacional tem 15 dias para a aprovação da proposta na generalidade. Depois, baixa à especialidade, para cerca de um mês depois se proceder à votação final global.

"Em princípio, os prazos estão conforme aquilo que está estipulado, e pensamos que não teremos problemas de maior. [Deve ir à votação final global] antes de 15 de Dezembro, como revisto por lei", frisou.

4.3 Gastos com a Educação e Saúde disparam 50% e ultrapassam Defesa e Segurança

Jornal Expansão

1 De Novembro de 2018

Texto: Carlos Rosado de Carvalho

Em 2019, a Educação e Saúde terão no conjunto mais dinheiro do que a Defesa e Segurança e Ordem Pública, de acordo com o Relatório de Fundamentação da proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) para o próximo ano, que deu entrada na Assembleia Nacional esta quinta-feira, 31 de Outubro, a que o Expansão teve acesso.

A ser confirmada pela execução orçamental, será a primeira vez desde que há registos que um Governo gasta mais nas escolas e hospitais do que em quartéis, esquadras da polícia e tribunais - ver gráfico.

O OGE para 2015 também previa mais verbas para a Educação e Saúde, com 14,7% do total, do que para a Defesa, Segurança e Ordem Pública, com 14,1 % do total, mas com a execução orçamental aconteceu o inverso: a fatia das escolas e hospitais não ultrapassou 14% do bolo, enquanto a fatia dos quartéis, das esquadras e dos tribunais chegou a 15,6% do bolo.

No próximo ano, as verbas destinadas à saúde disparam 98,1 % de 388,5 mil milhões Kz no OGE 2018 para 769,7 milhões Kz no OGE 2019, o equivalente a 6,8% do total das despesas totais (incluindo operações da dívida pública) avaliadas em 11,3 biliões Kz. Ao quase duplicarem, as despesas com a Saúde ultrapassam as da Educação. O envelope financeiro da Educação engorda "apenas" 16,2%, de 559,6 mil milhões Kz para 650,3 mil milhões Kz, correspondentes a 5,7% do total.

Sem operações da dívida pública, a fatia da Saúde situa-se em 13,1 % do total do OGE 2019 e a da Educação em 11,1%. O Presidente da República (PR), João Lourenço, prometeu elevar a fatia da Educação e da Saúde para os valores previstos nos compromissos internacionais até ao final da legislatura. Isto é, em 2022 a Educação deverá valer 20% dos gastos, conforme o compromisso de Dakar, e a Saúde 15%, em linha com O compromisso de Ajuba, Nigéria.

No conjunto, as verbas destinadas à Educação e Saúde aumentam 49,8% entre 2018 e 2019, de 948,1 mil milhões Kz para 1,4 biliões Kz, ou 12,5% do total. Já o orçamento da Defesa, Segurança e Ordem Pública sobe 12,8% de 970,2 mil milhões Kz para 1,1 biliões Kz, o equivalente a 9,6% do total, menos 3,4 pontos percentuais (pp) do que a soma da Educação e Saúde.

Se às despesas com Educação e Saúde somarmos as outras despesas sociais, chegamos a um envelope social de 2,4 biliões Kz em 2019, um acréscimo de 22,5% face a 2018. No próximo ano, as despesas com o sector social deverão representar 21,3% do total, a segunda maior fatia do OGE.

Ainda no OGE por função, destaque para o aumento das despesas com o sector económico que dão um pulo de 60,3%, de 764,5 mil milhões Kz no orçamento deste ano para 1,2 biliões Kz no do próximo, o equivalente a 10,8% do total. Em 2019, Agricultura, Silvicultura, Pesca e Caça leva 208,2 mil milhões Kz, mais de cinco vezes os 39,1 mil milhões com que foi contemplada em 2018. O peso deste subsector económico dá um salto de 0,4% para 1,8%. João Lourenço responde assim às críticas sobre a exiguidade das verbas para o sector agrícola em OGE anteriores.

A maior fatia do OGE 2019 por função é a das operações com a dívida pública, com 5,5 biliões Kz, o equivalente a 48,2% do total, contra 5,1 biliões ou 52,4% do total em 2018.

Como referido, o OGE 2019 prevê despesas totais, incluindo operações da dívida pública, de 11,3 biliões Kz e receitas de igual montante.

Se excluirmos as operações da dívida pública e outros activos financeiros, as receitas previstas para 2019 ascendem a 7,3 biliões Kz, 21,1% do PIE, e as despesas a 6,9 biliões Kz, 19,8% do PIE. Feitas as contas, o OGE 2019 apresenta um excedente de 434,3 mil milhões Kz, o equivalente a 1,2% do PIE.

A confirmar-se será o segundo superavit consecutivo já que a previsão de execução de 2018 aponta para um excedente de 175 mil milhões Kz, correspondentes a 0,7% do PIE.

Em dólares, sem operações financeiras, considerando uma taxa de câmbio de 352 kz por USD, as receitas deverão ascender a 20,9 mil milhões USD e as despesas a 19,6 mil milhões, resultando daí um excedente de 1,3 mil milhões USD.

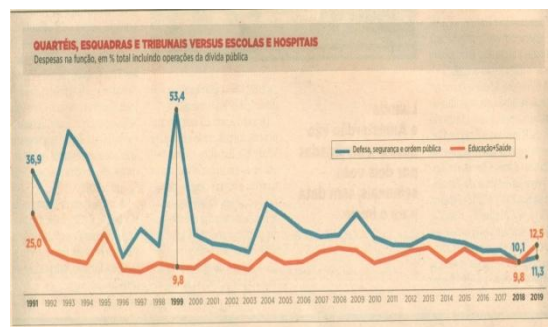
Comparando a proposta do OGE 2019 com as estimativas de execução do OGE 2018, as receitas dão um salto de 30,5%, enquanto os gastos públicos sobem 26,5%.

Em 2019, a receita continua a ser dominada pelo petróleo, que renderá 5,3 biliões Kz ou 72% do total. O Governo prevê que as receitas petrolíferas aumentem 36,9%, contra 16,4% das não petrolíferas.

Do lado da despesa, a despesa corrente mantém-se como o principal sorvedouro do OGE, com 5,6 biliões ou 81% do total. A chamada má despesa aumenta 27,5%, contra 23,7% da boa despesa, como é classificado o investimento que rondará 1,3 biliões Kz.

Nas despesas correntes, a maior fatia vai para a remuneração dos empregados, que consome 1,8 biliões Kz, seguida dos juros (1,5 biliões Kz) e dos bens e serviços (1,4 biliões Kz).

A elaboração do OGE 2019 tem como pressupostos um preço do petróleo de 68 USD o barril e uma produção média diária de 1,57 milhões de barris diários. A economia deverá sair de uma recessão de 1,1% em 2018 para um crescimento de 2,8%, puxado pelo sector do Petróleo e Gás que deverá crescer 3,1%, contra 2,6% do sector não petrolífero. Já a inflação deverá desacelerar de 18% para 15%.



4.4 OGE sobre 1,659,9 mil milhões

Jornal Economia e Finanças

2 De Novembro de 2018

Texto: Isaque Lourenço

O Orçamento Geral do Estado (OGE) para o próximo ano (2019) já está no Parlamento desde quarta-feira, 31 de Outubro, numa estrita observação da Lei. A proposta do Executivo foi entregue pelo ministro de Estado e da Coordenação Económica e Social, Manuel Nunes Júnior, e prevê receitas e despesas fixadas em 11,345,5 mil milhões de kwanzas.

Em relação ao documento de 2018, que fixou receitas e despesas em 9.685,6 mil milhões de kwanzas, há um aumento de 1.659,9 mil milhões, 17,1 por cento. As projecções fiscais apontam para a criação em 2019 de um saldo global superavitário de 1,2% do PIE e de um saldo primário igualmente superavitário de 5,6% do PIB.

Barril com referência de USD 68 Entre outros pressupostos do quadro macroeconómico, o OGE 2019 prevê um preço médio do barril de petróleo de USD 68, uma taxa de inflação acumulada anual de 15% e Reservas Internacionais Líquidas (RIL) não inferiores a seis meses de importações.

Neste orçamento, o Executivo aportará mais recursos ao sector social, contemplando na programação orçamental um aumento de cerca de 18,7% da despesa social, com incidências nas áreas da Saúde, da Educação e do apoio ao desenvolvimento de uma rede de segurança social para os segmentos mais vulneráveis da população.

Quanto às necessidades brutas de financiamento, o relatório de fundamentação do OGE 2.019 avança que o presente orçamento posiciona esta rubrica nos 4.437,0 mil milhões de kwanzas, correspondendo a 12,7% do PIE. Este montante será arrecadado através da captação de financiamento, tanto no mercado interno com o no mercado externo, venda de activos e utilização da poupança fiscal global de 1,2% do PIB, prevista para o próximo ano.

A taxa de inflação reduziu dos níveis de 26.26%, em 2017, para 21,8% em Setembro do corrente ano. As projecções apontam para uma taxa de inflação anual de 19,17% até finais de 2018. Em 2019 pretende-se atingir uma taxa de inflação de 15%. Entretanto, o objectivo é levar a taxa para níveis de um dígito, tal como prevê o PDN 2018-2022 a dívida do Governo continua acima dos 60% do PIE.

4.5 Governo amealhou apenas 60% do crédito previsto

Jornal A República

2 De Novembro de 2018

Texto: Júlio Gomes

O resultado, em termos de financiamento, da diplomacia económica realizada no primeiro ano de liderança de João Lourenço representa uma taxa de sucesso de cerca de 60,8% face à pretensão de se conseguir perto de 19,5 mil milhões de dólares, anunciada pelo Executivo no prospecto da emissão de 'eurobonds' de três mil milhões de dólares.

No discurso sobre o Estado da Nação, o Presidente da República anunciou que, como resultado da "intensa e inédita campanha diplomática" entre outros resultados, Angola conseguiu, em financiamentos, "11.2 mil milhões de dólares e mais 579 milhões de euros" ou seja, no total cerca de 11,8 mil milhões de dólares.

Por exemplo, apenas conseguiu 27% do total que negociava com o chinês Banco Comercial e Industrial ICBC. Segundo o Presidente da República, esta instituição garantiu 3,5 mil milhões de dólares, quando, segundo o prospecto, estavam em negociações perto de 12 mil milhões de dólares.

No global, Angola conseguiu 39,4% do financiamento que negociava com as diversas instituições chinesas. Os dados apresentados no 'estado da Nação' dão conta que Angola adquiriu "um crédito de dois mil milhões de dólares do Banco de Desenvolvimento CDB, de 3,5 mil milhões de dólares do Banco Comercial e Industrial ICBC e de mais 620 milhões de dólares do EXIMBANK, todos

da China" Contas feitas, as diversas instituições chinesas garantiram 6,120 mil milhões quando estavam em negociação cerca de 15,5 mil milhões.

AS RAZÕES DO INSUCESSO

A má gestão dos financiamentos anteriores tem estado a ser apontada como a principal razão do recuo do financiamento chinês face às negociações anteriores. No entanto, há correntes que incluem, na lista das razões, a possível incapacidade de negociação da parte angolana, bem como uma questão geopolítica: A possibilidade de a China "enciumar-se" com abertura de Angola para outros mercados.

O analista de relações internacionais, Osvaldo Mboko, descarta qualquer 'falhanço da diplomacia na negociação do empréstimo e justifica que, sendo Angola um parceiro estratégico na África subsariana, e a julgar pelos pronunciamentos de dirigentes chineses, quanto à gestão do crédito anterior, é normal haver uma certa retracção para a cedência de mais dinheiro. E admite haver hipóteses para novos créditos no futuro.

"Por não ter 'amealhado' o previsto, não significa fracasso do Governo" tranquiliza o economista e professor universitário Domingos David, apelando para "mais transparência e fiscalização" na utilização desses recursos financeiros para não comprometer a Nação. "No mundo não há países sem dívidas. Mesmo os grandes como os EUA estão endividados. O mais importante é a capacidade de pagar esses empréstimos. Se assim for, no caso angolano, isso credibiliza o país e facilmente poderá ter acesso a outros financiamentos quer da China quer de outros credores".

Israel Bonifácio, outro especialista em relações internacionais, afirma também ser "irrelevante" a aproximação de Angola aos países ocidentais na busca de financiamentos para robustecer a economia. "Angola sempre esteve ligada à Europa. Isso não 'trava' os empréstimos com o nosso principal credor, a China" afirma, acrescentando: "Hoje, os chineses estão mais interessados não só nas contrapartidas, mas também na transparência"

Israel Bonifácio entende que os chineses perceberam que, na cedência de créditos, devem ser cautelosos, sob pena de serem vistos por potências internacionais como promotores da corrupção em África e particularmente em Angola.

Bonifácio é contra o endividamento que, em vez de dinamizar o tecido empresarial, provoca falências. "O Governo está a endividar-se, mas as dívidas, interna e

externa, não param de crescer. As pequenas e médias empresas continuam a fechar porque o Estado não paga. O cenário é de estagnação. É preciso olhar para o que se fez mal no passado para melhorar o futuro”.

De acordo com o ministro das Finanças, com esse dinheiro 'fresco': o Governo pretende 'reduzir a pressão sobre a balança de pagamentos e o 'stock' da dívida, sobretudo com credores chineses: O resto do financiamento, revelou ainda o governante, será canalizado para impulsionar projectos capazes de dinamizar a economia e reduzir a dependência das importações. Archer Mangureira também não especificou a taxa de juros a aplicar no âmbito dessa nova linha de crédito.

Dívidas 'opacas'

Contas feitas, se ao novo empréstimo de 11.2 mil milhões de dólares, acrescentar o 'bolo' do FMI, com negociações em curso, o Governo pode fechar o ano com créditos acumulados na ordem dos 85 mil milhões de dólares.

O total da dívida externa do país está acima de 70 mil milhões de dólares. Desta, 23.5 mil milhões com a China, que acaba também por ser o maior 'fiador': desde 2002, altura em que o Estado recorreu ao primeiro financiamento (de dois mil milhões de dólares) da China, para alavancar o processo de reconstrução de infra-estruturas destruídas pela guerra.

No discurso sobre o 'estado da Nação, João Lourenço referiu-se a novos empréstimos na ordem de 11,2 mil milhões de dólares, mas em nenhum momento da sua intervenção, de cerca de uma hora, se referiu ao formato do pagamento, ou dos juros desses bilionários 'kilapis'

Esta lacuna, para muitos, mancha o sentido transparente que se atribuía ao discurso devido, sobretudo, ao anúncio do valor conseguido dos financiamentos e o que se ganhou com o remanescente do petróleo. Os empréstimos anteriores, contraídos a partir de 2004, também com modalidades de pagamento 'opacos' serviram para reabilitação de estradas (no entanto já deterioradas), caminhos-de-ferro, construção de centralidades, bem como investimentos na energia eléctrica e águas entre outros.

Excepto o programa de financiamento adicional de quatro mil milhões de dólares, solicitado ao Fundo Monetário Internacional (FMI), ainda em negociações, o reembolso dos empréstimos do Governo têm na base, o petróleo, como moeda de troca. O prospecto de Eurobonds revela que, nos

últimos cinco anos, ou seja, de 2013 a 2017, Angola exportou para China petróleo no valor de 107 mil milhões de dólares. Ninguém sabe explicar se parte desse valor serviu para abater a dívida.

Falta de transparência eleva inquietações

Ao VALOR, o consultor Galvão Branco revela que empréstimos com recurso ao petróleo são "desvantajosos" por causa da volatilidade dos preços deste recurso mineral no mercado internacional. "Os créditos por petróleo não são saudáveis por causa da constante flutuação dos preços": afirma, aconselhando que o melhor seria o país contrair créditos para potenciar a exportação de bens e serviços.

O executivo da GB Consultores levanta, como grande questão, o rácio entre o serviço da dívida interna e a receita fiscal. "O ideal seria 20% da receita fiscal canalizada para o pagamento da dívida e não mais de 100% como acontece. Se grande parte das receitas se destina a pagar dívidas está mal", defende.

O economista Eliseu Gaspar também critica os "contratos opacos" que podem "comprometer futuras gerações e não acrescentam valor à economia"

O vice-presidente da Associação Industrial Angolana (AIA) acrescenta, por exemplo, que "pedir seis mil milhões de dólares para construir um aeroporto, nesta altura, é má ciência", defendendo que o melhor seria aplicar esse dinheiro em pequenos projectos de distribuição

de água potável e energia eléctrica às comunidades do meio rural e periurbanas, construção de pontes e melhoria das vias secundárias e terciárias para o escoamento dos produtos do campo. "Os empréstimos devem servir para financiar projectos de impacto na vida dos cidadãos": conclui.

Se o Governo diz que o FMI trará credibilidade a Angola, o empresário e economista Luís Domingos contraria, argumentando que este não é o caminho para alcançarmos o equilíbrio macroeconómico. "O recurso ao FMI pode ser uma via, mas não o fim. E se não houver cautela, pode ser um desastre. O cidadão não come belíssimas estatísticas a serem publicadas. Os financiamentos devem ter qualidade”.

Fonte: VE

4.6 UNITA opõe-se ao OGE sobreposto ao serviço da dívida pública

Jornal O PAÍS

6 De Novembro de 2018

Texto: Norberto Sateco

A UNITA o maior partido da Oposição em Angola, considera que mais de metade a disponibilidade definida no Orçamento Geral do Estado (OGE) de 2018 não foi aplicada a favor do cidadão, devido à sobreposição do serviço da dívida pública.

O líder da bancada parlamentar do "Galo Negro", Adalberto da Costa Júnior, diz que este cenário não pode voltar a acontecer com o OGE de 2019, alegando poder retirar rigor e aplicabilidade das receitas definidas, sobretudo as viradas para o sector social.

"Já tivemos no OGE 2018 uma experiência negativa, em que metade das disponibilidades definidas não foi aplicada, em detrimento do cidadão", afirmou o político que diz continuar a registar-se no país a falta de escolas, de saúde, e um nível de pobreza que atinge metade da população.

Entretanto, o líder parlamentar da Oposição exortou o Executivo a dedicar o seu orçamento-geral mais para o sector social, fazendo jus aos compromissos internacionais que o próprio Governo ratificou, em prol do bem-estar das populações

Sobre a alegada falta de transparência e rigor na Assembleia Nacional, Adalberto Júnior, revela existirem "dinheiros considerados perdidos e escondidos, uma situação a que diz ser necessário pôr termo.

Para ele, há necessidade de resgate daquilo que chamou de verdadeiro papel da Assembleia Nacional, dentro de um espírito de diálogo, permitindo uma maior aproximação com os governados e melhor defesa dos seus interesses.

A transmissão em directo dos debates nas sessões parlamentares é outra questão que o Grupo Parlamentar da UNITA quer ver resolvida nesta nova legislatura, por considerar o acesso à informação um direito fundamental do cidadão.

Noutro campo de desenvolvimento, relativo ao combate à corrupção, o novo paradigma da governação do Presidente Lourenço, Adalberto da Costa Júnior, entende ser uma "farsa" baseada num "marketing político enganoso".

O dirigente sustentou a sua afirmação apegando-se a alegados casos de proteccionismo de determinadas instituições e figuras da antiga governação, descritas como tendo sido os responsáveis do desfalque do erário que o país conheceu.

"Foram presas duas ou três pessoas para interpretar que o combate à corrupção está a ser feito na sua plenitude. Nada de mais enganoso, pois os grandes desviadores do erário continuam impunes", referiu Da Costa Júnior, citando algumas instituições afectas ao sistema financeiro com sobreposições pouco claras.

4.7 “O OGE continua a ser muito político, menos técnico e com pouca visão de longo prazo”

Jornal O PAÍS

7 De Novembro de 2018

Texto: Mariano Quissola / Rádio Mais

Arrancou ontem a 'Operação Regaste' que visa repor a ordem pública e combater diversos crimes. Que resultados espera? A ordem e a tranquilidade é muito importante para qualquer país. Mas acho que o âmbito da operação é muito alargado, inclui venda ambulante, criminalidade organizada, é um pacote muito grande. Penso que a deficiência dessa operação está na perspectiva de não ter um foco. Quando você não tem um foco também não tem um estudo e para dar resposta é muito complicado e dificilmente se consegue combater, porque estão muito ligados aos problemas sociais. O caso da venda ambulante, por exemplo, devia ser abordado de forma estrutural porque o mercado informal é o que mais emprega. Estamos a combater um problema cultural. Desde 1975 que a venda ambulante é feita no país, no partido único havia corrida, mas as pessoas continuaram a vender. A única forma de combater a venda ambulante é através do crescimento económico, formação e emprego.

Mas temos de esperar crescimento económico para evitar vendas nas pedonais, por exemplo?

A venda nas pedonais está ligada às necessidades das pessoas. Há quem vive apenas com 500 Kwanzas e, às vezes, as senhoras vão em busca de 100 Kwanzas de lucro, para comprar um chá, um quilo de arroz... Enquanto atacarmos as consequências e não as causas, será difícil combater os problemas, porque onde sai a água não há recipiente e estamos a colocar a banheira onde tudo está alagado. Devia ser feito um estudo, colocar sociólogos e outros académicos a fazerem um estudo profundo, particularmente sobre

a zunga. Zunga é cultura, eu já fui zungueiro, a minha mãe foi zungueira. Agora, crimes organizados é outra coisa, devem ser combatidos.

A proposta de OGE/19 já está na Assembleia Nacional e prevê um crescimento de 2,8%. Qual é o seu parecer na generalidade?

O Orçamento Geral do Estado continua a ser um documento muito político, menos técnico e com pouca visão de longo prazo. É um orçamento que não seguiu os pressupostos do actual cenário da crise, pensou-se mais nas receitas e no aumento das despesas. Quando se define o preço médio do barril do petróleo a 68 dólares, é sinónimo de um orçamento não virado para a poupança e acredita-se que o petróleo chegue a 100 dólares. O orçamento devia ser de poupança e como preço médio do petróleo abaixo de 50 dólares.

O argumento decorre da previsão do FMI de 72 dólares...

Não podemos andar com base no que o FMI diz, o FMI tem os seus interesses, nós é que devemos fazer crescer a economia. O interesse do Fundo não é desenvolver os países, são os próprios cidadãos. O orçamento demonstra que pretendemos viver além das nossas posses. Relativamente à previsão, não acredito que a economia cresça 2,8%, mas mesmo crescendo a este ritmo é por demais reduzido, porque do ponto de vista da população continuamos a crescer acima desse rácio.

Com esse crescimento consegue-se relançar a produção e estabilizar a economia? São os dois principais objectivos do OGE.

Relança -se o sector produtivo através do sector privado, que benefícios esse orçamento traz para o sector privado? Se você vai aumentar a carga dos descontos para a segurança social, que vai incidir sobre os subsídios, se você vai introduzir o IVA e aumentar os salários, que espaço de manobra resta às empresas privadas?

A Economist Intelligence alerta que o aumento da dívida de Angola pode contrair o investimento directo estrangeiro. Com evitar isso?

A Economist Intelligence Unit entende que, levando em conta a trajectória da taxa de juros do próximo ano, que será de crescimento, a taxa de juros dos países endividados poderá crescer, como é o caso de Angola. E acredita-se que países muito endividados tendem a retrain o investimento directo estrangeiro, porque os investidores não investem num país com dívida acima de 70 a 80% do PIE, com um crescimento abaixo de 4%, sobretudo um país

subdesenvolvido, porque corre o risco de endividar-se para pagar dívida. Entretanto, aposto que no próximo ano vamos crescer muito baixo, na ordem de 1,5% a 1,8%, em função das políticas keynesianas de curto prazo.

Como sustenta essa sua previsão?

Primeiro, porque vamos aumentar os salários sem produtividade, já está aprovado. Segundo, perspectiva-se relançar a agricultura sem alterar os processos. Não é só a falta de estradas que inviabiliza a agricultura, porque há países que têm estradas boas e terras aráveis, mas não são produtivos. O problema reside nos processos e princípios, a forma como envolvemos e incentivamos os investidores privados nesse sector. O Estado deve acelerar as privatizações, porque podem ser o motor da economia angolana. Não consigo ver a economia angolana com uma outra cara sem privatizar.

SUGESTÃO DE LEITURA:

Título da obra: 'Superprevisões - A Arte e a Ciência da Previsão'

Autor: Dan Gardner Philip E. Tetlock

Ano de lançamento: Novembro de 2016

Frase para pensar: "Não espere que a solução venha do governo. O governo é o problema", Ronald Wilson Reagan foi o 40º presidente dos Estados Unidos da América.

4.8 OGE cresce com foco nas receitas fiscais

Jornal O PAÍS

8 De Novembro de 2018

Texto: Miguel Kitari

Em estudo na Assembleia Nacional, a proposta do Orçamento Geral do Estado, elaborada pela equipa económica do Executivo, fixa receitas e despesas no valor de 11.206.443.370.349,00 (onze mil milhões, duzentos e seis mil, quatrocentos e quarenta e três milhões, trezentos e setenta mil e trezentos e quarenta e nove). Comparativamente ao OGE em execução, a proposta para o próximo ano apresenta um crescimento de Kz 1.669.587.878,05 (mil milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, quinhentos e oitenta e sete milhões, oitocentos e setenta e oito mil e cinco Kwanzas).

A proposta do OGE para 2019, já em posse dos deputados, prevê arrecadar receitas correntes acima

de sete mil milhões de Kwanzas, mais dois mil milhões de Kwanzas que no orçamento em curso.

No OGE 2018, a receita tributária foi fixada em 2.803.214.596.592,00, ao passo que para 2019 é de 4.220.458.719.591,00, uma subida de 1.417.244.122.999 (mil milhões quatrocentos e dezassete mil, duzentos e quarenta e quatro milhões, cento e vinte e dois mil, novecentos e noventa e nove Kwanzas). Se em 2018 a receita tributária representou 28,94% do OGE, em 2019 vai ter um peso de 37,17%.

De forma discriminada, a receita estimada na colheita do Imposto sobre o Rendimento do próximo ano é de 2.610.691.909.151,00, quando no orçamento em execução é de 1.416.233.669.746,00 Kwanzas. Se em 2018 o Imposto sobre Pessoas Singulares foi de 291.201.375.629,00, em 2019 será de 322.274.252.631,00 de Kwanzas. Na mesma senda, prevê-se arrecadar, por via do Imposto de Pessoas Colectivas (empresas) 2.288.417.656.520,00, quando no OGE em curso o montante foi fixado em 1.125.032.294.117,00 Kwanzas.

Em sentido "contrário" está a Receita sobre o Imposto ao Património. No OGE em execução a previsão de arrecadação é de 54.239.760.458,00, e para o ano que vem estão previstos 47.556.794.929,00 Kwanzas. Por outro lado, o Estado espera arrecadar, em 2019, com o Imposto sobre a Produção, 533.671.313.069,00, e no exercício em curso foram programados 278.574.118.421,00 Kwanzas. Regista-se também alta em termos de previsão de arrecadação de Imposto de Consumo, passando de 437.356.184.345,00, em 2018, para 438.209.176.585,00, em 2019.

Por via do Imposto sobre o Comércio Externo está prevista uma receita estimada em 176.218.586.545,00, representando 1,55% do valor total das receitas a arrecadar, num total de 11.206.443.370.349,00 (onze mil milhões, duzentos e seis mil, quatrocentos e quarenta e três milhões, trezentos e setenta mil e trezentos e quarenta e nove), quando em 2018 foi 130.865.842.542,00, 1,35% do OGE em execução, cujas despesas e receitas estão na ordem de 9.685.550.810.785,00. O OGE prevê igualmente a captação de receitas internas por outras vias, a previsão para aprovação final é o mês de Dezembro, ao passo que a sua execução começa em, Janeiro de 2019.

Petróleo em alta

Ao contrário do Orçamento de 2018 (em execução), no próximo exercício económico a previsão do barril de petróleo do tipo Brent, referência para as

exportações de Angola, está calculado em 68 dólares, mais 18 comparativamente ao anterior

A revisão em alta está relacionada com a subida, no mercado internacional, da principal matéria-prima de exportação de Angola. A previsão do Fundo Monetário Internacional (FMI) é mais ambiciosa. Aquela organização financeira prevê o preço do barril de petróleo acima dos 72 dólares. Desde Março do ano em curso que o petróleo começou a dar sinais de subida, ultrapassando a barreira prevista no OGE (USD50).

4.9 As finanças públicas e os cidadãos

Novo Jornal

9 De Novembro de 2018

Texto: Sérgio Calundungo

Em Angola, os municípios vivem de uma maneira muito presente o "tabu das finanças públicas". Ou seja, as Administrações Municipais e os Governos Provinciais disponibilizam ao público interessado poucas informações relacionadas com o montante financeiro que arrecadam, bem como sobre o montante financeiro colocado a sua disposição.

Numa realidade em que é "Segredo de Estado" o município saber quanto o seu município arrecada ou quanto tem disponível para efectuar despesas com a saúde, a educação, a manutenção das vias de acesso, a limpeza, o saneamento etc., é de difícil entendimento o facto de que as autoridades fazem reiterados apelos ao engajamento dos cidadãos na governação local. Agora pergunto: porque será que os Governos Provinciais e as Administrações Municipais não disponibilizam de forma atempada, regular e acessível para o público informações sobre as finanças locais? Que municípios e em que condições

já tiveram acesso a informações detalhadas sobre os fundos arrecadados, disponibilizados e/ou gastos pela Administração da sua localidade de forma oficial? Quantos conhecem minimamente ou participaram em reuniões junto das administrações locais onde se fazem planos de arrecadação de receitas, previsão de despesas, ou preparação da proposta do Orçamento Geral do Estado para o ano de 2019? Os municípios não podem saber quanto dinheiro o seu município recebe e quanto contribui para o Orçamento Geral do Estado?

O cidadão não pode ter acesso localmente a informações oficiais fidedignas para aferir quanto a sua província arrecada e quanto gasta em sectores específicos? Os municípios sabem as fontes de

rendimento das Administrações Municipais em detalhe? Porque informações tão básicas como estas não são facilmente disponibilizadas, mesmo para o público interessado ou para as organizações da sociedade civil que de forma organizada desenvolvem iniciativas que visam monitorar a execução dos orçamentos públicos aos orçamentos públicos locais o Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022 prevê a "promoção da cidadania e a participação dos cidadãos na governação". Uma forma de materializar este propósito seria, sem dúvida, conseguir que as administrações municipais e governos provinciais disponibilizassem para o público mais informações sobre as finanças locais.

Envolver os cidadãos na governação local implica disponibilização atempada e regular de informações sobre políticas públicas, incluindo as informações relativas aos orçamentos públicos locais. Só assim, é que as instituições da sociedade civil, igrejas, sindicatos e sector empresarial privado, poderão ser o parceiro que os municípios precisam, abrindo-se deste modo uma oportunidade para que de maneira informada possam participar nos espaços de diálogo e concertação ao nível local. A questão do acesso público a informações oficiais sobre os orçamentos que, em princípio, devem ser fidedignas e fornecidas pelas administrações municipais ou governos provinciais é algo indispensável quando se pretende assegurar a participação efectiva dos cidadãos nos processos de elaboração, aprovação execução e controlo das finanças locais. Isto requer mais do que regulamentos e normas, gestores e gestoras públicas com outra mentalidade em frente das instituições, gente que acredita que não deverá haver alternativas a participação dos cidadãos ao longo de todo ciclo do orçamento.

Entendo eu que actualmente ainda temos muitos gestores e gestoras com comportamento autocrático. Não se poderá contar com este tipo de gestores ou gestoras caso se pretenda alargar os níveis de participação dos cidadãos na governação local, mas sim com todos aqueles e todas aquelas que estão firmes no seu compromisso e no comprometimento de melhorar a relação entre os governantes e governados através da adopção de formas e modelos de gestão mais democráticos, eficientes e eficazes. Logicamente que para lá chegar já vamos tarde, mas é costume dizer-se "antes tarde do que nunca". Espero que 2019 seja de facto um ano diferente em matéria de "orçamento aberto".

4.10 Proposta do OGE 2019 reanima sector agrícola

Jornal de Angola

9 De Novembro de 2018

Texto: Adelina Inácio

A proposta de Orçamento Geral do Estado (OGE) para o exercido económico de 2019 prevê reanimar o sector agrícola, cuja verba equivale a 1,58 por cento do total do "bolo".

De acordo com o relatório de fundamentação a proposta de OGE visa restaurar a estabilidade macroeconómica da economia nacional, acelerar a recuperação do crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), com ênfase no sector produtivo - designadamente o sector agrícola -, reforçar o sector social (educação, saúde e combate à pobreza), bem como promover a implementação de reformas necessárias para continuar a superar os bloqueios estruturais que caracterizam a economia nacional.

A presidente da Comissão de Economias e Finanças da Assembleia Nacional, Ruth Mendes, explicou que o sector produtivo vai ajudar o crescimento do país e contribuir para a redução da pobreza, aumento do emprego e diminuição do desemprego.

A deputada afirmou que, na proposta, o Executivo aumentou as verbas para a área social, que anteriormente era o sector mais crítico do país. "Estamos a concluir que o Executivo privilegiou o sector social e a diversificação da economia, ao aumentar também as verbas do sector económico", salientou.

Na proposta de OGE para o próximo ano, o sector social aumentou para cerca de 18,7 por cento da despesa social, com incidências nas áreas da saúde, educação e do apoio ao desenvolvimento de uma rede de segurança social para os segmentos mais vulneráveis da população.

Os deputados aprovaram ontem, na generalidade, o relatório parecer conjunto da proposta de Lei que aprova o Orçamento Geral do Estado para 2019. O documento vai à discussão e aprovação, na generalidade, no próximo dia 14.

O deputado Kilamba Van-Dúnem, que apresentou o relatório parecer conjunto das comissões especializadas da Assembleia Nacional, adiantou que o Executivo pretende, no OGE de 2019, "restaurar a estabilidade macroeconómica" e aprofundar a consolidação orçamental. O relator da Comissão de Economia e Finanças sublinhou que a proposta do OGE pretende viabilizar a concretização dos objectivos macroeconómicos e de política de desenvolvimento do Executivo, a alcançar no ano de 2019, em linha com os objectivos definidos no Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022.

Kilamba Van-Dúnem salientou que, para garantir a estabilidade macroeconómica na presente conjuntura, o Executivo elaborou a proposta do OGE tendo como suporte a taxa de crescimento do PIB petrolífero de 3,1 por cento e a taxa do PIB não petrolífero de 2,6 por cento. A proposta, segundo Kilamba Van-Dúnem, foi elaborada com o preço médio do barril de petróleo bruto a 68 dólares e uma produção petrolífera anual de 573,2 milhões de barris.

A proposta de OGE para 2019 estima receitas de kz 11.355.688.790,00 (onze mil, trezentos e cinquenta e cinco biliões, cento e trinta e oito milhões, seiscentos e oitenta e oito mil, setecentos e noventa kwanzas) e fixa despesas em igual montante.

Com este Orçamento, o Executivo assume o compromisso de fortalecer os fundamentos e restaurar a qualidade e sustentabilidade do quadro macroeconómico do ambiente de negócios e financeiro. Assume também o compromisso de devolver vigor ao crescimento do PIB, num formato mais inclusivo, diverso e sólido, com recuperação e criação de mais empregos, o que culminará num maior desenvolvimento do país e na melhoria do bem-estar.

De acordo ainda com o relatório de fundamentação, o Executivo centrará as atenções em seis áreas estratégicas, com destaque para o desenvolvimento humano e bem-estar, desenvolvimento económico sustentável, diversificado e inclusivo, infra-estruturas necessárias ao desenvolvimento, entre outros.

O Executivo pretende ainda reposicionar o seu papel no sistema produtivo da economia, através do reforço e actuação, sobretudo como regulador, coordenador e facilitador.

4.11 Proposta do OGE para o exercício económico de 2019 aprovada na generalidade

Jornal O PAÍS

9 De Novembro de 2018

Texto: Neusa Filipe

A proposta de lei que aprova o Orçamento Geral do Estado para o exercício económico de 2019 foi aprovada, ontem, em reunião conjunta das comissões de trabalho especializadas da Assembleia Nacional, com 23 votos a favor, nenhum voto contra e cinco abstenções

A referida proposta, aprovada na generalidade, assume os grandes objectivos nacionais definidos no Plano de Desenvolvimento Nacional de médio prazo 2018 - 2022, organizados em seis eixos de intervenção' designadamente Desenvolvimento Humano e Bem-estar; Desenvolvimento Económico Sustentável, Diversificado e Inclusivo. Inclui ainda Infra-estruturas necessárias ao Desenvolvimento, Consolidação da Paz, Reforço do Estado Democrático e de Direito, Boa Governação, Reforma do Estado e Descentralização, Desenvolvimento Harmonioso do Território, Garantia da Estabilidade e Integridade Territorial de Angola e Reforço do seu papel com o contexto internacional e regional.

A presente proposta do Orçamento Geral do Estado para o exercício económico de 2019 pretende viabilizar a concretização dos objectivos macroeconómicos e de políticas de desenvolvimento do Executivo a alcançar no ano 2019, em linha com os objectivos definidos no Plano de Desenvolvimento Nacional 2018 - 2022, visando reestruturar a estabilidade macroeconómica e aprofundar a consolidação orçamental.

Visa, de igual modo, reanimar sector produtivo, com especial realce para a agricultura e implementar o conteúdo sectorial do Plano de Desenvolvimento Nacional.

"Sector social continua débil" Pela CASA-CE, Lindo Bernardo Tito referiu que a verba disponibilizada para o sector social continua "ínfima". Disse haver poucos investimentos na área social, revelando que a fatia atribuída ao referido sector não chega a 30 %.

"Aumentar 2 ou 5 % não modifica nada. Temos que olhar para o país que temos, pobre como ele é, com as pessoas a empobrecer todos os dias, e também olhar para o país que temos que precisa de investir seriamente na educação e melhorar a qualidade do sistema de saúde", disse.

Avançou que para se inverter o quadro actual, torna-se necessário fazer opções que estejam de acordo com a realidade do país, com base nas pesquisas que têm sido feitas.

O parlamentar afirmou que o país está em condições para esticar a cifra até trinta por cento, alegando que tudo depende de quem estiver a governar.

"Nós temos recursos que podem ser canalizados para a saúde e para a educação", salientou.

4.12 Investimento público cai mais de dois terços em termos reais

Jornal Expansão

9 De Novembro de 2018

Texto: Carlos Rosado de Carvalho

O investimento público em Angola deverá sofrer um corte de 68% em termos reais com a crise, de acordo com cálculos do Expansão a partir da proposta de Orçamento Geral do Estado para próximo ano.

Em termos nominais, o OGE entregue na Assembleia Nacional na semana passada prevê investimentos de 1,3 biliões Kz, um recuo de 4,5% face aos 1,4 biliões investidos em 2013, último ano antes da crise iniciada com o trambolhão do preço do petróleo em meados de 2014. Contudo, se tivermos em conta que os preços praticamente triplicam no período - a taxa de inflação entre Dezembro de 2013 e o mesmo mês de 2019 deverá rondar os 196% de acordo com a previsão do Governo - concluímos que, em termos reais, o investimento público "afunda" os referidos 68%.

Se bem projectado, bem construído e bem fiscalizado, o investimento público é considerado "boa" despesa, já que o dinheiro gasto num ano tem efeitos positivos nos anos seguintes. Isto por oposição à despesa corrente - pessoal, bens e serviços, juros e transferências -, despesa que se esgota no ano em que é efectuada e por isso é classificada de "má" despesa. Este tipo de despesa passou de 3,4 biliões em 2013 para 5,6 biliões Kz em 2018, um aumento nominal de cerca de 63%. Mas se descontarmos a inflação no período a despesa corrente regista uma queda de quase 45%.

Em resultado da evolução do investimento e da despesa corrente, a despesa total excluindo activos financeiros regista um aumento da ordem dos 44% em termos nominais, ao passar de 4,8 biliões Kz em 2013 para 6,9 biliões em 2019. Descontada a inflação, a situação inverte-se com uma queda real de pouco menos de 52%.

O forte ajustamento orçamental foi destacado pelo Ministro das Finanças Archer Mangureira no III Fórum Seguros, organizado pelo Expansão.

A queda da despesa real é transversal a todas as rubricas. A excepção que confirma a regra são os juros que passam de escassos 99 mil milhões em 2013 para 1,6 biliões Kz em 2019, um salto de cerca de 1.540% a preços correntes e na casa dos 450% a preços constantes.

Na sequência do salto de gigante, as despesas com juros já ultrapassaram as da Educação e da Saúde juntas. Em 2013, o Governo gastou naqueles dois sectores sociais pouco mais de 800 mil milhões Kz, cerca de oito vezes mais do que a despesa com juros que se quedou pelos referidos 99 mil milhões Kz.

Em 2018, a situação inverteu-se, mantendo-se a tendência no próximo ano. Em 2019, os juros deverão rondar 1,6 biliões contra 1,4 biliões Kz da Educação e Saúde juntas.

No próximo ano, o orçamento da Educação deverá crescer 33,4% para 662 mil milhões Kz, enquanto o da Saúde quase duplica ao aumentar 93% para 750 mil milhões Kz. Em percentagem da despesa total sem amortizações de passivos financeiros, a Educação recua 0,3 pontos percentuais (Pp) para 9,4%, enquanto a Saúde faz o caminho inverso, progredindo 3,9 pp para 10,6%. No conjunto, a Educação e a Saúde passam a valer 20% do OGE, ultrapassando a Defesa, Segurança e Ordem Pública que vai consumir cerca de um bilião Kz, o equivalente a 14,9% do que o Governo prevê gastar em 2019.

João Lourenço responde assim às críticas que vinham sendo feitas pelo facto de se gastar mais com os militares e polícias do que com os professores e enfermeiros. O mesmo sucede com a Agricultura, cujo envelope financeiro mais do que quintuplica ao passar de pouco menos de 40 mil milhões Kz, para quase 200 mil milhões Kz. Com este salto, a fatia da Agricultura, Silvicultura, Pesca e Caça passa de 0,7% para 2,8% da despesa total.

Menos sorte teve o poder judicial, cujo orçamento cresceu menos de 15% para 35 mil milhões Kz. A título de exemplo, a Casa de Segurança do PR tem

um orçamento de 85 mil milhões Kz, cerca de 2,5 vezes mais do que todos os tribunais.

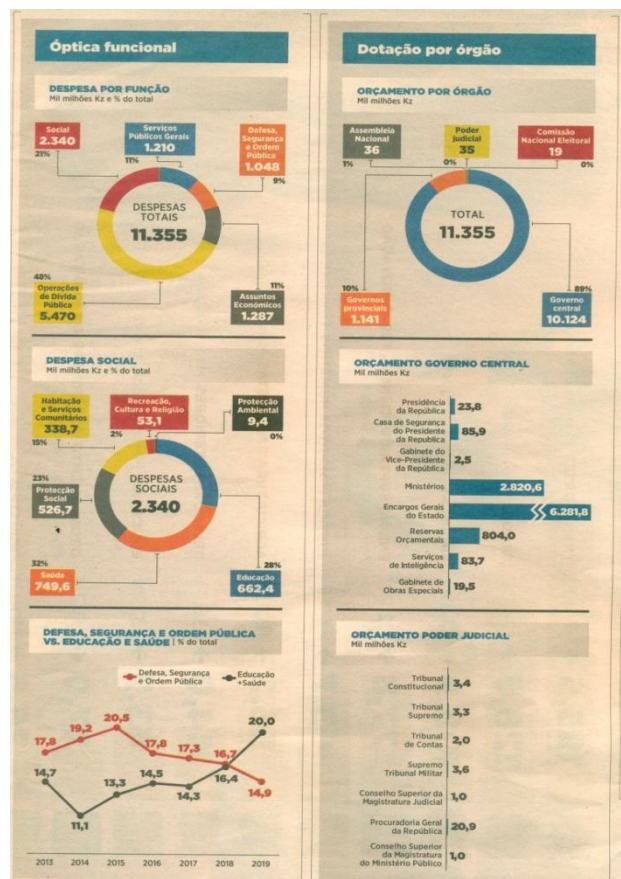
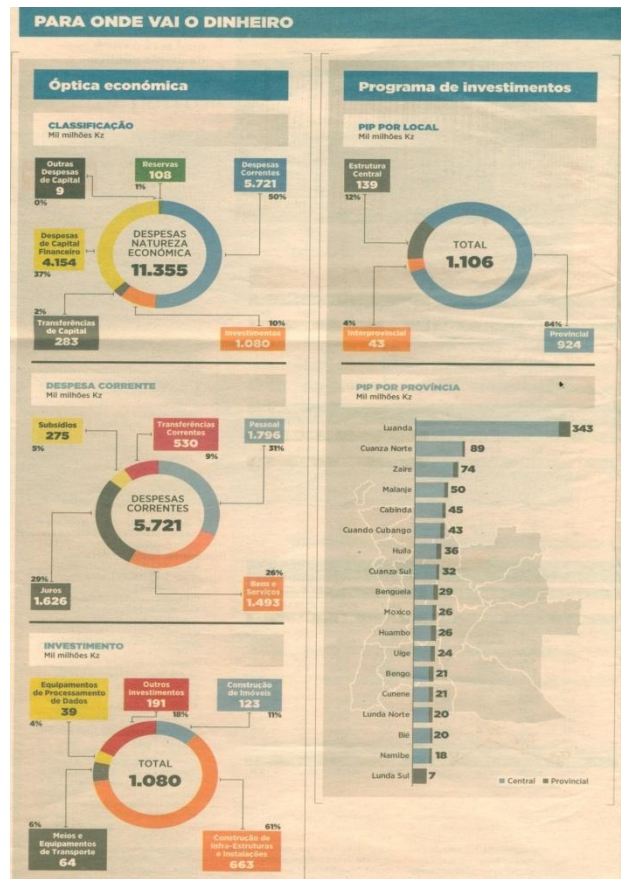
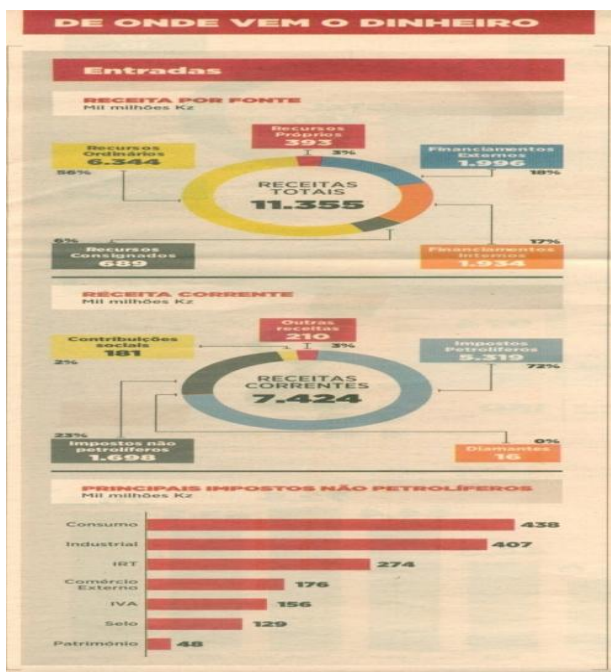
Outra marca que permanece é a forte centralização do OGE com as províncias a gerirem apenas 10% do bolo orçamental. Luanda leva a maior fatia com 527 mil milhões Kz, cerca de 27% do bolo provincial.

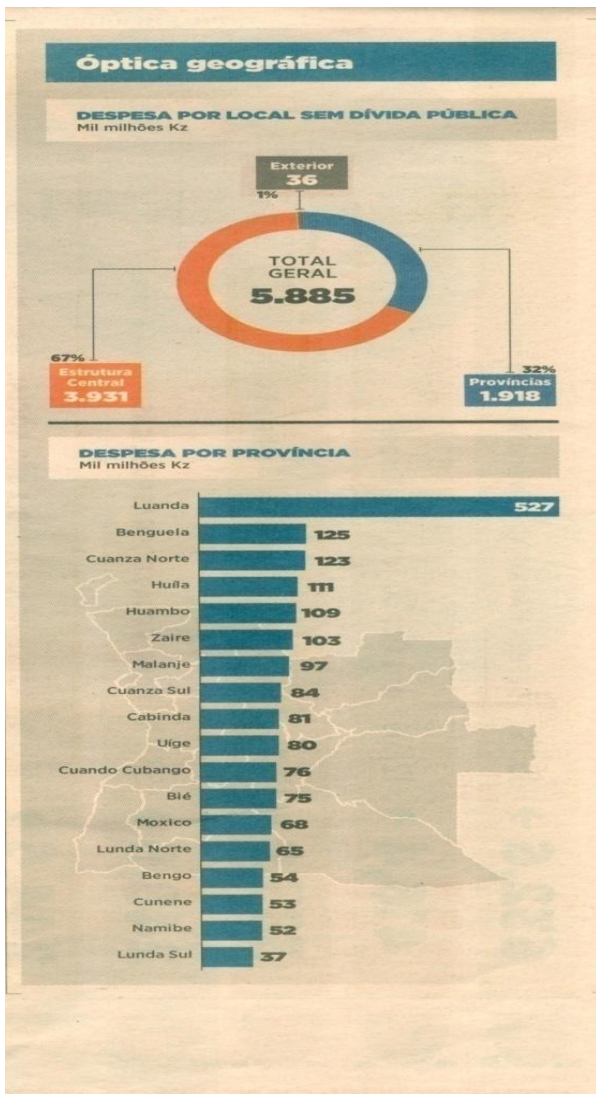
Os valores referidos anteriormente diferem ligeiramente dos avançados pelo Expansão na última edição. O Relatório de Fundamentação da Proposta de OGE 2019 a que tivemos acesso e que divulgámos na passada quinta-feira sofreu algumas alterações antes de ser entregue na Assembleia Nacional.

4.13 Os grandes números das receitas e despesas do Estado

Jornal Expansão
9 De Novembro de 2018

O petróleo reforça à sua posição como principal fonte de receita do Estado, assegurando 72% dos valores que deverão entrar nos cofres públicos em 2019. Do lado das saídas, os gastos com pessoal dominam com uma fatia equivalente a 31% da despesa corrente. A província de Luanda "abocanha" 31% do Programa de Investimentos Públicos e 27% do envelope global destinado às províncias. A Educação e a Saúde ultrapassam a Defesa Segurança e Ordem Pública. O poder judicial continua ser o parente pobre.





4.15 O que vai mudar nos impostos com o Orçamento Geral de Estado para 2019

Jornal Expansão

9 De Novembro de 2018

A análise dos vários documentos que integram a Proposta de Lei do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2019 permite confirmar a intenção do Executivo em manter o rumo traçado com a aprovação do OGE para 2018 e com a implementação do Programa de Estabilidade Macroeconómica (PEM) iniciado em Janeiro de 2018, em articulação com o Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2019, anunciado no passado mês de Abril.

O OGE para 2019 evidencia objectivos de natureza económica - reforço da estabilidade macroeconómica da economia nacional, dinamização do crescimento do PIE do sector produtivo, em particular o sector da Agricultura, e reformas destinadas a eliminar os bloqueios estruturais da economia -, mas também propósitos de âmbito social, com esforços e recursos dedicados às áreas da Educação, Saúde, combate à pobreza e à criação de emprego.

No âmbito das medidas de política económica e social previstas na Proposta de Lei do OGE para 2019, são de destacar um conjunto de medidas tributárias que deverão ter impacto no quotidiano das empresas a operar em Angola.

Regularização excepcional de devidas fiscais, aduaneiras e à segurança social

A primeira medida de natureza tributária constante da Proposta de Lei do OGE para 2019 que merece especial destaque consiste na introdução de regime excepcional de regularização de dívidas fiscais, aduaneiras e à Segurança Social.

De acordo com a redacção deste regime excepcional, que difere substancialmente do "perdão fiscal" aprovado em 2014, os contribuintes poderão regularizar, de forma voluntária e por sua iniciativa, as dívidas tributárias e contributivas referentes a factos ocorridos até 31 de Dezembro de 2017, sem que haja lugar ao pagamento de juros, multas ou custas processuais.

De referir, contudo, que estão expressamente excluídas do âmbito de aplicação deste regime as empresas sujeitas aos regimes especiais de tributação das actividades petrolífera e mineira.

4.14 Cartoon

Novo Jornal

9 De Novembro de 2018

Desenho: Sérgio Picarra



A regularização das referidas dívidas poderá ser efectuada de forma imediata ou através de planos prestacionais, beneficiando de um perdão de 10% do montante de imposto ou contribuição em falta.

Na eventualidade de o contribuinte que deseje proceder à regularização ser credor do Estado, incluindo por créditos não tributários devidamente reconhecidos pela Unidade de Gestão da Dívida Pública, a mesma será efectuada mediante compensação com os mencionados créditos.

Caso a dívida a ser regularizada tenha subjacente um qualquer processo ou procedimento tributário, o mesmo será suspenso com a entrega pelo contribuinte do requerimento para a regularização, o qual terá que ser impreterivelmente apresentado até 30 de Junho de 2019.

Independentemente da forma de regularização, as dívidas terão que ser integralmente pagas até 31 de Dezembro de 2019, sob pena de os contribuintes não poderem beneficiar do perdão de 10% do montante do imposto ou contribuição no caso de pagamento imediato, bem como do perdão de juros, multas e custas processuais.

Autorizações legislativas sobre matérias fiscais

A Proposta de Lei do OGE para 2019 prevê ainda a concessão de diversas autorizações legislativas ao Presidente da República relativamente a matérias fiscais, nomeadamente para legislar sobre aspectos específicos do Código Aduaneiro, do Código do Imposto sobre a Aplicação de Capitais ("IAC") e do Código do Imposto do Selo.

Código Aduaneiro

No que respeita ao Código Aduaneiro, a autorização legislativa autoriza o Presidente da República a proceder à revisão estrutural do Código por forma a melhorar a arrumação sistemática e a redefinir os regimes aduaneiros e de penalidades.

Esta autorização legislativa possibilita ainda a introdução de um regime de pagamento de dívidas aduaneiras em prestações, nas situações em que já tenha havido lugar ao desembaraço aduaneiro e relativamente aos direitos aduaneiros devidos em resultado de processos de auditoria pós importação, em conformidade com as regras previstas no Código Geral Tributário.

Código do IAC

Ao nível do IAC, perspectiva-se desde logo a alteração do regime de "participation exemption", o qual, verificadas certas condições, confere isenção de

imposto aos dividendos/lucros distribuídos por sociedades fiscalmente residentes em Angola a pessoas singulares ou colectivas igualmente aqui também residentes.

A alteração deste regime terá como objectivo torná-lo "mais adequado aos critérios de proporcionalidade e justiça tributária material definidos no Código Geral Tributário".

No contexto da autorização legislativa a conferir está ainda prevista a clarificação das normas de incidência do IAC relativamente à tributação autónoma de mais-valias decorrentes da transmissão de títulos negociados em mercados regulamentados, nomeadamente as transmissões de Obrigações do Tesouro.

Código do Imposto do Selo

Relativamente à autorização legislativa a conceder em sede de Imposto do Selo, as matérias abrangidas são várias e incluem o alargamento da sujeição a Imposto do Selo a novos factos tributários, bem como a sua eliminação relativamente a outros que são actualmente objecto de tributação.

Com efeito, pretende-se que a sujeição a Imposto do Selo seja alargada aos recibos de quitação dos profissionais liberais, bem como aos contratos de prestação de serviços de qualquer natureza e aos contratos de trabalho dos estrangeiros não residentes.

Por outro lado, perspectiva-se que o câmbio de notas em moeda estrangeira e a conversão de moeda nacional em moeda estrangeira, actualmente sujeitas a tributação à taxa de 0,1% sobre o correspondente montante, deixe de estar sujeita a Imposto do Selo.

Adicionalmente, a sujeição a Imposto do Selo na aquisição do direito de propriedade ou figuras parcelares deverá depender de escritura pública, passando o imposto a ser devido nos 60 dias após a assinatura do contrato ou documento através do qual são transmitidos os direitos sobre o imóvel. Esta alteração deverá sobretudo abranger as transmissões de imóveis que se operam por procuração irrevogáveis e as que não se realizam por impossibilidade e comprovação da propriedade do imóvel.

Está ainda perspectivada a clarificação do regime de responsabilidade tributária em sede de Imposto do Selo, a qual deverá ser particularmente relevante nos casos em que o sujeito passivo de imposto é uma entidade não residente.

Contribuição especial sobre Invisíveis Correntes

A Contribuição Especial sobre Operações de Invisíveis Correntes manter-se-á em vigor no decurso de 2019, em moldes substancialmente idênticos aos actualmente em vigor.

4.16 Ministra da Família considera OGE equilibrado

Jornal O PAÍS

12 De Novembro de 2018

Texto: Rila Berta

O relatório parecer da Lei que aprova o Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2019 recebeu o aval dos deputados nas comissões de especialidade, na última Quinta-feira, para seguir à aprovação na generalidade a 14 de Novembro.

Para a ministra da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, Victória da Conceição, apesar das dificuldades financeiras que o país atravessa, as fatias distribuídas aos vários departamentos ministeriais que concorrem para o bem-estar da mulher e, conseqüentemente, da sua família, no seu somatório é "satisfatório".

"É satisfatório, se tivermos em conta que quando falamos do orçamento baseado no género é um orçamento transversal", referiu.

A governante reconheceu haver ainda dificuldades por se ultrapassar, mas apelou para que se continue a trabalhar com o intuito de as pessoas estarem capacitadas para melhor gerir. "A planificação. A definição de prioridades é que vai promover o que esperamos", disse.

De acordo com Victória da Conceição, é importante que se reanalise o Orçamento, de modo a definir prioridades e medir os impactos que os projectos e acções abrangidas possam ter na vida da mulher e das suas famílias, independentemente, da dimensão da verba. Disse ser importante olhar o Orçamento pela sua vertente na multi-sectorial, onde a fasquia reservada à área social e o dinheiro destinado às áreas produtivas devem obter resultados que permitam gradualmente, reduzir o impacto da pobreza no seio das populações.

Enalteceu o grau de evolução no que concerne ao combate à alfabetização. "Temos visto mulheres cada vez mais capacitadas a aprenderem a escrever e a ler e, sobretudo, a força que elas estão tendo, não de ficarem nos níveis, mas em inserirem-se em programas de educação média e universitária".

OGE vai à votação na Quarta-feira

A proposta de lei que aprova OGE para o exercício económico 2019 vai à discussão e votação na generalidade na próxima Quarta-feira, 14 de Novembro.

A proposta de OGE para 2019, elaborada com o preço médio do barril de petróleo bruto a 68 dólares e uma produção petrolífera anual de 573,2 milhões de barris, estima receitas de 11.3 mil milhões de dólares e fixa despesas em igual montante.

No documento, o sector social cresceu para cerca de 18,7 por cento da despesa social, com incidências nas áreas da saúde, educação e do apoio ao desenvolvimento de uma rede de segurança social para os segmentos mais "Vulneráveis da população".

4.17 Executivo assume compromisso com o crescimento da riqueza

Jornal de Angola

15 De Novembro de 2018

Texto: Adelina Inácio

O Executivo assume, no Orçamento Geral do Estado (OGE) para o próximo ano, o compromisso de promover, com rigor, o crescimento da riqueza nacional, anunciou ontem, em Luanda, o ministro de Estado do Desenvolvimento Económico e Social, Manuel Nunes Júnior.

O ministro de Estado falava no Parlamento durante apresentação do OGE/2019, aprovado com 124 votos a favor e 57 abstenções, pela primeira vez, transmitido em directo pela rádio e televisão públicas, RNA e TPA, em resposta à preocupação apresentada pelos deputados da oposição nos últimos cinco anos.

O principal instrumento financeiro de governação vai agora à discussão na especialidade artigo por artigo.

O ministro de Estado garante que o OGE foi projectado para a recuperação e criação de mais emprego para imprimir um maior desenvolvimento do país e a melhoria do bem-estar dos cidadãos. A proposta de 2019 está avaliada em cerca de 11.3 biliões de kwanzas, reflectindo um aumento de 7.2 por cento relativamente ao OGE do ano passado. Para este ano, segundo explicações de Manuel Nunes Júnior, prevê-se uma taxa de inflação acumulada abaixo de 23 por cento, claramente abaixo da taxa prevista no OGE do ano passado, que foi de 28.8 por cento.

"A proposta projecta um saldo orçamental global positivo de 1.45 por cento do PIB e cumpre com os objectivos de gerar excedente para a redução da dívida e endividamento do Estado, assim como os respectivos lucros", afirmou.

O ministro de Estado do Desenvolvimento Económico e Social, Manuel Nunes Júnior, considerou "essencial pôr em prática e de forma rigorosa" as políticas e medidas apresentadas pelo Executivo, para que o cenário macroeconómico projectado no OGE para o próximo ano seja cumprido na totalidade.

O ministro de Estado disse que a redução do actual stock da dívida exigirá a continuidade do processo de consolidação fiscal e a observação dos superávits nos restantes anos deste quinquénio. "Temos consciência que a redução do actual stock da dívida pública exigirá ainda superávits contínuos do OGE nos próximos anos de modo a garantir a continuidade do défice da obrigação fiscal em curso", disse.

O ministro de Estado do Desenvolvimento Económico e Social adiantou que, neste Orçamento Geral do Estado, o Executivo pretende restaurar a estabilidade macro-económica do país e acelerar a recuperação do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) com ênfase para o sector produtivo, em particular o sector da agricultura.

Manuel Nunes Júnior disse que o OGE vai igualmente reforçar o apoio ao sector social, com particular ênfase aos domínios da Educação, Saúde e combate à pobreza. "Não obstante as incertezas e riscos associados a grande volatilidade do preço do petróleo no mercado internacional, as perspectivas do crescimento económico para o próximo ano são mais favoráveis", afirmou.

O Executivo, acrescentou, está a executar um programa de estabilização macroeconómica que tem como objectivo reduzir as vulnerabilidades fiscais, a inflação, substituir o regime cambial flexível e assegurar, por esta via, a estabilidade das reservas internacionais líquidas do país.

O ministro de Estado Manuel Nunes Júnior garantiu que o programa de estabilização macroeconómica, que visa fortalecer o combate ao branqueamento de capitais, financiamento do terrorismo, vai ainda criar as condições para a retoma do crescimento económico através da reanimação do sector produtivo. A proposta do OGE, segundo o ministro, contempla ainda recursos suficientes para a continuação dos investimentos estruturantes, bem como o cumprimento do calendário de regularização de tratados internos.

Crescimento do PIB

As previsões macroeconómicas para 2019 assinalam a retoma do crescimento do PIB a uma taxa de 2.8 por cento em termos reais, segundo o ministro de Estado. Este crescimento é suportado por uma taxa de crescimento do PIB petrolífero de 3.1 por cento, incluindo o gás natural, e 2.6 por cento para o PIB não-petrolífero, segundo o responsável.

A receita fiscal não petrolífera, sustentou, resultará entre outras medidas da introdução do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) na segunda metade do próximo ano, da regularização das dívidas, segundo o ministro de Estado do Desenvolvimento Económico e Social.

4.18 Orçamento Geral forte contra eventuais desvios

Jornal de Angola

15 De Novembro de 2018

Texto: Adelina Inácio

O OGE prevê um superávit de 1.5 por cento do PIB o que constitui um marco histórico, pois contribuirá para tornar a economia mais forte para fazer face aos eventuais desvios das receitas de financiamento ou receita tributária quer seja petrolífera quer não petrolífera, segundo Manuel Nunes Júnior.

Mesmo num ambiente de contracção das despesas, sublinhou, o OGE para o próximo ano projecta um aumento de 8.7 por cento da despesa social, com grande incidência para a área de Saúde, que passa de um peso do total das despesas de 3.63 por cento, em 2018, para cerca de 6.6 por cento na presente proposta. Já a Educação, passa dos actuais 5.41 por cento para 5.83.

Depreciação do kwanza

O ministro das Finanças reforçou que o Executivo espera uma depreciação do kwanza face ao dólar num valor médio de 255 kwanzas, em 2018, para 352 kwanzas, no próximo ano. Segundo Archer Mangureira, a inflação deverá atingir o nível mais baixo dos últimos três anos, de cerca de 5 por cento. Archer Mangureira lembrou que o preço do petróleo previsto no OGE deste ano é de 68 dólares por barril, superior aos 18 dólares de 2018. A produção petrolífera, acrescentou, poderá atingir cerca de 1.5 milhões de barris por dia, num total de 573 milhões de barris durante o ano.

O ministro das Finanças disse que o stock da dívida em kwanza é de 22.1 mil milhões. A dívida governamental, segundo o ministro, representa quatro por cento, e a parte restante é dívida com duas empresas públicas, a Sonangol e a TAAG. A dívida interna representa 8.8 mil milhões de kwanzas e a dívida externa de 12.5 mil milhões de kwanzas.

Reacções

O presidente do grupo parlamentar do MPLA, Américo Cuononoca, disse que a posta do Executivo no relançamento do sector produtivo, em particular na agricultura, poderá a médio prazo resolver definitivamente os problemas da auto-suficiência alimentar.

Adalberto Costa Júnior, presidente do grupo parlamentar da UNITA, afirmou que no final da votação do Orçamento as estatísticas macro-económicas "são muito duvidosas, e a grande prova disso são as inconsistências detectadas a nível da principal variável macroeconómica, o PIB".

4.19 OGE/20 19 aprovado na generalidade

Jornal Manchete

16 De Novembro de 2018

O Orçamento Geral do Estado (OGE) para exercício de 2019, com despesas e receitas avaliadas em 11,3 biliões de kwanzas, foi aprovado, nesta quarta-feira, na generalidade, pelos deputados à Assembleia Nacional, por 124 votos a favor, nenhum contra e 57 abstenções. Este orçamento representa um aumento de 17,1% relativamente ao OGE 2018, avaliado em AKz 9.685,6 mil milhões de kwanzas. O O"GE, que começou a ser" discutido pelos deputados do parlamento angolano, foi elaborado tendo como referência o preço médio do barril de petróleo a 68 dólares norte-americanos, quando hoje (dia 14), o petróleo abriu a negociar em baixa no mercado de Londres a 65 dólares.

De acordo com o relatório de fundamentação, as projecções apontam para uma taxa de inflação de 15% em 2019, quando a meta de inflação do ano de 2018 é de 19,17%. As projecções fiscais apontam um saldo global superavitário de 1,2% do PIB e de um saldo primário igualmente superavitário de 5,6% do PIB.

Já as necessidades brutas de financiamento do referido orçamento ascendem a Akz 4.437 mil milhões, correspondendo a 12,7 do PIE. Acrescenta que este montante será arrecadado através da

captação de financiamento, tanto no mercado interno como no mercado externo, venda de activos e utilização da poupança fiscal global de 1,2% do PIB, prevista para 6 próximo ano.

4.20 Aprovado um OGE de "pau à pique"

Jornal Manchete

16 De Novembro de 2018

Texto: Manuel Ngongo

O Orçamento Geral do Estado (OGE) para exercício de 2019, com despesas e receitas avaliadas em 11,3 biliões de kwanzas, foi aprovado, na generalidade, pelos deputados à Assembleia Nacional, por 124 votos a favor, nenhum contra e 57 abstenções.

Os peritos técnicos industriais deviam alterar a maneira como elaboram a projecção para o OGE, devido ao factor referencial que ainda prevalece a petro-dependência, apesar da sua decadência no mercado internacional. Em circunstâncias normais, o parlamento devia rever os números ou seja, ter-se-ia ajustado o valor de referência um pouco mais baixo do que se encontra agora. Aprovar o Orçamento com diferença de 3 dólares, poderá criar um certo desequilíbrio nas contas futuras, a menos que poderão acrescentar os valores em falta a partir de outras fontes de receitas, em compensação, mais isso deve ser dito de forma clara, não sei quem deveria dizer isso "meus senhores, se faltar algum dinheiro para o êxito na execução eficaz do OGE, vamos recorrer nas receitas provenientes da exploração de diamante, nos impostos industriais e de selo, nas taxas de circulação, entre outras fontes do Estado", porque ninguém está interessado e ouvir, daqui a um ano, de que "pedimos desculpa por não conseguirmos atingir os nossos objectivos, como sabem o OGE 2019 tinha sido aprovado com algum deficit por todos conhecidos, foi calculado em 68 dólares, mas havia descido aos 65 dólares, no entanto vamos corrigir no OGE de 2020" e assim por diante. Este tipo de discurso, em nada contribui para o bem-estar social e emocional das populações.

COMO FUNDAMENTARAM

«As projecções apontam para uma taxa de inflação de 15% em 2019, quando a meta de inflação do ano de 2018 é de 19,17%. As projecções fiscais apontam um saldo global superavitário de 1,2% do PIE e de um saldo primário igualmente superavitário de 5,6% do PIE. Já as necessidades brutas de financiamento do referido orçamento ascendem a Akz 4.437 mil milhões, correspondendo a 12,7 do PIE. Este montante será arrecadado através da captação de

financiamento, tanto no mercado interno como no mercado externo, venda de activos e utilização da poupança fiscal global de 1,2% do PIB, prevista para o próximo ano».

Quanto ao mercado interno, podemos compreender o que se refere ao parágrafo anterior ao subtítulo, quanto ao mercado externo, adivinha-se mais uma dívida de tantos milhões de dólares, e, desta maneira o Governo não vai conseguir desenvolver o país, estaremos sempre estagnados em algumas zonas de conforto, espalhados por diferentes ilhas dispersas onde alguns vivem bem e outros vivem muito mal.

SECTOR SOCIAL

«A despesa com o sector social, regista um aumento de 18,7%, face à alocação programada no OGE 2018, tendo a função saúde passado de um peso no total das despesas de 3,63% em 2018 para cerca de 6,6 % no OGE 2019 e a função educação de ,41 % para 5,83 %. Todavia, excluindo o serviço da dívida, o peso destes sectores é ainda mais elevado, cerca de 11,3% para a educação e 12,7% para a saúde».

As afectações por cada sector parecem bastante teorizadas, se tivermos em conta que a saúde e educação não deveriam depender unicamente dos valores definidos e alocados pelo OGE, dever-se-ia colocar à disposição destes sectores, outros valores acrescidos, são sectores fundamentais para o desenvolvimento numa relação de dependência lógica e material, dito de outra maneira, um povo sem educação não é saudável e um povo sem saúde não é educável, ambos aspectos dependem um do outro. Os restantes sectores dependem deles, sem educação e saúde nada funciona!

4.21 Dívida governamental avaliada em USD 69.5 mil milhões

Jornal A República
23 De Novembro de 2018

O director da Unidade de Gestão da Dívida, Walter Pacheco, revelou em Luanda que a dívida do Estado angolano é de aproximadamente USD 69.5 mil milhões, sendo 60 por cento externa que corresponde aproximadamente USD 40 mil milhões e 40 por cento é a interna avaliado em USD 30 mil milhões.

Falando num workshop dirigido aos deputados angolanos sobre temas transversais ligadas às "Finanças Públicas, o responsável frisou que este valor da dívida governamental adicionada às das empresas públicas (Sonangol) soma USD 72,45 mil milhões, sendo a China o principal credor.

Para ele, se a dívida for investida em projectos públicos, vai permitir a facilitação da produção interna e a diversificação da economia angolana.

Explicou que em 2010 e 2012 a dívida rondava os USD 20 a 30 mil milhões, em 2016 o valor aumentou para USD 68 mil milhões.

Considerou normal o endividamento para pagar despesas correntes, desde que não seja de longo prazo, recorrente e fora de controlo. "Contrair dívida para pagar dívida pode ser algo bom, desde que haja uma baixa significativa no imposto", afirmou.

Fonte: Mercado

4.22 OGE-2019 incrementa mais kz 4.5 mil milhões para pensões

Jornal Economia e Finanças
23 De Novembro de 2018
Texto: Mateus Cavumbo

O Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2019 prevê um aumento de 4.511 mil milhões de kwanzas em contribuições dos empregadores do Estado para o sistema nacional de segurança social.

Para a proposta orçamental em discussão nas comissões de especialidade da Assembleia Nacional, os pensionistas do Estado vão consumir 92.851.865.104 mil milhões de kwanzas, contra os 88.340.602 mil milhões de 2018, que representou 0,9 por cento em relação ao orçamento geral de 2017.

Na proposta do OGE-2019, verifica-se uma diminuição das verbas reservadas para a reforma a nível das províncias. O valor actual proposto é de 32.499 mil milhões de kwanzas, contra os 33,335 mil milhões do orçamento de 2018, sendo a província de Luanda com maior bolo (7.1 mil milhões de kwanzas). A seguir aparece os empregados das província de Benguela (3.6 milhões de kwanzas), depois Huambo (3.0 milhões de kwanzas).

As províncias da Huíla, Uíge e Bié vêm a seguir com 2.3, 2.1 e 2.0 mil milhões de kwanzas, respectivamente.

Quanto aos funcionários ligados a diversos departamentos governamentais, os descontos maiores recaem para os dos Ministérios do Interior e da Defesa. Os funcionários destes dois organismos do Estado vão contribuir em pensões de reforma com um valor de 43.385 mil milhões de kwanzas, repartidos em 21.813 e 21.572 mil milhões de kwanzas, em função da ordem da notícia.

Os funcionários do Gabinete do Vice-Presidente da República, Conselho de Ministros, do Conselho Superior da Magistratura Judicial, Ambiente, Ministério da Comunicação Social, Ministério da Juventude e Desportos, Inspecção Geral da Administração do Estado (IGAE) e das Obras Especiais, têm valores inferiores em relação aos demais departamentos ministeriais. Sobre as 18 províncias, terão valores mais baixos para a segurança social, os empregados da Lunda Sul, Lunda Norte e Cuando Cubango.

Militares

Apesar do regime ser diferente, os serviços militares são os que mais pagam para a reforma em comparação com os civis.

Por exemplo, os Serviços de Inteligência e Segurança do Estado reservaram para a reforma 3,105 mil milhões de kwanzas), tendo se mantido os montantes na proposta orçamental actual. Os Serviços de Inteligência Militar descem de 41.7 para 41.6 milhões de kwanzas, de Inteligência Externa de 56.462 para 42.3 milhões, sofrendo uma redução de 14.1 milhões de kwanzas.

Com excepção dos órgãos militares, o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos mantém-se com a fasquia alta. No orçamento de 2018 tem para a segurança social a verba de 1.840 mil milhões de kwanzas. Na proposta para 2019 baixou para 1.759 mil milhões de kwanzas, a seguir vem o Ensino Superior com 1.39 mil milhões de kwanzas, depois a Comissão Nacional Eleitoral (CNE) com 1.136 mil milhões e as Relações Exteriores com 1.064, muito acima dos 1.029 do orçamento vigente. O Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) paga, por mês, 13 mil milhões de kwanzas a 142.548 pensionistas a nível do país, dos quais 35.529 são mulheres. A Segurança Social possui 145. 201 empresas ou contribuintes inscritos, controla 1.667.814 segurados e paga pensões a 142.548 pensionistas. Existem 99.322 pensionistas do género masculino, 35.529 do género feminino e segurados, um milhão 644 homens e 503.877 mulheres.

4.23 OGE do "crescimento económico" de Angola sem fiscalização e ensombrado pelo petróleo

Jornal A República

23 De Novembro de 2018

Texto: João Marcos

Analista entende boas intenções, mas diz que extrema corrupção retira eficácia.

Apesar do ambiente de contracção na despesa, o Governo angolano acredita que o Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2019, aprovado na generalidade na quarta-feira, 14, vá fortalecer a economia, mas há receios alimentados pela volatilidade do preço do petróleo, o principal produto de exportação, e pela falta de fiscalização face à corrupção.

A proposta das autoridades, avaliada em 11,3 mil milhões de kwanzas, destaca a despesa social de 39,8%, por conta de aumentos na saúde e educação, enquanto a oposição, que se absteve, continua a exigir correcções dos desequilíbrios.

A previsão de excedente orçamental justifica o optimismo do ministro de Estado para a Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior, que resumiu o essencial do OGE 2019, superior em 17,1 por cento em relação ao anterior.

"Há previsão de um superavit de quase 1.5% do Produto Interno Bruto, o que será um marco histórico, contribuindo para tornar a nossa economia mais forte. Ajudará a fazer face a eventuais desvios das receitas de financiamentos ou na receita tributária, quer seja petrolífera ou não petrolífera" defendeu o governante.

O deputado Américo Cunonoca, líder da bancada parlamentar do MPLA, partido que aprovou o documento com 124 votos, complementa os objectivos.

"Incentiva a melhoria da competitividade e a criação de empregos de qualidade, o combate à pobreza e impulsiona a justiça social"; assegura o parlamentar.

Com o OGE a caminho das comissões de especialidade, que analisarão também a perspectiva de redução da inflação (de 19,17 para 15 por cento), a UNITA, pela voz de Adalberto Costa Júnior, líder parlamentar, alerta para os riscos do endividamento e lança dúvidas sobre propalado bem-estar social.

"A consolidação orçamental por via de aumento de impostos e, ainda por cima, de aumento de despesas aprofunda a recessão económica e empurra o país para níveis de endividamento insustentáveis. Infelizmente, esta tem sido a orientação do Governo. Se trabalhasse com as despesas do orçamento de 2018, a previsão de poupança para este exercício estaria na vizinha dos 4 mil milhões de dólares"; critica Costa Júnior.

De fora, a apreciação do economista Filomeno Vieira Lopes levanta dúvidas em relação ao crescimento à margem do petróleo, como vaticina o Executivo quando elege o sector produtivo. Outro risco, segundo o analista, é o que chama de extrema corrupção.

"É uma intenção governamental aumentar o sector não petrolífero em 3.1 % mas isso pode não ocorrer. Se existir esse risco, o de o petróleo não atingir aquela cifra e também a preocupação quanto ao pagamento da dívida externa... e, ainda, se faltar o investimento no ambiente para uma economia com efeitos positivos. Portanto, são dúvidas fundadas"; ponta Viera Lopes, que lamenta "a extrema corrupção, capaz de tornar inviável a execução orçamental".

O OGE foi elaborado com a referência de 68 dólares o barril de petróleo, pouco abaixo da realidade actual, e reserva para o pagamento da dívida pública uma cifra de 45 por cento, menos 6% em relação ao actual.

O aumento de verbas para o lado social não ofusca a velha polémica sobre o que se dá à segurança, daí que, a título de exemplo, o PRS esteja a pedir mais 4 por cento para a saúde, uma vez que 'o país continua doente'.

4.24 OGE/2019 corre o risco de revisão

Jornal Hora H

23 De Novembro de 2018

Texto: Mbinza Dikoza

O assunto tem sido por demais badalado, A proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2019, corre um grande risco de revisão, face a uma eventual baixa do preço do barril de petróleo, segundo o líder do grupo parlamentar da UNITA, Adalberto Costa Júnior, quando da leitura da declaração política, no âmbito da discussão da proposta do OGE 2019, aprovado na generalidade pelo parlamento

O risco de revisão orçamental é reforçado pela tendência de crescimento da despesa pública e pela quebra da produção angolana de petróleo, actualmente perto dos 1 milhões de barris por dia: "O preço médio de referência para o barril no OGE 2019 é de 68 dólares, O risco de uma revisão orçamental face a um eventual abaixamento do preço é muito forte",

A redução do endividamento perspectivada com OGE 2019, segundo o ministro de Estado para o Desenvolvimento Económico e Social, Manuel Nunes Júnior, na leitura da mensagem do Presidente da República à Assembleia Nacional sobre o OGE, "temos consciência de que a redução do actual 'stock' da dívida exigirá ainda 'superávits' contínuos nos orçamentos do país nos próximos anos, de modo a garantir a continuidade do processo de consolidação fiscal em curso".

Para o excedente fiscal haverá uma redução de cerca de 16% das necessidades brutas de financiamento em 2019, assim como a prevista redução para 78,5% do rácio entre o serviço da dívida e a receita de impostos, estimando-se que este valor tenha atingido a cifra de 109,5% em 2018.

VIAGENS E COMBUSTÍVEIS GASTAM MUITO

Das centenas de números de que é feita a despesa de mais este OGE, alguns saltam à vista, pelo valor e pelo simbolismo. Podemos destacar, por exemplo, os gastos com viagens e combustíveis por parte da máquina do Estado, que no próximo ano sofrem aumentos significativos, por oposição ao que tinha sucedido este ano - marcado por 'cortes' neste tipo de despesa.

Em viagens, por exemplo, a despesa orçamentada ascende a cerca de 52,6 mil milhões Kz, um aumento próximo de 35% face a 2018, ano em que o primeiro Orçamento de João Loureço fizera 'cortes' nesta rubrica, face ao último de José Eduardo dos Santos.

O aumento nos gastos com viagens não é explicado e surge em aparente contra ciclo com o que é referido na lei que aprova o OGE, com o anúncio de reduções nesta rubrica em linha com os deste ano. A ideia, recorde-se, é pôr a viajar em Executiva quem antes ia em primeira classe, e em económica quem antes voava em executiva.

A explicação, contudo, pode assentar no esforço de diplomacia económica que o Presidente da República e o Governo têm vindo a imprimir - e que se presume irá prosseguir este ano. Também a despesa em combustíveis sofre um agravamento, neste caso, ainda maior, face a 2018: o Governo estima gastar, este ano, cerca de 38,2 mil milhões Kz, face aos 23,2 mil milhões que estavam orçamentados para este ano, ou seja, um aumento de 64%. Justificação oficial? Não há.

Mais expressivo é o caso da despesa em estudos e e consultoria, que sofrera um ligeiro aumento no primeiro OGE de Lourenço, face ao último de dos Santos. Em 2019, o Estado prevê gastar quase 400 mil milhões Kz (3,5% da despesa total) neste item, mais de cinco vezes mais (433%). Uma explicação possível para este verdadeiro 'disparo' nesta despesa é a necessidade de serem feitos estudos diversos - e fiscalizações - a empresas e à própria máquina do Estado.

4.25 Cunene com baixa receita

Jornal de Angola

26 De Novembro de 2018

Texto: Adelaide Mualimusi

A Delegação das Finanças do Cunene registou, de Janeiro a Outubro, uma queda de receitas na ordem de 1,80 por cento, ao arrecadar 11.030.776.363 de kwanzas, contra os 11.236.645.132 do período

homólogo do ano passado, soube o Jornal de Angola de fonte oficial.

Deste valor, refere uma nota das Finanças, 10.167.795.931 kwanzas são provenientes de serviços aduaneiros, enquanto 862.980.432 são de impostos e emolumentos pagos por empresas e pessoas singulares.

O resultado está ainda muito distante da meta de 18.726.057.873 de kwanzas projectada para este ano, havendo uma diferença de 7.695.281.510, quando falta menos de dois meses para o fecho do ano, devido às incertezas macro-económicas registadas no país, como justifica o delegado das Finanças do Cunene, César Lucas.

O responsável das Finanças acredita, contudo, ser ainda possível vir-se a atingir a meta de arrecadação projectada, já que os meses de Novembro e Dezembro têm sido "bastante produtivos".

César Lucas sublinhou que, apesar da actual situação económica, as receitas para os cofres do Estado na província do Cunene têm conhecido melhorias nos últimos três anos, com a implementação de sistemas de modernização dos serviços, qualificação dos recursos humanos e combate à fuga ao fisco.

Contribuem para as receitas da província do Cunene a direcção aduaneira e as repartições fiscais de Ondjiva e de Xangongo.

4.26 Deputados questionam secretária de Estado do Orçamento sobre os 15 mil milhões, mas ficam sem resposta

Jornal Manchete

30 De Novembro de 2018

Os deputados à Assembleia Nacional questionaram ontem a secretária de Estado do Orçamento, Aia Eza da Silva, que representou o Ministro das Finanças, Archer Manguera, sobre as declarações do ex-presidente da República, José Eduardo dos Santos, que afirmou ter deixado 15 mil milhões de dólares no Banco Nacional de Angola em reservas internacionais líquidas.

Aia Eza da Silva não entrou em detalhes e convidou os deputados a fazer consultas junto da instituição competente.

"Os senhores deputados devem consultar os órgãos competentes sobre, o caso", resumiu.

No encontro de ontem, o ministro da Justiça e Direitos Humanos, Francisco Queirós, foi também questionado sobre o caso de cidadãos com penas de prisão vencidas, mas que continuam a cumprir pena e sobre "a constante violação de direitos humanos no País":

O ministro da Justiça disse aos deputados que deverão esse encaminhar esse assunto à Procuradoria-Geral da República e à Provedoria de Justiça.

Francisco Queirós aproveitou a oportunidade para anunciar a abertura dos Tribunais de Relação no próximo ano, nas províncias de Benguela e Luanda, garantido que cerca de 17,7 milhões de Kwanzas estão garantidos para o seu funcionamento.

"Os primeiros dois tribunais da Relação podem começar a funcionar no próximo ano, com a inclusão, na proposta de Orçamento Geral do Estado, das verbas para a construção e apetrechamento dos tribunais da Relação de Luanda e de Benguela", acrescentou.

O secretário do Estado do Interior, Hermenegildo José Félix, foi também interrogado pelos deputados sobre as obras, ligadas ao seu ministério, não acabadas em quase todo o País.

Segundo ele, com a aprovação deste orçamento, "a situação ficará resolvida para dar dignidade à corporação"

Os deputados lamentaram as péssimas condições a que os reclusos em várias cadeias do País são sujeitos.

Também as dificuldades de deslocação por que passam os administradores comunais em todo o País foram abordadas, com o Ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida, a defender que "desde 2010, ano em que a sua instituição deixou de importar as viaturas, a responsabilidade ficou com os governos provinciais".

"Já não compete ao nosso Ministério a situação das viaturas dos administradores comunais, isso é com os governos provinciais", esclareceu.

(Novo Jornal Online)

4.27 ADRA Revela que protecção social diminuiu

Novo Jornal

30 De Novembro de 2018

Texto: Borrvalho Ndomba

A Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) considera que há sete anos que o peso da Protecção Social no Orçamento Geral do Estado (OGE) tem vindo a decrescer sistematicamente.

Segundo a ONG, que na segunda-feira, 3 de Dezembro, faz o lançamento da colecção que analisa as atribuições do OGE 2018/2019 aos sectores-chave da área social, a tendência de redução prevalece. "Se em 2017 a Protecção Social representava 9,8% do orçamento do sector social, em 2018 a mesma tem um peso de apenas 6,41%", lê-se na nota de imprensa enviada ao Novo Jornal.

Na função da Protecção Social, "a maior do sector social", relata a ADRA, "verificou-se um preocupante corte em 2018, justificado pela redução da componente de protecção social não especificada".

Aquela organização da sociedade civil salienta que Angola é dos últimos países da África subsaariana a implementar um programa de transferências sociais monetárias para apoiar famílias. Mais a proposta do OGE para 2019, de acordo com a mesma instituição, "não inclui explicitamente nenhuma intervenção ou projecto referente a este tipo de transferências de bens ou renda, apesar de estas estarem previstas no PDN 2018-2022".

A Acção para o Desenvolvimento e Ambiente relata também que, a nível da Educação, "é bastante positivo o reforço do Ensino Primário em 36%, o que contraria a tendência dos anos anteriores". Mas ainda assim, reitera que não estão claras as verbas efectivamente destinadas à educação pré-escolar, especialmente no que diz respeito à educação infantil, dos 0 aos 5 anos". O evento, que vai decorrer no Memorial António Agostinho Neto, fará a apresentação aos principais decisores nacionais e organizações da sociedade civil das tendências e recomendações relativamente às alocações orçamentais para cada sector.

O trabalho desenvolvido pela ADRA, com o apoio do UNICEF, Mosaiko e OPSA, pretende, de igual modo, aumentar o conhecimento e promover o diálogo público sobre o OGE, particularmente sobre como torná-lo mais efectivo para promover o desenvolvimento social e diminuir a vulnerabilidade das crianças e famílias angolanas.

A colecção de análises do OGE 2018/2019 disponibiliza informações sobre a tendência da atribuição das verbas para os sectores-chave da área social, tais como a Saúde, a Educação, a Protecção Social, a Água e Saneamento, o Registo de Nascimento e Justiça Juvenil, a Nutrição, Segurança Alimentar e Agricultura.

4.28 Aonde vai a outra metade do orçamento para as províncias?

Jornal A República

30 De Novembro de 2018

Texto: Isidro Kangandjo

O Jornal a REPÚBLICA reporta os problemas por que passa uma das províncias, assim como outras, todas vítimas da redução orçamental aprovada na Assembleia Nacional anualmente.

O mau estado das estradas e a falta de energia eléctrica da rede pública condicionam o desenvolvimento da região norte do país. Para quem visita o Cuanza-Norte tem dificuldade de desfrutar dos encantos dos 10 municípios que constituem a província, porque as vias de comunicação estão em péssimas condições e isso tem dificultado o desenvolvimento dos municípios e das populações.

A província do Cuanza Norte possui três troços de acesso alternativos, mas torna-se quase impossível de penetrar durante a época chuvosa.

Miguel Gaspar, dirigente do município de Bolongongo, conta os transtornos por que passa, quem sonha ter uma casa condigna: "além de criar bastante constrangimento para a população local que vive quase isolada do resto da província, faz com que os preços das obras adjudicadas pela administração municipal sejam mais caras, comparativamente aos municípios com melhor acesso, tudo porque as empresas contratadas encontram inúmeras dificuldades na transportação do material para o local", frisou.

Miguel Gaspar disse ainda que tem recebido inúmeros empresários nacionais e estrangeiros que manifestam a intenção de investir na região, mas que não o fazem pelos motivos já referidos, contudo,

mostra-se confiante que tão logo seja ultrapassada a questão da energia eléctrica da rede pública e das estradas, possa haver, em simultâneo nos referidos municípios, um crescimento sustentável a julgar pelas condições que a região oferece.

Já existe um projecto para a extensão da linha de transporte de energia do sistema norte para a interligação dos municípios de Bolongongo e Banga, o que vai impulsionar o surgimento de novos projectos na agro-indústria, visando o desenvolvimento socioeconómico da região, no avanço do Sector Social. A distribuição de água potável é um dos principais problemas do município do Ngonguambo, o projecto "Água para Todos" beneficiou o município, mas pelo facto de as instituições responsáveis pelo projecto não terem buscado a opinião da administração municipal, hoje o projecto faliu e apresenta inúmeras dificuldades para o seu funcionamento.

"Por ser um projecto de âmbito central e que ainda não foi entregue à administração municipal impõe muitas dificuldades para se poder resolver o problema da distribuição da água localmente", afirma.

Samba Caju é um município que tem estado a dar passos na distribuição de energia e água potável à população. Susana Pereira Bravo, administradora municipal, fez saber que a sede municipal é abastecida em 80% pela rede pública e parte das restantes habitações são abastecidas por painéis solares enquanto se espera a extensão da rede pública. "Na altura da minha nomeação, na administração do município, foi-me orientado priorizar a conclusão das obras existentes na sede municipal, o que tornava, até certo ponto, a vila municipal em escombros".

Por outro lado, a administradora lamenta a má-fé de muitas empresas de construção às quais são adjudicadas obras e que não cumprem com os contratos, pelo que apela a interacção entre as administrações a fim de penalizá-las e não mais atribuir novas obras às mesmas.

Hednildo Lopes Teixeira, director do Gabinete de Estudo Planificação e Estatística (GEPE), fez saber que a província do Cuanza-Norte possui 132 escolas em condições precárias, 65 mil alunos por excesso nas salas de aulas e 12 mil alunos fora do sistema de ensino.

Preocupado com a situação, o Governo provincial elaborou um programa de melhoria do sector da Educação a nível da província, dando início à construção de 26 novas escolas que vão albergar cerca de 30 mil alunos. No município do Cazengo, conta, estão em construção nove escolas que servirão

para substituir todas as escolas em condições precárias. "Para o orçamento de 2019, está contemplada a construção de 52 novas escolas em toda a província, das quais 32 compreenderão 7 salas para o ensino primário e primeiro ciclo e 20 com 12 salas para o segundo ciclo", disse.

Em função do processo de transferência de competências para as administrações municipais, apresentado no dia 20 de Novembro deste ano em Benguela, Hednildo Teixeira diz que alguns projectos serão executados pelas administrações municipais. Ainda assim salienta que, no quadro do projecto "Água para Todos", estão em conclusão os projectos de distribuição de água à vila de Massangano e ao Instituto Médio Agrário do Cuanza-Norte, que vão abastecer as comunidades circunvizinhas.

HOMOLOGAÇÃO TARDIA DAS ORDENS DE SAQUE CONDICIONA MATERIALIZAÇÃO DE PROJECTOS NO CUANZA-NORTE

O grande problema que o Governo do Cuanza-Norte enfrenta tem a ver com a homologação das ordens de saque por parte do Ministério das Finanças, facto que tem condicionado a materialização e conclusão de muitos projectos da província.

Segundo o responsável do GEPE, do orçamento aprovado para a província, geralmente só chega 35 a 40 por cento de execução financeira. A título de exemplo, o orçamento do presente ano para a província é de 26 mil milhões de kwanzas, mas até aqui ainda não está a 50% de execução financeira.

A par disso, refere, a disponibilidade tardia do orçamento também condiciona, de certa forma, os projectos dos Governos provinciais, uma vez que a execução do orçamento do presente ano só começou a ser disponibilizada a partir do mês de Junho.

"Foram adjudicadas algumas empreitadas no princípio do ano, mas as obras só tiveram início no mês de Agosto a julgar pela disponibilidade financeira".

Seguindo o apelo do Ministério das finanças em racionalizar os recursos, foi priorizado o sector da Educação e os restantes já mencionados", finaliza.

Uma fonte anónima revela que as províncias como Bengo e Lunda Norte recebem apenas 20 a 25 por cento dos 100 por cento do orçamento aprovado e isso cria assimetrias regionais, atrasando assim o desenvolvimento local. "Conquanto tivemos um grupo de governantes que usavam o dinheiro público para cobrir a interrupção das suas empresas, ainda existiam ou existe outros que tiveram ou têm vontade de melhorar a sua província, mas eram (são)

bloqueados pelo Ministério das Finanças. Conforme estamos a ver a realidade do nosso país, suspeita-se também que exista província que nem se quer recebe dinheiro do Orçamento Geral do Estado", revelou.

4.29 Falta de verbas atrasa conclusão de projectos do governo

Novo Jornal

30 De Novembro de 2018

Texto: Borralho Ndomba

Responsáveis de diferentes ministérios afirmaram nesta quarta-feira, 28, que a falta de verbas está a condicionar o avanço de várias infra-estruturas que constam na agenda do governo.

As revelações foram feitas na Assembleia Nacional durante os encontros de trabalhos especializados entre os deputados e os membros do governo, no âmbito das discussões sobre a proposta do Orçamento Geral do Estado para o ano económico de 2019.

Os parlamentares questionaram aos ministros os motivos que estão por detrás dos projectos estagnados, cujos orçamentos anteriores alocavam verbas para a execução dos mesmos, infra-estruturas como hospitais, estradas, habitações, energia e água são os casos apontados.

O deputado pelo ciclo provincial do Kwando Kubango, Elias Chimuku, questionou a não alocação, na actual proposta do OGE, do orçamento para a reconstrução das vias que ligam Menongue a Katuitui, na fronteira com a Namíbia, assim como o Kuxi ao Kutato e de Mavinga ao Rivungo.

O parlamentar quis saber em que condições será observado o início dos mesmos projectos.

Elias Chimuku disse ainda que já passaram pelo Kwando Kubango três governadores e até ao momento as obras não foram executadas.

"Nesta altura em que três governadores já passaram pela província, tínhamos em carteira estes projectos. Estamos com o quarto governador e até ao momento não acontece a sua execução, o que certamente entristece a população", disse o parlamentar, reiterando que, durante as comemorações do 43.º aniversário da Independência Nacional, o governador provincial teve que usar a via da Namíbia para chegar ao local onde decorreu o acto central. "O senhor governador, coitado, no bom sentido, não tem tido formas de poder encontrar a solução para este projecto. Inclusive, o país vizinho, a Namíbia ri-se de

nós. A Namíbia, com poucos recursos, faz projectos macro. E nós, com imensos recursos, não fizemos absolutamente nada", lamentou o deputado. As preocupações levantadas pelos parlamentares são as mesmas.

Porém, a justificação apresentada pelo governo foi a falta de recursos financeiros. segundo o ministro da Construção e Obras Públicas, Manuel Tavares de Almeida, o problema de falta de verbas abrange todos os sectores.

O governante diz que os projectos que não têm financiamentos assegurados "estão na lista de espera. Aqueles projectos que são as grandes preocupações dos deputados que não constam no nosso orçamento com valores considerados estão aí inscritos justamente à espera de oportunidade de quando o Ministério das Finanças conseguir os financiamentos que podem chegar a qualquer momento, e nós já os temos inscritos", disse Manuel Tavares de Almeida.

Sobre as inquietações relacionadas com o sector da Saúde, a titular da pasta, Sílvia Lutucuta, também apontou a falta de verbas como sendo o factor da paralisação de vários projectos.

As dificuldades financeiras, para além de impedirem a construção de infra-estruturas hospitalares, segundo a ministra, também condicionam a contratação de quadros para alguns hospitais como o da Barra do Dande, no Bengo. "Não vamos fazer tudo com o concurso público porque não temos recursos financeiros suficientes", garantiu.

4.30 As dívidas públicas devem ser encaradas com muita cautela

Jornal Expansão

30 De Novembro de 2018

Texto: Alves da Rocha

As dívidas públicas são um assunto muito sério na gestão macroeconómica de qualquer país e não podem, nem devem, ser encaradas de ânimo leve e podem ter com o crescimento económico uma relação de amor/ódio. Existem ferramentas económicas e econométricas que ajudam a estabelecer os limites de endividamento de cada país, bem assim como a sua sustentabilidade. Não se pode, nem deve abordar esta variável macroeconómica ignorando os seus efeitos adversos, sobretudo a médio e longo prazo. No contexto da Teoria Económica são erradas e desprovidas de comprovação e validade científicas afirmações de que as dívidas são necessariamente amigas do crescimento económico ("grandes potências são grandes

devedoras e desenvolvem-se com dinheiro que lhes é emprestado", opinião do Chefe de Estado angolano na recente visita a Portugal).

As classes políticas têm obrigação de, a este respeito, deterem uma atitude estratégica e pensar no que as dívidas públicas podem significar sobre a capacidade de crescimento das economias. Da qual, de resto, depende a sustentabilidade desses endividamentos, num autêntico círculo que tanto pode ser vicioso, quanto virtuoso.

E a economia angolana está a crescer pouco, bastante aquém do seu produto potencial e abaixo da taxa de crescimento demográfico (daí, mas também devido a outros factores, a elevada taxa de desemprego). Dois factos (taxa de crescimento económico de baixa intensidade e de crescimento demográfico de sentido contrário) que podem dificultar a recuperação do PIB para níveis mais abrasadores e contribuir para gerar expectativas negativas sobre a real e efectiva capacidade de ressarcimento, factor de afastamento do investimento privado estrangeiro e de subida das taxas de juro nos mercados financeiros internacionais.

Conhecem-se as teorias sobre endividamento dos países, dos seus limites e da sua sustentabilidade e que no fundo convergem para uma máxima, "os países e os seus agentes económicos não devem viver acima das suas possibilidades". É o que pode vir a acontecer se esta nossa apetência de endividamento não se contiver e a corrida aos empréstimos, internos e externos, continuar a efectivar-se sem critério e estudos de avaliação, ou seja, sem se saber da capacidade de geração de retornos económicos e financeiros suficientes para o pagamento dos respectivos serviços.

Incluo neste receio as linhas de crédito, a pior maneira de criar dívida pública externa, porque está associada a uma série de defeitos e perversidades, de onde destaco: representa a exportação de desemprego pelos países que as concedem, trazem em seu bojo uma concorrência desleal face às empresas nacionais, servem de apoio ao crescimento das economias concedentes - as receptoras podem até experimentar períodos de contracção do seu crescimento pela influência negativa das importações (nomeadamente de bens de consumo final) provenientes desses países - aumento do consumo de bens finais culturalmente desajustados (alteração da escala de preferências dos consumidores nacionais), desincentivo à substituição de importações nos casos de as linhas de crédito serem concedidas às empresas desses países a taxas de juro baixas, não correspondem à entrada de dinheiro fresco para alimentar o nosso sistema bancário (todas as linhas de crédito representam afinal meras operações contabilísticas, registadas nos

países concedentes), etc. No final do dia, o País tem de ressarcir este tipo de dívidas. Aquando da permanência do primeiro-ministro português em Angola, em Setembro do corrente ano, foi claramente dito que Portugal iria reforçar a linha de crédito para Angola em 500 milhões EUR para apoiar as exportações portuguesas para o nosso País.

Algumas justificações oficiais têm ido no sentido de que estes empréstimos portadores de dívida pública externa são necessários para se cumprir o programa de investimentos públicos, num montante extremamente (quicá exageradamente?) elevado e numa circunstância de à economia nacional faltarem argumento e capacidade para gerar crescimento económico propiciado r de aumento das receitas fiscais do Estado. Não pode ser o investimento público - sempre com uma componente política muito forte (continuo a não entender, enquanto não me for demonstrado o contrário, a utilidade da construção do Centro Administrativo e a duvidar que a produtividade da Administração Pública melhore por esta via; ao contrário, facilmente demonstrável, é o incremento da eficiência da economia nacional se forem completadas as estradas que ruíram ou estão em mau estado de servir o País e a sua economia) - a condicionar a contracção de dívida pública, especialmente quando se não elaboram estudos comprovantes da sua utilidade, eficiência e eficácia. A lógica tem de ser precisamente a contrária: a capacidade e possibilidade de endividamento é que devem condicionar o programa de investimento público, devidamente avaliado.

Quanto à dívida pública interna igualmente aparecem efeitos nefastos aconselhadores de prudência no afã de a aumentar. São os conhecidos efeitos de evicção ("crowding out"). O Estado não é o único agente económico e pretende-se que deixe de o ser rapidamente, dando lugar à economia privada, cujos agentes necessitam de crédito abundante e a baixo custo. Quando as dívidas públicas internas aumentam mais do que o teoricamente recomendável acabam por exercer uma concorrência desleal face ao sector privado, contribuindo para a rarefação de financiamentos e a subida das taxas de juro. Se a isto se juntarem os conhecidos custos de contexto, facilmente se entenderá a dificuldade de, até 2022, a economia nacional crescer a uma taxa média anual de 3% (este é o meu ponto de vista, baseado na série de constrangimentos existentes, na queda do preço do barril de petróleo - suporte fundamental das receitas fiscais do Estado e atenuante de incremento de dívida pública - e numa desconfiança ainda presente sobre a real capacidade de Angola atacar, com sucesso, a crise financeira, económica e social e erradicar ameaças, ainda que veladas, à estabilidade política).

Se porventura ocorrer mais uma recessão económica em 2018 (as Contas Trimestrais do INE apontam para -4,7% no I Trimestre e -7,4% no segundo e o Relatório de Fundamentação do OGE 2019 para -1,1% de variação real total), então a taxa de 3% pode reduzir-se para 1,9%, admitindo que as taxas previstas no PDN 2018-2022 aconteçam para 2019 até 2022. Neste contexto, será, portanto, difícil acreditar que uma parte da solução para a retoma do crescimento económico passe pelo aumento da dívida pública.

Os documentos oficiais garantem que a dívida pública representa actualmente 70,5% do PIB (Relatório de Fundamentação do OGE 2019), ou seja, 88,8 mil milhões USD e a dívida governamental cerca de 84 mil milhões USD (incluída na primeira) a respectivo serviço representa uma punção muito expressiva do valor da actividade económica anual (sem petróleo), em recessão desde 2016 de acordo com informações das Contas Nacionais e mesmo do Ministério da Economia e Planeamento.

A China é o principal credor de Angola, com uma dívida total de 23,5 mil milhões USD, valores referentes a 2017. Adicionando os 6 mil milhões USD referidos pelo Presidente da República respeitantes a contratos assinados durante a sua recente visita a este país, ter-se-á um montante de 31,1 mil milhões USD, mais de 58% do montante total da dívida pública.

Mesmo sem mais ou outras considerações, a dívida pública actual é um fardo para a economia, as empresas, as famílias e os cidadãos, que vão ser obrigados a pagar mais impostos para que o Estado se ressarcia destes compromentimentos e compromissos assumidos em nome da economia nacional. Se as garantias reais continuarem a ser dadas pelo petróleo - o Presidente já disse que este tipo de procedimento vai ter de passar a ser passado - então dentro de algum tempo as receitas em divisas deixarão de existir, pelo menos enquanto o País não apresentar outros argumentos para a sua substituição por outras exportações.

Alternativas: investimento privado estrangeiro, gestão rigorosa da dívida pública actual, avaliação criteriosa dos investimentos públicos, crescimento vigoroso do PIE não petrolífero (o Relatório de Fundamentação do OGE 2019 prevê 1% para o corrente ano e o PDN uma taxa média anual de 5% até 2022, podendo baixar para 4,8% se se confirmar o valor para 2018 1), controlo orçamental exigente e austero (deverão existir cortes nas despesas de funcionamento do Estado que não sejam fundamentais para o seu funcionamento eficiente) e criação de poupança

pública pela maior transparência e eliminação dos focos de desvio de dinheiros públicos.

1) Ainda assim, as previsões do PDN para o não petrolífero parecem muito mecanizadas (sempre a aumentar até 2022) e de certo modo compensadoras da quebra do crescimento do petróleo, para que o PIB global cresça às taxas estabelecidas.

Alves da Rocha escreve quinzenalmente

4.31 Recomendações para o OGE 2019 em sectores-chave

Jornal Expansão

30 De Novembro de 2018

Texto: ADRA

SAÚDE: sendo especialmente positivo o aumento muito significativo do orçamento para o sector, permanece como causa de grande preocupação o corte observado ao nível do Programa de Melhorias da Saúde Materno-Infantil em 34%. É importante lembrar que, segundo o INE, a mortalidade neonatal foi estimada em 24 mortes por cada 1.000 nados vivos, número estagnado há quase uma década. É indispensável reforçar a dotação financeira dos programas nesta área.

EDUCAÇÃO: o orçamento, excluindo a dívida pública, para o sector decresceu de 12,12%, em 2018, para 11,26% em 2019. Tal corresponde a um aumento real de 3%, o que é insuficiente. A meta acordada em Dakar para a Educação (20% do Orçamento Geral do Estado) está ainda muito longe de ser alcançada nesta proposta de OGE para 2019. É importante frisar que o PDN 2018-2022 definiu que, em 2019, o sector da Educação deveria receber 15% do OGE. Para cumprir esta meta, o Estado deveria investir 220 mil milhões Kz adicionais no sector.

JUS11ÇA E REGISTO: constata-se que o Programa de Massificação do Registo teve um reforço importante, que corresponde a 4,65% do orçamento destinado ao Ministério da Justiça e Direitos Humanos. No entanto, tendo em consideração que, segundo o Censo de 2014, 53% da população nacional e 25% das crianças com idade inferior a 5 anos não tem registo de nascimento, constata-se que este aumento para o Programa permanece muito aquém das necessidades. Neste sentido, considera-se crucial triplicar o orçamento para o programa.

SANEAMENTO BÁSICO E HIGIENE: o sector inclui ainda a gestão de água e resíduos, na proposta para 2019, este sector mereceu um reforço de 50%.

Apesar de positivo, este aumento é insuficiente. Na prática, significa um orçamento total de 11.797.751.995,09 Kz (38 milhões USD), o que implica cerca de 620 milhões Kz (2 milhões USD) por província e 465,70 Kz (1,5 USD) por cidadão. Aumento também não parece contemplar de modo adequado as assimetrias entre o urbano e o rural.

PROTECÇÃO SOCIAL: é preocupante verificar que a proposta de OGE para 2019 inclui um corte de 20% nas transferências sociais. Ao mesmo tempo, observa-se um aumento de quase 4 vezes da protecção social não-especificada para o Ministério dos Antigos Combatentes e Veteranos da Pátria. Além deste grupo, é importante direccionar recursos para outros grupos vulneráveis também, como é o caso das crianças, pessoas com deficiência e idosos sem apoio familiar.

AGRICULTURA: o sector primário, especialmente ao nível da agricultura familiar, representa a principal fonte de alimento, ocupação e rendimento das famílias angolanas, é de referir que a dotação orçamental prevista para o sector agrícola em 2019 aumenta 6 vezes em relação a 2018, passando a representar cerca de 1,75% do total da despesa. Este grande aumento deve ser objecto de monitoria regular pelos órgãos competentes, bem como pela sociedade civil.

4.32 OGE 2019: o início de um novo ciclo?

Jornal Expansão

30 De Novembro de 2018

Texto: ADRA

A colecção de análises às atribuições do Orçamento Geral de Estado (OGE) 2018-2019, um trabalho desenvolvido pela Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) e os seus parceiros desde 2016, disponibiliza informações sobre a tendência da atribuição das verbas para os sectores-chave da área social, tais como a Saúde, a Educação, a Protecção Social, a Água e Saneamento, o Registo de Nascimento e Justiça Juvenil, e Nutrição, Segurança Alimentar e Agricultura. Fazem ainda parte deste trabalho uma Análise sobre a Proposta do Orçamento Geral de Estado para 2019 e uma Nota sobre as atribuições aos níveis municipais.

O OGE 2019 foi o primeiro orçamento elaborado pelo actual Executivo e ficou marcado pelo envolvimento da sociedade civil que, através de diferentes processos de consulta, antes da sua submissão à Assembleia Nacional e aprovação na

generalidade, foi incluída na discussão nacional de Finanças Públicas.

A Análise da Proposta do OGE para 2019 destaca, entre outros aspectos, que foram feitos importantes reforços financeiros para o sector social e também para o sector primário da economia (agricultura, mineração, pecuária, pesca e caça).

Estes reforços, como o realizado na Saúde (aumento global de 93% e investimento muito substancial em programas-chave relativos à nutrição e vacinação) e na Agricultura (aumento global de 404%) devem ser objecto de monitorização regular pela Assembleia Nacional. Tal só poderá ser assegurado através de mecanismos que acompanhem a execução do orçamento nestas áreas, analisando a eficiência do investimento público realizado e o seu impacto na melhoria das condições de vida das populações e na realização dos seus direitos. (VER GRÁFICO 1)

Ao nível da Educação é bastante positivo o reforço do Ensino Primário em 36%, o que contraria a tendência dos anos anteriores. Contudo, não estão claras as verbas efectivamente destinadas para a Educação pré-escolar, especialmente no que diz respeito à Educação Infantil, dos 0 aos 5 anos. (VER GRÁFICO 2).

Na função da Protecção Social, a maior do sector social, verificou-se um preocupante corte em 2018, justificado pela redução da componente de "protecção social não-especificada". O peso da Protecção Social no OGE tem vindo sistematicamente a decrescer desde 2011. Esta tendência prevalece: se em 2017 a Protecção Social representava 9,8% do orçamento do sector social, em 2018, a mesma tem um peso apenas de 6,41%. (VER GRÁFICO 3)

Saliente-se que Angola é dos últimos países da África subsaariana a implementar um programa de transferências sociais monetárias para apoiar famílias. A proposta de OGE para 2019 não inclui explicitamente nenhuma intervenção ou projecto referente a este tipo de transferências de bens ou renda - apesar de estas estarem previstas no PDN 2018-2022.

De um modo geral, a Análise ao OGE 2018-2019 vem reforçar a necessidade de promover a integração estratégica de orçamentos-chave, como a Agricultura e a Nutrição, por exemplo, visando obter uma maior eficiência e um maior impacto no bem-estar das crianças e suas famílias, particularmente as mais vulneráveis.

Estas análises enquadram-se no trabalho contínuo que a ADRA, em parceria com o UNICEF, a Mosaiko e o Observatório Político e Social de Angola (OPSA), têm vindo a desenvolver com o Governo e Sociedade Civil, de forma a assegurar a eficiência e transparência nos investimentos sociais, tornando os processos mais inclusivos e participativos.

OGE 2018: um ano de grandes desafios

A inflação registada nos últimos anos foi tão forte que o poder de compra dos cidadãos angolanos, em 2018, é menos de um terço do de 2014. Ao mesmo tempo que a inflação disparou (uma consequência da baixa do preço do petróleo e da falta de acesso a divisas por motivos de compliance e sustentabilidade do sistema financeiro angolano), a dívida pública representou uma enorme fatia das despesas do Estado durante 2018. (VER TABELA 4)

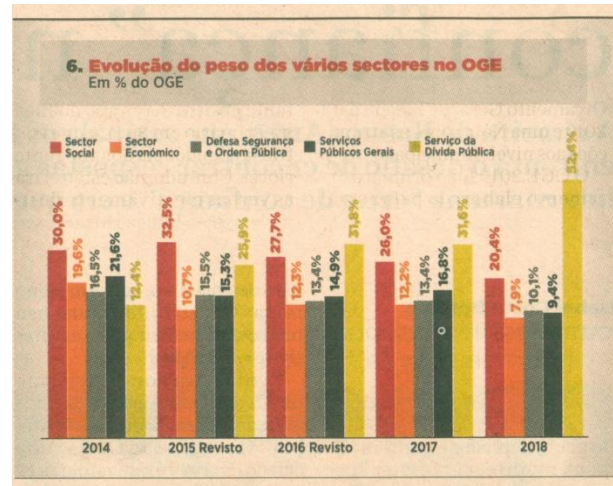
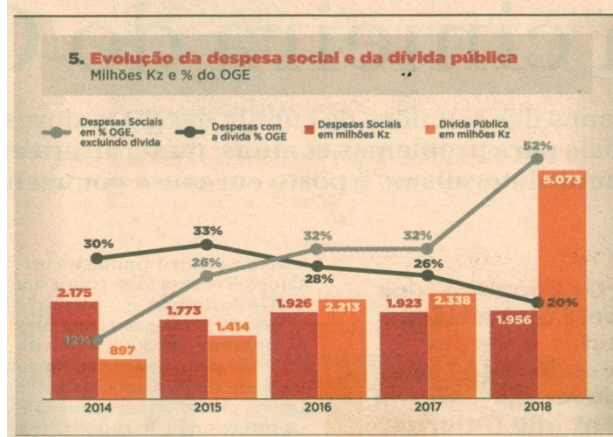
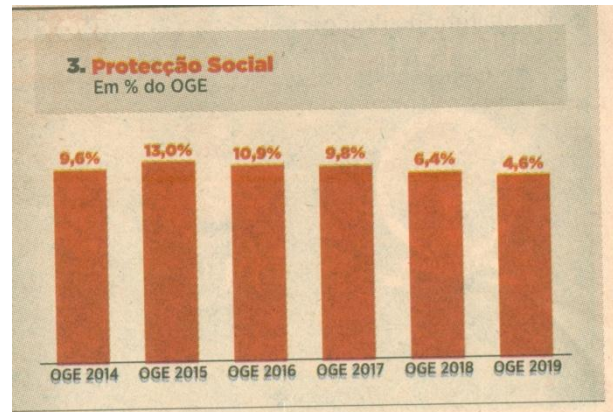
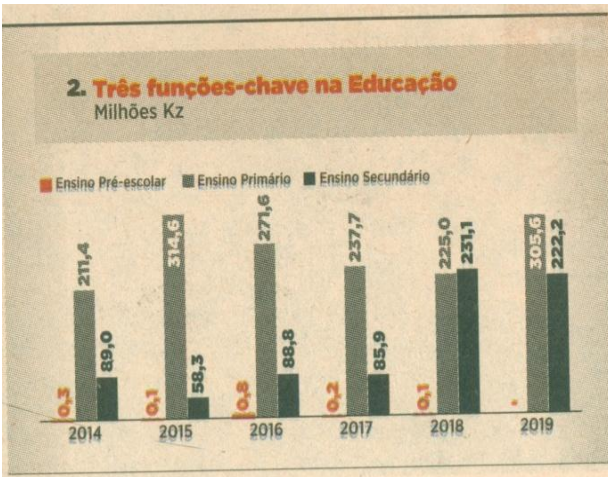
Se tomarmos em consideração os dados relativos à Despesa por Natureza Económica no OGE de 2018, verifica-se que a amortização da dívida exerce uma significativa pressão sobre os recursos públicos disponíveis (42,88% do OGE). O esforço exigido pela dívida implica que o Estado gasta com o serviço da dívida mais do que o dobro do montante total dedicado ao sector social.

Consequentemente, os sectores sociais sofreram enormes cortes quando se considera a dotação real. Por esta razão, seria importante considerar o aumento das alocações aos sectores sociais críticos, os quais são muito sensíveis à inflação, como é o caso daqueles que dependem da importação de bens do estrangeiro ou dos salários dos funcionários públicos - o Executivo já anunciou uma actualização salarial a partir de Janeiro de 2019. (VER GRÁFICO 5)

A desaceleração real do investimento no sector social verificada nos últimos anos coloca a questão premente de como responder às necessidades de uma população em franco crescimento. Recorde-se que Angola tem uma das taxas de crescimento demográfico mais elevadas de África, com um aumento anual na ordem de 3,3%, e com uma taxa de fecundidade de 6,2. Espera-se que a população nacional, em 2030, ascenda a 41.777.194 habitantes, dos quais 16.875.792 terão idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos. É urgente assegurar um forte investimento na saúde e educação das crianças, adolescentes e jovens. Esta é uma prioridade para o presente, dado que a criança, o adolescente e o jovem são sujeitos de direito hoje e também para o futuro. (VER GRÁFICO 6)

O Programa de Combate à Pobreza deverá estar integralmente ligado à municipalização da acção social, iniciada em Junho de 2018, e de acordo com o desígnio da descentralização e da orçamentação dos municípios. É necessário assegurar que as administrações municipais têm conhecimento de como usar os seus recursos descentralizados em prol das necessidades reais dos seus cidadãos. Para isso, os municípios deverão ser apoiados tecnicamente na área de planeamento e administração financeira pelo nível central.

No Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022, o Governo comprometeu-se a investir, até 2022, 15% do OGE no sector da Saúde e 20% na Educação, em linha com os seus compromissos internacionais. Ao mesmo tempo, o cálculo do peso destes sectores feito pelo Governo não inclui a despesa com a dívida. Ou seja, calcula, por exemplo, 15% da Saúde depois de deduzir as despesas com a dívida do total do OGE. Para assegurar mais transparência, seria interessante calcular o peso relativo do sector social como parte do OGE incluindo as despesas com a dívida pública no total.



4.33 Revisão do Orçamento Geral do Estado 2019 à espera de reunião da OPEP

Jornal Expansão

30 De Novembro de 2018

Texto: Nelson Francisco Sul

A revisão da proposta do Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2019 estará dependente das conclusões a sair de uma reunião da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP), que terá lugar no dia 6 de Dezembro, em Viena, tendo em cima da mesa a previsível redução da produção petrolífera dos países da OPEP e não-OPEP. Esta informação foi avançada esta semana pelo secretário de Estado para os Petróleos, Paulino Jerónimo, à margem da discussão do orçamento que decorre nas comissões de especialidades no Parlamento. O objectivo é claro: uma redução na produção por parte dos países que fazem parte deste grupo, no qual Angola está inserido, deverá catapultar novamente o preço do barril de petróleo nos mercados internacionais, depois de já este ano ter estado próximo dos 90 USD.

"O preço do barril de petróleo tem estado a oscilar, nunca temos um preço em definitivo. O OGE (para 2019) foi projectado com base num preço de referência de 68 USD, e isso porquê? Porque todas as empresas que fazem avaliação do preço indicavam que o petróleo estaria no mínimo a 70 USD, incluindo o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o BM (Banco Mundial)", explicou o governante.

Angola é actualmente o segundo maior produtor de petróleo do continente africano, sendo esta a sua principal fonte de receitas.

Entretanto, as declarações de Paulino Jerónimo surgem numa altura em que a presidente da Comissão de Economia e Finanças da Assembleia Nacional, Ruth Mendes, manifestou "uma preocupação geral" dos deputados em relação às constantes descidas no preço do Brent, para preços bem abaixo dos 68 USD previstos no OGE.

Na sessão de segunda-feira, dia 26, que juntou deputados e a equipa económica do Governo, o ministro de Estado para o Desenvolvimento Económico e Social, Manuel Nunes Júnior, empurrou para quinta-feira da próxima semana esclarecimentos sobre a matéria, precisamente o dia em que se realiza a reunião dos produtores de petróleo.

A alteração do valor do barril de petróleo na proposta do Orçamento Geral do Estado para 2019 já tinha sido defendido por especialistas consultados pelo Expansão.

Entregue a "Casa das Leis" no dia 31 de Outubro, caso venha ser executada tal como foi elaborada, a proposta de OGE 2019 quebra a tradição de gastar mais dinheiro com os quartéis do que com as escolas e hospitais. De acordo com o cronograma da discussão do documento (ver quadro ao lado), a que o Expansão teve acesso, a votação global do OGE está prevista para 13 de Dezembro.

EUA rasga acordo

A pressão do presidente dos EUA, Donald Trump, para que a OPEP tomasse medidas para colocar mais petróleo no mercado, ganhou intensidade quando a cotação do petróleo era negociada acima dos 80 USD nos principais mercados mundiais, como Londres e Nova Iorque. O objectivo era provocar a descida dos preços nos mercados internacionais.

Apesar de ter assinado o pacto para redução da produção petrolífera com a OPEP, Trump "rasgou" o acordo, permitindo, desta forma, que uma série de países (como a Índia, China, Japão e a Turquia) continue a comprar petróleo ao Irão, que enfrenta várias sanções económicas impostas pelos EUA, Reino Unido, França e Alemanha, devido ao seu alegado programa nuclear.

4.34 Governo abre a caça às dívidas ocultas por imposição do FMI

Jornal Expansão

30 De Novembro de 2018

Texto: Joaquim José Reis e Nelson Francisco Sul

Entidades nacionais e estrangeiras como bancos ou outras instituições financeiras que beneficiaram de garantias soberanas sobre créditos concedidos a empresas angolanas, em especial públicas, têm até 31 de Janeiro de 2019 para fazer prova ao Estado sobre a existência dessas garantias, de acordo com um Decreto Executivo do Ministério das Finanças (MinFin) publicado em Diário da República, que o Governo diz ser uma imposição do Fundo Monetário Internacional (FMI).

"A publicação do despacho obedece a um procedimento em função do programa do FMI. Não significa que o Governo desconheça as garantias

emitidas nos últimos anos. Este despacho é um pressuposto do programa. O Governo tem o controlo de todas as garantias que foram emitidas e não foi detectada nenhuma garantia não válida", adiantou ao Expansão fonte do Executivo.

O objectivo do FMI será evitar surpresas e garantir que não existem dívidas ocultas numa altura em que a instituição sediada em Washington se prepara para aprovar o programa com financiamento (Extended Fund Facility) a três anos solicitado pelo Governo. É que as garantias soberanas fazem parte da dívida indirecta do Estado, de acordo com a Lei n.º 1/14 de 6 de Fevereiro sobre o regime jurídico de emissão e gestão da dívida pública directa e indirecta do Estado, e contam "para efeitos de análise da sustentabilidade da dívida do sector público administrativo" (artigo 3, n.º7).

A consequência para as entidades que não apresentarem as provas no prazo indicado será "a não contabilização da Garantia no volume de dívida pública indirecta", ou seja, esse crédito deixa de fazer parte daquilo que a Lei n.º 1/14 define como "conjunto de garantias emitidas em que qualquer entidade do sector público administrativo responde subsidiariamente pelas dívidas de terceiros". O Expansão solicitou esclarecimentos ao Ministério das Finanças para apurar se, na prática, essa consequência significaria a retirada da garantia soberana, à semelhança, por exemplo, do que aconteceu com o caso BESA, num procedimento em que o Estado deixa de ser fiador sobre um crédito, o que trará sempre consequências ao nível da reputação internacional, mas não obteve resposta até ao fecho de edição.

As entidades devem remeter à Unidade de Gestão da Dívida Pública do Ministério das Finanças uma cópia da garantia soberana, o contrato de empréstimo/financiamento e respectivas adendas, caso existam, bem como o plano do financiamento e grau de execução do crédito, entre outros documentos. No despacho, o MinFin, sublinha que as informações remetidas "estão sujeitas à auditoria independente e ao procedimento de certificação de dívida em vigor" e que a "apresentação de documentos ou informações falsas é passível de responsabilização civil, financeira e criminal."

Quanto valem as garantias soberanas?

Garantias soberanas são as "cartas e instrumentos de garantia soberana válida e legalmente autorizadas e emitidas pelo Estado, através do Ministério das Finanças.

Em termos simples, estamos perante uma garantia soberana quando um órgão de soberania é avalista ou fiador de pessoa singular .ou colectiva numa operação de crédito. Como o Estado não é o devedor efectivo, as garantias não entram na dívida directa do Estado. Mas como o Estado responde subsidiariamente - se o devedor não pagar, paga o Estado - as garantias são dívida indirecta.

A única informação pública sobre garantias soberanas realmente emitidas pelo Estado angolano remonta ao ano de 2015, com a publicação da Conta Geral do Estado daquele ano, sendo possível apurar que as garantias públicas eram, na altura, de 23,4 mil milhões Kz e também 133 milhões USD, num total de 10 garantias soberanas emitidas.

De lá para cá, uma pesquisa não exaustiva do Diário da República (DR) feita pelo Expansão revela que em 2016 o PR autorizou garantias no valor de 995 milhões USD, um terço dos quais para uma garantia sobre crédito do BPC no Banco Africano de Desenvolvimento (BAD), ou 260 milhões para entidades bancárias que financiaram a Angola Cables. Ainda assim, o valor das garantias programadas é inferior ao máximo das autorizações previstas no OGE daquele ano, 700 mil milhões Kz, à data equivalente a 4,4 mil milhões USD.

Já em 2017, uma autorização do então PR Eduardo dos Santos para garantia soberana para permitir o financiamento do Porto do Dande (concurso entretanto cancelado por João Lourenço), no valor de 1.500 milhões USD, fez disparar para o dobro o montante de garantias soberanas programadas face ao ano anterior. Destaque ainda para duas autorizações para garantir créditos para a AGT, no âmbito da implementação de dois sistemas informáticos, o SIAT, com um valor de 180 milhões USD, e o SIGT, no valor de 240 milhões USD.

Sem provas, atrasados do Estado caem

Num outro Decreto Executivo publicado esta semana, n.º 507/18, o Ministério das Finanças estabelece igualmente como deadline 31 de Janeiro para que as entidades credoras do Estado reclamem sobre dívida interna atrasada relativa aos exercícios económicos de 2013 a 2017.

A falta de apresentação da reclamação dentro do período estabelecido no documento "desonera o estado de qualquer obrigação para com os credores", acrescenta o documento, redigido no sentido de "assegurar a sustentabilidade da dívida pública".

As reclamações devem ser acompanhadas de documentos certificativos como os contratos

públicos, facturas, termos de entrega de bens e serviços, autos de medição, quando necessários, bem como notas de cabimentação e outros documentos relevantes.

Estes documentos devem ser apresentados junto das Unidades Orçamentais que tenham contraído as dívidas, para o devido tratamento, estando todas as reclamações sujeitas a auditoria independente e ao procedimento de certificação de dívida em vigor.

A "apresentação de documentos ou informações falsas é passível de responsabilização civil, financeira e criminal", refere o decreto.

5. GOVERNAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO E CIDADANIA

5.1 A desburocratização

Jornal de Angola

1 De Novembro de 2018

A racionalização dos recursos disponíveis e a redução da burocracia para a realização eficiente, oportuna e em tempo útil, das necessidades dos cidadãos, das famílias e das empresas deve ser uma marca da governação e administração. Esta ideia ficou clara na cerimónia de transferência de algumas competências de dez ministérios para os governos provinciais, recentemente ocorrida em Luanda.

Ao longo de vários anos, assistimos ao nível da governação das províncias o que podemos chamar de dispersão de esforços e algumas vezes a usurpação de competências. Essa realidade, em que as atribuições de um determinado ministério relativas a tarefas que em condições normais ficariam melhor sob a alçada do governo provincial ou até mesmo da administração municipal, cede agora lugar a um contexto novo.

Não fazia sentido que determinadas empreitadas, cuja orientação local garantiria celeridade, ficassem dependentes de diligências e decisões saídas de gabinetes ministeriais em Luanda. E com isso não se pretende fazer a apologia de um esvaziamento das atribuições e funções dos ministérios a favor dos governos provinciais e administrações municipais, mas destacar o lado oportuno e justo desta importante iniciativa do Executivo.

Precisamos de recuperar o tempo perdido com a burocracia na resposta que as administrações devem proporcionar às preocupações e solicitações das populações. Trata-se fundamentalmente de ensaiar um novo paradigma, consubstanciado na descentralização e desconcentração que algumas estruturas governamentais centrais a favor das locais. Esperamos que esta nova realidade garanta maior proximidade, celeridade, eficiência e melhoria da relação entre governantes e população. Atendendo à exposição a que estarão os detentores de cargos públicos, ao nível dos governos provinciais e administrações municipais, é recomendável que os mesmos sejam os primeiros a dar prova de transparência, competência e capacidade.

Com a transferência de algumas competências de dez ministérios para os governos provinciais e administrações municipais, vai aumentar o escrutínio popular às acções dos governadores e administradores. Esperemos todos que estas entidades tenham em linha de conta o presente momento de ruptura que toda a sociedade pretende fazer contra as más práticas, o descaminho dos fundos públicos, o abuso do poder, o tráfico de influências e o nepotismo. É normal que as atenções se voltem agora para os governos provinciais e administrações municipais porque, como soe dizer-se, a vida começa nas autarquias e é nelas onde se verifica a maior demanda por serviços básicos. Desde as vias de comunicação, passando pelas estações de captação e tratamento de água, bem como energia eléctrica, recolha de lixo, entre outras necessidades, vai ser exigente o desempenho dos governadores e administradores.

5.2 Transferência de poder deve otimizar gestão

Novo Jornal

1 De Novembro de 2018

Texto: António Gaspar

O director nacional da Administração Local do Estado do Ministério da Administração do Território e Reforma do Estado (MAT), Belisário Alexandre dos Santos, afirmou esta semana que a transferência de competências dos sectores centrais para os governos provinciais é decorrente do decreto presidencial 20/18, que estabelece o regime de deimitação que os ministérios executavam directamente sem a coordenação dos órgãos locais.

Num encontro realizado pela Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA) sobre as comunidades participativas e desenvolvimento garantido, que serviu para trocar ideias e experiências de boas práticas a nível das sociedades, Belisário Alexandre dos Santos referiu que o decreto adoptado pelo executivo vem de certa forma reforçar a ideia da importância que os governos provinciais e os municípios têm na promoção do desenvolvimento local com abrangência e, conseqüentemente, com a participação dos cidadãos.

"A primeira implicação directa dessa transferência de competências e funções é de criar, à partida, uma aproximação dos cidadãos junto dos governos provinciais, assim como das administrações municipais. Essa harmonização não pode ser apenas física, tem de ser a todos os níveis de relação", disse o dirigente.

O responsável por aquela área governamental reconhece que será um caminho "longo" a percorrer, uma vez que o processo de transferência de competências foi rigorosamente um processo político investido de muitas relutâncias.

"O centro nunca esteve preparado para largar competências para os níveis mais baixos e, por isso, é que esse processo de desconcentração e descentralização de poder são acima de tudo mais políticos do que propriamente administrativos, embora seja para a melhoria da prestação dos serviços públicos aos cidadãos na definição das propriedades e tomadas de decisões sobre os projectos e programas que têm a ver directamente consigo", salientou.

Belisário Alexandre dos Santos explicou que devemos, por outro lado, olhar para esse processo como sendo natural e vantajoso para o crescimento autónomo dos órgãos locais do Estado angolano.

"Com esse processo, os governos provinciais e as próprias administrações tratarão de forma mais directa, eficiente e eficaz muitos dos problemas que às vezes eram tratados a nível central. Em determinadas contratações, os serviços eram feitos a nível de Luanda (governo central) mas que tinham, por sua vez, incidências a nível municipal", explicou o responsável da direcção nacional da Administração Local do Estado, dando exemplo dos alvarás comerciais que dependem, até ao momento, das decisões provenientes do governo central.

Por último, o dirigente salientou que a transferência dos órgãos centrais para os agentes locais implica também a transferência de recursos financeiros. "Não haverá processo de transferência de funções, responsabilidades e competências por parte dos governos provinciais sem os devidos recursos financeiros", garantiu.

Recorde-se que no dia 20 de Novembro de 2018 na província de Benguela, o governo vai proceder oficialmente à transferência de competências para a administração local, até agora à sua responsabilidade, reforçando a autonomia desta.

Administrador aplaude iniciativa Durante o encontro, o administrador de Cacusso, na província de Malanje, Caetano da Rita Tinta, considerou a decisão do Presidente da República de "louvável" pelo facto de ter implementado um despacho sobre a transferência de poderes que, ao fim e ao cabo, só trará benefícios para o país.

"O que está a acontecer no nosso país é um ensaio de governação que há muito se desejava", regozijou-se.

5.3 Responsável da ADRA satisfeito com participação

Novo Jornal

1 De Novembro de 2018

Texto: António Gaspar

O director-geral da Acção para o Desenvolvimento Rural e Ambiente (ADRA), Belarmino Jelembe, fez um balanço positivo do XIX encontro nacional das comunidades, salientando que a realização da actividade representou o culminar de um processo que envolveu cerca de 200 pessoas de diferentes partes do país, que tiveram a oportunidade de expor as suas ideias quanto ao Orçamento do Estado (OE) e o decreto presidencial sobre a transferência do poder central para os governos provinciais e, conseqüentemente, para as administrações.

O acto de abertura do certame foi feito pelo Secretário de Estado da Acção Social. Lúcio do Amaral, onde na ocasião referiu que o desenvolvimento sustentável das comunidades "continua a merecer uma atenção especial por parte do executivo Angolano", e as comunidades são chamadas a estar activas no processo de desenvolvimento social.

5.4 Transferências de poder central para local são para MPLA instalar os seus autarcas, UNITA

Jornal A República

2 De Novembro de 2018

O líder da UNITA, maior partido da oposição angolana, considerou em Outubro deste ano, transferência do poder central para as províncias uma forma de o MPLA, partido no poder, instalar os seus candidatos a autarcas nas primeiras eleições autárquicas de 2020.

Segundo o comunicado final das VII Jornadas Parlamentares da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), que terminaram hoje, em Ndalatando, no Cuanza Norte, Isaiás Samakuva salientou ser esse o principal objectivo do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).

"O objectivo do MPLA com processo actual de desconcentração do poder central para o local, é instalar os seus candidatos a autarcas" e, com isso, fazer campanha eleitoral com os meios do Estado, lê-se no documento final dos trabalhos, que decorreram sob o lema "Contra a Corrupção e Desigualdades

Sociais em Defesa da Cidadania Inclusiva a Participativa"

Segunda-feira, o Governo angolano formalizou a transferência de competências de 11 ministérios para os governos provinciais, com o intuito de reduzir o tempo de resposta da administração pública às solicitações dos cidadãos.

Com a medida, o Governo angolano sublinhou querer reforçar a desconcentração de competências, transferindo, de forma gradual, tarefas, serviços, programas ou projectos dos órgãos da administração central para o poder local, transferência que deve ser acompanhada pela garantia de existência de recursos financeiros, humanos, técnicos e tecnológicos necessários à boa execução das competências.

Além de Samakuva, também líder do grupo parlamentar da UNITA, Adalberto da Costa Júnior, comentou a decisão do executivo, considerando que a medida do Governo "peca por ser tardia em relação às expectativas de desenvolvimento" de Angola.

Sobre as autarquias, foi também passado o testemunho da governação autárquica em Moçambique, bem como as consequências do gradualismo geográfico, experiência narrada pelo presidente da câmara da cidade moçambicana de Quelimane, Manuel de Araújo, convidado a UNITA.

Durante três dias, o grupo parlamentar da UNITA abordou vários temas, entre eles o Impacto das Políticas Públicas nas Famílias, nas Empresas e no Cidadão em Geral, analisou o Acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2019 e o Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022 versus Realidade Macroeconómica do País.

Os deputados visitaram cinco municípios da província para contactos de proximidade com o eleitorado daquela região, tendo tomado "boa nota" das preocupações apresentadas pelos cidadãos.

Fonte: Lusa

5.5 MPLA ensaia “futuros” autarcas”

Jornal Visão

2 De Novembro de 2018

Texto: Nicolau Sumbo

O líder da UNITA, maior partido da oposição angolana, considerou esta semana a transferência do poder central para as províncias é uma forma do MPLA, partido no poder, instalar os seus candidatos

a autarcas nas primeiras eleições autárquicas a terem lugar em 2020.

Este foi, de resto, o objectivo patente no comunicado final das VII Jornadas Parlamentares do partido do 'Galo Negro: que decorreu em Ndalatando, no Kuanza-Norte.

"O objectivo do MPLA com o processo actual de desconcentração do poder central para o local, é instalar os seus candidatos a autarcas" e, com isso, fazer campanha eleitoral com os meios do Estado, lê-se no documento final dos trabalhos, que decorreram sob o lema "Contra a Corrupção e Desigualdades Sociais em Defesa da Cidadania Inclusiva a Participativa"

Segunda-feira, o Governo formalizou a transferência de competências de 11 ministérios para os governos provinciais, com o intuito de reduzir o tempo de resposta da administração pública às solicitações dos cidadãos.

Com a medida, o Governo sublinhou querer reforçar a desconcentração de competências, transferindo, de forma gradual, tarefas, serviços, programas ou projectos dos órgãos da administração central para o poder local, transferência que deve ser acompanhada pela garantia de existência de recursos financeiros, humanos, técnicos e tecnológicos necessários à boa execução das competências.

Além de Samakuva, também o líder do grupo parlamentar da UNITA, Adalberto da Costa Júnior, comentou a decisão do Executivo, considerando que a medida do Governo "peca por ser tardia em relação às expectativas de desenvolvimento" de Angola.

Sobre as autarquias, foi também passado o testemunho da governação autárquica em Moçambique, bem como as consequências do gradualismo geográfico, experiência narrada pelo presidente da câmara da cidade moçambicana de Quelimane, Manuel de Araújo, convidado pela UNITA.

Durante três dias, o grupo parlamentar da UNITA abordou vários temas, entre eles o Impacto das Políticas Públicas nas Famílias, nas Empresas e no Cidadão em Geral, analisou o Acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2019 e o Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022 versus Realidade Macroeconómica do País.

Os deputados visitaram cinco municípios da província para contactos de proximidade com o eleitorado daquela região, tendo tomado "boa nota" das preocupações apresentadas pelos cidadãos.

5.6 Mais poder às províncias para diminuir as burocracias

Jornal de Angola

2 De Setembro de 2018

Texto: Isaque Lourenço

Com uma administração local próxima, célere, moderna, capaz e, sobretudo, com a participação dos munícipes é possível fazer com que a vida se faça nos municípios. "É isso que, com serenidade, cautela e responsabilidade vamos todos fazer acontecer", disse esta semana, em Luanda, o ministro da Administração do Território e Reforma do Estado.

Adão de Almeida presidiu ao acto de transferência de poder dos ministérios para os governos provinciais, que decorreu na sede do Governo de Luanda.

"A sessão que hoje realizamos marca o início de um longo caminho que visa reformar o nosso Estado, aproximar os serviços dos cidadãos, melhorar a sua qualidade e construir a nossa autonomia local", garantiu.

De acordo com Adão de Almeida, em breve serão assinados termos de transferência de competências em domínios como a construção e obras públicas, transportes, agricultura e florestas e ordenamento do território.

Plano estratégico

O Plano Estratégico de Implementação das Autarquias Locais define para a sua primeira fase o "reforço da desconcentração administrativa". Com ela, quer-se fazer com que os municípios comecem já a ter mais competências e mais espaço de intervenção. Contudo, não basta atribuir competências. A fase de reforço da desconcentração administrativa carece de uma particular atenção para a questão do homem. Reforçar e formar continuamente os quadros ao serviço da administração local, bem como criar condições para a sua atracção para os municípios são a condição de base para o sucesso do projecto. Não menos importante continua a ser o papel dos ministérios. Os termos de transferência de competências são apenas o início de um processo.

"À medida que se vai reforçar a intervenção dos municípios, precisa-se também de melhorar a nossa capacidade de definir normas metodológicas e de monitorizar a sua execução", disse o ministro.

Para Adão de Almeida, precisa-se, igualmente, estar disponível para um apoio metodológico contínuo para que não existam quebras na prestação do serviço

público. Particularmente, a transferência de projectos em curso deve merecer outra atenção, sob pena de fracasso.

"Nem todos os municípios terão a mesma dinâmica, nem têm as mesmas condições para exercer as competências transferidas. Afinal, a desconcentração e a descentralização são um processo", rematou.

Sabe-se, no entanto, que o Ministério do Comércio foi dos departamentos do Executivo aquele que mais poderes cedeu.

Governos provinciais consideram como sendo crucial a transferência de competências dos ministérios

A transferência de competências dos ministérios para os governos provinciais constitui uma mais-valia para Angola, porquanto permitirá maior brevidade na resolução dos problemas das comunidades.

O processo iniciou na segunda-feira desta semana, em cerimónia orientada pelo ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, Frederico Cardoso, na presença do ministro da Administração do Território e Reforma do Estado, Adão de Almeida, e de governadores provinciais.

À imprensa na ocasião, a governadora da província do Bengo, Mara Regina Quiosa, referiu que o acto reveste-se de grande valia, na medida em que vão trabalhar para atribuir maiores competências aos administradores municipais.

Para a responsável, com esse acto, algumas preocupações dos cidadãos poderão ser resolvidas com maior celeridade.

"A vida tem que mudar, vamos nos engajar todos para que possamos criar sempre melhores condições sociais para as nossas comunidades", disse a governadora,

Apelou aos munícipes para ajudarem os administradores, de forma a responderem com celeridade os diversos problemas locais.

Corroborando com esta ideia o governador provincial de Malanje, Norberto dos Santos, considerou como prioritária a passagem de competências do Ministério da Agricultura para os governos provinciais e conseqüentemente, para os municípios.

Norberto dos Santos recomenda a transferência das competências de atribuição de títulos de terras, com vista a promoção local da produção agrícola e do desenvolvimento das comunidades.

Já o governador do Cuanza Sul, Eusébio de Brito Teixeira, apontou como fundamental a participação das comunidades na elaboração, preparação e criação de condições, para usufruírem do processo de transferência de competências.

Disse que precisava-se disso para a participação das populações nas decisões.

Doravante, a emissão de alvarás para o sector mineiro e o licenciamento de bombas de combustíveis até 20 metros cúbicos passará para responsabilidade dos governos provinciais, assim como a construção de salas de aulas para a iniciação.

A manutenção das bibliotecas, museus, cinemas e seu fomento, bem como a concessão do direito de autor e apoio ao carnaval, são outras competências transferidas para os governos provinciais.

De igual modo, a inspecção e fiscalização dos empreendimentos turísticos, o licenciamento de instalações domiciliárias, a exploração de serviços de baixa tensão, construção e gestão dos sistemas de abastecimento de água e a edificação e gestão de fontenários e chafarizes passam para as províncias.

Nesta primeira etapa foram eleitos 10 ministérios, nomeadamente, Saúde, Pescas, Ambiente, Recursos Minerais e Petróleo, Comércio, Educação, Indústria, Cultura, Turismo e Energia e Águas, que doravante passam algumas das suas competências aos governos provinciais, no âmbito da conformação das autarquias locais.

5.7 Governadores provinciais passam de “patos” a “pavões”

Jornal 24 Horas

2 De Novembro de 2018

Texto: Licínio Adriano

Há governadores provinciais que se vão mantendo no poder apesar de muito contestados pelas populações. Outros há que, embora recentemente nomeados pelo Presidente João Lourenço, já estão a ser alvos de muita crítica e denúncias de corrupção, deixa andar e nepotismo. O mesmo acontece nos municípios, com destaque para os da província de Luanda.

Sendo assim, a transferência de competências para essas circunscrições conferirá também mais poderes aos titulares dos cargos administrativos, pelo que, o governo central, já que vai estar mais desafogado, deve manter sobre todos uma rigorosa inspecção e o Tribunal de Contas deve também fazer a sua parte

com rigor e realismo. Talvez assim a coisa possa avançar.

Contudo, acredita-se que há governadores e administradores que podem fazer um bom trabalho e usarão devidamente os recursos do Estado em prol do desenvolvimento das suas províncias e das respectivas comunidades. Entretanto, também há outros que a esta hora já estarão a "abanar o rabo", idealizando outros pressupostos que nada têm a ver com progresso e bem-estar dos cidadãos. Por (isso, conhecendo bem do que (são capazes, todo o cuidado é pouco, porque se antes já se sentiam como patos na água, agora sentem-se como pavões aperaltados e vaidosos. O processo iniciou nesta segunda-feira (29), em cerimónia orientada pelo ministro de administração do Território e Reforma do Estado, da Saúde, Educação, Indústria, Pescas e Mar, Ambiente, Energia e Águas, Recursos Minerais e Petróleos, Comércio, Turismo e Cultura, bem como os governadores das 18 províncias do país.

Nesta esteira, foram transferidas competências de 11 Ministérios para os governos provinciais. A partir de agora, e na área da Saúde, caberá aos governos provinciais a construção, apetrechamento e reabilitação de unidades sanitárias, sob orientação metodológica, administrativa e financeira do ministério da tutela, participar no planeamento da rede de infra-estruturas e equipamentos de saúde do município, manter e gerir as unidades sanitárias da rede municipal, equipamentos, transporte sanitário e resíduos hospitalares, entre outras tarefas.

Na área do comércio, foram transferidas para os governos provinciais, "sem reservas", todas as competências inerentes ao licenciamento das actividades comerciais, enquanto o Ministério dos Recursos Minerais e Petróleos deixa de se ocupar, entre outras nove actividades, na instrução e aprovação de direitos mineiros referentes aos processos de licenciamento para exploração de minerais para a construção civil, nomeadamente areia, brita, burgau, solos vermelhos, sempre mediante orientação metodológica do sector.

Passa para competência do poder local, na área dos petróleos, o licenciamento de actividades para a construção e exploração dos postos de abastecimentos com capacidade inferior a 200 metros cúbicos, para a venda a retalho de lubrificantes, gás butano, petróleo iluminante e gasóleo para consumo industrial com capacidade até 200 metros cúbicos.

Doravante, a gestão de recursos humanos, como a contratação de pessoal administrativo para escolas, a definição de estratégias locais para o combate ao analfabetismo e à recuperação do atraso escolar, a

estratégia de manutenção e conservação das escolas locais, bem como a construção de salas de aulas para a classe de iniciação em todas as escolas primárias são competência dos governos locais.

Segundo o ministro de Estado e chefe da Casa Civil do Presidente da República, Frederico Cardoso, "esta transferência formal de poderes deverá ser secundada pela transferência de recursos financeiros e materiais, pela transferência e/ou classificação dos recursos humanos e pelo contínuo acompanhamento da melhoria da eficiência e da eficácia no exercício das competências transferidas pelos órgãos que as receberam".

O coordenador do Observatório Político e Social de Angola, Sérgio Kalundungo, destacou o processo de transferência como muito importante, mas chamou a atenção para a necessidade de fiscalizar a sua implementação. Para o analista político Gildo Matias, este é um marco histórico que vai criar um conjunto de possibilidades, em matérias de oferta de serviços e mais próximos dos cidadãos e, assim, maior sensibilidade para as respostas aos problemas que afligem estes. Algumas competências de departamentos ministeriais foram transferidas para os governos provinciais, com vista a conferir maior dinamismo na resolução dos problemas locais, no quadro das autarquias, com a implementação prevista para 2020, segundo recomendação do Conselho da República, na sua sessão de Março último orientada pelo Presidente da República, João Lourenço.

Manobras do MPLA

Para a UNITA, a transferência de poder central para local são apenas uma manobra para o MPLA instalar os seus autarcas antecipadamente. O maior partido da oposição em Angola insiste em eleições autárquicas angolanas em 2020 em todos os 164 municípios do país.

O líder da UNITA, maior partido da oposição angolana, considerou a transferência do poder central para as províncias uma forma de o MPLA, partido no poder, instalar os seus candidatos a autarcas nas primeiras eleições autárquicas de 2020.

Segundo o comunicado final das VII Jornadas Parlamentares da União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA), que terminaram esta terça-feira (30), em Ndalatando, no Kwanza Norte, Isaías Samakuva salientou ser esse o principal objectivo do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).

"O objectivo do MPLA com o processo actual de desconcentração do poder central para o local, é

instalar os seus candidatos a autarcas" e, com isso, fazer campanha eleitoral com os meios do Estado, lê-se no documento final dos trabalhos, que decorreram sob o lema "Contra a Corrupção e Desigualdades Sociais em Defesa da Cidadania Inclusiva e Participativa". Segunda-feira (29), o Governo angolano formalizou a transferência de competências de 11 ministérios para os governos provinciais, com o intuito de reduzir o tempo de resposta da administração pública às solicitações dos cidadãos.

Com a medida, o Governo angolano sublinhou querer reforçar a desconcentração de competências, transferindo, de forma gradual, tarefas, serviços, programas ou projectos dos órgãos da administração central para o poder local, transferência que deve ser acompanhada pela garantia de existência de recursos financeiros, humanos, técnicos e tecnológicos necessários à boa execução das competências. Além de Samakuva, também o líder do grupo parlamentar da UNITA, Adalberto da Costa Júnior, comentou a decisão do executivo, considerando que a medida do Governo "peca por ser tardia em relação às expectativas de desenvolvimento" de Angola. Sobre as autarquias, foi também passado o testemunho da governação autárquica em Moçambique, bem como as consequências do gradualismo geográfico, experiência narrada pelo presidente da câmara da cidade moçambicana de Quelimane, Manuel de Araújo, convidado a UNITA. Durante três dias, o grupo parlamentar da UNITA abordou vários temas, entre eles o Impacto das Políticas Públicas nas Famílias, nas Empresas e no Cidadão em Geral, analisou o Acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Orçamento Geral do Estado (OGE) para 2019 e o Plano de Desenvolvimento Nacional 2018-2022 versus Realidade Macroeconómica do País.

Os deputados visitaram cinco municípios da província para contactos de proximidade com o eleitorado daquela região, tendo tomado "boa nota" das preocupações apresentadas pelos cidadãos.

5.8 IFAL inicia formação sobre as autarquias

Jornal de Angola

3 De Novembro de 2018

Texto: Mazarino da Cunha

O Instituto de Formação da Administração Local (IFAL) pretende, a partir do próximo ano, colocar à disposição do público acções de formação em matéria da Administração Local do Estado, no âmbito do processo de preparação das autarquias locais previstas para 2020.

O anúncio foi feito quinta-feira, em Luanda, pelo director-geral do IFAL, Graciano Domingos, à margem da cerimónia de encerramento da terceira fase do Curso de Gestão Municipal e de Unidades Urbanas dirigido a administradores municipais.

Graciano Domingos indicou ainda que o instituto pretende relançar a formação em liderança para altos dirigentes e responsáveis da Administração Local do Estado, nomeadamente governadores, vice-governadores e administradores municipais e distritais.

Para a consolidação do processo de preparação das autarquias locais, Graciano Domingos disse que o instituto vai continuar disponível para potenciar conhecimentos às administrações municipais através da formação e capacitação dos seus agentes, bem como alicerçar a descentralização administrativa e a institucionalização das autarquias locais.

O terceiro ciclo de formação, que durou 30 dias, segundo Graciano Domingos, foi fruto de uma estreita cooperação existente entre o IFAL e a Faculdade de Direito da Universidade Agostinho Neto. Os 106 formados vão receber certificados das duas instituições públicas.

Durante a formação, foram ministradas matérias sobre o Regime Jurídico da Administração Local, da Contratação Pública e de Serviço Municipal, Atendimento de Qualidade nos Serviços Públicos, Regime Financeiro Local e Pobreza e de Desenvolvimento Local e Social.

O curso decorreu sobre o lema "Capacitar os quadros da administração local do Estado, uma aposta decisiva na prestação de serviços públicos de qualidade ao cidadão".

5.9 Actual cenário político e perspectivas para autarquias 2020

Jornal O Crime

17 De Novembro de 2018

Texto: Loide Costa

Se durante a campanha registava-se um equilíbrio entre os principais candidatos em termos de popularidade, hoje o cenário é bem diferente: fruto das acções levadas a cabo no governo e no MPLA, João Lourenço acabou por conquistar a popularidade da maioria da população em detrimento dos principais oponentes, no caso de Isaiás Samakuva, da UNITA, e Abel Chivukuvuku, da CASA-CE.

A consolidação da popularidade de João Lourenço foi-se reforçando paulatinamente mediante as acções praticadas enquanto chefe do Executivo, sob olhar atento dos seus opositores. A bicefalia existente no MPLA, onze meses depois das eleições, negada no seio do partido mas questionada por muitos políticos e fazedores de opinião, só terminou após a eleição do novo presidente do partido, que, pela primeira vez, teve mais de 20 votos contra.

João Lourenço reformulou o MPLA, colocando pela primeira vez na história do partido uma vice-presidente e novos membros em cargos de chefia que antes não eram tidos nem achados. Enquanto isso, a oposição, como quem não quer nada, foi assistindo e estranhando as mudanças que se registava no MPLA, com esperanças de um novo paradigma no cenário político angolano.

Por sua vez, a UNITA confirmou, nos primeiros meses pós-eleição, a continuidade de Samakuva na presidência do partido. De lá para cá, o "Galo Negro" tem mostrado ser o partido mais estável dentre todos, sem qualquer assunto que mancha negativamente o partido, com as suas actividades não muito sonantes.

Neste período, apenas a destacar para breve as eleições na organização juvenil do partido. Fala-se, nos bastidores, da possível saída para breve de Isaiás Samakuva da presidência da UNITA. Já a CASA-CE, neste período, tem estado numa luta reinda com o Tribunal Constitucional para transformação da coligação em partido, sem, entretanto, ter sucesso.

Para poder concretizar tal intenção, precisa-se no mínimo da aprovação de dois partidos dentro da coligação, ma até aqui apenas o Bloco Democrático pretende aderir, e os restantes quatro não concordam. Visando dar volta à situação, surgiu a ideia da criação do PODEMOS JA, mas que até ao momento o Tribunal Constitucional não dá aval positivo para sua legalização, recorrendo a vários argumentos.

Existe ainda, dentro da CASA-CE, um conflito de interesses entre os membros dos diferentes partidos que compõem a coligação, que impedem a todo custo a transformação da coligação em partido, bem como o surgimento de novo partido ligado a Abel Chivukuvuku, chegando este a ser acusado de desvios de fundos.

A FNLA é a líder dos problemas internos, que já duram décadas, só que agora com novos protagonistas. Lucas Ngonda, presidente do partido, tem sido o principal elemento neste processo de conflitos que o partido vive. Ele começou por afastar os militantes antigos do partido que não se revêm

nas suas políticas, substituindo-os por jovens militantes sem história na FNLA.

Criou-se três alas dentro da FNLA, uma liderada por Fernando Pedro Gomes, que foi eleito novo presidente do partido, num congresso realizado por um grupo de militantes que rejeita Lucas Ngonda como presidente.

Ngonda, depois deste congresso, realizou outro na província do Huambo, onde afastou os nomes mais sonantes nestes grupos que não se revêem nele, ao mesmo tempo que refez os estatutos do partido retirando o poder do comité central em detrimento da sua figura.

Outro grupo de antigos combatentes manifestou-se e pernoitou durante uma semana na sede da FNLA para exigir a retirada de Lucas Ngonda na presidência do partido, mas este não cedeu à pressão e continua como líder legítimo.

Recentemente, o Tribunal Constitucional anulou a reunião do comité central da FNLA, realizada na província do Huambo, por considerar existir irregularidades.

Da APN e PRS quase nada se ouviu neste período, sobre actividades visando reforçar as suas presenças nas autarquias que se avizinham.

Recentemente, um grupo de militantes da APN acusou o presidente do partido de desviar fundos do partido, mas este considerou infundadas tais acusações.

VISÃO DE ALGUNS JORNALISTAS

Para Félix Abias, do Jornal Vanguarda, neste momento o grande protagonista do cenário político angolano chama-se João Lourenço, que personifica o MPLA e o Executivo, e tem ocupado quase todo o espaço público, ofuscando o próprio MPLA e esvaziando o discurso da oposição, embora esta negue tal realidade.

Portanto, quer o MPLA, quer a oposição, foram "capturados" por João Lourenço. Mas não significa que o Presidente da República tem estado a fazer tudo de bom ... longe disso. Mas os seus discursos, as suas viagens à procura de dinheiro e as várias detenções que têm ocorrido nos últimos tempos, nomeadamente do filho do ex-Presidente da República, a prisão domiciliar do ex-porta-voz do MPLA e do ex-ministro dos transportes, retiraram protagonismo à oposição e ao MPLA.

Segundo ele, não há um único partido a se afirmar, a UNITA tem um discurso que lhe é característico,

mas sem a mesma força, fruto do que já disse atrás. A CASA-CE e a FNLA normalmente aparecem pela negativa, mais o último que o primeiro, sendo o PRS a sombra de si próprio.

Apenas o MPLA, que graças a esse protagonismo de João Lourenço tem-se afirmado. Para Coque Mukuta, do Club K, o actual cenário político é um momento eufórico para maioria dos cidadãos inclusivos e militantes de partidos políticos.

Contudo, actualmente se nota uma distância no interesse das populações em verem resolvidos os problemas sociais, políticos e económicos, e regista-se a falta de imposição dos partidos políticos em pressionarem o Executivo a resolvê-los, tendo em conta a campanha de charme político que a actual governação leva a cabo, facto que faz milhares de angolanos pensar que os partidos políticos estão sem discursos e acções.

"As atrocidades e a falta de carácter de muitos políticos da oposição levam a uma excessiva perda de tempo dos políticos da oposição em se dedicarem mais para os seus partidos do que essencialmente para a conquista do poder político, como é decidido estatutariamente nas formações políticas existentes".

Félix Abias considera ser uma mais-valia para o País. Vão agitar um pouco mais a concorrência, afirma. Todos os autarcas vão querer satisfazer as populações para não perder a confiança, ao mesmo tempo que servirá ainda para ver até que ponto aqueles que não fazem parte do MPLA dirigem, lidam com as zonas, entre outros, acrescenta. Para ele, a oposição tem apenas que fazer o seu trabalho, conhecer melhor as zonas, fazer estudo aprofundados dos aspectos sócio-económicos das zonas e identificar as fraquezas do seu adversário.

Considera ser favorável a ideia da oposição concorrer com lista única, mas posiciona-se céptico a julgar pelos hábitos e costumes de cada partido, formas de estar de um e de outros que contrastam com a ideia de concorrer em bloco. "Não acredito que venha funcionar". Em caso de candidaturas isoladas, para Abias a UNITA é sem dúvidas a que melhor está preparada, por estar mais implantada no país, tem um eleitorado tradicional e não tem tido crises, ao contrário da CASA-CE e a FNLA, por exemplo.

Já Coque Makuta afirma que o MPLA encontra-se melhor posicionado para vencer as autarquias, uma vez que todos os partidos ligados à oposição estão em desavenças entre seus militantes, excepto a UNITA, que apenas peca por ter um presidente há mais tempo no poder. "Presidente Samakuva está há mais de 15 anos no poder, e esta pouca vergonha dos

partidos da oposição envergonha a todos os angolanos".

O MPLA ocupará a maioria das autarquias, segundo Coque, primeiro porque dirige a máquina que levará o País às eleições; segundo, pelas razões já citadas acima, está melhor organizado e com melhores espectáculos e interacção que está a ser levado a cabo por João Lourenço, mas que também não se descarta o facto de João Lourenço perder a popularidade em função do não cumprimento das promessas eleitorais das eleições de 2017 a 2022, remata.

5.10 Administrações municipais reforçam as competências

Jornal de Angola

21 De Novembro de 2018

Texto: António Gonçalves

A segunda fase da cerimónia de transferência de competências dos governos provinciais para as administrações municipais acontece hoje, em Benguela, numa cerimónia a decorrer no Salão Nobre do Governo Provincial de Benguela.

Ao falar a propósito da cerimónia de hoje, a vice-governadora de Benguela para o sector Político, Social e Económico de Benguela, Deolinda Valiangula, disse ser um caso inédito, porque desde 1975 as competências eram sempre centralizadas.

A cerimónia vai contar com a participação de duas entidades do Governo central e dos administradores dos 164 municípios do país. Na conferência de imprensa, que contou também com a presença dos vice-governadores de Malange e de Luanda para o sector Político, Económico e Social, Deolinda Valiangula disse que, com a transferência de competências dos governos provinciais para as administrações municipais, se pretende inverter a pirâmide do exercício do poder em Angola.

"O que se pretende neste momento é desconcentrar e descentralizar poderes para que a população consiga sentir os benefícios que advêm dessa descentralização", explicou a governante, para quem o administrador municipal, como entidade que trabalha mais próximo do cidadão, deve ganhar mais competências para que possa, de forma imediata, resolver os problemas da comunidade.

Deolinda Valiangula exemplificou que se até aqui a construção ou reabilitação das estradas secundárias ou terciárias dependia do Governo central ou ministério de tutela, com o acto de transferência, o administrador municipal terá competências para

resolver essa questão, o que vai permitir poupar tempo e dar respostas imediatas ao cidadão.

Relativamente à arrecadação de receitas do Estado, o facto de as administrações municipais e todos os outros serviços dependentes estarem obrigados a depositá-las na Conta Única do Tesouro (CUT), limita-os de poderem geri-las localmente.

5.11 Tira teima entre os fiscais e agentes da polícia

Jornal Hora H

23 De Novembro de 2018

Um clima de tensão entre fiscais e agentes da Polícia Nacional (PN) instalou-se nas administrações municipais e distritos de Luanda, com os primeiros a acusarem os segundo de usurpação de competências

Os fiscais destacados em várias administrações da província de Luanda querem uma clarificação do papel dos efectivos da Polícia Nacional com os quais trabalham nos Serviços de Fiscalização.

Uma fonte dos Serviços de Fiscalização do Governo da Província de Luanda (GPL) denunciou a este jornal a que a Polícia Nacional tem estado a interferir no trabalho dos fiscais, no terreno, remetendo-os a simples observador.

A fonte, que falou sob anonimato por temer eventuais represálias, explicou que a Polícia Nacional inverteu a função dos fiscais, passando ela a actuar, ao contrário o que estabelece o regulamento do funcionamento dos Serviços de Fiscalização.

Avançou que a Polícia Nacional em vez de desempenhar a sua actividade que é a de proteger os fiscais sobre qualquer eventualidade, é ela que passa a fiscalizar as obras para construção de moradias, armazéns e afins.

Segundo a fonte deste jornal, fiscal há mais de 15 anos, esta não é tarefa dos efectivos da Polícia Nacional, mas dos fiscais mandatados para este fim, mas contra todas as expectativas inverteu-se o quadro.

Informou que os fiscais remetem-se apenas a passar notificação em caso de transgressão administrativa, cuja situação tem estado a criar um descontentamento no seio destes.

A fonte reforçou que a usurpação de competências administrativas dos fiscais começa logo no Governo Provincial, onde o director provincial dos Serviços de Fiscalização é um oficial superior da Polícia Nacional.

Esta situações, de acordo com a fonte, tem dado azo para que os agentes da Polícia Nacional se comportem como sendo os chefes dos fiscais, violando desse modo as normas de trabalho.

Baixos salários

Outra situação que esta a inquietar os fiscais são os baixos salários que auferem. São 29 mil kwanzas/mãos, cujos rendimentos são insignificantes para dar respostas A s prementes necessidades pessoais e dos seus dependentes directos.

Também reclamam subsidios de alimentação que nunca tiveram, bem como de horas extras, sendo que iniciam a trabalhar a partir das 6h até às 17 horas, de Segunda à Sexta-feira, informou a fonte.

Entretanto, o que os fiscais exigem do Governo Provincial de Luanda e das administrações municipais é uma clarificação do real papel da polícia, sob pena de desencadear uma greve em protesto A usurpação das suas competências.

5.12 Carlos Feijó alerta que o processo corre o risco de fracassar

Novo Jornal

23 De Novembro de 2018

Texto: Borrvalho Ndomba

Carlos Feijó, professor catedrático das Faculdades de Direito da Universidade Agostinho Neto e Universidade Católica de Angola, alertou que a não resolução dos problemas administrativos e financeiros podem ditar o fracasso da implementação das autarquias no país.

O constitucionalista, que foi um dos prelectores do III Colóquio sobre o Ensino Crítico do Direito sob o tema As autarquias, um desafio jurídico, político, económico e social, promovido em Luanda pela Universidade Gregório Semedo, disse que o debate sobre a institucionalização do poder local em Angola continua a girar em torno do modelo ideal a ser implementado e não se fala das questões prévias, tais como o recenseamento eleitoral municipal e os cartões de residência dos eleitores das zonas que serão abrangidas pelo processo. "Não falamos aqui das questões prévias. Anda todo o mundo em Angola a falar de institucionalização, gradualismo para lá e para cá. E faço sempre esta advertência: preparem-se para o fracasso", avisa o académico. E explica: "quando digo preparem-se para o fracasso, quero dizer que há um conjunto de questões prévias não resolvidas. Por exemplo, a toponímia; outro exemplo,

a codificação das áreas territoriais. Hoje, onde termina o Cazenga e termina o Sambizanga? Os limites geodésicos estão determinados ou não estão? Porque, nas autarquias locais, o processo eleitoral é circunscrito a uma determinada área territorial".

O antigo chefe da Casa Civil da Presidência da República no consulado de José Eduardo dos Santos levantou uma série de questões relacionadas com a institucionalização do poder local que não têm tido espaço nas agendas e nos debates políticos.

Carlos Feijó perguntou se realmente as administrações municipais do país sabem quem são os moradores dos municípios, ou ainda, se a população das futuras autarquias estão identificadas. "Não é controlo, estou a falar de identificação. O Estado sabe quem mora neste município do Talatona?", questionou o professor catedrático.

"Há cartões de residência? E então, como é que vamos fazer eleições autárquicas se a lei diz que a pessoa só pode votar no seu município? E como é que vou provar que só posso votar no meu município? Onde é que está o meu cartão de residência?", volta a perguntar.

Para o autor da obra A autonomia das autarquias locais e a tutela de Estado em Angola, "andamos todos politicamente distraídos e destas questões prévias quem está a tratar? Não é o gradualismo, são estes problemas administrativos que eu coloquei aqui. E repito: sem o cartão de residência, vamos fazer com quê? Vamos então votar com os cartões das eleições gerais", frisou.

De acordo com o professor, é nessas discussões políticas sobre o poder local em que se devia explicar como será feito recenseamento eleitoral municipal.

Carlos Feijó assegura que são estas as questões "prévias que devem ser tratadas com alguma seriedade para termos autarquias em alguns municípios que forem eventualmente seleccionados".

Por outro lado, o jurista Lazarino Poulson, também um dos participantes no colóquio sobre as autarquias, defendeu o adiamento da implementação do processo autárquico no país, em face das questões prévias que não estão a ser acauteladas pelas autoridades, pois, no seu entender, o Estado não tem condições para implementar o poder local. "Eu agora defendo que o Estado não tem condições para institucionalizar as autarquias no país em 2020. O professor Carlos Feijó fala em fracasso, e eu diria que vai ser um desastre", afirma.

Lazarino Poulson também entende que há questões prévias que não estão a ser tratadas e fala da exclusão social que o gradualismo territorial poderá causar.

Para o também investigador e autor de livros sobre poder local, o governo, os partidos políticos na oposição, as academias e a sociedade civil deviam chegar a um consenso.

"Colocar os cidadãos fora do modelo autárquico não me parece a melhor solução. Daí que nesta questão do gradualismo sugiro que o governo, numa questão de concertação com a oposição e a sociedade civil, que também já se manifestou muito sobre o gradualismo, as igrejas e outras organizações, cheguem a um consenso no sentido de adiarem as eleições e fazerem um programa de criação de condições prévias para que tenhamos um processo minimamente realista".

Rebatendo a ideia de Lazarino Poulson, Carlos Feijó disse que as eleições autárquicas já vão atrasadas e devem ser realizadas. Para o professor catedrático, o adiamento da institucionalização das autarquias põe em causa a credibilidade do sistema político: "Com todo engajamento político que houve, de repente dizer que vamos adiar é a credibilidade do sistema político que também fica em causa.

5.13 Governos locais com poderes executivos nos transportes e habitação

Jornal Expansão
23 De Novembro de 2018
Texto Hamilton Cruz

Os Governadores das 18 províncias receberam, na terça-feira, dia 19, dos ministros dos Transportes, do Urbanismo e Habitação e das Obras Públicas a transferência de poderes executivos e o respectivo orçamento alocado às novas competências.

A medida visa conceder maior capacidade administrativa aos Governos provinciais, passando estes agora, no sector dos transportes, a fazer a gestão e licenciamento da actividade de táxi intermunicipal e das empresas concessionárias, bem como a administrar os transportes públicos intermunicipais e inter-provinciais.

Para o ministro dos Transportes, Ricardo de Abreu, a descentralização e o licenciamento da actividade constitui numa oportunidade para a arrecadação de receitas por parte dos municípios, permitindo uma rápida intervenção a nível dos órgãos locais.

Já no Urbanismo e Habitação, fica sob gestão provincial a construção e licenciamento de elementos do mobiliário urbano como outdoors, quiosques, expositores, bancas e cabines.

No sector do Ordenamento do Território e Habitação foi transferida, entre outras competências, a capacidade de elaboração de propostas para delimitar as áreas de desenvolvimento urbano e turístico e de construção prioritária, de acordo com os planos nacionais e das políticas sectoriais.

Por fim, nas Obras públicas, passam a gerir a manutenção das avenidas e das praças públicas, bem como a construção, manutenção e iluminação de estradas secundárias. Está contemplada ainda a planificação e execução de acções no domínio da abertura e terraplanagem de vias terciárias ou equiparadas, e acções de manutenção e gestão de vias terciárias ou de nível inferior.

Segundo o governador da Lunda Sul, o processo de transferência vem reforçar o poder da administração local, sobretudo a nível dos municípios, dando maior capacidade de intervenção na resolução dos problemas dos municípios.

A cerimónia, que marcou a segunda fase de transferências de poderes ministeriais, foi orientada pelo ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, Frederico Cardoso.

5.14 Governar os municípios

Jornal Economia e Finanças
23 De Novembro de 2018

O sucesso do processo de governação local, que se resume, no fundo, na municipalização da gestão da coisa pública por intermédio das suas políticas, passa principalmente pela existência de gestores municipais capazes de se colocar nos níveis mais altas no plano da ética e do patriotismo, para que os municípios e os seus habitantes possam sentir que valeu a pena a descentralização administrativa por meio das autarquias.

Por outro lado, olhar para a municipalização significa encarar o município como uma verdadeira fonte do desenvolvimento local em particular e nacional no geral e é aqui que deve estar centrada toda actividade do Executivo, desenvolver as competências locais, quer por meio de um processo que requer novo paradigmas de estruturação dos serviços públicos e, sobretudo, mais competências, recursos financeiros, como a introdução dos melhores recursos humanos para os municípios.

Apesar de o processo vir a ser gradual, obedecendo a um preceito constitucional existe nos dias de hoje, um esforço total da preparação de um conjunto de medidas para o reforço da desconcentração administrativa e uma maior articulação entre a administração central e local, que promove uma congregação de conglomerados municipais, cujo fito é o desenvolvimento das localidades, o combate as assimetrias regionais e à pobreza das localidades.

Além disso, actualmente, existe a necessidade de garantir que os municípios sejam dirigidos gestores públicos íntegros, honestos e capazes de assumirem os desafios do presente, investindo essencialmente no homem, dotando-se dos melhores quadros; o que nos parece ser um dos maiores problemas das localidades administrativas, que deve passar também pela necessidade de se promover a autoridade imposta pelo rigor, da qualidade do trabalho, da ética e da moral, mas nunca por meio da prepotência ou da arrogância das seus decisores administrativas contra quem os elegeru.

Quando falamos de descentralização administrativa ou governação local, estamos a olhar para a necessidade de reestruturação dos serviços de inspecção da administração do território e de inspecção sectoriais, para prevenir condutas lesivas ao interesse público, mas, é preciso que no futuro, quando as autarquias forem de facto institucionalizadas, a municipalização de serviços deve ser aplicada em função de cada realidade, introduzindo as correcções necessárias para o resgate da confiança do cidadão nas instituições do Estado.

Os próximos desafios dos municípios passam pela necessidade de se reflectir sobre os processos de arrecadação e afectação de receitas directamente dos municípios para fomentar uma, cada vez maior, cultura de arrecadação e para fazer com que recursos colectadas sejam postos de modo célere ao serviço da população local, compactando assim, o reforço da desconcentração administrativa, que se pretende para o desenvolvimento local.

O encontro de municípios como esta feira dos municípios que esta á acontecer em Benguela esta semana, deve servir de reflexão e cujas ideias devem conduzir à descentralização administrativa e à realização das primeiras eleições autárquicas no país, nos próximos anos embora venha a ser feita, possivelmente, reza a constituição, de forma gradual. A afirmação segundo a qual "a vida faz-se nos municípios significa que deve ser lá que os serviços de melhor qualidade devem ser prestadas, com os melhores quadros e mais recursos para que promova o desenvolvimento local e se trava o êxodo rural.

5.15 Finanças teve melhor participação ministerial

Jornal de Angola

26 De Novembro de 2018

Texto: Leonel Kassana

O Ministério das Finanças foi distinguido como "Melhor Participação" na Feira dos Municípios e Cidades de Angola (FMCA2018), que ter minou sábado em Benguela.

Pela primeira vez o Ministério das Finanças participou no evento com alguns dos órgãos que tutela, como a Administração Geral Tributária (AGT), Serviço Nacional da Contratação Pública (SNCP), Unidade de Gestão da Dívida Pública (UGD), Instituto de Formação de Finanças Públicas (INFORFIP) e o Grupo Técnico para a Implementação do Regime Financeiro das Autarquias Locais em Angola.

A Administração Geral Tributária apresentou-se com um quiosque para atendimento directo aos contribuintes, tendo realizado operações de cadastramento de contribuintes e imóveis, liquidação e pagamento de impostos, com destaque para o IPU (Imposto Predial Urbano), taxa de circulação e outros serviços. Foram feitos esclarecimentos sobre o Novo NIF e outras alterações ao sistema tributário, como as modalidades de implementação do Imposto de Valor Acrescentado (IV A), a partir de Julho de 2019.

A Unidade de Gestão da Dívida Pública (UGD) apresentou a simulação das operações de venda de Títulos do Tesouro mediante o Portal do Investidor. Alguns prestadores e fornecedores do Estado procuraram igualmente esclarecimentos sobre a regularização dos atrasados internos. O Serviço Nacional da Contratação Pública (SNCP) apresentou o portal da contratação pública às entidades públicas contratantes, como os governadores provinciais e administradores municipais, fornecedores de bens e prestadores de serviços ao Estado.

À margem da FMCA, realizou -se um workshop sobre a implementação das Unidades de Contratação Pública, enquanto o Instituto de Formação em Finanças Públicas, Grupo Técnico para a Implementação do Regime Financeiro das Autarquias Locais explicaram detalhadamente matérias ligadas à gestão de finanças locais e suas formas de funcionamento.

Na FMCA, além das Finanças, participaram os Ministérios do Ambiente, Administração do Território, Comércio, Indústria, Administração Pública, Trabalho, Emprego e Segurança Social, 164 municípios e 18 governos provinciais, bem como 65 empresas públicas e privadas.

5.16 Ministros vão analisar proposta de lei sobre toponímia

Novo Jornal

30 De Novembro de 2018

O Conselho de Ministro vai analisar nos próximos tempos a proposta de Regulamento da Lei da Toponímia, com a qual se pretende começar o processo de regularização de nomes de ruas e outros espaços públicos.

Segundo o ministro da Administração do Território e Reforma do Estado (MAT), que respondia a algumas preocupações dos deputados na Assembleia Nacional, 2019 será o ano de início da regularização da toponímia, um dos factores fundamentais para a realização das autarquias.

Adão de Almeida afirmou que há um programa sobre esta matéria inscrito no MAT denominado Programa de Regularização da Toponímia Nacional, que definirá a estratégia que, através dos órgãos da administração local do Estado, vai permitir a implementação de um conjunto de medidas para começar a normalizar este problema existente.

"Aqui refiro-me às diferentes complexidades de alguns dos nossos bairros que foram crescendo desordenadamente ao redor das grandes cidades e que vão ter que merecer uma estratégia específica, porque não é fácil encontrar modo de designação de ruas e de números de polícias em bairros muito desordenados". O ministro Adão de Almeida afirmou também que os governos provinciais e as administrações municipais têm levado a cabo um conjunto de acções neste sentido.

"Aqui mesmo na província de Luanda, o governo da província de Luanda tem feito um conjunto de acções com vista a regularização gradual dessa matéria", disse.

5.17 MPLA realiza eleições internas para autarquias

Jornal Manchete

30 De Novembro de 2018

O MPLA vai realizar eleições internas para apurar candidatos que vão representar o partido nas eleições autárquicas, agendadas para o ano de 2020, anunciou esta quarta-feira, em Luanda, o secretário para informação, Paulo Pombolo.

O responsável partidário anunciou o facto durante uma conferência de imprensa, que antecede a VI reunião ordinária do Comité Central do MPLA, a decorrer de 30 de Novembro a 1 de Dezembro.

Segundo Paulo Pombolo, o processo deverá ser analisado na reunião, onde se vai apreciar a metodologia para composição, selecção e regulamentos que definem critérios e perfis de candidatos do MPLA. Trata-se de cabeça-de-listas e membros das assembleias municipais.

Na mesma reunião, o Comité Central vai apreciar a proposta do Orçamento Geral do Estado para 2019, ainda em discussão na Assembleia Nacional, e o diagnóstico do Ministério da Saúde efectuado no período 2017/2018.

Os participantes serão informados sobre a execução das "Operações Transparente" e "Resgate", implementadas pelo Executivo angolano que visam moralizar a sociedade, reposição da autoridade do Estado e recuperação da real imagem das cidades e vilas.

Secretário para Informação nega crise.

O secretário para Informação do MPLA, Paulo Pombolo, descartou a existência de uma eventual crise no seio do partido.

Reafirmou que o MPLA continua forte, unido, coeso e preparado para os próximos desafios, sendo um deles a preparação para as eleições autárquicas.

Ainda no quadro da VI reunião ordinária do Comité Central, o MPLA vai apreciar as assembleias de balanço e renovação de mandatos a nível das estruturas, para avaliar o trabalho realizado de 2016 a

2019, bem como aprovar o plano anual de actividade e respectivo orçamento.

5.18 Poder Local precisa de um debate de consenso nacional

Novo Jornal

30 De Novembro de 2018

Texto: Borralho Ndomba

Os conferencistas ao colóquio em que se analisou a institucionalização do poder local no país, realizado na terça e quarta-feira, 27 e 28, em Luanda, defendem um debate de consenso nacional sobre o pacote legislativo autárquico no Parlamento e noutras esferas da sociedade, e que o mesmo respeite a Constituição da República.

Os participantes à "Conferência Internacional sobre a Implementação das Autarquias Locais", promovida pela Associação Angolana de Ciência Política (AACP), entendem que o processo terá sucesso se as discussões ocorrerem fora dos interesses partidários.

Durante os dois dias de debates, académicos, activistas e políticos apresentaram diferentes pontos de vista relacionados com a implantação das autarquias em Angola.

Ao longo da conferência, chamou-se à atenção a inclusão da questão migratória nos debates sobre o poder local, também o caso da fiscalização financeira, bem como o papel das autoridades tradicionais no referido processo.

Os membros dos partidos políticos que estiveram no evento voltaram a discutir o modelo ideal para a realização das autarquias.

Mas para os demais conferencistas, que importa neste momento é a unanimidade neste assunto.

Para o académico e membro do Centro de Estudos Africanos da Universidade Católica de Angola, Nelson Pestana Bonavena, em vez de se tentar impor a vontade dos mais fortes sobre os mais fracos - o que na sua visão "não constitui um país, porque vamos ter o país dos mais fracos a submeterem-se aos mais fortes e não uma Angola -, temos que ter um consenso nacional sobre o respeito da Constituição".

A Constituição, segundo Nelson Pestana Bonavena, "deve ser a baliza de todo o nosso comportamento. Cidadãos, Presidente da República, instituições, Assembleia Nacional e Tribunais têm que respeitar a Constituição, e é isso que chamo de referente ético

comum da realização do verdadeiro país enquanto comunidade de destino".

A representante da Associação Construindo Comunidades (ACC), Cecília Augusto, disse que os debates de consenso devem continuar para que 2020 seja o ano da institucionalização das autarquias no país.

Os parlamentares começam a discutir as autarquias em Fevereiro do próximo ano, e a activista defende a inclusão da sociedade civil nos debates na Assembleia Nacional.

"Espero que as discussões não sejam partidarizadas, mas que sejam abertas ao público, porque as autarquias interessam mais aos cidadãos, porque somos nós, os cidadãos comuns, que sentimos o peso da fraqueza dos serviços sociais nas comunidades", disse.

Por seu turno, o segundo secretário do MPLA em Luanda, Mário Pinto de Andrade, disse que o partido que suporta o governo quer negociar algumas questões do pacote autárquico, mas reitera que o tal debate de consenso não pode condicionar os interesses dos camaradas. "O MPLA quer negociar no mais amplo consenso possível esta questão do pacote autárquico e toda a legislação que faz parte do pacote. Vamos ver como é que o Parlamento se comporta. Mas queremos dizer que o debate de consenso não pode prejudicar o MPLA na visão que tem sobre esta questão. Vamos discutir, mas não vamos abdicar dos nossos princípios", afirmou Mário Pinto de Andrade.

Ainda de acordo com o dirigente do MPLA, existem em Angola municípios que "só têm um quadro superior. Há municípios em Angola que não têm juristas e antropólogos", e pela insuficiência de capital humano o partido entende que se deve ponderar a realização das autarquias em todo o país. A activista da ACC discorda da posição do político e questiona o número de quadros nacionais que o país tinha quando se tornou uma República em 1975.

"Em 1975, Angola tinha quantos doutores? Angola tinha quantos juristas e financeiros? Vamos buscar o caso de 75. Passou-se para a independência ou não? Não vamos esperar. É urgente por causa da situação social que o cidadão passa na sua aldeia; não dá para esperar que as autarquias sejam graduais, pois há comunidades sem escolas, sem água, sem voz e nem vez", afirmou Cecília Augusto, membro da ONG liderada pelo padre Jacinto Pio Wacussanga.

O comentarista político, Augusto Báfuá Báfuá, afirma que neste processo de implementação das autarquias há ainda muitas questões por se discutir, mas que estão a ser abafadas pelo gradualismo. Bátuá Báfuá aponta o caso da divisão política administrativa que, para ele, "está completamente errada".

"É preciso que se faça esclarecimentos sobre isso para não aprovamos leis e depois serem leis mortas e, em menos de cinco, refazermos as mesmas leis", alertou o comentado r político.

5.19 Angola necessita de modelo próprio para autarquias

Novo Jornal

30 De Novembro de 2018

O jurista Carlos Teixeira, que também participou na Conferência Internacional sobre a Implementação das autarquias Locais, defendeu na terça-feira, 27, que Angola deve ter o seu próprio modelo de poder local que responda à realidade do país e que se diferencie de outros países do continente como Cabo Verde ou Moçambique. Carlos Teixeira afirma que os modelos daquelas nações devem ser estudados e depois traçar quais os caminhos a seguir e que procedimentos próprios devem ser tomados posteriormente. "A partir deste contacto, vamos fazer abordagens dos conceitos para ajudar, aos diversos níveis, a perceber melhor o que é isso das autarquias, as suas vantagens e o que se pode esperar com a adopção deste novo modelo no desenvolvimento do país", disse. O objectivo da conferência, segundo o professor Nelson Domingos, da AACP, foi congregar, de forma objectiva e apartidária, diferentes análises e experiências sobre a institucionalização do poder local.

5.20 Chivukuvuku quer habilidade nas autarquias

Novo Jornal

30 De Novembro de 2018

No âmbito da preparação interna das eleições autárquicas em Angola, o líder da CASA-CE, Abel Chivukuvuku, lembrou nesta quinta-feira, 29, aos membros da sua coligação que, a curto prazo, têm o desafio que passa pela qualidade, profundidade e sucesso nas mesmas.

O presidente da segunda maior força política da oposição angolana falava no acta de tomada de posse

de Rafael Aguiar, novo secretário executivo nacional, que substituiu Leonel Gomes, deputado à Assembleia Nacional.

Abel Chivukuvuku defendeu que "a qualidade dos processos políticos, económicas, sociais e culturais de cada sociedade ou país é directamente proporcional à qualidade e profundidade do papel que esses actores determinam nesse processo".

"O que a CASA-CE será amanhã dependerá do papel que esses actores puderem desenvolver ao longo dos anos. Os resultados que a CASA vier a ter, nos desafios das eleições autárquicas [em 2020] e eleições gerais, em 2022, dependerá completamente do papel que estes novos actores desenvolverem neste processo", lembrou.

Para Abel Chivukuvuku, o acta de empossamento de Rafael Aguiar representa, para a convergência Ampla de Salvação de Angola - Coligação Eleitoral (CASA-CE), "mais um passo" no processo de refundação que está em curso.

O político lembrou ainda que, a curto prazo, a coligação que dirige tem o desafio das autárquicas, esperando que estejam "preparados para isso", e a médio prazo o desafio das eleições gerais, esperando igualmente uma boa preparação.

Ao secretário executivo nacional cessante, que coordenou, em 2012, os trabalhos que culminaram com a criação da CASA-CE, tendo exercido o cargo por seis anos, o líder da coligação expressou agradecimentos pelo seu empenho.

"José Leonel Gomes foi o secretário executivo da CASA-CE, somos humanos e como humanos obviamente temos qualidades e defeitos, mas do deputado Leonel Gomes fica-nos a imagem de alguém com convicções, com dedicação, mas sobretudo com coragem, e por isso, em nome da CASA-CE, o meu agradecimento a esse colega e companheiro", reconheceu o presidente da CASA-CE.

Recentemente, Leonel Gomes, deputado à Assembleia Nacional pela coligação liderada por Chivukuvuku, queixou-se, durante uma reunião plenária, de estar a ver coarctado o seu direito à palavra no Parlamento, sem, contudo, apontar nomes, tendo ainda avançado com a existência de outros problemas internos, nomeadamente a negação, há cinco anos, de um pedido de férias.

5.21 MPLA reúne para traçar método de escolha de autarcas

Novo Jornal

30 De Novembro de 2018

O MPLA começa a traçar esta sexta-feira, 30, a sua estratégia para o processo autárquico a ser implementado no país a partir de 2020.

Os membros do Comité Central do partido que suporta o governo vão definir, durante este fim-de-semana, como serão escolhidos os futuros autarcas dos camaradas.

A informação foi avançada na quarta-feira, 28, pelo secretário do Bureau Político do MPLA para a Informação, Paulo Pombolo, que afirmou que se vão realizar eleições internas para escolher os seus candidatos às primeiras eleições autárquicas no país.

Na mesma reunião, que decorre de sexta-feira, 30 de Novembro, a sábado, 1 de Dezembro, o Comité Central vai apreciar a proposta do Orçamento Geral do Estado para 2019, que está em discussão na Assembleia Nacional, bem como o diagnóstico do Ministério da Saúde, efectuado no período 2017/2018.

Durante a conferência de imprensa realizada na sede do partido, Paulo Pombolo reiterou também que não há conflito interno no MPLA:

"Não há, como se tenta dizer por aí, crise interna [no MPLA]. Os órgãos de direcção do partido continuam a funcionar normalmente", disse o político.

Segundo o dirigente, os militantes do seu partido estão a cumprir as orientações saídas do VII Congresso da formação política e, igualmente, do seu último congresso extraordinário, o qual elegeu o novo presidente e os novos órgãos de direcção do partido dos camaradas.

5.22 Indicações dos autarcas agita «Kremlin»

Jornal Hora H

30 De Novembro de 2018

Texto: Kabenguele Munanga

A informação foi prestada por uma fonte ligada ao partido dos «camaradas» dizendo que, depois da indicação do irmão do governador de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho, general Paka, para constar da lista deste partido, deixou em terra as intenções de Job Capapinha que pretendia assumir o

cargo através do seu partido e com aliança da sua ONG Amangola.

Apuramos que Job Capapinha terá manifestado a algumas pessoas próximas a si que se encontra frustrado, por não apostarem nele para concorrer às eleições autárquicas que vai acontecer em 2020. «Eu fiz muita coisa para o meu partido MPLA, mas não me reconhecem e também para a minha terra, Catete, onde realizo todos os fins de semana actividades culturais, por isso eu deveria ser um dos autarcas de Icolo e Bengo. O Paka andou a vida toda a falar mal do partido e do seu líder, este não merecia. A única pessoa que está em condições de falar do partido em Catete sou eu», disse a fonte.

Para além de Job Capapinha, o outro intruso que fez da religião e da política o seu ganha-pão é o administrador do Distrito Urbano da Cidade Universitária, Antunes Wuambo, que tem estado nos corredores da cidade alta e do «Kremlin» para ser indicado como futuro autarca pelo MPLA na cidade de Menongue, província do Kuando-Kubango.

Para a província do Bengo, o antigo governador de triste memória, Isalino Mendes, também entrou na corrida para indicar alguns nomes do seu interesse, como é o caso do actual governador de Luanda Adriano Mendes de Carvalho que vai para autarca de Caxito, Lourenço Domingos, actual secretário -geral do governo das terras do «Jacaré Bragão», também esta na lista.

Beto Kangamba um dos militantes que anda desencontrado com a política de João Lourenço, tem piscado o olho à Luísa Damião, para ser um dos autarcas pelo MPLA no Kilamba Kiaxi, ou mesmo no Talatona aonde reside actualmente.

Apuramos ainda que, para além da indicação do general Paka para Icolo e Bengo, como candidato independente até agora indicado, os membros do MPLA até agora não foram nomeados e se está a espera da altura certa.

6. URBANISMO E HABITAÇÃO

6.1 Mais agentes da Polícia receberam habitações

Jornal de Angola

1 De Novembro de 2018

Mais 176 casas construídas em Luanda pelo Cofre de Previdência do Pessoal da Polícia Nacional foram entregues ontem a agentes da corporação. As casas foram construídas no "Oásis do Zango", em Viana, e são as primeiras entregues no projecto habitacional que vai ser construído em três fases.

Na cerimónia de entrega, o presidente da mesa da Assembleia Geral, comissário-geral Paulo Gaspar de Almeida, reconheceu que a associação mutualista tem satisfeito, os elevados níveis de ansiedade dos polidas", que almejam concretizar o sonho da casa própria.

O também comandante-geral da Polícia Nacional reconheceu que o Cofre de Previdência do Pessoal da Policia Nadonal deve dispor de dotação orçamental que corresponda à necessidade de alargamento do número de beneficiários de casas, com a construção de mais projectos habitacionais.

A construção das 176 moradias orçou em mais de 32 milhões de dólares, financiados pela banca nacional, O projecto habitacional vai ocupar uma área de 80 hectares, 15 dos quais utilizados na primeira fase, com a construção de 50 casas T2 e 126 T3, perfazendo 176 moradias. Na segunda fase vão ser construídos 896 apartamentos.

6.2 Executivo quer contornar défice de habitação social

Jornal de Angola

1 De Novembro de 2018

Texto: João Dias

O Executivo prevê, até 2022, a construção de 122 mil habitações, no quadro do sub-programa de habitação, que visa colmatar o défice habitacional do país, revelou ontem, em Luanda, o director nacional da Habitação.

Segundo Adriano Silva, das 122 habitações previstas, 80 mil devem estar ao dispor da Imogestim e 42 mil a cargo da Kora-Angola, nas novas centralidades. As

122 mil casas devem ser construídas como metas do Programa Nacional de Habitação.

Segundo, o director Nacional da Habitação, Adriano Silva, a construção destas casas vai ser feita à medida em que as condições financeiras se tornarem favoráveis.

"A meta é atingir um milhão de fogos e esta faz parte do Programa Nacional da Habitação que vai sendo realizado a pouco e pouco ao contrário dos programas inseridos no Plano de Desenvolvimento Nacional, cuja meta é 2022", esclareceu o responsável.

Ao falar no último dia do Fórum Nacional de Urbanismo, que decorreu sob o lema "Nova Agenda Urbana e Reforma do Estado", Adriano Silva acrescentou que o Executivo conta, também, com projectos habitacionais 'integrados, com realce para as 200 casas por município. Para a primeira fase, disse, o programa deve abranger 130 municípios.

Segundo o Director Nacional da Habitação, das 80 mil habitações que devem ser postas a cargo da Imogestim, 75.033 estão construídas, o que corresponde a 93,7 por cento, ao passo que das 42 mil postas a cargo da Kora-Angola, apenas 15.674 estão concluídas, o que corresponde a 37,3 por cento.

Na segunda fase do Nova Vida, foram construídas 2.823 casas. Os diversos ministérios, no seu conjunto, implementaram projectos habitacionais na ordem dos 28.926, aos que se junta os programas de âmbito provincial, com 52.902 habitações.

Relativamente aos 200 fogos por município, o Executivo prevê 26 mil habitações. Deste número, apenas foram concluídas 11.152, o que corresponde a 42,3 por cento. Neste sentido, a única província que está perto de atingir os níveis de execução do subprograma de construção dos 200 fogos por município é O Cunene, onde das 1.200 casas previstas, 1.024 já estão concluídas. Luanda, que prevê construir 400, apenas conseguiu erguer 237. Das 1.600 previstas na Lunda-Norte, apenas 380 foram concluídas. O Huambo projectou construir 1.600 e só conseguiu 722. Das 600 previstas na Lunda -Sul, apenas 322 foram construídas. Malanje pretende construir 2.600 casas e construiu 1.158 e no Uíge, das 2.800 previstas, apenas se construiu 1.057. O Zaire conseguiu construir 334 casas, das 800 previstas. A província do Bengo prevê edificar 1.000 casas e deste número conseguiu 572, ao passo que Benguela conseguiu 619 das 1.400 projectadas.

A província do Bié quer construir 1.400 e até aqui apenas 759 foram concluídas. Das 600 previstas em

Cabinda, foram concluídas 336. O Cuando Cubango conseguiu 804 das 1.600 habitações previstas, o Cuanza-Norte conseguiu 571 das 1.800 e o Cuanza-Sul que prevê 1.600, apenas construiu 598. No geral, o Executivo prevê que a conjugação de todos estes programas resulte em 187.259 habitações. Relativamente à promoção habitacional público privada e privada, está prevista a construção de 115 mil casas. Dos programas público privados, 17.323 estão concluídas e no âmbito privado foram feitas 45.600 habitações o que perfaz 62.923 casas construídas.

No quadro das cooperativas, estão previstas 80 mil casas, mas deste número apenas 12 foram construídas.

Preços acessíveis

Segundo o director nacional da Habitação, o programa pretende assegurar a disponibilização de lotes infra-estruturados e materiais de construção a preços acessíveis para beneficiar cerca de 685 mil famílias, nas zonas urbana e rural. Na zona urbana, estão previstas 420 casas e na rural 265 mil. Para Adriano Silva, não basta construir. É fundamental que o sector olhe para as operações de renovação ou requalificação dos bairros precários e antigos para garantir a posse jurídica sobre terrenos e melhorar as condições de habitabilidade.

Reserva fundiária Relativamente ao programa de urbanização, o país tem constituído, actualmente, 220.62 hectares de reservas fundiárias para fins habitacionais, dos quais um terço (113) esta infra-estruturados, o que corresponde a 73 mil hectares.

Quanto à ocupação anárquica, está a ser feito um estudo sobre o assunto, mas o director-geral adjunto do Instituto Nacional de Habitação, António Teixeira, disse que a tendência é que os níveis de ocupação baixem gradualmente, devido aos instrumentos de ordenamento do território associados a um controlo cada vez mais rigoroso.

O programa deve contar com subprogramas como o de urbanização, habitação, requalificação e reconversão urbana, regularização fundiária e a construção de aldeamentos rurais auto-sustentáveis.

Reserva fundiária

Relativamente ao subprograma de urbanização, o director Adriano Silva falou dos pressupostos que passam pela identificação e constituição legal de reservas fundiárias urbanizáveis, limpeza e decapagem das reservas fundiárias, loteamento, infra-estruturação (operações urbanísticas).

Durante os dois dias, o fórum debateu vários assuntos do sector.

Ontem, na cerimónia de encerramento do evento, o Ministério do Ordenamento do Território e Habitação procedeu ao lançamento oficial da Política Nacional de Habitação, que deve nortear para os próximos anos, a promoção de uma habitação digna, acessível e resilientes.

Na 5ª edição do evento produziu a chamada Declaração de Luanda, que entre outros aspectos, recomenda a implementação da Nova Agenda Urbana em Angola em parceria com a UN-Habitat para um desenvolvimento urbano sustentável, um desenvolvimento territorial integrado, bem como um Sistema Integrado de Gestão Urbana (SIGU) e a criação de um Cadastro Único de Terras.

6.3 Políticas asseguram melhorias

Jornal Economia e Finanças

2 De Novembro de 2018

Texto: António Eugénio

A necessidade de melhorar continuamente as cidades, para que ofereçam qualidade de vida aos habitantes e futuras gerações, é também uma das preocupações levantadas durante o Fórum Nacional Urbano,

Segundo uma fonte do Ministério do Ordenamento Territorial e Habitação e baseado nos acordos estabelecidos pela UN-Habitat, actualmente metade da população mundial vive nas cidades e as tendências mostram que esse número aumentará para dois terços, nas próximas gerações. Daí a necessidade de se encontrar estratégias adequadas, para proporcionar-se o acesso à urbanização inclusiva e sustentável, reduzir-se, de forma significativa, o número de pessoas afectadas por calamidades e melhorar a qualidade e sustentabilidade ambiental. De igual modo, procura-se proporcionar o acesso universal aos espaços públicos seguros e inclusivos, salvaguardar o património cultural, rumo ao desenvolvimento sustentável.

Classificação dos solos

O Ministério do Ordenamento do Território e Habitação defende uma contínua classificação dos solos, para que o país tenha um território ordenado e seja possível efectivar no país uma promoção do crescimento económico contínuo, inclusivo e protecção ambiental.

Esta medida será necessária, para que se saiba os fins para os quais estão destinados e o que servem, fundamentalmente para se saber se estão destinados para fins agrícolas, habitacionais, industriais e de uso misto. Para tal, disse, é preciso consultar os instrumentos de ordenamento do território nos governos provinciais e administrações locais.

O evento, que teve a duração de dois dias, contou com a participação de ministros, representações de governos provinciais e sociedade civil, e nele foram abordados temas como a nova agenda urbana e a reforma do Estado, política nacional do ordenamento do território, a terra como factor de inclusão social e habitação social nos municípios entre outros.

6.4 Governo alinha plano à nova agenda urbana

Jornal de Economia e Finanças

2 De Novembro de 2018

Texto: António Eugénio

Uma administração pública local dotada de mais recursos financeiros e humanos proporciona desenvolvimento infra-estrutural e reduz o fluxo de pessoas do campo para as cidades.

Afirmção é da ministra do Ordenamento Territorial e Habitação, Ana Paula de Carvalho, na passada terça-feira, em Luanda, quando falava durante a abertura do quinto fórum "Urbano Nacional", que decorreu sob o lema "Nova agenda urbana e reforma do Estado", tendo destacado que a Nova Agenda Urbana (NAU), proporciona o fortalecimento da governação urbana, com instituições sólidas e mecanismos que imponderem e incluam actores urbanos que proporcionem visibilidade e a implementação dos planos de desenvolvimento.

Inclusivo social

A governante realçou que estes mecanismos vão permitir a inclusão social, crescimento económico contínuo, inclusivo, sustentável e a protecção ambiental como factores agregados para que uma nação e o cidadão se sinta realizado dentro do território.

"O crescimento demográfico nas cidades coloca com alguma relevância problemas graves e específicos à gestão do espaço urbano, com destaque para as questões que apelam soluções de forma integrada", disse. Para se ter um território ordenado, segundo advoga a ministra, é necessário primeiramente classificar os solos para que se distinga solos para fins agrícolas, habitacionais, industriais um processo que

deve passar pela consulta dos instrumentos de ordenamento de território por via das províncias e administrações locais.

Ana Paula de Carvalho alerta para a necessidade de uma reflexão séria para o tipo de cidades que se pretenda criar no país, tendo como linhas orientadoras os objectivos de desenvolvimento sustentável da nova agenda urbana e a nível nacional e internacional.

Revela que é preciso vincar as principais opções do ordenamento do território, a política nacional da habitação e o plano de desenvolvimento nacional 2018/2020.

6.5 IMOGESTIN e cidadãos em divergência

Jornal O Crime

3 De Novembro de 2018

Texto: Silveira da Piedade

Segundo uma fonte, que ao seu pedido não iremos revelar a sua identidade, "no dia 22 de Outubro do ano em curso, um grupo de elementos da Imogestín, com origens duvidosas, chegou a todas as residências e fecharam-nas com cadeado, deixando os proprietários ao relento sem uma justificação".

Dona Rosa, com rosto triste, afirma que ficou das 21 horas até as 12 horas do dia seguinte fora de casa e sob as fortes chuvas que a capital enfrentou, sem saber o que fazer, porque ao chegar do trabalho encontrou sua casa fechada".

Já Ramos Fernando diz que foi posto na rua sem uma justificação, "e os indivíduos que arrombaram as casas estão livres, porque eles são do mesmo círculo de burla".

Segundo um dos funcionários da Imogestín, que não foi identificado ao seu pedido, "de maneira voluntária, todos os proprietários ilegais devem retirar-se dentro de quinze dias, para não sentirem a mão pesada da lei."

Uma realidade verificada nesta centralidade é que os indivíduos expulsos têm recibo de aluguer e outro de compra e venda.

"Como se não bastasse, os indivíduos (em serviço) em nome da Imogestín aproveitavam-se da situação e roubavam bens com facilidade de os transportar", afirmou Gertrudes Réis, vítima.

É uma operação para retirar os fantasmas da centralidade "Eu sou cidadão angolano e resido aqui

há 4 meses. O que se verifica é injustiça por parte dos agentes em actuação. A maioria das pessoas neste sector ocupou as casas, ninguém comprou, mas só tiram os pobres, não tiram os chefes. A direcção comercial da imobiliária Imogestim informou que estão suspensas as candidaturas por se ter atingido o número limite, mas aqui há apartamentos T3 sem pessoas. Outros fazem como casa de prostituição", lamentou a fonte.

O porta-voz da instituição, Mário Guerra, disse que a ocupação ilegal de apartamentos na centralidade pode dar origem a um desenvolvimento urbano desordenado e, conseqüentemente, afectar a continuidade do projecto.

"Dentro da própria reserva da cidade, propriamente na zona norte, continua a registar-se ocupações, mesmo fazendo algumas detenções, porque alguns ocupantes voltaram", frisou.

"O processo de venda de habitações ao público, em que a juventude foi a grande beneficiária (com mais de 80 por cento), com recurso ao portal electrónico criado para o efeito, responde às exigências de transparência", disse Mário Guerra.

O sistema de candidatura, ao atribuir de forma imediata e automática o número de inscrição de cada candidatura aceite, permite um controlo por parte dos próprios candidatos - que não pode ser modificado pelos operadores do sistema.

Segundo o porta-voz, "urna boa parte dos cidadãos vive em propriedades de forma ilegal."

Este projecto contempla a construção de 229 edifícios, contendo 2.248 unidades habitacionais e infra-estruturas como rede eléctrica, rede de abastecimento de água, rede de drenagem de águas pluviais e residuais, iluminação pública, arranjos exteriores e arruamentos. Quanto aos equipamentos sociais, estão previstos os seguintes: uma escola primária, um edifício administrativo e um jardim-de-infância.

A escola primária está concluída, porém, o jardim-de-infância e o edifício administrativo estão por começar. Inicialmente, para a construção do empreendimento, foi assinado um contrato com a empresa GICEC, em finais de Setembro de 2012. Posteriormente, foi rescindido o contrato e interrompido o trabalho das obras devido a anomalias na execução física, tendo sido contratada a empresa Pari-China Construtivo Grupo.

Quanto às infra-estruturas, o projecto vai beneficiar de uma ETA e de uma subestação eléctrica a serem construídas pelas respectivas entidades públicas. No

entanto, não se encontra contratualizada a rede de macro drenagem para águas pluviais.

"Está a tornar-se um vício... os cidadãos chegam aqui, arrombam a fechadura de um apartamento e alojam-se com os seus familiares e, como se não bastasse, convidam mais um grupo para reforçar este acto criminoso" contou a jovem Helena Dias Manjor, munícipe da centralidade.

Mário Guerra garantiu que "o processo de comercialização das habitações é transparente e as quotas para a juventude. Todo o cidadão, ao se beneficiar de uma residência de forma ilegal, vai ser penalizado de acordo com a lei".

6.6 Valas de drenagem tiram sono a Francisco "Naval"

Jornal Hora H

9 De Novembro de 2018

Texto: José Gabriel

O exemplo disso é a rua Henriques Gago da Graça, a conhecida via do espelho da Terra Nova, troço asfaltado há menos de cinco anos. Os moradores afirmam que a mesma durou pouco tempo porque os esgotos criados na estrada não têm aonde evacuar.

"Quando asfaltaram esta rua (Henriques Gago da Graça), ficaram de resolver onde evacuariam a água que saía dos esgotos, pois era suposto que a mesma evacuasse na vala de drenagem Cazenga-Cariango, mas para isso era preciso partir algumas casas coisa que não aconteceu", disse um dos moradores.

Mateus Garcia disse a este jornal que pouco ou nada tem se visto do administrador que nada tem feito para reverter o quadro de um distrito que merece outros olhares.

O ancião afirma que a circunscrição já viveu momentos de orgulho, pois outrora as ruas todas eram asfaltadas e não havia a desordem que se registra no momento.

"Rangel...? Aqui era um show, estas ruas eram todas asfaltadas, Terra Nova era o centro das miúdas bonitas, a minha esposa lhe canguei aqui mesmo, num tempo onde não havia muito dinheiro, mas os administradores trabalhavam bem, este que cá está não tem dado conta do recado, precisamos que as autarquias venham logo, senão vamos padecer antes do tempo", enfatizou.

O velho sabe que actualmente os governantes estão numa era de se servirem, vício que vem atrasando o desenvolvimento do país.

Francisco Domingos é visto nesta circunscrição como um homem sem "jogo de cintura", ou seja, muito parlapié e nada tem feito. Segundo os relatos dos populares que se mostraram enfurecidos, pois muitas vezes a solução tem sido passar nas lagoas.

6.7 AGT procede a inspecções na Centralidade do Kilamba

Jornal de Angola

9 De Novembro de 2018

Texto: André dos Anjos

A Administração Geral Tributária (AGT) emitiu, no âmbito da chamada "Operação Kilamba", que desenvolve na centralidade, desde Agosto do ano passado, 6.144 notificações para regularização do Imposto Predial Urbano (IPU), revelou ontem o coordenador da equipa, afecta à 4ª Região Tributária de Luanda, Carlos da Silva.

A operação ainda vai a meio, tendo sido inspeccionados apenas, até à data, 372 edifícios, dos 710 existentes na centralidade, mas, além as irregularidades fiscais detectadas, permitiu identificar 1.912 apartamentos fechados, cujos proprietários não residem neles, por razões a apurar, disse.

Dados apurados até ao momento, prosseguiu, confirmam que o índice de cumprimento da obrigação fiscal IPU, na centralidade, continua baixo, com pouco mais de 300 contribuintes com a situação fiscal regularizada.

A operação está a ser desenvolvida por uma equipa constituída por 60 técnicos da AGT e 30 efectivos da Polícia Fiscal.

Em Outubro do ano passado, comandantes provinciais da Polícia Fiscal testemunharam uma acção de fiscalização, no sentido de avaliar de perto a actividade que se espera venha a servir de modelo para missões do género noutras localidades.

A "Operação Kilamba" consiste em acções de sensibilização sobre a importância do pagamento do IPU e no pagamento voluntário do Imposto.

O IPU incide sobre o rendimento do prédio urbano, quando este está arrendado, e sobre o valor patrimonial dos prédios urbanos, quando não se encontram naquela condição. O primeiro caso é devido pelo titular ou beneficiário das rendas e o segundo pelo proprietário, usufrutuário ou beneficiário do direito de superfície (detentor).

O Imposto Predial Urbano é entregue pelo contribuinte que procedeu a sua liquidação na

Repartição Fiscal competente, até ao dia 30 do mês seguinte ao da retenção. Quando não há lugar a retenção na fonte, o pagamento é efectuado em Janeiro, numa prestação única, ou em duas prestações, nos meses de Janeiro e Julho.

Quanto aos prédios não arrendados, o IPU deve também ser pago em prestação única, em Janeiro, podendo, a pedido do contribuinte, ser pago em quatro prestações (Janeiro, Abril, Julho e Outubro). Segundo Carlos da Silva, as acções de sensibilização e fiscalização permitiram apurar que há muitos cidadãos que não sabem o valor do IPU nem dos benefícios daí resultantes.

A Quarta Repartição Fiscal de Luanda é um dos vários serviços tributários que pertencem à Terceira Região Tributária, que abarca as províncias de Luanda e Bengo. A Terceira Região Tributária é um dos sete serviços regionais da AGT, o organismo do Estado que tem por missão fundamental propor e executar a política tributária do Estado e assegurar o seu integral cumprimento, bem como administrar os impostos, direitos aduaneiros e demais tributos que lhe sejam atribuídos.

Ainda no âmbito das suas atribuições, a AGT assume também o controlo das fronteiras do país e do território aduaneiro nacional, para fins fiscais, económicos e de protecção da sociedade, de acordo com as políticas definidas pelo Executivo.

Por dentro

A Centralidade do Kilamba fica 40 quilómetros a sul do centro da cidade de Luanda. Administrativamente, faz parte do município de Belas. Considerado um dos maiores projectos imobiliários em África, a cidade foi inaugurada em Julho de 2011.

Tem 82 mil apartamentos, numa área de 54 quilómetros quadrados. A primeira pedra do empreendimento foi lançada a 31 de Agosto de 2008. Os prédios estão dispostos em quatro quarteirões. A cidade tem estações próprias de tratamento de água potável e de águas residuais. Tem, ainda, duas estações eléctricas.

A centralidade foi construída sem barreiras arquitectónicas de modo a que as pessoas portadoras de deficiência possam circular de forma autónoma e com segurança. Os apartamentos da Cidade do Kilamba são do tipo T3 A, B, C e T5. As casas T3 A e B têm 110 metros quadrados, as T3 C têm 120 e as T5 têm 150 metros quadrados.

6.8 Mercado absorve menos de 30 por cento do cimento nacional

Jornal de Angola

17 De Novembro, 2018

Texto: Victorino Joaquim

O mercado absorve menos de 30 por cento do cimento produzido em Angola devido à paralisação da imensa maioria das obras públicas no país, segundo dados avançadas na III Expo Indústria e XV Projecta pelo presidente de Direcção da Associação da Indústria Cimenteira de Angola (AICA).

Manuel Pacavira Júnior afirmou ao Jornal de Angola que, de Janeiro a Outubro, o mercado consumiu apenas 2,3 milhões de toneladas de cimento, ou 26 por cento do total produzido no país durante aquele período.

A produção de 2017 foi de 6,5 milhões de toneladas de clínquer e 8,64 milhões de toneladas de cimento, mas o consumo interno foi de apenas 2,63 milhões, ou 30 por cento do total, um desempenho que se prevê agravado este ano, quando Manuel Pacavira Júnior estima que o consumo vai ser ainda mais reduzido.

As cimenteiras CIF e Nova Cimangola (Luanda), FCKS (Cuanza-Sul), Cimenfort (Benguela) e Secil (Lobito) continuam a trabalhar, mas com limitações por falta de mercado, embora também estejam projectadas exportações, principalmente de clínquer, para escoar o excedente.

Empresa detentora de uma assinalável carteira de obras públicas, a construtora Carmon tem apenas três empreitadas em curso em Luanda, nomeadamente as obras dos acessos ao Novo Aeroporto Internacional de Luanda (NAIL), o viaduto da Corimba e a passagem de nível superior do Cazenga.

A coordenadora administrativa da Carmon, Júlia Gonçalves, afirmou à nossa reportagem, durante o certame, que a companhia implantada no mercado há 11 anos, também tem obras em curso no Namibe, Malanje e Soyo, mas se debate com dificuldades ligadas à aquisição de divisas para a importação de matéria-prima.

O director comercial do Banco de Poupança e Crédito (BPC), Manuel Júnior, garantiu que a instituição dispõe de cerca de 120 milhões de dólares de mais 320 milhões disponibilizados pelo Banco Africano de Investimento (BAD) para o financiamento das empresas do sector produtivo.

O responsável, que falava à imprensa na Expo-Indústria e Projekta, explicou que, para o financiamento, o BPC estabeleceu um tecto de cinco milhões de dólares e que, para se habilitarem ao crédito, é fundamental que as empresas avancem 20 por cento do valor do financiamento a solicitar, bem como um estudo de viabilidade do projecto e outro de impacto ambiental.

Apesar de as solicitações de financiamento para o sector industrial terem aumentado, desde 2017, entre 50 e 60 por cento, segundo o gerente do Centro de Empresas do BPC, Emílio Livengue, na verdade, a adesão ao crédito bancário depende muito das condições propostas pelo credor, como disse o presidente da Associação das Indústrias de Materiais de Construção de Angola (AIMCA), José Mangueira.

Criada há três anos, com 30 filiados, a AIMCA está apostada na produção de materiais de qualidade “para poderem satisfazer o mercado nacional e competir no mercado internacional.”

O país já fabrica todo o tipo de material de construção disponível no país, desde tintas, blocos, derivados de aço e cerâmicas, incluindo o cimento.

José Mangueira considerou que empresas filiadas à AIMCA, como as siderúrgicas, já têm capacidade de satisfazer o mercado nacional. “O problema é que o nosso mercado não absorve na totalidade os materiais de construção produzidos no país”, disse.

Preços altos

A oferta nacional também é desfavorecida pelos preços que os produtores se obrigam a impor por falta de abastecimento regular de energia e água e a utilização de fontes alternativas que elevam os custos.

A dificuldade de transportação dos produtos foi também apontada como um dos factores que contribuem para a elevação dos preços, uma vez que as estradas nem sempre estão em condições adequadas.

A Olympic Steel, fábrica angolana de tubos, chapas e derivados de aço, a funcionar há mais de 20 anos, prevê investir cerca de dez milhões de dólares para a montagem de uma linha de produção de malha-sol, anunciou o director da companhia, Alberto Paulista.

Alberto Paulista lamentou uma baixa de produção de 60 por cento da capacidade instalada, observada desde 2015, devido à queda da procura e à falta de divisas para a importação de matéria-prima.

6.9 Preço dos materiais de construção civil disparam no mercado de Chissindo

Jornal Economia e Finanças
23 De Novembro de 20178
Texto: Delfina Victorino

O elevado preço dos materiais de construção civil na província do Bié está a preocupar os consumidores que pretendem “avançar” com as suas obras, principalmente casas e empreendimentos comerciais.

O maior mercado paralelo a nível da cidade do Cuito, o Chissindo, detém um número considerável de comerciantes (mulheres e homens) se dedicam a venda de materiais de construção civil, actividade que serve para o sustento das famílias.

A existência de lojas e contentores adaptados para a venda de cimento, em várias localidades do município do Cuito, tem estado a facilitar a comercialização do produto.

Em relação ao elevado preço do cimento que varia entre 2 mil a 2.500 kwanzas, os consumidores afirmam que não tem estado a facilitar a sua aquisição.

Projectos individuais

O bairro "Azul", considerado um dos maiores surgidos há oito anos, no município do Cuito, possui várias obras de residências e comerciais paralisadas.

Construções de colégios, estabelecimentos comerciais, entre outros, estão paralisadas por causa do elevado preço dos materiais de construção, nos mercados paralelos e estabelecimentos comerciais.

Os varões de 10, 12 e 16 estão no valor de 2 mil a 2.500 kwanzas, no mercado paralelo, enquanto que nos estabelecimentos comerciais está no valor de três mil.

Quanto ao preço da chapa de zinco, as importadas de três metros estão no valor de 3.500 kwanzas, cada, facto que preocupa a população. Para constatar a realidade o JE contactou um dos moradores do bairro "Azul" que possui várias obras paralisadas por razões financeiras.

João Adolfo, de 38 anos, enfermeiro em uma das unidades hospitalares do município disse que é residente no bairro há 4 anos, e vive em casa própria. "A minha casa não está terminada, por causa do elevado preço dos materiais de construção", reforçou.

Segundo contou, os andaimes, arames para cobertura da placa, baldes, pás, enxadas entre outros, também registaram uma subida de preço nos últimos anos.

Antónia Fortuna vendedora de material de construção há cinco anos, confirmou a subida dos preços nos últimos anos.

A comerciante assegurou que adquiriu os produtos nos armazéns da província de Luanda, para revendê-los no mercado do Chissindo, no Cuito.

6.10 O Direito à habitação e seus fundamentos

Jornal A República
23 De Novembro de 2018

O direito à habitação está estabelecido em diferentes Constituições universais, por ser um direito irrevogável na vida dos seres humanos, pois uma vida digna é meramente possível se os direitos dos cidadãos forem amplamente respeitados e efectivados, daí o tema trazido pelo Jornal A REPÚBLICA.

Sob este ângulo, eis o que defende a Constituição angolana vigente, no seu artigo 85 (Direito à habitação e à qualidade de vida), Todo o cidadão tem direito à habitação e à qualidade de vida.

Entretanto, o artigo em citação, discorrendo no âmbito constitucional e jurídico, assegura as prerrogativas cedidas aos cidadãos sob o ponto de vista dos seus direitos que devem ser amplamente efectivados, firmado numa política pública inclusiva que vise colmatar o deficit habitacional existente no nosso país. Uma vez que grande parte dos cidadãos angolanos não reside em casa própria, recorrem, em muitos casos, a casas arrendadas, pois os direitos dos cidadãos, precavidos constitucionalmente, tardam a dar cobro às suas compressoras necessidades.

Desse modo, o direito à moradia passou de direito de todos para apenas direito dos mais favorecidos. E, quando fornecido à minoria, na maioria dos casos, não abrange o perfeito desenvolvimento da dignidade da pessoa humana.

Daí que o direito à moradia estampa a precisão capital do homem, sendo requisito indispensável para uma vida plena. Como bem dissertava o jurista brasileiro, Nolasco (2008, p. 87) "[...] a casa é o asilo inviolável do cidadão, a base de sua indivisibilidade, é, acima de tudo, como apregoou Edwark Coke, no século XVI: a casa de um homem é seu castelo".

Neste caso, Nolasco (2008, p. 88) define o direito à moradia, como sendo a posse exclusiva de um lugar onde se tenha um amparo, que se resguarde à intimidade e se tenha condições para desenvolver práticas básicas da vida. É um direito erga omnes, um lugar de sobrevivência do indivíduo. É o abrigo e o amparo para si próprio e seus familiares " [...] daí nasce o direito à sua inviolabilidade e à constitucionalidade de sua protecção!":

"Se em seu estado natural homem, na imensidão do orbe, encontrava um ponto para estabelecer-se e a abundância de material para a sua edificação, o incremento da população e a carência de espaços livres foram comprimindo a potencialidade de exercício de moradia, até a sua gradual e drástica redução, senão extinção, para os mais desfavorecidos (os moradores debaixo das pontes, das ruas, das praças e das calçadas), como ocorre diariamente nos grandes aglomerados humanos", Fim de citação. (NOLASCO, 2008, p.88).

6.11 Governos locais com poderes executivos nos transportes e habitação

Jornal Expansão
23 De Novembro de 2018
Texto Hamilton Cruz

Os Governadores das 18 províncias receberam, na terça-feira, dia 19, dos ministros dos Transportes, do Urbanismo e Habitação e das Obras Públicas a transferência de poderes executivos e o respectivo orçamento alocado às novas competências.

A medida visa conceder maior capacidade administrativa aos Governos provinciais, passando estes agora, no sector dos transportes, a fazer a gestão e licenciamento da actividade de táxi intermunicipal e das empresas concessionárias, bem como a administrar os transportes públicos intermunicipais e inter-provinciais.

Para o ministro dos Transportes, Ricardo de Abreu, a descentralização e o licenciamento da actividade constitui numa oportunidade para a arrecadação de receitas por parte dos municípios, permitindo uma rápida intervenção a nível dos órgãos locais.

Já no Urbanismo e Habitação, fica sob gestão provincial a construção e licenciamento de elementos do mobiliário urbano como outdoors, quiosques, expositores, bancas e cabines.

No sector do Ordenamento do Território e Habitação foi transferida, entre outras competências,

a capacidade de elaboração de propostas para delimitar as áreas de desenvolvimento urbano e turístico e de construção prioritária, de acordo com os planos nacionais e das políticas sectoriais.

Por fim, nas Obras públicas, passam a gerir a manutenção das avenidas e das praças públicas, bem como a construção, manutenção e iluminação de estradas secundárias. Está contemplada ainda a planificação e execução de acções no domínio da abertura e terraplanagem de vias terciárias ou equiparadas, e acções de manutenção e gestão de vias terciárias ou de nível inferior.

Segundo o governador da Lunda Sul, o processo de transferência vem reforçar o poder da administração local, sobretudo a nível dos municípios, dando maior capacidade de intervenção na resolução dos problemas dos municípes.

A cerimónia, que marcou a segunda fase de transferências de poderes ministeriais, foi orientada pelo ministro de Estado e Chefe da Casa Civil do Presidente da República, Frederico Cardoso.

6.12 Governo da província do Bengo abandona moradores do Panguila

Jornal A República
30 De Novembro de 2018
Texto: Isidro Kangandjo

O Bairro do Panguila tem a dimensão de um distrito, com uma população estimada de 130 mil habitantes, provenientes das zonas de risco de alguns bairros que constituem a capital do país, Luanda. A equipa do Jornal A REPÚBLICA esteve presente no bairro do Panguila, nesta Quarta-feira, 28 de Novembro, para ouvir os relatos dos moradores. O Panguila precisa de quase tudo, desde segurança, água, saúde, investimentos e locais de lazer.

"Sempre que pedimos a intervenção da administração municipal, dizem-nos que estão a espera da resposta dos órgãos superiores, não sabemos quem é o órgão superior, que até hoje não é visto para que possamos pedir ajuda a ele. No Panguila, só somos recordados em véspera das eleições, não sabemos se somos considerados como parte integrante do município ou enteados, porque aqui ninguém nos dá atenção", frisaram.

Entre a EPAL e os moradores do Panguila existe uma distância enorme e a Empresa Pública de Água tem estado a fazer cobranças abusivas às populações sem que os mesmos beneficiem do líquido precioso. "A EPAL sabe que nós não beneficiamos da água há

8 anos e existe sectores que nunca viram o líquido nem a canalização da água, como é o caso do sector 11”.

Segundo informações a que a nossa equipa de reportagem teve acesso, todos os moradores são obrigados a pagar a água, mesmo não a tendo nas suas residências, outros dizem que se trata do pagamento do consumo anterior, mas os moradores consideram essa acção como política extra para extorquir a população.

"Já fomos ter com a EPAL, mas não resolvem o problema das roturas que estão no Panguila e dizem que a tempo próprio dariam resposta. A verdade é que em relação às tubagens de água que vão ao Panguila, celebrou-se uma série de contratos com várias empresas privadas, a água que deveria beneficiar a população foi desviada e o que se vê hoje é a existência de canalização e torneiras que não jorram água" explicam os moradores.

Outro problema que preocupa os moradores é a falta de fiscalização e de polícias sérios que combatam a venda ilegal de terrenos. A equipa do Jornal A REPÚBLICA, através dos interlocutores anónimos, conseguiu identificar indivíduos que se encontram no sector 10, que se apropriam de casas do Estado e materiais das residências do sector 11, envolvendo supostos burladores, identificados com os nomes Inocêncio da Silva Dange e Domingos Lindador, que são coordenadores do sector 10.

A população diz estar a ser infernizada pelos senhores citados e pedem a intervenção dos órgãos competentes que não sejam da província do Bengo. "Venderam mais de 600 sanitas que estavam colocadas no projecto do sector 11 e ninguém diz nada, foram apanhados em flagrante delito, ficaram detidos durante duas horas, algumas sanitas ficaram retidas da esquadra e outras foram vendidas no mercado internacional do Luvo"

O que preocupa os moradores é o facto de os culpados terem sido identificados, mas até ao momento encontrarem-se impunes, a polícia não quer intervir rigorosamente na situação. As vítimas dizem tratar-se de uma rede grande e que envolve agentes do SIC, Polícia Nacional e pessoas influentes da administração da Barra do Dande. O povo clama por melhores condições de vida, a maioria deu valores aos senhores Inocêncio da Silva Dange e Domingos Lindador, aguardando pela casa própria.

"Esses senhores recrutam pessoas para ocupar casas ilegalmente, a outros cobram dinheiro, alegando que quando o Estado começar a distribuir casas, serão os primeiros a receber, se não aceitar vamos fazer uma

discussão em vossa defesa. O que existe são elementos querendo ter lucro fácil”, disse uma das vítimas que preferiu falar em anonimato.

Os supostos burladores do Panguila não só se dedicam à venda de casas, como também vendem terrenos. Segundo os descontentes, Inocêncio teve a coragem de tentar vender o terreno do coordenador do sector 8, mas não foi possível porque teve de fazer uma intervenção rápida junto da administração local. "As autoridades têm que começar a trabalhar no verdadeiro sentido para acabar com esses bandos que mancham a imagem do Governo. Eles venderam a casa e o carro de um expatriado português, o que nos incomoda é que eles andam em liberdade, e com o dinheiro do roubo, vestem as melhores gravatas, bebem os melhores vinhos e grelham os melhores pínchos" disse o senhor Cândido dos Santos e Paulo Paxi.

A Polícia do Panguila perdeu credibilidade perante os moradores locais, porque "quando levamos um caso ao posto da Polícia somos ignorados, conhecem os senhores que tiram o sono dos moradores, ainda assim, não intervêm. Por isso, quando há um caso do género preferimos falar em anonimato para não sermos conotados, porque quando se dá a queixa à Polícia, mais tarde, o próprio agente vai informar ao tal malfeitor. Quer dizer, não existe no Panguila polícias que honram com o sigilo profissional”, lamentaram.

Pessoas implicados na suposta máfia disseram que as acusações que pesam sobre si servem apenas para manchar a sua imagem. "Algumas pessoas estão a tentar sujar o meu bom nome e a minha imagem, o que acontece é que havia pessoas no meu sector, que viviam nas condições de três famílias e que, mais tarde, seriam realojados no sector novo. No realojamento, algumas casas do sector 10 ficaram vazias e alguns moradores ocuparam as mesmas. O que acontece é que a Polícia notifica os invasores e eu como coordenador levo a notificação a eles para que saíam voluntariamente, logo, deduzo que é por esta razão que as pessoas estão a querer dizer que estou a apropriar-me das casas do Estado e isso não é verdade. Inocêncio da Silva Dange disse que desconhece as acusações que pesam sobre si, entretanto, a Polícia deve fazer o seu trabalho para apurar os factos.

7. TERRA

7.1 Administrador diz que há documentos que provam o contrário

Novo Jornal

1 De Novembro de 2018

Texto: Ernesto Gouveia

O administrador do município de Belas, em conversa telefónica com a nossa reportagem, afirmou ter conhecimento de todo esse processo e esclareceu ainda que a pessoa visada no mesmo é Maria Madalena Campos da Costa.

Ao longo da conversa, chamou a senhora de "matreira", afirmando que muito do que esta tem afirmado não corresponde à verdade.

Segundo Mateus António da Costa «Godó», ainda existem documentos de cedência do espaço pelo Governo da Província de Luanda (GPL). O NJ apurou que tal aconteceu na altura em que o general Higinio Lopes Carneiro estava à frente dos destinos da capital.

"O tribunal é que está a tratar do assunto e terá o desfecho desse processo", disse. O administrador vai ainda mais longe ao apontar que a senhora que a suposta proprietária tem um grupo devidamente organizado para que coisas desse tipo sejam feitas.

O referido processo de posse do terreno que, de acordo os documentos, está em nome de Maria Madalena Campos de Costa, explica, começou quando o citado administrador era ainda responsável pela divisão administrativa de Viana, mostrando que é uma situação que já se arrasta há bastante tempo.

Questionado se aquele espaço sempre foi sua propriedade, embora passado em nome de sua esposa, o visado respondeu que sim.

Relativamente à documentação do tribunal, afirmou que a senhora deverá ter indicado um outro espaço e apresentou papéis de supostos camponeses. Falou ainda de invasão de espaços vedados na intenção de mostrar ao Tribunal que já vivia naquele lugar.

"Os 9.000 metros quadrados de que diz ser proprietária, se reparar no documento da senhora, são apenas 900 metros quadrados", reiterou o entrevistado, esclarecendo ainda que, enquanto o processo estiver em curso no tribunal, a dita proprietária dos nove hectares terá de apresentar

outros papéis certifiquem a titularidade sobre o referido terreno.

Relativamente à dimensão do espaço questionado por Mateus da Costa, a outra parte afirma que deverá ter sido um erro na execução do documento e diz ainda que nos registos do Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda (IPGUL), existem os registos correctos e que confirmam, sim, a posse do terreno nas dimensões em causa.

Na recolha das informações, o nome que mais se citava era o do administrador mas, na conversa, o responsável fez questão de deixar claro que o nome que está no processo é o da sua esposa e não o seu, embora tenha domínio de todo esse processo, uma vez que casou com a mulher em comunhão de bens e deixa a gestão e acompanhamento do terreno sob a responsabilidade da parceira.

Nada soou relativamente a diferentes episódios que têm ocorrido em toda a extensão do município de Belas, em que os conflitos de posse de terras chegam aos gabinetes da administração daquele município, acabando por irem a tribunal.

À semelhança do município de Viana, que é até agora o mais populoso da capital, o município de Belas tem assistido a diferentes conflitos de posses de terreno. Aquela divisão administrativa com 1.077 quilómetros quadrados e pouco mais de 750 mil habitantes regista episódios quase todos os dias.

«Parece que há restilhos de utilização de posições e nepotismo»

O jurista Wilton Micoló afirma ser difícil pronunciar-se sobre estes factos, assim como os meios de prova que cada um apresenta.

O jurista explica que o facto de a decisão já ter transitado em julgado deve levar a concluir que a condição social não deve ser um elemento para favorecimento ou desfavorecimento em casos deste tipo.

"Parece haver aqui rastilhos de nepotismo e utilização de posições de Estado para humilhar e prejudicar deliberadamente outrem, o que constitui crime e leva à destituição do cargo público", afirmou.

Nesse sentido, prossegue o especialista, se já existe uma decisão do tribunal de primeira instância, a senhora, representada pelo seu advogado, deve proceder a uma informação formal ao referido tribunal de como a ordem não está ser respeitada, somando o facto de estar a sofrer ameaças.

No que se refere à outra parte, Micoló afirma que tem ainda o direito de recorrer ao tribunal superior. Contudo, não deve pressionar a outra parte, sobretudo tratando-se de alguém que exerce funções de Estado, cujo princípio fundamental é garantir o bem-estar. Pode ainda recorrer à procuradoria-geral da República, cuja missão é também proteger cidadãos comuns contra pessoas com poderes políticos, militares ou simplesmente mais abastados.

"O facto de a senhora ser mais pobre não faz dela automaticamente proprietária legal. E preciso ver os termos de referência do espaço e analisar os meios de prova", finalizou.

7.2 Luta por posse de terrenos gera celeuma

Novo Jornal

1 De Novembro de 2018

Texto: Ernesto Gouveia

Detenções, ameaças de morte e outro tipo de conflitos que geram, entre as partes envolvidas, falta de respeito e violação de alguns direitos é parte do resumo de uma história que envolve a dona de nove hectares de um terreno localizado no município de Belas.

A zona em conflito está na área da Boa Esperança, Camama 2. Tem como ponto de referência as bombas de combustível de Sonangol da Via Expressa, passando por uma via já asfaltada que leva até um Casino bastante frequentado por asiáticos, pouco antes da centralidade do Kilamba.

Aquela cobiçada extensão de terreno localizada ao longo da Avenida de Fidel de Castro, sentido Benfica-Cacuaco, parece ser o calvário de Lúcia Francisca de Nazaré, que se apresenta como proprietária do espaço. Segundo ela, foi em parte herdada dos pais e outra cedida por antigos camponeses, ainda nos finais da década de 80.

Após a valorização da área, resultante do surgimento de infra-estruturas, principalmente com uma importante via de comunicação, o terreno passou a estar "debaixo do olho" de algumas pessoas. Estamos diante de um caso isolado, mas que representa o denominador comum de várias anomalias que naquele município se sucedem, com particular incidência nas zonas que cercam a centralidade do Kilamba e que são alvo de várias disputas. Aliás, o cordão que liga a ainda nova centralidade ao Benfica é, visivelmente, um ponto de interesse para os investidores, no que aos terrenos se refere.

Lúcia de Nazaré diz ser vítima de uma situação que, como ela mesmo explica, está a ser criada pelo actual administrador daquele município.

A alegada proprietária apresenta como argumentos uma documentação que serve como prova da titularidade daquele espaço do qual começou a ser expropriada no dia 13 de Agosto deste ano.

"A cena não foi das melhores", disse. Operativos da direcção provincial de fiscalização, testemunhados por agentes da polícia da unidade do Kilamba, demoliram tudo o que estava ser erguido pela senhora que se apresentou à nossa reportagem como titular dos 9 hectares em causa. Logo em seguida, segundo contam, insultos e ofensas verbais foram o bastante para que o clima instalado não fosse dos melhores, muitos deles captados por vídeo-imagens que podem ser usados como provas.

No calor do confronto, foram citados os nomes de Mateus António da Costa «Godó» como o mentor de todas estas situações à volta dos interesses em torno daquele espaço. O administrador do município de Belas é apontado como a principal figura a incentivar o esquema de ocupação que está a ser feito por terceiros, colocando como escudo Maria Madalena Campos da Costa que, segundo o NJ pôde apurar, em nenhum momento deu a cara no referido terreno para poder esclarecer como obteve o espaço e que mecanismos utilizou.

O Novo Jornal apurou também que o nome a que se referem é da esposa do administrador em causa.

O que a reportagem constatou, adicionado ao que já foi relatado, é a ocupação de outros espaços que, alegadamente, são pertença de Lúcia de Nazaré.

Foi possível ver terrenos vedados, dentro do perímetro dos 9 hectares, entre os quais um com casas a serem erguidas, que têm como proprietária Joana Quintas, conhecida figura do aparelho político e administrativo. Neste cenário, a "lesada" foi ainda mais longe ao indicar outros nomes no grupo de pessoas que estão a tomar posse de algumas parcelas daquele terreno.

Enquanto decorria o processo, os ditos invasores, num curto espaço de tempo, vedaram os terrenos que estavam em litígio.

A cidadã junta às suas palavras o dedo acusador ao dizer que, por serem figuras ligadas à governação, forjaram documentos que colocassem em causa a veracidade daquilo que a mesma tem vindo a afirmar. Dado certo é que, além dos documentos apresentados passados em nome de Lúcia de Nazaré, outros proprietários já apareceram, segundo ela, com

documentos que garante serem duvidosos, uma vez que, defende-se, além dos seus papéis, tem domínio do historial relacionado com o crescimento do espaço e conta ainda com testemunhas, tais como antigos camponeses e o soba da área.

O caso é apenas um entre muitos que são denunciados por populares que se vêm incapazes de confrontar os invasores que são, segundo eles, bem posicionados e têm como "dar à volta" aos contenciosos. Da história que relatamos, pelo menos mais quatro senhoras estão em condições piores em relação à entrevistada, porque, além do temor, se vêm a braços com a incapacidade de resolver o problema.

O crescimento daquela zona coloca algumas pessoas com medo em relação aos terrenos que não querem ver usurpados por indivíduos que, com recurso ao dinheiro, usam pessoas com alguma influência para tomar posse do que não lhes pertence.

Segundo apontam, a chantagem é um outro método utilizado para intimidar pessoas vulneráveis e com fraco poder de resposta, que têm como argumento o usucapião, termo utilizado quando se refere a alguém que se torna dono de um bem ou espaço não por ser titular formal, mas por habitá-lo há muitos anos.

Alguns falta de esclarecimento, comodismo ou fragilidade económica colocam essas pessoas numa condição desfavorável em situações de invasão ou expropriação por pessoas ligadas ao Estado, como a que pudemos assistir.

Ocupantes resistem às ordens dadas pelo tribunal

O desenrolar da história, até às diferentes audiências realizadas em que foram ouvidas as partes visadas no processo, levou a que o Tribunal Supremo ditasse um veredicto a favor de Lúcia de Nazaré como legítima proprietária do espaço de 9.000 metros quadrados.

A referida sentença ordenou que todos os ocupantes, sem excepção, abandonem o espaço e paralitem as construções que estavam a ser feitas no local. O que se constatou é que, mesmo depois desta decisão que já foi tomada em se segunda instância, está ainda instalado um clima de conflito entre as partes.

A negociação com as pessoas que estão a erguer residências no local, como é o caso do espaço ocupado por Joana Quintas, antiga secretária da Organização da Mulher Angola (OMA) para Luanda, é o exemplo mais visível. São 12 casas já construídas para a formação de um condomínio de média/alta renda que, segundo testemunhas, presumivelmente viriam a ser comercializadas após a sua conclusão.

Ao longo desta semana, pudemos perceber que a ocupante do espaço apareceu com outro documento que atesta a titularidade do espaço em causa.

Entre uma documentação e outra, até que se confirma a autenticidade dos mesmos, o clima instalado é de algum incumprimento, ao ponto de selarmos portões dos terrenos já vedados e arrancarem as cópias dos documentos do tribunal afixados nas paredes e entradas. Até ao momento, o tribunal acompanha e processo e procura ouvir outras partes.

7.3 Há dificuldades para obter títulos de terras

Jornal de Angola

2 De Novembro de 2018

Texto: Rodrigues Cambaia

As comunidades rurais continuam a encontrar dificuldades na obtenção de títulos de reconhecimento de terras para o cultivo comunitário, indicou ontem a ADRA, no XIX encontro nacional das comunidades, realizado em Luanda.

Por esta via, a reunião dos agentes comunitários reiterou ao Executivo no sentido de criar condições para a legalização das terras comunitárias e garantir a produção e sustento das familiares.

O evento, decorreu de 30 a 31 de Outubro, partilhou experiências sobre o desenvolvimento local sustentável, designadamente Escolas no Campo do Agricultor (ECA), repovoamento florestal e delimitação das terras comunitárias, cooperativismo e crédito rural, diálogo entre comunidades e administrações Locais do Estado.

A reunião concluiu que as Escolas no Campo do Agricultor estão a concorrer para o aumento da produtividade e, por isso, "devem ser expandidas com o apoio técnico do Ministério da Agricultura e Florestas e dos seus parceiros sociais".

As associações e cooperativas foram incumbidas a mobilizar as comunidades para participar nas acções de repovoamento florestal, dada a importância deste recurso nos domínios da economia, saúde e do meio ambiente;

Ao exortarem que a ADRA para continuar a apoiar as comunidades na troca de experiências sobre as caixas comunitárias de crédito, os participantes recomendaram ao Executivo para apoiar tal iniciativa, em razão de estar a reduzir as dificuldades sociais no seio das famílias.

"Existe vontade de diálogo entre comunidades e administrações municipais, mas as comunidades continuam a enfrentar dificuldades de acesso aos serviços essenciais, desde a escassez de medicamentos passando pelo número reduzido de técnicos nos postos e centros de saúde e nas escolas", lê-se no comunicado final do encontro das comunidades.

Entretanto, as comunidades pedem que haja uma colaboração entre as administrações municipais e os parceiros sociais para uma governação participativa. O encontro concluiu que as dificuldades de acesso ao registo de nascimento continuam e, por esta razão, muitas crianças e jovens não conseguem ingressar à escola, devido à distância que separa as aldeias das conservatórias e dos serviços de identificação. AADRA apelou ao Ministério da Justiça e Direitos Humanos para garantir o direito ao registo de nascimento a toda população.

O XIX encontro nacional das comunidades que decorreu sob o lema "Comunidades Participativas, Desenvolvimento Garantido", contou com a participação de representantes das comunidades do Bengo, Benguela, Cunene, Huambo, Huíla, Luanda, Lunda-Norte, Malanje, Uíge Zaire, bem como das administrações municipais do Bailundo, Baía-Farta, Cacuso, Ganda, Administração Comunal do Dombe-Grande e de Organizações da Sociedade Civil e de corpo diplomático, acreditado em Angola.

Durante o evento fez-se o balanço das recomendações do XVIII Encontro Nacional das Comunidades, a apresentação de experiências sobre o desenvolvimento local sustentável, os programas públicos de apoio à agricultura familiar e o processo autárquico.

As comunidades pediram ao Executivo para melhorar o acesso aos serviços nas zonas rurais, sobretudo a educação, saúde e o acesso à água. "O Executivo deve aumentar os técnicos nos sectores da Saúde, Educação e Justiça e Direitos Humanos para fazer frente a carência de enfermeiros, professores nas comunidades e técnicos de Justiça e acelerar o processo de atribuição de títulos de reconhecimento das terras comunitárias rurais."

Os representantes das comunidades manifestaram a preocupação em relação às dificuldades que o Ministério da Agricultura e Florestas enfrenta na implementação dos programas.

7.4 Ex-Vice-Administrador projectado em queda de pescador com técnica de judo devido ao esbulho de terreno

Jornal A República

2 De Novembro de 2018

Texto: Redacção

Alberto Henriques acusa a representante da cooperativa do Lar do Patriota, Adelaide Domingos, de o ameaçar e pretender derrubar a sua casa, alegando ser a proprietária do espaço. Alberto Henriques afirma que esta senhora faz ameaças constantes, abusando de poderes que a administração lhe confere, desconfia igualmente que a administração do distrito e a polícia trabalham para esta cidadã.

Alberto Henriques acredita que por detrás desta confusão há um esquema montado por esta, porque para além do seu espaço, há uns meses, um outro terreno pertencente aos antigos proprietários do seu terreno, também estavam envolvidos em confusão com a mesma senhora.

Segundo Alberto Henriques, adquiriu um terreno que outrora esteve em litígio entre o antigo proprietário e a cooperativa do Lar do Patriota. O antigo proprietário venceu e a administração da Samba, que na altura respondia por aquele distrito, e o gabinete jurídico do Governo de Luanda emitiram um documento que conferia a titularidade aos antigos proprietários. Estes por sua vez venderam o espaço há mais de um ano ao senhor Alberto Henriques.

Em Outubro do ano passado, deram entrada da documentação do pedido de titularidade do espaço, na administração do Talatona. Para o efeito, era necessário uma licença para dar início, e pediram-lhe 500.000 kwanzas pelo referido documento que, numa primeira fase, pagou 350.00 kwanzas e a outra parte será paga assim que receber a licença que até ao momento não lhe foi entregue.

Devido à demora dos documentos' os materiais preparados para a obra estavam a ser vandalizados e como já se tinham passado vários meses, o senhor Alberto Henriques conta que achou por bem começar a obra.

Três meses depois do arranque, apareceu a senhora Adelaide, ameaçando demolir a obra e mandou parar a construção de forma arrogante, dizendo que era dona do espaço. O senhor Henriques pediu que a senhora visitasse a administração do distrito, para aferir o que se estava a passar, mas esta por sua vez foi buscar a fiscalização da cooperativa do Lar do Patriota que foi ao local, levando consigo um indivíduo chamado Cristóvão.

"Eu averigui os factos e percebei que o senhor era pertence a uma empresa privada. Logo, é uma empresa privada, não pode notificar um cidadão nacional em nome do Estado".

Por sua vez, a fiscalização deixou uma notificação e, no dia seguinte, o senhor Alberto Henriques deslocou-se até a administração, porém, a senhora Adelaide Domingos não se fez presente. Tendo este apresentando os documentos, a administração não permitiu que a obra fosse demolida.

No dia 16, eles retomam com uma outra notificação, declararam litígio e paralisaram a obra, uma vez que o litígio que existia entre a cooperativa do Lar do Patriota e os camponeses, já tinha terminado, segundo a declaração da administração da Samba.

Perante esta situação, a senhora não parou, apareceu com uma equipa e estavam a levar os trabalhadores no mesmo instante em que tudo acontecia. O administrador do distrito estava numa obra ao lado a resolver um assunto semelhante, a senhora chama-o e pede-lhe para demolir a obra, porém, o administrador disse que não podia, porque não foi para lá com aquele objectivo, mas sim resolver o caso de um outro terreno que por sinal, foi vendido pelo mesmo proprietário que insistia que a obra devia ser demolida. Não satisfeita, pediu então que a obra fosse embarcada.

De acordo com o senhor Alberto Henriques, o administrador do distrito aconselhou a paralisação das obras até que o caso do outro terreno terminasse, e que no caso de a senhora em questão vencer, seria devolvido o dinheiro que o senhor Henriques gastou e abandonar o espaço.

Por sorte, os senhores venceram o caso, mas a senhora Adelaide não ficou satisfeita e continuou a fazer ameaças, e várias vezes apareceu lá com máquinas para a destruir. O senhor Henriques contou que vários materiais foram retirados da obra na sua ausência, por indivíduos ao serviço da mesma cidadã.

Perante este caso, o senhor afirma que tanto a administração e a polícia local estão a agir como se

estivessem ao serviço da senhora Adelaide Domingos.

"Eu não entendo como é que a polícia chega numa obra sem mandato e tenta prender os trabalhadores. Como é que a polícia se presta a este tipo coisa".

Depois de várias actuações desta senhora, nós fizemos uma queixa-crime ao SIC do Talatona e este diz que isto não vai dar em nada, é melhor desistir, e o caso em questão foi mesmo arquivado.

Não ficando satisfeita, a senhora mobiliza novamente um aparato policial e vem para aqui, tendo encontrado o senhor Henriques, não conseguiu consumir a sua acção. Telefonou para o comandante da zona, que lhe disse que este caso já tem processo, não vamos agir sozinhos, vamos contactar a administração. Perante esta situação, o senhor chamou a polícia, todavia, a polícia não apareceu e os indivíduos foram-se embora.

Mesmo assim, no mesmo dia, por volta das 18 horas, apareceu no local uma equipa vestida de preto e retirou vários materiais da obra, dinheiro e não deixaram nenhuma notificação.

"Tudo prova que até ao momento esta senhora não está sozinha. Tem entidades a favor dela".

"Na última exposição que fizemos, dirigimos a várias entidades e até ao Presidente da República. O episódio triste é que o SIC agora também está prestar serviços a esta senhora, no dia 25 deste mês, o inspector que me assistiu a ser destrutado na unidade vem deixar uma notificação. Olha o procurador que arquivou o processo-crime que abrimos contra cidadã, que disse que não havia de dar em nada, é o mesmo procurador que está a dirigir o processo onde esta cidadã aparece como lesada. No país de Direito, estas barbaridades não acontecem.

O senhor disse ainda que num País sério estes senhores deviam ser todos presos.

"No dia 23 bateram a porta, deparei-me com máquinas e dois indivíduos com crachás, com a bandeira da República, anunciaram que iam partir isso. Nem se quer se identificaram, pedi um o telemóvel para filmar e eu disse experimentem partir isso de forma ilegal. A minha família estava no interior e eu tinha que velar pela sua segurança. No entanto, eu começo a filmar e o senhor de fato azul bate-me para me retirar o telemóvel, mas passei-o para outra pessoa que continuou a filmar e ele já não me quis largar. Eles continuaram, por sorte, quem estava com o telemóvel pegou um martelo e ele

parou de me agredir. Neste instante, o senhor Toni Desbunda, da Casa Militar, foi buscar a polícia que veio retirar as máquinas por vergonha porque havia tanta gente a assistir aquela cena toda. A polícia chegou e retirou a prova do crime.

Fomos parar na esquadra e lá continuaram os insulto, eu concluo que aquilo lá não é uma esquadra é uma gangue de indivíduos criminosos nas vestes de policiais.

Tentamos contactar a senhora Adelaide Domingos, mas não tivemos sucesso. Em contrapartida, fomos atendidos por um senhor que no instante, disse que a mesma não se encontrava naquele local e que o telemóvel era seu. Passando alguns minutos voltou a ligar e fez várias ameaças.

De acordo com o senhor Henriques, no dia 3 de Outubro, pelas 11 horas, as partes envolvidas participaram numa reunião, no gabinete jurídico do Governo Provincial de Luanda, liderada pelo senhor Carlos Cavuquila e Doutora Edna. Na altura da apresentação, o senhor Toni Disbunda apresentou-se com ar prepotente, olhando para mim. Eu sou o António Lourenço e senhor envolvido na luta cujos vídeos estão a circular nas redes sociais de seu primo José Feliciano Lourenço.

O Chinês que diz ter comprado o terreno nas mãos da senhora Adelaide não se fez presente. A senhora Adelaide não apresentou documentos que lhe confirmam legitimidade de vender o espaço, tendo exibido documentos da cooperativa do lar do patriota.

Eu exhibi os protocolos anexados às taxas de pagamentos dos documentos que estão retidos na administração há mais de um ano. Mas ainda assim, o doutor Cavuquila e a Doutora Edna insistem na titularidade do anterior proprietário, dando assim 72 horas para voltarmos ao encontro.

7.5 Administradora do Kilamba-Kiaxi acusada de querer apropriar-se de parque de estacionamento

Jornal Visão

2 De Novembro de 2018

Administração municipal do Kilamba Kiaxi é acusada de invadir o parque de estacionamento, acompanhada de uma notificação com assinatura da administradora, com a notificação de que a família de Severina Fernando deve deixar o espaço, mas, segundo os documentos da proprietária do imóvel a que este

jornal teve acesso, datados de 1997, a administração municipal do Kilamba Kiaxi, liderada na época por Job Pedro Castelo Capapinha, antigo administrador do município, vendeu o espaço, que antes era uma lixeira, ao ex-marido de Severina Fernando, entretanto falecido.

Segundo documentos apresentados pela família, o antigo administrador municipal, Job Pedro Castelo Capapinha, assinou ainda a autorização para a construção do parque de estacionamento, com a assinatura devidamente reconhecida no cartório notariado de Luanda.

De acordo com Isabel Gomes, filha mais velha de Severina Fernando, depois de o seu pai ter comprado o espaço na administração municipal do Kilamba Kiaxi, e depois das obras estarem concluídas, "o senhor Job Pedro Castelo Capapinha foi quem procedeu à inauguração do espaço. Estamos a trabalhar aqui há 21 anos, e, desde que o meu pai morreu, em 2012, a família deu sequência ao projecto", disse.

Os conflitos

Isabel Gomes afirma que, "desde então, passaram muitos administradores pelo Kilamba Kiaxi, mas nunca houve problemas": acrescentando que, só no dia 21 de Setembro deste ano é que começaram os conflitos entre a administradora Albina Guilhermina e a sua mãe, Severina Fernando.

"Uma equipa da administração municipal do Kilamba Kiaxi invadiu o estabelecimento, acompanhada de uma notificação com a assinatura da administradora, com o protesto que devemos deixar o espaço no prazo de 15 dias, porque neste local vai nascer a nova administração municipal do Kilamba Kiaxi" expôs Isabel. "Respondemos o pedido da senhora administradora, e dissemos que não podemos deixar o espaço porque o mesmo pertence a minha família... temos todos os impostos pagos e todos documentos que comprovam que o espaço nos pertence": afirmou.

"A minha mãe tem 60 anos, foi agredida pelos agentes da Polícia Nacional (PN) e levada para a esquadra com os meus dois irmãos", denunciou.

"No início da manhã de ontem por volta das 9:00 horas, apareceram quatro viaturas da administração municipal com reboques e mais uma patrulha do Comando Municipal da Polícia Nacional (PN) do Kilamba Kiaxi. Invadiram o nosso espaço e começaram a retirar os carros dos clientes que se encontravam no interior do parque": acrescentou.

Segundo Isabel Gomes, quando a sua mãe e os seus dois irmãos tentaram impedir a acção da

administração municipal e da PN foram agredidos e levados para Esquadra.

"Os agentes da Polícia Nacional e os fiscais da administração do Kilamba Kiaxi afirmaram que estão a fazer isto a mando da administradora municipal': argumentou.

Intimidações

Já Neide Gomes, também filha de Severina Fernando, disse por sua vez que a família está a ser alvo de várias ameaças e intimidações por parte da administração do Kilamba Kiaxi.

"A senhora Albina Guilhermina afirmou que o espaço de que a minha família tem feito o seu ganhão desde 1997 é do Estado, e quando o Estado quer, o Estado tira', contou.

Segundo noticiou também

Novo Jornal Online esta semana, sobre o mesmo caso, no Posto Policial do Golfe I, para onde Severina Fernando e os seus dois filhos foram levados, não conseguiram obter quaisquer informações sobre os motivos das três detenções, sendo que, estes cidadãos estavam no seu local de serviço e não tinham infringido qualquer lei.

Contudo, o director do gabinete de comunicação do Ministério do Interior, intendente Mateus Rodrigues, contactado à respeito garantiu que não tinha conhecimento da detenção de Severina Fernando e dos seus dois filhos.

"Não tive nenhuma informação sobre este caso, vou entrar em contacto com o comandante municipal para obter mais dados sobre esta ocorrência. Tão logo tiver algum dado, irei pronunciar-me", garantiu.

No piquete daquela esquadra, foi possível falar com Severina Fernando, que afirmou estar detida por orientação da administradora municipal por não aceitar a entrada dos efectivos da administração do Kilamba Kiaxi no interior do seu estabelecimento.

"Não consigo entender o porquê de tanta perseguição, este espaço pertence-me, ela (a administradora) está a usar a força das suas influências para retirar aquilo que eu e o meu falecido marido conseguimos para os nossos filhos", lamentou.

Silêncio tumular

O Jornal Visão tentou, sem sucesso, contactar a administradora municipal do Kilamba Kiaxi, Albina Guilhermina. A administradora além de não atender

o telefone na manhã de quarta-feira, não se dignou a responder a mensagem que lhe foi enviada dando conta do assunto.

7.6 Camponeses querem intervenção do Estado

Jornal de Angola

5 De Novembro

Texto: Marcelo Manuel

Em 1980, Sebastião Paulo, ainda jovem, proveniente da comunidade de Cabaça, escalou a região de Copacala, a 15 quilómetros da sede municipal do Lucala, com o propósito de encontrar uma oportunidade de trabalho no ramo da agricultura.

Na altura, ele e companheiros viram os seus sonhos tornar - se realidade quando lhes foi permitida, pela administração local, a ocupação de espaços com condições próprias para a prática da agricultura, em Copacala, parte alta do actual perímetro irrigado de Cacala.

Ao longo de 38 anos, Sebastião Paulo teve momentos altos e baixos no que toca à produção, devido ao conflito armado e ao fraco poder financeiro, o que impediu a legalização do terreno de 40 hectares. Entretanto, foi continuando com a produção. Mangueiras, abacateiros, bordões, a par de outras culturas de rotina, como o caso da mandioca, feijão, banana, amendoim, abacaxi e inhame, entre outras, eram os principais produtos.

Para melhor aproveitamento do espaço, criou uma cooperativa composta por 35 famílias, também não legalizada ainda. A referida cooperativa é integrada por viúvas e jovens, a maioria dos quais se dedica à agricultura de subsistência, num espaço de 18 hectares.

De acordo com Sebastião Paulo, o sonho da velhice tranquila começou a ser ameaçado há três anos, com o surgimento de uma empresa agrícola, denominada Turiagro, a quem acusa de querer usurpar as suas terras, em prol de uma agricultura mecanizada e em grande escala.

Inicialmente, disse, os responsáveis da referida empresa tentaram, por várias vezes, negociar a cedência do espaço, em troca de outro na zona mais baixa do mesmo perímetro. A negociação incluía, igualmente, outras benesses, como a entrega, pela Turiagro, de motorizadas, uma casa e outros meios necessários para a prática agrícola.

"Recusei a proposta por achar inconveniente, pelo facto de o meu espaço já possuir mantimentos, que levei a vida inteira a plantar, a par de o terreno por eles garantido ter os seus donos, que conheço de forma pessoal", sustentou.

Sebastião Paulo mostra-se surpreendido e agastado com o facto de os responsáveis da Turiagro possuírem documentos legais que conferem a titularidade de mais de 1.400 hectares a nível da região, facto que, em sua opinião, aconteceu sem qualquer contacto com os camponeses locais, muitos dos quais já expulsos dos seus próprios terrenos.

O agricultor diz que o seu grito de socorro surge pelo facto de, há 15 dias, quando tentava preparar cinco hectares mecanizados para a presente campanha agrícola, ser interdito de continuar a lavrar nas terras que sempre foram suas, por indivíduos armados, que alegadamente são seguranças da Turiagro.

"A situação mais grave aconteceu em Agosto passado, quando fui surpreendido, pela primeira vez, pelos guardas da empresa. Na tentativa de defender-me, fui acusado de ladrão e agressor, o que me fez parar na prisão, onde permaneci durante uma semana", contou Sebastião Paulo, sublinhando que, posteriormente, foi solto por falta de provas.

Acusação de incumprimento

O corpo directivo e outros associados da Cooperativa Agropecuária de Cacala, a quem também foram retirados 150 hectares dos 360 anteriores cedidos pelo Estado para o desenvolvimento da agricultura familiar, acusam a empresa Turiagro de não cumprir com as várias promessas feitas durante a fase inicial da criação dos seus projectos naquela zona.

O presidente da cooperativa, Adão Cabulo, avançou que há três anos que o corpo directivo da Turiagro prometeu a criação de um terreno com 150 hectares, já mecanizados, para a acomodação dos camponeses retirados das terras por eles ocupadas, casas de carácter definitivo, a par das intervenções anuais para a melhoria da picada de acesso ao perímetro, com cerca de oito quilómetros. Até agora, aquela empresa não cumpriu com as promessas.

Visivelmente preocupado, Adão Cabulo pediu a intervenção das entidades competentes, no sentido de evitarem que a vedação da fazenda Turiagro barre o acesso à fonte de captação da vala de drenagem que suporta a irrigação de 120 hectares que garantem a sustentabilidade de 1.500 famílias de forma directa e indirecta.

A cooperativa, disse, possui toda a documentação exigida para a prática da agricultura familiar, mas a mesma não tem sido suficiente para travar aquilo que considera uma invasão sem precedentes.

Beatriz Mateus, tesoureira da cooperativa de Cacala, recorda que na abertura do ano agrícola 2016/2017, cujo acto nacional aconteceu em Cacala, uma das passagens do discurso do ministro da Agricultura, Marcos Nhunga, dava conta da necessidade da preservação dos espaços destinados à agricultura familiar, por esta ser a maior fonte de oferta de produtos agrícolas no país. Por isso, Beatriz Mateus pediu a quem de direito que se faça justiça e se reponha a legalidade. De resto, os camponeses de Cacala e Copacala acusam o anterior presidente da cooperativa, Cardoso Joaquim, mais conhecido por "Gato", de ter usado o poder que possuía na altura para entrar em contacto com os responsáveis da Turiagro, para o aproveitamento dos espaços, em troca de alguns bens.

Em sua defesa, Gato negou qualquer acusação, considerando tais declarações injustas e caluniosas, tendo afirmado que, durante os seis anos que comandou os destinos da cooperativa, tudo fez para a legalização da mesma.

Durante os últimos três anos, revelou, foram produzidas 629 toneladas de produtos diversos, resultantes da mecanização de 280 hectares. Reclamou a falta de meios de transporte para o escoamento dos produtos do campo para a cidade.

Turiagro quer negociação

O actual gerente da fazenda Turiagro, Tiago Marques, manifestou a intenção de negociar de forma pacífica e ordeira com as partes envolvidas, por entender que o diálogo é a melhor forma que os homens devem buscar para a resolução de conflitos, embora tenha alegado estar há pouco tempo no cargo.

Tiago Marques frisou que os patronos da empresa comungam do mesmo sentimento, até porque já existem negociações com vários camponeses que aceitaram as condições oferecidas. Disse desconhecer a alegada promessa da responsabilização e lavoura de 150 hectares, tendo avançado que apenas lhe foi informada a tendência da mecanização de 20 hectares, que em sua opinião podem ser cultivados a qualquer instante.

O gestor descartou qualquer possibilidade de agressão ou maus tratos aos camponeses, tendo avançado a intenção da contratação de mão-de-obra local, para fazerem parte do leque dos cerca de 400

funcionários que a empresa vai precisar nos próximos tempos.

Tiago Marques assegurou ainda que a Turiagro é uma entidade de bem e tem o propósito de tornar a região numa potência agropecuária, razão pela qual há um grande investimento numa área de 1.400 hectares. Neste espaço, esclareceu' haverá a produção de mantimentos e a criação de gado bovino e caprino, além da construção de uma fábrica de ração animal.

Neste momento, disse, decorre igualmente a construção de currais para albergar caprinos e bovinos, que vão dar suporte à cobertura de venda de carne com qualidade a nível do Cuanza-Norte, criando mais oportunidades de emprego para a juventude e cimentando, assim, os propósitos da diversificação da economia. Actualmente, a fazenda emprega de forma directa 120 pessoas, todos angolanos, e 80 de forma indirecta, nas áreas de recolha e armazenamento de produtos, ensacamento e arruamento de solos.

Tiago Marques sublinhou que a fazenda Turiagro possui cerca de 1.400 hectares e foi criada com o propósito de se tomar num pólo industrial a nível da região, com a intenção de criar um bom ambiente de trabalho que ajude na diversificação da economia nacional.

7.7 Camponesa faz morada no aeroporto de Luanda

Jornal de Angola
Rodrigues Cambala

Rosa Sebastião Manuel, 62 anos, está a residir, há uma semana, com o esposo adoentado no interior do novo Aeroporto Internacional de Luanda, no Km 44, por supostamente ter sido burlada na indemnização a que tinha direito.

O acordo com as autoridades era no sentido de abandonar a lavra de dois hectares logo que recebesse a casa e um valor monetário não definido. Já no interior do aeroporto, dois soldados impediram a entrada da reportagem do Jornal de Angola no recinto do estaleiro. Agastada com a situação Rosa Sebastião Manuel deixou apenas o interior do estaleiro a sua antiga lavra, para prestar declarações por entre árvores frondosas e o sibilar de pássaros. -

Rosa Sebastião Manuel tem a lavra desde 1973, ano em que se mudou para a casa do marido. Só em 1977 foram orientados a abandonar o local a pedido do Presidente Agostinho Neto, devido aos conflitos

entre o MPLA e a FNLA. Mas, dois anos depois voltaram à zona que ganhou nome de Vai-Volta.

Rosa Sebastião Manuel contou que, em 2005, a sua lavra foi abrangida pelas obras do novo Aeroporto de Luanda. "O major Catati, que era na altura inspector do posto policial na zona, apareceu depois como major das FAA, e informou que eu tinha de abandonar a lavra, porque naquele espaço seria construído o estaleiro", disse Rosa Sebastião Manuel, realçando que, no mesmo período, recebeu uma tenda, que foi montada no espaço para guardar os seus haveres até receber a indemnização por parte do Estado.

Passados 13 anos, Rosa Sebastião Manuel confessa que desmaiou, vezes sem conta, quando viu as mangueiras e cajueiros a serem derrubados para dar lugar ao aeroporto.

"Acompanhei de perto a indemnização que o Estado deu aos outros camponeses", disse, para acrescentar: "As outras camponesas receberam casas e um valor monetário. Até agora o major Catati diz que temos de esperar e que não é culpado, porque outras pessoas é que o impedem de fazer a inserção do meu nome na lista."

Num tom ofegante, a idosa disse que alguns efectivos do Exército estão solidários consigo e questionam as razões que levaram o major Catati a não ter entregue a indemnização, uma vez que recentemente teve um Ataque Vascular Cerebral (AVC).

"Tive de entrar à revelia e fixar-me no interior do estaleiro do empreiteiro das obras do aeroporto. O chinês, dono do estaleiro, informou-me que já pagou a todos os camponeses, mas, infelizmente, não me pagaram", lamentou Rosa Sebastião Manuel, que avançou que muita gente morreu sem ser paga.

Depois de informar que o seu esposo nasceu no local em 1942, a camponesa admitiu que não vai arredar pé do local sem que seja resolvida a sua situação. "Com chuva ou sem chuva não saio. Vale a pena morrer, porque estou a ser burlada", acrescentou Rosa Sebastião Manuel, para frisar que não consegue pagar as propinas da faculdade do filho, porque já não tem produção há muitos anos.

O Jornal de Angola contactou, por telefone, o major Catati, que está a ser acusado de burlar a camponesa, mas negou de falar sobre o assunto, tendo desligado de seguida o telefone.

7.8 Administrador reconhece falhas na sensibilização da população

Jornal de Angola

5 De Novembro de 2018

Texto: Marcelo Manuel

O administrador municipal de Lucala, Mateus André Garcia, reconheceu que houve falha da antiga administração, por não sensibilizar a população a tratar os documentos necessários para a legalização dos espaços de cultivo de forma atempada.

Durante uma reunião com os membros da fazenda Turiagro, nas suas próprias instalações, Mateus Garcia manifestou a intenção de ver ultrapassado o conflito o mais rápido possível. Aconselhou os membros da fazenda no sentido de cumprirem com as promessas feitas no passado, como forma de demonstrarem a sua boa vontade e reconciliarem-se com a população ao redor. O administrador admitiu que é função do Estado desenvolver políticas de desenvolvimento das comunidades, com parceiros privados que queiram investir na região, mas, para tal, disse ser necessária a auscultação dos munícipes em relação à situação legal do terreno solicitado pelo empresário, já que não houve, na altura, negociações deste terreno.

Em relação aos 150 hectares pertencentes à cooperativa de Cacala, também ocupados pela Turiagro, o administrador de Lucala prometeu enviar ao local uma equipa de especialistas do Instituto de Geodesia e Cartografia de Angola (IGCA), com o intuito de redimensionar o croquis de localização da zona, para a cedência de um novo título de concessão de terras que permita um pagamento de impostos justo, junto da Administração Geral Tributária (AGT).

A terra é pertença do Estado O jurista Tomé João Pedro Francisco evocou o artigo 2º da Lei nº 9/04, de 9 de Novembro (Lei de Terras) para afirmar que a terra é pertença única e exclusiva do Estado.

De acordo com o jurista, a actual lei tem como objectivo estabelecer as bases gerais do regime jurídico das terras integradas na propriedade originária do Estado, os direitos fundiários que sobre estas podem recair, o regime geral de transmissão, constituição, exercício e extinção destes direitos.

Tomé Francisco esclareceu que o regime geral de direitos fundiários sobre os terrenos concedíveis do Estado está sujeito a princípios fundamentais estatuidos no artigo 4º da Lei de Terras. A expropriação dos terrenos aráveis, feita aos camponeses de Copa cala que praticavam agricultura

familiar há 30 anos, sem documento, é um acto por utilidade pública, com pendor no interesse público, concluiu.

O jurista considera imperiosa a cedência de novos espaços para a prática da actividade agrícola e, concomitantemente, o sustento das famílias em causa, pelo facto de o Estado ser uma entidade de bem.

O perímetro irrigado de Cacala está situado a 15 quilómetros a oeste da sede municipal de Lucala, no Cuanza-Norte. Possui uma extensão territorial de cerca de cinco mil hectares e é banhado por três rios permanentes, com realce para o "Lucala", tido como um dos maiores de Angola.

A região possui condições favoráveis para a prática da agricultura e criação de gado. Os produtos mais cultivados são a batata-doce e rena, feijão, amendoim, hortaliças diversas, mandioca e inhame.

7.9 Cidadão espanca o primo até à morte por causa de terreno

Jornal O PAÍS

8 De Novembro de 2018

Um homem de 40 anos morreu U após não resistir às agressões de que foi vítima, por parte de seu primo, na Comuna de Capunda Cavilongo, no interior da Huíla. A discussão entre os dois surgiu por causa de uma parcela de terra dos seus avôs

O crime de homicídio aconteceu no município da Chibia, no último dia 3, e consta no balanço da Polícia Nacional na Huíla a que o Jornal OPAÍS teve acesso. No interior de uma residência, um cidadão de 33 anos, camponês, agrediu brutalmente o seu primo de 40 anos até causar-lhe a morte.

O último cidadão dirigiu-se, à data dos factos, à residência do acusado para reclamar a partilha de um terreno deixado pelos seus avôs, uma vez que, como primo, achava-se no direito de usufruir de uma parte deste espaço. Insatisfeito com a referida reclamação, o cidadão de 33 anos partiu para a agressão física, tendo causado, minutos depois, morte imediata ao primo.

Este é um dos factos relevantes que constam no balanço da Polícia local, seguido da violação sexual ocorrida no município de Lubango, na via pública, praticado por indivíduos desconhecidos, de que é vítima uma adolescente de 14 anos de idade, estudante.

A adolescente estava à espera de um táxi, na paragem, até que acabou subindo num cujo motorista e o cobrador eram bandidos. Apesar de no mesmo táxi estarem mais cinco pessoas para além da vítima, o taxista desviou a rota para o Cristo Rei, onde anunciou a sua maligna pretensão e de seguida manteve cópula ilícita com a menina.

A Polícia procura esclarecer este crime com a detenção dos acusados, pelo que diligências estão a ser feitas neste sentido. No último final-de-semana, a província da Huíla registou um total de 17 crimes de natureza diversa, entre homicídio (1), violação sexual (1), ofensas corporais (4), roubos (6), furtos (4) e tentativa de roubo com um caso apenas.

7.10 ENANA garante realojar as famílias em áreas seguras

Jornal de Angola
15 De Novembro de 2018
Texto: Rodrigues Cambala

A Empresa Nacional de Exploração de Aeroportos e Navegação Aérea de Angola (ENANA) reconhece que a reserva fundiária, onde está a ser construído o novo Aeroporto Internacional de Luanda, era um terreno agrícola de camponeses, deu a conhecer ontem, em comunicado, a instituição.

Em 2006, refere o documento, foram cadastrados os camponeses que tinham lavras e casebres no local, incluindo os moradores da Zona Económica Especial, o que totalizou cerca de 3.618 famílias.

Na área do novo aeroporto, existiam cerca de 300 famílias. O projecto do novo Aeroporto Internacional de Luanda prevê a construção de residências para o realojamento dos camponeses cadastrados.

Segundo a ENANA, no bairro de Calubunze, foram construídas 95 residências e entregues a igual número de famílias que estavam no perímetro do novo aeroporto. Dando continuidade a este processo de realojamento das 300 famílias, estão em fase de construção mais 212 residências na comuna de Caculo Cahango e um campo de cultivo para o realojamento das restantes famílias.

"O realojamento das famílias está a ser feito de forma faseada, conforme as prioridades do avanço dos trabalhos de construção e também da conclusão das residências", lê-se no documento.

Sobre a família em questão o comunicado refere que, já havia sido informada de que estava contemplada na

segunda fase de realojamento em curso, mas esta recusa-se a receber somente a casa, sem o pagamento das plantações existente no espaço em questão. "Vai ser avaliado o valor real das plantações e encontrar-se uma solução a contento de todos", lê-se no comunicado da ENANA, que não cita uma data para a resolução da situação dos camponeses desalojados.

Rosa Sebastião

A sexagenária Rosa Sebastião Manuel, que está a residir, há duas semanas, com o esposo adoentado, no interior do novo Aeroporto Internacional de Luanda, em obras no Quilómetro 44, admitiu que foi pressionada por altos funcionários da ENANA a abandonar o local, sem avançar uma data da indemnização.

Ao Jornal de Angola, a anciã informou que, ainda na semana passada, cerca de dez militares, chefiados pelo major Catati, o oficial acusado pela anciã de ter ficado com o dinheiro e a casa a que tinha direito pela expropriação do seu terreno pelo Estado, usaram violência para a colocar fora do perímetro do futuro aeroporto.

O acordo com a camponesa, celebrado em 2005, visava a sua saída da lavra de dois hectares para, em troca, receber uma casa e um valor monetário cujo montante não foi especificado por Rosa Sebastião.

Rosa Sebastião contou ainda que resistiu à tentativa de expulsão graças ao apoio de alguns militares que conheceu na altura da delimitação do aeroporto. "Ajudei na alimentação dos militares com produtos do campo, nos primeiros meses, quando estavam a pôr a cerca", disse.

"Eles têm idade dos meus filhos e nunca tirei os produtos sem distribuir um pouco aos militares. O major Catati e a ENANA estão conscientes de que eu não recebi a indemnização", acrescentou.

Diante de várias turbulências, contou que, há uns meses, teve um ataque vascular cerebral (AVC), de tanto pensar e não saber o que fazer para suprir as necessidades alimentares da família.

Rosa Sebastião lembrou, mais uma vez, que o seu esposo nasceu naquele local, em 1942. "Juntei-me ao meu marido em 1973. Só em 1977 é que fomos orientados a abandonar o local a pedido do Presidente Agostinho Neto, devido aos conflitos entre o MPLA e a FNLA. Mas dois anos depois, regressámos à zona que demos o nome de Vai-Volta."

Há dias, o Jornal de Angola contactou por telefone o major Catati, oficial acusado de burlar a camponesa,

que se recusou a falar sobre o assunto, tendo desligado, de seguida, o telefone.

Violação de direitos

André Augusto, da SOS Habitat, disse que, de há algum tempo a esta parte, foram registados vários processos de expropriação, que acabaram por deixar famílias sem terras e sem indemnização. O activista salientou que vários casos de expropriação foram registados no Kilamba, Sequele e Vida Pacífica, áreas onde foram construídas novas urbanizações. "São muitas famílias a quem foram retiradas terras", afirmou André Augusto, para quem "esta atitude de encorajar as pessoas sem alternativa é uma violação dos direitos humanos". A SOS Habitat é uma ONG que acompanha e resolve conflitos de terras.

7.11 Governador de Luanda acusado de vender ilegalmente terreno de 10 hectares

Jornal O Crime

17 De Novembro de 2018

Segundo apurou o Club-K, o terreno, ainda, em litígio entre o Governo da Província de Luanda (GPL) e o grupo empresarial "IDS" situado na zona da Cidade Universitária, junto ao hotel "Victória Garden", distrito de Talatona, já terá sido supostamente "vendido" a uma empresa chinesa, no qual se pretende erguer uma unidade hoteleira. No local foi recentemente afixada uma placa com a designação, "futuras instalações de SUN SHINE HOTEL".

As revelações indicam que o espaço com aproximadamente 10 hectares de superfície foi, no passado dia 2 de Novembro do corrente ano, totalmente destruído o muro de vedação devastada toda plantação, como mangueiras, por uma comitiva liderada por, Miguel Pimentel, suposto director geral do "Instituto Nacional de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano", (INOTU).

A demolição foi realizada na ausência do grupo empresarial sem uma notificação prévia. Segundo alegam as fontes, Miguel Pimentel do (INOTU), ao ser questionado pelos trabalhadores que se encontravam a trabalhar no local, respondeu apenas estar a cumprir ordem do governador de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho.

Para os empresários, nada deixa dúvidas que a "usurpação" não tenha orientação do governador, porque alegam, no dia oito de Março do corrente ano, o governador efectuou uma visita ao terreno, em

visita individual, questionando aos presentes no local, a propriedade do espaço.

De acordo com os dados obtidos, o prejuízo pela demolição do muro, a plantação, dois contentores de 40 pés contendo equipamento de trabalho e material de construção civil, assim como um contentor-casa, onde habitavam trabalhadores, tudo para sustentar o projecto, está avaliado em mais de 80 milhões de Kwanzas, levando para destino incerto.

As alegações afirmam arrogância e abuso de poder por parte de Miguel Pimentel, (INOTU) e de um cidadão, apenas identificado por Michel, Arquitecto reformado, representante do "Instituto Geográfico e Cadastral de Angola (IGCA)", estes que desde 2017 fazem frente ao terreno, ora evocando o nome do antigo Presidente da República, José Eduardo dos Santos, como proprietário do espaço, ora arrogando o nome do governador de Luanda como o mandante do "esbulho", para beneficiar uma empresa chinesa com projecto hoteleiro.

De acordo com o dossier que revelam as denúncias, o processo de "esbulho" do espaço começou em Dezembro de 2017, quando no acto de vedação do referido terreno o grupo recebeu uma notificação da Direcção Municipal dos Serviços de Fiscalização de Talatona, solicitando documentos que atestassem a legitimidade de exploração do terreno.

Recorda um alto responsável do grupo, que viram as suas expectativas frustradas, em Dezembro de 2017, quando durante a reunião mantida com entidades da fiscalização na administração de Talatona, Miguel Pimentel, (INOTU)", interrompeu o diálogo e entrou em cena, dizendo aos presentes que o terreno em causa era propriedade do antigo Presidente da República, José Eduardo dos Santo, sem apresentar um único documento sequer para provar.

Entre os documentos em posse do Club-K, consta uma declaração de propriedade do terreno em litígio, em nome de Isaías Daniel Sambangala, Presidente do Conselho de Administração (PCA) do grupo "IDS". O referido documento possui o visto de reconhecimento assinado pela antiga administradora municipal, Joana Quinta, a assinatura do chefe da Repartição de Gestão Urbanística, Construção e Habitação, João Perreira A. Fernando, desde 29 de Abril de 2014.

Além de um documento sobre o de direito de superfície, emitido pelo "Instituto de Planeamento e Gestão Urbana de Luanda", sob número de processo (2018/000163), outros testemunhos do grupo alegam que o terreno foi legalmente adquirido em 2013, fruto de uma negociação com os antigos proprietário,

camponeses, que resultou em indemnização para aquisição do mesmo espaço.

O grupo empresarial afirma ter remetido recentemente o caso ao Tribunal Provincial de Luanda, por suspeita de haver interesses pelo terreno, por parte de algumas figuras do (GPL), e pelo facto de o processo estar a ser "banalizado" por parte do governador de Luanda.

Por outro lado, um alto responsável da empresa reafirma haver interesses pessoais por parte de Adriano Mendes de Carvalho, por não respeitar a sugestão da ministra do Ordenamento do Território Urbanismo e Habitação, que esteve presente na última reunião mantida (GPL), entre as partes, onde Ana Paulo de Carvalho teria orientado que se devolvesse o espaço ao grupo "ID Sambangala Comercial e Filhos Lda", sendo, entre todos que reivindicavam a titularidade do terreno, a única entidade que tinha apresentado documentação comprovada. Da referida participaram, entre várias entidades governativas, comandantes municipais da Polícia Nacional, advogados, administrador da Cidade Universitária, Antunes Huambo.

Fonte: Club-K.net

7.12 O Centro comercial de Morta Liz: Ilegalidade e má-fé

Jornal O Crime

17 De Novembro de 2018

Como se pode lutar contra a corrupção, quando altas figuras do sistema judicial, responsáveis pelo zelo da legalidade, são as primeiras a agir à margem da lei? E esta a pergunta essencial suscitada pelo caso de Luís de Assunção Pedro da Mouta Liz, reputado vice-procurador da República de 53 anos mais conhecido como "Mota Liz".

Na sua qualidade de "empreendedor", o procurador está a construir um centro comercial um negócio lucrativo pessoal - em clara violação do Estatuto do Ministério Público no que se refere à dedicação exclusiva ao exercício do cargo de magistrado.

Em Setembro passado, já incidindo sobre o caso Mota Liz, reportámos a apropriação ilegítima de um terreno em Luanda por uma alta entidade pública, bem como as confusões daí resultantes.

Desde então, o Maka Angola tem aprofundado as investigações e está em posse de novos documentos que permitem esclarecer o pântano de ilegalidades do processo do vice-PGR Mota Liz. A construção do centro comercial no terreno ilegalmente

apropriado já sofreu três embargos, por decorrência de um litígio em tribunal, entretanto desrespeitados pelo procurador, com a cumplicidade das próprias autoridades municipais que tomaram a referida decisão.

O detentor dos direitos sobre o terreno, Pedro Lucau Lussuca Matias, afirma não ter realizado qualquer contrato com Mota Liz, pelo que a construção estaria a acontecer em terreno alheio e seria ilegal.

Em dois encontros com o detentor do terreno - Junho e Setembro de 2017 -, Mota Liz tinha sido alertado para a ilegitimidade da posse de que se arroga. O detentor do terreno explicou ao Maka Angola que também mostrou ao vice-PGR os documentos médicos sobre o cancro que tem no cérebro e lhe explicou que precisa do seu bem para cuidar da sua saúde. "Ele leu o documento e não disse nada", conta Pedro Matias.

Mota Liz, por sua vez, invoca a compra dos direitos sobre o terreno a uma terceira pessoa, Esperança Ganga. As decisões existentes sobre a propriedade do terreno não reconhecem qualquer direito a Esperança Ganga, que chegou a ser detida duas vezes por burla. Este é o ponto da situação reportado.

Depois de, em Setembro passado, o Maka Angola ter publicado o primeiro texto sobre o caso, quem sentiu a mão da justiça foi Pedro Matias. A 12 de Outubro teve de depor, durante quatro horas, diante de José Rodrigues Cambuta, procurador do SIC na Divisão de Polícia do Talatona, por causa do texto deste portal. O queixoso, João Domingos Kipaca, mandatário de Mota Liz, acusa o esbulhado de calúnia e difamação. Entretanto, o procurador Cambuta tem intervindo no processo desde o início, incluindo diligências no terreno com João Domingos Kipaca e encontros com a administração municipal.

O Maka Angola manifesta-se preparado para mais esta batalha judicial pela verdade e pela justiça.

O pântano

As obras de construção do centro comercial de Mota Liz, no Bairro Quifica (inicialmente sob jurisdição do município de Belas) tiveram início em Setembro de 2016. A administração de Belas, de forma diligente, embargou a obra a 27 de Setembro do mesmo ano.

Só dois meses depois, a 18 de Novembro de 2016, o administrador municipal de Belas, Mateus António da Costa, emitiu a Declaração de Posse nº 650/Adm.Belas/16 a favor de Mota Liz como titular de quatro mil metros quadrados de terreno, no Bairro Quifi.ca, na comuna do Benfica, Luanda.

Com efeito, a referida declaração tinha validade de apenas dez meses, até 25 de Setembro de 2017, e servia de simples base para "a tramitação do direito de superfície".

Dois meses após ter recebido a Declaração de Posse, a 23 de Janeiro de 2017, Mota Liz passou uma procuração ao cidadão João Domingos Kipaca para tratar da legalização do referido terreno.

Passados mais dois meses, a 15 de Março de 2017, a directora do Gabinete Jurídico e Contencioso da Administração Municipal de Talatona, Domingas Almeida Batalha, emitiu um parecer para o embargo da obra, por "perturbar o efeito útil da acção" judicial, e por estar a ser executada sob transgressão administrativa. A então administradora de Talatona, a arquitecta Manuela Maria da Conceição Bezerra, deu o seu aval. A obra foi embargada a 20 de Abril do mesmo ano.

Entretanto, o vice-PGR, em declarações recentes ao Maka Angola, adianta que as obras vão continuar, porque "estão devidamente licenciadas pela administração de Talatona e documentadas".

A realidade demonstra o contrário. As licenças de construção só podem ser oficialmente emitidas mediante apresentação do título de direito de superfície.

O esquema do Alvará

Por sua vez, só a 9 de Novembro de 2017 o filho do vice-PGR, Edson Ismael Manuel Liz, solicitou à Administração de Talatona a licença para a construção de um centro comercial de dois pisos, com 22 unidades. O pedido especificava a dimensão do terreno como sendo os quatro mil metros quadrados.

A 26 de Dezembro de 2017, o director de Gestão Urbanística, Urbanismo e Cadastro, arquitecto Hermínio Évora da Cruz, deu parecer favorável à atribuição da licença a Edson, sob Processo n.º 2080, por ter cumprido todos os requisitos.

Ora, no mesmo parecer (Informação Espelho n.º 361/017), o arquitecto referiu que "o processo é acompanhado da Declaração de Posse n.º 650/ Adm. Belas/16, emitida aos 18 de Novembro de 2016 em nome de Luís de Assunção da Mouta Liz, pai do solicitante".

Como acima referido, essa Declaração de Posse perdeu a validade a 25 de Setembro de 2017. Como pode a administradora de Talatona, a arquitecta

Manuela Maria da Conceição Bezerra, ter homologado o parecer e autorizado a concessão da licença com base num documento sem qualquer validade jurídica? A ilegalidade é óbvia.

Há outra ilegalidade cristalina. Como acima descrito, o pedido de licença de construção e a documentação anexa é sobre um terreno de quatro mil metros quadrados. Pelo "milagre da multiplicação" que resulta da arbitrariedade dos actos administrativos do Estado, os arquitectos mencionados concederam uma licença de construção para um terreno de 5.600 metros quadrados. Terá sido o efeito da ressaca da noite anterior de Natal?

Para o efeito, Manuela Bezerra, no mesmo dia 26 de Dezembro de 2017, remeteu a tabela de custo da "taxa para viabilidade e licença de construção" ao filho do procurador. O total arredondado era de seis milhões de kwanzas para a concessão da licença.

Como veremos de seguida, é evidente que houve uma fraude e eventual falsificação de documentos.

A nota de cobrança expedida por Manuela Bezerra a 26 de Dezembro de 2017 tem o código Ref 775/GABAMT/24.11.9422017. Edson Ismael Manuel Liz, filho mandatário do procurador Mota Liz, reage a essa cobrança antes de ela sequer existir: a 5 de Dezembro - 21 dias antes da cobrança - Edson Liz, como se tivesse viajado até ao futuro, contesta o valor que lhe será cobrado a 26 de Dezembro ... E fá-lo nos seguintes termos:

"Em decorrência da tramitação do processo, foi-me entregue uma guia de pagamento no valor de 6.017.440.00 (seis milhões e dezassete mil, quatrocentos e quarenta mil kwanzas), o que perfaz o custo de Taxa (UCF) 5 e 88.00 kz/ m2 (oitenta e oito kwanzas por metro quadrado). [...] Venho junto de V Excia. rogar para que intervenha na redução em 50% (setenta por cento) de tão avultado valor. Ou seja 3.008.720,00 kz (três milhões, oito mil e setecentos e vinte kwanzas)."

Os "setenta por cento" por extenso são fielmente reproduzidos conforme a carta de 5 de Dezembro de 2017. Essa carta deu entrada na administração do Talatona, conforme o protocolo, dois dias antes de ter sido assinada, a 3 de Dezembro.

Há outro problema legal grave. Em todo o processo, não há uma procuração de Mota Liz para o filho solicitar a licença de construção. Trata-se de um processo com duas pessoas jurídicas diferentes que se confundem numa só.

Entretanto, a 1: Secção da Sala do Cível e Administrativo do Tribunal Provincial de Luanda

(proc. n.º 2793/2017 - A) exarou, a 13 de Dezembro de 2017, uma sentença favorável a Pedro Matias, como sendo ele - e não Esperança Ganga, que vendeu o terreno a Mota Liz - o legítimo utente do terreno.

Ao Maka Angola, Mota Liz reitera que "se há uma decisão judicial, a questão é executá-la. Só tem de ser executada a decisão judicial".

Novo regresso ao futuro

Mas os actos arbitrários da administração de Talatona continuaram. Em novo "regresso ao futuro", oito dias antes da sua própria cobrança, a 18 de Dezembro de 2017, Manuela Bezerra autorizou a redução do valor para 50 por cento, "conforme tem sido em [ilegível] com os precedentes". Em resumo, o pai enviou o filho para tratar de quatro mil metros quadrados e este regressou a casa com mais 1.260 metros quadrados de oferta, assim como um desconto do Estado de 50 por cento. Mas, compulsada a documentação, também não há sinais de pagamento ao Estado por parte do filho de Mota Liz.

É simplesmente formidável!

Contudo, inexplicavelmente, o Alvará de Licença de Construção n.º 013/2018 foi emitido no princípio do ano de 2018 pela então administradora de Talatona, Manuela Bezerra, sem data específica. O alvará foi passado a favor de Edson Ismael Manuel Liz, filho de Mota Liz.

Mais uma vez, as irregularidades administrativas são típicas a documentação analisada há o pagamento do Alvará de Licença de Construção, no valor de e 53 as, pagos no balcão do Banco de Comércio e Indústria (BCI) a 16 de Novembro de 2017. Este valor é um milésimo dos 3.008.72,00 kwanzas que configuram a redução em 50% do montante inicial que o filho de Mota Liz deveria ter pago.

"Isto é fuga ao fisco. A administradora que autorizou a redução do valor tinha de ser chamada para explicar por que razão reduziu o valor determinado em 50 por cento e, ainda por cima, o filho do procurador pagou praticamente nada", explica uma especialista do Ministério das Finanças.

O Maka Angola publicou o primeiro texto sobre este caso a 28 de Setembro deste ano. Em seguida, a 18 de Outubro, a Direcção dos Serviços de Fiscalização de Talatona solicitou à Direcção Municipal de Gestão Urbanística, Urbanismo e Cadastro (DMGUUC) dados complementares sobre o processo do vice-PGR Mota Liz.

"Com o requerimento entrado nesta Administração Municipal de Talatona, através da carta datada de 9 de Novembro de 2017, o senhor Edson Ismael Manuel Liz solicita a licença de construção de um estabelecimento comercial a ser edificado no Bairro Kífica, Distrito Urbano de Benfica", lê-se na resposta do director da DMGUUC, Hermínio Évora da Cruz.

O referido director explica que "o processo foi instruído tendo como base a Declaração de Posse n.º 650/ Adm. Belas/16, emitida aos 18 de Novembro de 2016 em nome de Luis de Assunção P. de Mouta Liz, pai do solicitante".

Uma jurista, sob anonimato, resume caso com algum sentido de humor:

"O angolano consegue fazer coisas sem lógica, sem racionalidade. Como o objectivo é atingir a ilegalidade, não pensa de forma racional."

O quadro legal

O analista jurídico Rui Verde considera o processo de Mota Liz eivado de "uma ilegalidade fundamental de extrema gravidade".

"A partir do momento em que Mota Liz tem conhecimento de que lhe foi vendido um bem alheio sabe, como jurista, que tal acto é nulo, bem como todos os subsequentes", refere o jurista.

Para Rui Verde, Mota Liz tinha duas opções: desistir de qualquer direito sobre o terreno e demandar Esperança Ganga ou propor uma acção judicial de simples apreciação que declarasse a quem pertencia o terreno, aguardando os seus trâmites. "Ao não fazer nem uma coisa nem outra, o vice-PGR enveredou por um caminho de acumulação de ilegalidades. Agora deve ser investigado e punido", remata.

A Procuradoria-Geral da República tem de dar o exemplo e começar pelo seu interior. Já chegou a inércia e o encobrimento patrocinados pelo antigo PGR Muito possivelmente, Mota Liz está a violar a Constituição e o Estatuto do Ministério Público ao ser um empreendedor imobiliário. E viola a lei penal ao construir num terreno alheio.

A história repete-se

Esta história e o seu desenvolvimento fazem lembrar os factos subjacentes ao famoso processo de difamação que o então procurador-geral da República, general João Maria de Sousa, intentou contra o autor deste artigo e Mariano Brás. A juíza Josina Falcão, no âmbito do proc. n.º 592-17 -B do Tribunal Provincial de Luanda, absolveu os arguidos em Julho passado.

A juíza aproveitou para estabelecer jurisprudência nalguns aspectos.

Um deles diz respeito à existência de processos administrativos irregulares quando estão em causa pessoas ligadas ao poder. Escreveu a juíza que qualquer pessoa tem de cumprir os requisitos necessários e exigíveis nos processos administrativos, não havendo justificação para que um PGR não siga os mesmos trâmites que um cidadão normal (cfr. Acórdão, p. 23).

De acordo com Josina Falcão, deve existir um escrutínio acrescido sobre os servidores públicos em prol da transparência democrática (cfr. Acórdão, p.28).

7.13 Suposto envolvimento na requalificação de rua com finalidade de venda de terreno

Jornal A República
30 De Novembro de 2018
Texto: Kissanga Karinda

Moradores do Bairro Benfica - Kifica, rua 21, em direcção ao mercado do Kifica, denunciam ao jornal A REPÚBLICA a intervenção, na construção da estrada da referida rua, com equipamentos pesados de construção.

Deslocamo-nos ao local e constatamos, de facto, equipamentos de construção de estradas, inclusive uma máquina niveladora, que indicava a requalificação da rua. Ainda assim, existe suspeitas de que a suposta requalificação esteja subjacente a uma possível finalidade. Ou seja, por detrás da dita requalificação poderá estar a possibilidade de venda de lotes de terrenos que poderão surgir no meio da actual estrada.

Moradores dizem que tiveram informações do possível projecto, através do pessoal de obra do empreiteiro, que informaram que a obra em causa terá 2 sentidos, com 2 faixas de rodagens, com largura de apenas 4 metros, sem estacionamento, restando cerca de 18 metros 11 ao meio da via para futuras construções de infra-estruturas, como acontece em outras ruas do Bairro Benfica - Patriota, propriamente na dita rua da GEFI, - ou largo do Kifica, onde houve desacatos entre a empresa construtora e os moradores que rejeitam a preparação de lotes de terrenos para a futura venda e construção, "publicado em vídeo nas redes sociais", depois de ter destruído um campo de basquetebol, construído pelos moradores, arrancado arvores plantadas, exactamente pelos moradores, tentou terraplenar as

ruas, para fazer os arruamentos e seguidamente com a mesma estratégia, delinear os 18 metros para futuras vendas e construções dos lotes de terrenos, como aconteceu nas ruas do Patriota, onde os moradores, com medo de represálias, deixaram-se estar, sendo que naquele período, os malandros vendedores ilegais de terrenos escudavam-se com a pseudo cobertura do partido MPLA do regime "Eduardista" Portanto, bastava justificar ser ou ter argumentos inconfessos do partido MPLA, para conseguirem a ocupação ilegal e venda de qualquer terreno, existem casos de expropriação ilegal de terras em nome do partido dos camaradas ou do Estado angolano.

Neste caso, o Jornal A REPÚBLICA contactou através do número de telefone a Administradora Municipal do Talatona, Njila Carvalho, que no primeiro telefonema mostrou-se bastante arrogante e mal educada, acabando por desligar o telefone na nossa cara, demonstrando uma atitude grosseira.

Após termos enviado uma msg, provando a nossa indignação perante a atitude arrogante e de falta de educação, a Administradora do Talatona enviou-nos outra msg: "A insónia é mais comum para quem tem um QI alto. Pessoas inteligentes têm mais dificuldade em desligar o seu cérebro".

Perante a mensagem enviada, nós jornal A REPÚBLICA enviamos outra, chamando-lhe a razão da nossa denúncia, devido principalmente a obra estar a ser (executada no município da Administradora Njila de Carvalho, sem a devida placa informativa, (licença da obra) sendo (uma possível obra pública que pudéssemos constatar, informação (do dono da obra, empreiteiro, prazos, valor e sobretudo, o designer da construção, sendo que em todas as obras devem constar a devida informação.

Num fim da tarde, recebemos outra chamada da Administradora Njila de Carvalho, com uma outra estratégia, em tom de ameaças, dizendo que estávamos a falar com uma autoridade, podíamos ser processados e que não podíamos nos referir dela daquela maneira, enviando-nos o número de telefone do Director Municipal da Fiscalização de Talatona, Domingos, que também nos disse que não sabia absolutamente de nada. Caricato, é o facto de ninguém da Administração, quer municipal ou distrital, ter informações sobre a obra. Ou seja, uma obra visivelmente localizada, sem, nenhuma informação disponível, no município do Talatona, quer a Senhora administradora e o chefe da Fiscalização não sabem absolutamente nada. Muito estranho!

Ainda assim, por portas e travessas, obtivemos a informação, que provavelmente o Fundo Rodoviário poderá ser o financiador ou o dono da obra, contactamos via telefónica o dito Engenheiro Simão Tomé, que nos informou que nos dirigíssemos ao escritório do Fundo Rodoviário, na rua do Talatona, pedindo para contactar um outro Engenheiro de nome Bengue.

Portanto, estamos perante um fuge responsabilidades, principalmente por parte da administradora do Talatona, Njila de Carvalho, que é rescindente a estas práticas, estamos recordados, da detenção do Director Municipal de Fiscalização do Município de Talatona, mediante execução, por parte da Polícia Nacional e Agentes de Investigação Criminal, de um mandado de busca e detenção na sua residência, emitida pelo Procurador local. Após denúncia de supostas cobranças ilegais e abusivas de avultadas somas de dinheiro, resultantes, essencialmente, da actividade de remoção de veículos automóveis, supostamente mal estacionados nas vias daquele Município de Luanda.

Recordar que Njila de Carvalho, é sobrinha do actual Governador de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho, antes de ser acomodada no Município do Talatona pelo seu Tio, Governador de Luanda, foi administradora da Centralidade do Sequele, onde protagonizou um outro episódio, mandando prender dois jornalistas por, alegadamente, não terem sido convidados a participar na reunião que juntara as feirantes de "comes e bebes", que reclamavam da insegurança que gerava uma onda de furtos e outras práticas ilícitas, na zona.

8. SERVIÇOS BÁSICOS

8.1 Obras de retenção das águas residuais retomam este mês

Jornal de Angola

1 De Novembro de 2018

Texto: Edivaldo Cristóvão

O volume das águas residuais que chega à Via Expresso, junto ao pavilhão multiusos da cidade do Kilamba, província de Luanda, começa a ser estancado a partir deste mês com a execução de um plano em duas fases, uma emergencial e outra definitiva.

A informação foi avançada ontem à imprensa pelo chefe de Departamento de Infra-Estruturas Urbanas do Ministério do Ordenamento do Território e Habitação, Nuno Brandão, no decurso de uma visita de campo do governador da província de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho, às valas de drenagem e bacias de retenção de água da Centralidade do Kilamba, acompanhado pelos ministros da Construção, da Energia e Águas e do Ordenamento do Território e Habitação.

A visita multisectorial é resultante da preocupação da população com a subida do nível das águas residuais junto à Via Expresso, um problema que pode colocar em risco a saúde pública e a circulação rodoviária.

A fase emergencial, também considerada provisória, tem por objectivo drenar as águas de uma lagoa existente ao longo da Via Expresso e a definitiva corresponde à conclusão da construção das bacias de retenção das águas residuais e pluviais da Cidade do Kilamba. "Temos a localização de todas as redes técnicas construídas na Centralidade do Kilamba", disse Nuno Brandão, reconhecendo que "o problema já não pode esperar para ser resolvido". O trabalho começa este mês e tem a duração de trinta dias.

A apresentação do estado das valas de drenagem e bacias de retenção das águas residuais e pluviais da Cidade do Kilamba foi feita pelo engenheiro António Flor, que disse ser uma das causas da chegada de água à Via Expresso a não conclusão das infra-estruturas de drenagem da nova urbanização da província de Luanda por falta de verbas.

O engenheiro lembrou que o Decreto Presidencial número 26/16, de 25 de Fevereiro, estabeleceu um orçamento de nove mil milhões de kwanzas, mas o

projecto não foi adiante devido à crise económica e financeira que o país vive.

Soluções à vista

A cidade do Kilamba começou a ser construída em 2008 e ficou concluída em 2010, segundo dados do Gabinete de Coordenação para a Construção e Desenvolvimento Urbano das Cidades do Kilamba, Camama e Cacuaco.

A comercialização dos apartamentos começou a ser feita em 2012 pela SONIP, uma imobiliária da Sonangol, a quem foi retirada, em 2015, a gestão do programa habitacional do Estado, agora com a Imogestin.

Em 2011, ano em que foi inaugurada a Cidade do Kilamba, foi encontrada uma solução provisória para o escoamento das águas pluviais e residuais. A solução provisória mantém -se até hoje. A solução definitiva da macro-drenagem abrange a área residencial da Camama, através do vale do Mucongono, em direcção ao rio Cambamba, de acordo com o Despacho Presidencial nº 26/16, de 25 de Fevereiro.

O funcionamento da Estação de Tratamento de Águas e da Estação de Tratamento de Águas Residuais precisa também de ser melhorado, por serem a origem da grande acumulação de água na parte norte, junto à Via Expresso.

Está informação está num relatório apresentado ontem pelo engenheiro António Flor, que alertou para a necessidade de ser implementada com urgência a solução provisória nesta fase de ausência de chuvas abundantes.

A retenção das águas pluviais e residuais, no âmbito do modelo de gestão da fase II do sistema de drenagem da cidade do Kilamba, é uma oportunidade de negócio, lê-se no relatório, que dá ênfase à necessidade de criação de uma entidade para a sua gestão.

O sistema de drenagem correspondente à fase II pode ser gerido por rega, vaporização e infiltração, segundo o relatório, ontem divulgado.

8.2 Administrações municipais precisam de plano de gestão

Jornal de Angola

11 De Novembro de 2018

O presidente do Conselho de Administração da Agência Nacional de Resíduos (ANR), Monteiro Lumbo, defendeu, no Lobito, que as administrações municipais na província de Benguela precisam de implementar o plano de gestão de resíduos, com vista ao tratamento adequado do lixo nas cidades.

Monteiro Lumbo, que falava à imprensa a propósito da visita de trabalho à província, disse que as administrações municipais do Lobito e de Benguela, por exemplo, têm de enfrentar o problema do lixo com a implementação do plano de gestão de resíduos.

Após verificar a realidade da província de Benguela no capítulo dos resíduos sólidos, o responsável afirmou ter constatado a adesão dos governos provinciais ao plano, mas que têm enfrentado grandes dificuldades para a sua materialização.

Enquanto isto, uma fonte do Ministério do Ambiente, contactada pela Angop, apontou a falta de recursos financeiros a nível da província de Benguela como justificativa para o tratamento inadequado dos diversos resíduos nas cidades. "Existem soluções, mas não podem ser concretizadas imediatamente porque os custos operacionais são muito avultados", assegurou a mesma fonte, acrescentando que "neste momento, não há orçamento alocado para o efeito, uma vez que a situação ultrapassa o governo provincial".

Entre as acções, apontou a criação de condições para a retirada das pessoas da maior lixeira a céu aberto do Lobito, vedação do local e construção em outras áreas de aterros, no âmbito do Plano Nacional de Desenvolvimento.

A nível do Lobito, as autoridades têm vindo a sensibilizar os poucos operadores privados encarregados da recolha do lixo na cidade para não desistirem do processo, numa altura em que estes já manifestaram o seu desagrado pelo facto de verem pouca rentabilidade do projecto. Para os operadores, os 200 kwanzas cobrados semanalmente por cada agregado familiar não cobrem as despesas com a manutenção das viaturas, sujeitas a avarias constantes.

8.3 Cada cidadão produz 0,65 kg de lixo

Novo Jornal

16 De Novembro de 2018

Texto: Hélder Caculo

O relatório Económico e Social de Angola, referente a 2016, aponta que, anualmente, o país produz 3,5 milhões de toneladas de lixo. Deste número, 1,3 milhão é produzido em Luanda, com uma taxa diária de 6 mil toneladas, sendo que cada cidadão produz, em média, 0,65 kg diariamente.

Actualmente, a taxa de lixo, em Luanda, para os agregados familiares, está fixada em 2.500 kwanzas para a zona urbana e 1.500 kwanzas para as áreas suburbanas.

Quanto à classe empresarial, cobra-se 12.500 Kz para as microempresas, 18.500 Kz para as pequenas empresas e institutos e estabelecimentos públicos, 40.250 Kz para as médias empresas e 164.000 Kz para as grandes empresas.

A construção de novos aterros sanitários está entre os principais desafios do Governo Provincial de Luanda.

8.4 A dívida com operadoras resulta em amontoados de lixo

Novo Jornal

16 De Novembro de 2018

Texto: Hélder Caculo

A província de Luanda voltou a ser palco de vários amontoados de lixo nas últimas semanas, sobretudo nas zonas periféricas, um cenário que se viralizou pelas redes sociais. Em causa está a paralisação de alguns serviços de recolha de lixo, como consequência da dívida acumulada do GPL às empresas de recolha de lixo, avaliadas em sete mil milhões de kwanzas.

O director do Gabinete provincial do Ambiente, Gestão de Resíduos Sólidos e Serviços Comunitários de Luanda, Tchino de Sousa, admite dificuldades de tesouraria mas garante que o G.PL está a negociar com as operadoras no sentido de alterar o quadro.

"Neste momento, o Governo enfrenta algumas dificuldades financeiras e, de kwanzas, enquanto o valor arrecadado com a taxa de serviço de limpeza, no mesmo período, é de 100 milhões de kwanzas cálculo do NJ estima que o dinheiro que o GPL arrecada com a taxa de serviço de limpeza é 70 vezes inferior à dívida mensal com as operadoras, correspondente a apenas 10 por cento da mesma.

O GPL anunciou, para breve, um novo modelo de recolha de resíduos para Luanda. Enquanto isso, o lixo espalhado em várias artérias da cidade capital preocupa vários cidadãos que se vêem obrigados a conviver com o triste cenário.

Com o novo modelo de recolha de lixo, ainda em estudo, o GPL pretende aumentar o volume de receitas arrecadado com a taxa de lixo.

Recorde-se que há para cada município uma operadora. Actualmente Luanda conta com 6,5 milhões de habitantes, espalhados em nove municípios, 41 distritos urbanos e 11 comunas.

Ambientalista defende sistema diferenciado para cada região Em entrevista ao NJ, o ambientalista Vladimir Russo defendeu a implementação de modelos de gestão de recolha de resíduos diferentes para cada município. "A recolha deve ser de acordo com as características de cada município. Não se deve recolher o lixo na zona periférica da mesma forma que se faz no centro da cidade", frisou.

O ambientalista chama a atenção para as consequências dos amontoados de lixo, referindo que, além de proliferar doenças, aumenta gastos com a saúde.

"Os amontoados de lixo são vectores para várias doenças, porque é desses amontoados que se produzem vermes, baratas, ratos, mosquitos, moscas, ou seja, é um local propício para o surgimento de várias doenças, incluindo a cólera", disse.

O especialista lembrou que, nesta época de chuvas, os resíduos são transportados para os esgotos e chegam até ao mar, comprometendo o ambiente marinho. "Isso cria contaminação da água e afecta directamente todos nós, consumidores de produtos do mar", rematou.

8.5 Luanda sem dinheiro para a recolha de lixo

Jornal de Angola

16 De Novembro de 2018

Texto: Carla Bumba

O Governo Provincial de Luanda (GPL) não paga há dez meses às empresas de recolha de lixo, porque muitos cidadãos não participam no pagamento da taxa de lixo, informou ontem à imprensa o director do Gabinete Provincial do Ambiente, Gestão de Resíduos Sólidos e Serviços Comunitários.

Tchino de Sousa explicou que não havendo recolha de dinheiro suficiente, resultante do pagamento da taxa de lixo, o GPL encontra dificuldades em honrar o compromisso com as operadoras de recolha e tratamento de lixo.

O responsável anunciou que o Governo Provincial de Luanda tem um novo modelo de recolha de lixo, que vai entrar em vigor em Janeiro, mas a sua execução vai ser feita de forma gradual.

Antas Miguel, assessor do vice-governador provincial de Luanda para o Sector Económico, defendeu a mudança do princípio de limpeza, porque os municípios e os produtores têm até hoje apenas a responsabilidade de produzir e tirar o lixo do espaço público. "O resto, dizem eles, é responsabilidade do Estado", acrescentou Antas Miguel.

"O sistema actual não abrange todas as zonas da cidade de Luanda", disse, defendendo que o sistema tem de adaptar -se às áreas urbana e suburbana.

Na Luanda Urbana, tem de ser feita uma limpeza semelhante a das grandes cidades do Mundo.

8.6 GPL tem dívidas das operadoras de limpeza

Jornal Visão

23 De Novembro de 2018

Texto: Nicolau Sumbo

Respondendo às preocupações sobre os "enormes acumulados de lixo em vários pontos da província" o director do gabinete do Ambiente, Gestão de Resíduos e Serviços Comunitários do Governo de Luanda, Tchino de Sousa, argumentou que o modelo de financiamento do sistema "não funcionou":

No entanto, de acordo com responsável, a situação "está controlada" e deriva de um "atraso no pagamento de 10 meses às operadoras":

"Nem todos os municípios pagam regularmente a taxa, temos uma dívida de aproximadamente 60.000 milhões de kwanzas e mensalmente arrecadamos cerca de 100 milhões de kwanzas (280 mil euros) valores insuficientes para cobrir as despesas das operadoras": explicou.

8.7 GPL acalma operadoras enquanto aguarda' «por luz verde»

Novo Jornal

23 De Novembro

Texto: Hélder Caculo

As nove operadoras de limpeza que cuidam do saneamento básico da província de Luanda voltaram a limpar as ruas após vários encontros de concertação com Governo provincial de Luanda (GPL). Entretanto, a dívida de 7 mil milhões de kwanzas ainda não foi paga.

Sem precisar datas, o porta-voz do GPL, Sebastião José, garantiu que o pagamento às operadoras será feito tão logo o Ministério das Finanças dê "sinal verde".

Na ronda que efectuou, o NJ constatou que, ao longo das principais avenidas, como 4 de Fevereiro, 21 de Janeiro, Pedro de Castro Van-Dúnem Loy e Comandante Fidel Castro, foram reduzidos os amontoados de lixo. O mesmo não se pode dizer das zonas periféricas, onde há ainda vários focos de resíduos sólidos.

Recorde-se que o custo mensal com o sistema de recolha de lixo em Luanda (7 mil milhões Kz) é 70

vezes inferior à dívida mensal com as operadoras (100 milhões Kz).

Para reverter o quadro, o GPL anunciou, para breve, um novo modelo de recolha de lixo. Ambientalistas defendem que o novo modelo deve contemplar recolhas de lixo diferentes para cada município, sob pena de vir a fracassar.

Os nove municípios de Luanda congregam cerca de 6,5 milhões de habitantes responsáveis pela produção de 1,3 milhões de toneladas de lixo. Contas feitas, 6 mil toneladas são produzidas diariamente na capital. Por outras palavras, cada luandense produz, em média, 0,65 quilos de lixo por dia.

8.8 Governo de Luanda com dívida de 170 milhões de euros às operadoras de lixo

Jornal A República

23 De Novembro de 2018

Luanda - O Governo da província de Luanda admitiu a 21 deste mês, que deve cerca de 60 mil milhões de kwanzas (170 milhões de euros) às operadoras que efectuam a limpeza na capital angolana, situação que está a "dificultar normal funcionamento" das empresas na recolha do lixo.

Respondendo às preocupações sobre os "enormes acumulados de lixo em vários pontos da província" o director do gabinete do Ambiente, Gestão de Resíduos e Serviços Comunitários do Governo de Luanda, Tchino de Sousa, argumentou que o modelo de financiamento do sistema "não funcionou".

No entanto, de acordo com responsável, a situação "está controlada" e deriva de um "atraso no pagamento de 10 meses às operadoras". "Nem todos os municípios pagam regularmente a taxa, temos uma dívida de aproximadamente 60.000 milhões de kwanzas e mensalmente arrecadamos cerca de 100 milhões de kwanzas (280 mil euros) valores insuficientes para cobrir as despesas das operadoras", explicou.

Segundo Tchino de Sousa, apesar das dificuldades operacionais, as empresas têm feito do seu papel de recolha e varredura, funcionando apenas com os "serviços mínimos". pedindo "compreensão e colaboração dos municípios na hora da deposição dos resíduos.

Nesta fase, salientou, "também precisamos que os municípios nos ajudem na melhor acomodação do

lixo" e respeitem os horários de colocação nos contentores.

A dívida para com as operadoras será liquidada "gradativamente".

Por sua vez, o assessor do vice-governador de Luanda para o sector económico, Antas Miguel, deu a conhecer que um novo modelo de recolha de lixo na capital angolana deve ser implementado, a partir de 2019.

"O novo modelo traz um regulamento com um conjunto de regras de cumprimento obrigatório de todos os atores desde os produtores de resíduos, prestadores de serviços e poder público: disse.

"Vamos criar um modelo com sustentabilidade diferente, com novas formas de taxar e cobrar", apontou.

8.9 "Faliu" o modelo de recolha e tratamento de lixo por falta de pagamento na factura de energia

Jornal Expansão

23 De Novembro de 2018

Texto: Alexandre Lourenço

O modelo actual de recolha e tratamento dos resíduos sólidos, implementado em 2016 pelo então governador de Luanda, Higinio Carneiro, "faliu" por falta de pagamento dos cidadãos e empresas através da factura de fornecimento de electricidade, revelou esta semana o Governo Provincial da capital do País.

Concebido para diminuir os encargos do Estado na despesa, recolha e tratamento dos resíduos sólidos, o modelo actual tem gerado uma arrecadação ineficiente contribuindo para o avolumar da dívida que o Governo Provincial de Luanda (GPL) tem com as operadoras de recolha de lixo que operam nos municípios da província, dívida essa que ronda actualmente os 60 mil milhões kz.

"Nem todos os municípios pagam a factura de serviço de limpeza", aponta Tchino de Sousa, director do gabinete provincial de ambiente, gestão de resíduos e serviço comunitário de Luanda.

O Governo Provincial de Luanda tem arrecadado cerca de 100 milhões kz por mês em pagamentos efectuados pelos cidadãos e empresas através da factura do fornecimento de electricidade. Um valor ineficiente, segundo o director, para pagar às operadoras.

A taxa dos serviços de limpeza e saneamento começou a ser cobrada em 2016 aos agregados familiares, através da factura de electricidade, no valor que varia entre os 1.500 kz para as zonas suburbanas, 2.500 kz para as zonas urbanas, 12.500 kz para as microempresas, 18.500 para as pequenas empresas, institutos e estabelecimentos públicos, 40.250 kz para as médias empresas e 164.000 kz para as grandes empresas.

Para corrigir a situação, o Governo Provincial de Luanda anunciou que está a trabalhar na implementação de um novo modelo de recolha e tratamento do lixo, que também vai ser pago pelos cidadãos e empresas através do serviço de energia, mas de forma indirecta, ou seja, sem que o cidadão perceba que está ser descontado na factura.

"O serviço de recolha do lixo, em todo mundo, não se cobra de forma directa. Cobra-se através de outros serviços porque na realidade não é fácil cobrar o que as pessoas estão a deitar fora, por isso é que se cobra de forma indirecta", explica Antas Miguel, assessor do vice-governador provincial para o sector económico, acrescentando que os valores a cobrar serão inferiores aos cobrados actualmente.

O novo modelo, que está em fase de aprovação para entrar em vigor em 2019, vai incidir sobre o lixo doméstico, bem como cantinas, restaurantes e hotéis. Mas todas as grandes superfícies têm a obrigação de encontrarem no mercado quem lhes preste o mesmo serviço", adianta Antas Miguel.

8.10 Diagnóstico de Dezembro de 2017

Jornal Folha 8

24 De Novembro de 2018

O mesmo governador da província de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho, admitiu no dia 29 de Dezembro de 2017 que o rápido crescimento populacional da cidade "concorreu para o aumento de problemas de difícil resolução", referindo entre outras áreas a saúde, saneamento básico e recolha de lixo.

O dirigente do MPLA, que falava na cerimónia de cumprimentos de fim de ano, recordou que durante a sua gestão, de - na altura - quase 90 dias, teve de realizar visitas para conhecer melhor a gravidade da situação económica e social da província. Ou seja, para ver a enciclopédia de disparates, asneiras e crimes que os anteriores governadores cometeram com total impunidade e, muitas vezes, até com condecorações pelos altos serviços prestados...

"Deu também para diagnosticar o grau de prontidão das nossas estruturas quer centrais, intermédias e/ou municipais, bem como aferir o grau de entrega e comprometimento dos servidores públicos", disse Adriano Mendes de Carvalho, numa estirada perfeitamente intelectual e adaptável a tudo, como muito gosta o novo "querido líder" João Lourenço.

Segundo o governador, estas constatações estavam a permitir desenhar um quadro de soluções para debelar progressivamente essas insuficiências. Ouvir em 2017 o mesmo que nos foram repetindo ao longo de várias décadas é algo que... chateia. E chateia porque os governantes (sejam governadores, ministros, presidentes, generais etc.) teimam em cada discurso passar-nos um atestado de menoridade intelectual e um comprovativo de matumbez. Para Adriano Mendes de Carvalho, a qualidade de vida do cidadão deve ser a principal preocupação dos servidores públicos, informando que no quadro de medidas em curso na capital angolana, "estão já em implementação melhorias no sistema de saúde". Os resultados estão bem à vista. Só morrem os que estavam vivos.

"Estão já em implementação melhorias no sistema de saúde", disse Adriano Mendes de Carvalho. Sendo governador de Luanda, tem autoridade moral para falar do sistema de saúde do país ou está, apenas, a falar do sistema de saúde em sua casa? Adriano Mendes de Carvalho especifica que "do saneamento básico, na recolha de resíduos sólidos na província e na melhor articulação entre o Governo de Luanda e os diversos sectores que actuam na província, entre elas as empresas de águas, energia, unidade de saneamento e com a Polícia Nacional".

Será que, mais uma vez, Angola é Luanda e o resto paisagem? Ou nenhum destes problemas se verifica nas restantes províncias?

Para 2018, Adriano Mendes de Carvalho prometeu um aumento vertiginoso na intensidade das acções, maior grau de exigência, rigor, disciplina e pontualidade. Ou seja, prometeu tudo o que os seus antecessores prometeram mas que nunca cumpriram. Ou seja, prometeu o mesmo que um seu sucessor irá prometer...

"Por vossa parte, de mais responsabilização, dado que cada um deve ser também um governador no seu gabinete, no seu departamento, no seu município ou distrito, no seu bairro, enfim, no seu posto de trabalho", exortou Adriano Mendes de Carvalho. Só faltou acrescentar "que cada um deve ser também um" Presidente da República, um Presidente do MPLA na sua casa.

De acordo com o governador de Luanda, são inúmeras as responsabilidades e é grande a expectativa e confiança depositada pelo Presidente da República, João Lourenço, e por isso não são permitidas falhas. Todos os governadores escolhidos por José Eduardo dos Santos diziam o mesmo. O resultado está à vista. "Não nos é permitido defraudar essa expectativa e essa confiança sob pena de frustrarmos o voto de confiança que as populações nos conferiram nas urnas", concluiu Adriano Mendes de Carvalho. Hoje, reconheça-se, no actual estado da nossa saúde pública falar-se de urnas faz todo o sentido. Mas, é claro, também os doentes e os familiares que desesperam às portas dos hospitais podem sorrir porque estão numa "Luanda Verde" que tem um lema que fará história: "Dê Cor à sua Vida, Dê Cor à sua Comunidade".

8.1 | Que tal promover o lixo a “ex-libris” de Luanda?

Jornal Folha 8
24 De Novembro de 2018

O Governo da província de Luanda admite que deve cerca de 60 mil milhões de kwanzas (170 milhões de euros) às operadoras que efectuem a limpeza na capital angolana, situação que está a "dificultar normal funcionamento" das empresas na recolha do lixo. Confirma-se que não basta mudar de governador, é preciso mudar de... governo. Respondendo às preocupações sobre os "enormes acumulados de lixo em vários pontos da província", o director do gabinete do Ambiente, Gestão de Resíduos e Serviços Comunitários do Governo de Luanda, Tchino de Sousa, argumentou que o modelo de financiamento do sistema "não funcionou".

No entanto, de acordo com o responsável, a situação "está controlada" e deriva de um "atraso no pagamento de 10 meses às operadoras".

"Nem todos os municípios pagam regularmente a taxa, temos uma dívida de aproximadamente 60.000 milhões de kwanzas e mensalmente arrecadamos cerca de 100 milhões de kwanzas (280 mil euros) valores insuficientes para cobrir as despesas das operadoras", explico.

Segundo Tchino de Sousa, apesar das dificuldades operacionais, as empresas têm feito do seu papel de recolha e varredura, funcionando apenas com os "serviços mínimos", pedindo "compreensão e colaboração" dos municípios na hora da deposição dos resíduos.

Nesta fase, salientou, "também precisamos que os munícipes nos ajudem na melhor acomodação do lixo" e respeitem os horários de colocação nos contentores.

Por sua vez, o assessor do vice-governador de Luanda para o sector económico, Antas Miguel, deu a conhecer que um novo modelo de recolha de lixo na capital angolana deve ser implementado, a partir de 2019.

"O novo modelo traz um regulamento com um conjunto de regras de cumprimento obrigatório de todos os atores desde os produtores de resíduos, prestadores de serviços e o poder público", disse.

"Vamos criar um modelo, com sustentabilidade diferente com novas formas de taxar cobrar", apontou.

O governador provincial de Luanda, Adriano Mendes de Carvalho, lançou no dia 1 de Setembro um programa de requalificação dos jardins e reforço da iluminação pública, visando promover a arborização dos espaços urbanos e a segurança da população.

E porque não é possível fazer tudo ao mesmo tempo (o que se comprova pelo facto de o Governo do MPLA andar há 43 anos a tentar fazer alguma coisa...) o programa de redução dos pobres (em todo o país são 20 milhões) só será implementado quando as mangueiras (dos jardins de Luanda) derem loengos e quando for possível ler à luz de um candeeiro... apagado.

Enquadrado no programa "Luanda Verde 2022", o projecto tem como lema "Dê Cor à sua Vida, Dê Cor à sua Comunidade" e prevê abarcar toda a província, que abrange, além da capital, os municípios do Belas, Cacucaco, Cazenga, Icolo e Bengo, Quiçama e Viana.

O governador anunciou também o lançamento do projecto de iluminação pública em todo o território da província, começando pela zona central dos municípios de Luanda e Belas.

Mendes de Carvalho referiu que, com o programa, esperam-se melhorias na saúde dos cidadãos, uma vez que os espaços verdes se revelam cada vez mais importantes na melhoria da qualidade de vida, promovendo estilo de vida saudáveis. É verdade. Aliás, o Povo já diz que ser pobre num espaço verde tem muito mais encanto.

"Há, pois, uma relação inequívoca entre a qualidade de vida, bem-estar das populações e a qualidade ambiental, sendo os espaços verdes considerados fundamentais à saúde das pessoas", disse o governador, lembrando também os ganhos com a

segurança pública. O governador da província de Luanda adiantou também que vai ser iniciada uma outra campanha, que envolverá estudantes, igrejas, organizações não-governamentais e da sociedade civil, num programa de plantação de árvore e reabilitação de espaços verdes, com vista a tirar Luanda do topo da cidade menos arborizada da África Austral.

Adriano Mendes de Carvalho pretende que cada cidadão tenha a cultura de plantar e cuidar de uma árvore ou do seu espaço verde.

Por outro lado, manifestando-se "preocupado" com a quantidade de lixo produzido diariamente, indicou que estava a coordenar uma comissão, sob orientação (nem poderia ser de outra forma no contexto do MPLA) do Presidente de Angola, para inverter o quadro.

Para Venceslau de Almeida, consultor de infra-estruturas eléctricas, o processo de iluminação pública só será viável e funcional se a Empresa Nacional de Distribuição de Electricidade (ENDE) dispuser com regularidade a energia necessária para manter acesos os postes no período nocturno. É que, de facto, ter os candeeiros apagados... não dará grande luz. Mesmo assim, Luanda tem mais encontro mesmo às escuras.

Já o administrador do município de Belas, Mateus da Costa, lembrou que a sua jurisdição tem um défice de iluminação pública e de arborização, pelo que o programa se revela de "grande valia". Outra administradora municipal, a do Kilamba Kiaxi, Albina Guilhermina Luísa, referiu que a medida é "oportuna", na medida em que vão melhorar quer a imagem da circunscrição, que, o meio ambiente e o bem-estar dos munícipes.

Albina Guilhermina Luísa salientou ser necessário reforçar a plantação de eucaliptos no distrito urbano do Palanca, tendo em conta a morfologia dos solos locais, bem como ao longo das valas de drenagem. Relativamente à iluminação pública, referiu que será "benéfica", pois ajudará a diminuir em grande medida o cometimento de crimes. Participaram no encontro, os vice-governadores provinciais de Luanda, administradores municipais e operadores privados que terão como missão acautelar a substituição de lâmpadas fundidas, vandalismo de armários, postes de transformação e roubos de cabos eléctricos.

8.12 Produção de água e energia no topo das prioridades

Jornal de Angola

9 De Novembro de 2018

Texto: Leonel Kassana

Luanda vai continuar a recorrer às turbinas térmicas para a produção de energia eléctrica, como medida preventiva a eventuais dificuldades de abastecimento a partir das centrais hidroeléctricas de Cambambe e Laúca. Integrado num projecto de reportagem "Andar Luanda", promovido pela Rádio Luanda Antena Comercial (LAC), o Jornal de Angola foi levado a visitar no município de Talatona duas turbinas de 25 kilowatts, o suficiente para abastecer pelo menos 25 mil famílias.

Foi isso mesmo que o engenheiro António Correia, director de projectos da PRODEL confirmou, quando confrontado com a utilidade destas turbinas, onerosas pelo seu elevado consumo de combustível (gasóleo) e assistência técnica. "Na verdade, esta é a realidade: a capital de Angola vai mesmo ter que recorrer, durante algum tempo, à energia térmica para acautelar situações imprevistas no fornecimento de energia de origem hidroeléctrica", sublinhou.

Ou seja, se o sistema que demanda precisar, por indisponibilidade de energia eléctrica hídrica ou de origem limpa, as turbinas térmicas entram em acção. Estão permanentemente em prontidão, para acautelar eventuais falhas de abastecimento a Luanda. Com uma população hoje já muito próximo dos sete milhões de habitantes e sinais visíveis de crescimento da actividade industrial, sobretudo na região de Viana, onde estão localizados o pólo industrial, Zona Económica Especial (ZEE) e outras infra-estruturas comerciais e sociais, Luanda precisará certamente de um incremento considerável de abastecimento de energia.

O engenheiro António Correia explica que as turbinas, que são estruturas móveis, foram instaladas em Talatona "por razões ligadas fundamentalmente à estabilização da potência das nossas estações mais próximas à Rede Nacional de Transportes (RNT) e à medida que for aumentando a capacidade, podem ser deslocadas para as áreas onde as dificuldades de distribuição de energia se façam sentir".

Quarta - feira, quando passamos pela zona onde estão instaladas turbinas em Talatona, estas estavam completamente paradas. É esta situação das turbinas térmicas nesta fase. Nenhuma funciona em sistema "base", na linguagem técnica, pois isto só acontece em caso de uma falha de uma máquina de energia de origem hídrica.

"Feliz ou infelizmente, grande parte das energias limpas estão fora da cidade de Luanda, como Laúca, Cambambe ou Capanda e toda ela é transportada por linhas de alta tensão, que por vezes são alvo de actos de vandalismo, como aconteceu há pouco tempo em Cacucaco, ou mesmo alguns fenómenos naturais que possam criar grandes dificuldades ao fornecimento aos habitantes", sublinha, pretendendo com isso sustentar a importância que ainda é dada às turbinas térmicas, apesar dos elevados custos envolvidos.

Custos com combustíveis Como se diz noutra peça, que escrevo a partir da vila de Catete, onde estive ontem a equipa do "Andar Luanda", um Projecto da LAC, foram implementadas as turbinas para, em caso de dificuldades, atender "in situ" Luanda, que por ser o principal centro económico do país não deve ficar privada de energia por longos períodos.

António Correia ressalva, no entanto, que poderá não haver necessidade de continuar-se a construir centrais térmicas para Luanda, mas que as actuais deverão ficar em prontidão para acudir situações imprevistas.

O facto é que os custos operacionais para o funcionamento das turbinas eléctricas são ainda considerados altos pela PRODEL, pelo seu elevado consumo de combustível e a sua manutenção. Toda a tecnologia e outros sobressalentes são importados e, para piorar, a própria fonte de energia, por ser térmica acelera o desgaste dos equipamentos.

"As necessidades de manutenção são muito mais frequentes comparativamente à produção de energia hídrica ou renováveis", adianta o responsável da ENDE, acrescentando que o consumo de combustíveis por cada turbina chega aos 8.000 litros por hora, a trabalhar na sua máxima potência.

Abastecimento de água

A Estação de Tratamento de Água (ETA), que abastece os municípios de Belas e Talatona, produz diariamente 56.600 metros cúbicos de água e funciona a 95 por cento da sua capacidade, segundo dados apurados neste "Andar Luanda". O processo começa na produção depois vai para a distribuição, através de condutas adutoras e daí para os centros de distribuição para os consumidores explicaram responsáveis da ETA.

Garantem que a água que chega às torneiras dos consumidores está dentro dos padrões recomendados pela Organização Mundial da Saúde (OMS). "Nós controlamos os padrões da quantidade e qualidade da água que chega aos consumidores e esta está em conformidade com os parâmetros",

explica o responsável pelo tratamento da ETA de Luanda Sul, Lucas Fernandes, indicando que o controlo é feito de hora a hora.

Todos os equipamentos para o tratamento de água foram substituídos, assim como o laboratório, o que garante "boa água", dizem os responsáveis. As zonas mais críticas para o abastecimento ficam no município de Belas, mas a EPAL reabilitou todos os centros de produção para repor a sua capacidade de distribuição. As obras continuam, como explicaram aos jornalistas. A EPAL começou a explorar a ETA de Luanda Sul em 2007 e a sua reabilitação durou um ano.

"O laboratório garante a funcionalidade da estação, quanto cloro é que se deve dosear na água que chega às nossas casas", acrescenta Lucas Fernandes, referindo que os próprios Centros de Distribuição têm instalado um sistema de reforço de cloro. Além de Talatona e Nova Vida, há também um desvio para o KM 9, num reforço, já que normalmente esta zona é abastecida a partir da ETA do Kikuxi, disseram responsáveis da ETA, indicando que a quantidade disponível só não cobre a zona se houver algum estrangulamento ou necessidade num outro sítio que tenha um desvio.

Além dos projectos em curso para aumentar a capacidade de fornecimento de água a curto e médio prazos, há outros, a longo prazo, para o armazenamento e também a execução em "zonas cinzentas" e que precisam de uma rede de distribuição.

8.13 Moradores elucidados sobre a falta de água

Jornal de Angola

9 De Novembro de 2018

Um grupo de moradores dos bairros Fubu e Semione, município de Talatona, em Luanda, concentrou-se ontem, com cartazes, na sede da Empresa Pública de Águas (EPAL), para reclamar da falta de água.

Perante a situação, de acordo com um documento da EPAL, enviado ao Jornal de Angola, parte do grupo, integrado por mais de 10 pessoas, foi recebida por uma equipa da empresa pública, constituída pelos directores da Rede e Distribuição, Comunicação e Marketing e Comercial, além de chefes de departamento e técnicos.

No encontro, o director de Rede e Distribuição, Domingos Agostinho, fez uma breve panorâmica da

realidade dos bairros Fubu e Semione e mencionou as visitas técnicas e os contactos feitos com a comunidade e a comissão de moradores para a solução das questões constatadas.

O documento adianta que próximo passo, já em curso, consiste no aprovisionamento de material para a empreitada.

Os moradores saíram do encontro mais esclarecidos e afirmaram que se deslocaram à sede da EPAL, porque não tinham conhecimento do que estava a acontecer nos dois bairros.

Os responsáveis da EPAL pediram aos moradores para que tenham a cultura da denúncia porque o garimpo de água impede que o líquido chegue a mais moradias.

8.14 EPAL cava e abandona buraco em casa de cidadãos

Jornal Hora H

9 De Novembro de 2018

Texto: António João

A vinte metros da vala de drenagem, que faz a ligação Cazenga - Cariango, a referida empresa pública fez a escavação de um buraco de aproximadamente cinco metros de largura e dois de profundidade, bem no portão de uma moradia, razão pela qual, a situação está a tirar o sono dos seus moradores, num momento em que a chuva já se faz sentir na cidade capital.

Linda, como é conhecida a dona da residência afectada, conta que a equipa da EPAL deslocou-se à sua residência numa quinta-feira, há mais de um mês, para efectuar a escavação e, desde então, entregam a saúde da família à Graça de Deus.

"Sou mãe de cinco crianças, sempre que está a chover fico com o coração na mão, pois neste buraco que eles fizeram já caiu uma criança, filha da minha vizinha, eles não querem saber do que fizeram, aposto que até já se esqueceram como tem sido o habito na maioria das vezes", lamentou a senhora.

De acordo com os moradores, estas faltas de respeito da empresa em questão não é de hoje, pois caso o tivessem (respeito), não se faria este tempo todo para taparem um buraco que eles mesmos cavaram.

A dona da residência conta que tudo isso tem trazido consequências negativas para a família, pois em sua casa vivem menores de idade e o buraco que a equipa da EPAL fez, está diante do portão.

"Não sei se vamos mais falar o quê! Eles não respeitam a população, só lembram de nós no momento do voto, isto aborrece as pessoas. Aqui os miúdos estão a ficar doentes devido a evolução dos mosquitos, depois estamos perto de uma vala a céu aberto, o que fazer? A administração do distrito e a municipal não movem nenhum dedo, até parece que não existem!": desabafou a cidadã visivelmente agastada com a situação.

No mesmo bairro, várias são as casas que viram nascer um buraco perto de casa feito pela empresa em epígrafe, situação que tem deixado revoltados os moradores, que já falam mesmo em boicotar os trabalhos da referida instituição.

Por tudo isso, os munícipes dizem que a referida empresa só pensa em valores monetários, e a prova foi a subida da tarifa de água anunciada recentemente. De recordar que a EPAL explica que o novo tarifário, plasmado no Decreto Executivo Conjunto n.º 230/18, de 12 de Junho de 2018, teve apenas incidência sobre os consumidores, recentemente.

Quanto aos moradores da Cidade do Kilamba, a carta avança igualmente que estes têm uma facturação com base na leitura de contador. Na ausência de leituras, por falta de acesso ao edifício ou aos armários de contadores, recorre-se à média de consumo, que é ajustada logo que se consiga efectuar a leitura.

Nesses casos, esclarece ainda a carta da EPAL, o acerto pode resultar em débito, se o consumo registado no contador for superior aos valores facturados, ou em crédito, se o consumo estiver inferior à cobrança.

Mas, a EPAL afirma que a facturação da Cidade do Kilamba diferencia-se das outras zonas, devido à da Taxa de Saneamento, resultante de serviços prestados na Estação de Tratamento de Águas Residuais que existe naquela parcela da província de Luanda.

A carta, rubricada pelo director de Comunicação e Marketing da EPAL, pede ainda aos moradores do Kilamba para exporem as suas reclamações junto da agência comercial, sita na rua Amílcar Cabral n.º198 B, Quarteirão L, no posto de cobrança do centro comercial "Xyami" e no posto móvel, localizado no quarteirão W, junto ao edifício 11. Antes da divulgação da matéria que suscitou esta reacção da EPAL, tentou-se ouvir responsáveis desta entidade pública, por meio de contactos telefónicos (voz e mensagens, ainda registadas) de membros do seu Gabinete de Comunicação e Marketing, durante cerca de três semanas, mas os esforços saíram gorados, por indisponibilidade destes, na altura.

No cruzamento da informação, este semanário contactou a referida instituição, na pessoa do seu porta-voz, que avançou desconhecer a situação em questão, pelo que poderia obter mais dados com o responsável da área e de seguida contactaria-nos. Até ao encerramento desta edição não recebemos outro pronunciamento por parte da EPAL- EP.

8.15 Protesto por água à porta da EPAL

Jornal de Angola

9 De Novembro de 2018

Texto: André Mussamo

Nesta Quinta, 8, decidiram marchar em direcção a sede da Empresa Pública de Água da província de Luanda. Improvisaram uns quantos cartazes e puseram-se a caminho.

Era uma mistura de idosos e jovens, homens e mulheres. Primeiro passaram pela avenida do MAT e, sabendo que num dos condomínios fica o jornal OPAÍS, solicitaram cobertura jornalística, numa altura que eram abordados por uma patrulha da Polícia Nacional.

Diziam-se destemidos, porém cansados das "conversas da EPAL" e que daqui para a frente: "ou parte ou raxa, mas terão de nos dar água". Contam que há 17 anos ainda estava a ser edificado o bairro Talatona e eles já eram dos primeiros moradores do perímetro. Aos poucos foram sendo afastados, mais para lá, até "ficarem confinados na actual zona da Fubu, sob promessa de virem a ter uma bairro infra-estruturado, com arruamentos, iluminação e água".

Todavia, o que se seguiu foi um calvário. Viram condutas passarem pela sua zona de residência e ouviram promessas de toda a índole sem que nada fosse transformado em realidade. Em vésperas das eleições de 2012, a chama da esperança reacendeu ao verem obras de grande monta na zona e esfregaram as mãos de contentes. "Vimos as condutas a serena feitas pelos chineses e achamos que desta vez teríamos água, cansados que estávamos de comprar cisternas e em bidons". Mas tudo não passou de um sonho.

Foi então que começaram a reclamar junto da EPAL e a denunciar o garimpo de água disseminado na zona, mas, ainda assina, "não fomos tidos e nem achados. Pensamos que no garimpo que ocorre na Fubu devem estar os próprios funcionários da EPAL. Só assina se entende o que está a acontecer", desabafa uma das senhoras.

Dizem ter escrito cartas para a empresa pública de águas que sempre foram "rejeitadas" na recepção. Em Dezembro do ano passado os moradores afectados promoveram uma "abaixo-assinado" cuja cópia exibiam, mas não foi possível verificar a data de entrada na EPAL. "Sempre que viemos aqui com reclamações as pessoas se recusam a assinar", contaram.

Atendidos à poria

À chegada, o pequeno grupo foi abordado pelos seguranças. Mas entoando o refrão "queremos água" rapidamente chegou "apoio" vindo do sumptuoso edifício cilíndrico em forma de tanque e que serve de sede da EPAL.

Primeiro um, depois outro e mais um. Uma pequena equipa de funcionários juntou-se para apurar o que se passava, ao mesmo tempo que se foi juntando uma multidão de curiosos. No bate boca, um dos funcionários apelou por calma na expectativa de introduzir o grupo para o interior do edifício, mas os protestantes se recusaram, alegando que já não esperavam promessas, mas respostas concretas ao seu problema.

Ao fim de alguns minutos de "vozes exaltadas" e alguma negociação, finalmente uma pequena comissão aceitou entrar para o interior da sede da EPAL, onde foram recebidos.

Solução à vista

Segundo o porta-vos da EPAL, Vladimir Bernardo, uma comissão integrada por 5 membros, incluindo o soba do bairro, senhor Famoso António, foi recebida pelo director de rede e distribuição da empresa e ao fim de cerca de duas horas de reunião foi encontrada "uma solução para responder à legítima reclamação dos moradores".

Um anel de 3 km, cujo material está já acondicionado, vai ser construído para atender aquela zona rodeada de outras que felizmente já estão contempladas com ligações domiciliárias.

Quinzenalmente será feito um ponto de situação do andamento dos trabalhos, cujo prazo não foi avançado pelo porta-voz da empresa por "cautela, atendendo a complexidade deste tipo de obras e para que não voltemos a frustrar as expectativas dos cidadãos. Mas faremos o ponto de situação ao jornal OPAÍS", garantiu o homem que responde pelo departamento de comunicação institucional.

8.16 Foto

Jornal O PAÍS

9 De Novembro de 2018



8.17 Projecto social beneficia famílias com crianças

Jornal de Angola

11 De Novembro de 2018

Texto: César Esteves

O Executivo trabalha na implementação de um projecto social que permitirá às famílias com crianças dos zero aos cinco anos beneficiar de uma transferência de rendimentos anunciou na sexta-feira, em Luanda, a directora nacional da Acção Social do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher.

Ao falar sobre a Conferência Nacional de Acção Social, prevista para terça e quarta-feira, Teresa Quivienguele disse que a iniciativa se enquadra no Plano de Desenvolvimento Nacional e visa reduzir o índice de mortes na primeira infância no país, bem como a desnutrição.

Teresa Quivienguele avançou que neste momento está a ser analisado o melhor modelo do projecto que vai de encontro com a realidade angolana.

Por se tratar de um projecto novo para Angola e para se evitar eventuais erros, Teresa Quivienguele espera beber da experiência sul-africana, porque há muito que tem desenvolvido tal programa.

A directora nacional da Acção Social do Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher, Teresa Quivienguele, declarou que no âmbito do Programa de Combate à Pobreza, o país prevê retirar mais de dois milhões de cidadãos, equivalente a 11 por cento da população angolana, da condição de pobreza extrema.

Durante muito tempo, continuou, o país teve uma perspectiva de intervenção social mais virada para o domínio assistencialista, para responder às situações de emergência que os cidadãos viviam, sobretudo, no período de "conflito armado.

"Estamos a fazer uma transição das antigas formas de protecção social de base para uma mudança de paradigma, a fim de deixarmos, gradualmente, os métodos mais assistencialistas e, assim, dar uma lógica e pendor mais virado para o desenvolvimento das populações", precisou.

Teresa Quivienguele referiu que a Lei de Base da Protecção Social que o país tem permite traçar os limites e orientações sobre as quais o Executivo deve intervir.

A responsável disse ser responsabilidade do Executivo cuidar das populações que se encontram em situação de carência e vulnerabilidade acentuada.

8.18 Trabalhadores da EPAL filiam-se na CGCILA

Jornal Hora H

30 De Novembro de 2018

Texto: José Gabriel

Os funcionários afirmaram que muita coisa negativa tem acontecido na EPAL, tal como promoção de carreira sem saber os critérios em que foram avaliados, assim como a morosidade nas resoluções de problemas que afligem os trabalhadores. Os mesmos lamentaram a atitude de muitas colegas que vendem-se para obter alguma promoção. "Pedimos a todos a máxima colaboração, não nos entreguem estas responsabilidades a pensarem que temos a plena inteligência para resolver sozinhos os nossos problemas. Esta tem que ser uma comissão sindical de todos, não existe aqui nenhum chefe, nem nenhum subordinado, somos todos iguais e vamos lutar para que se promova esta igualdade na EPAL", salientou o secretário sindical da EPAL, em representação da CGCILA.

As reclamações são várias, trabalhadores reclamam as desigualdades, pois muitos funcionários são tratados da maneira diferente como avançou Luís Gonçalves.

"Aqui não há promoção de carreira, estou há vinte e quatro anos e mantenho a mesma categoria", lamentou o funcionário.

O mesmo disse ainda que muitas são as vezes que levaram os problemas diante da entidade patronal, no entanto sem sucesso. A instituição tem levado de forma leviana as reivindicações dos trabalhadores, por isso apostaram em outra força sindical, no sentido desta resolver os dilemas dos trabalhadores junto da direcção da EPAL.

"Estamos a nos desfazer da ligação que tínhamos com a UNTA, pois não temos tirado proveito nesta aliança", afirmou.

Já Gaspar João, também trabalhador, afirma que estão a sobreviver de "kilapi", porque os salários que auferem são míseros. O funcionário conta que ficou deficiente do pé no local de serviço e, mesmo assim, foi informado que teria que ficar trinta dias em casa, mas a empresa não lhe pagou qualquer subsídio.

Os funcionários disseram ainda que não é só o salário e o subsídio que os preocupa, são também as condições de trabalho, muitos disseram que a empresa está sem equipamentos de protecção, o que põe em perigo a vida dos funcionários.

O secretário da CGCILA agradeceu a filiação de mais de quinhentos trabalhadores, afirmando que o seu sindicato tudo fará para resolver os problemas dos trabalhadores por intermédio do diálogo com a entidade patronal. "Sentimo-nos regozijados depois que os trabalhadores solicitaram à CGCILA; um dos grandes problemas que nós temos é a arrogância por parte dos conselhos de administração e dizer já ao PCA da EPAL, que tentou criar-nos dificuldades quanto a este processo, esperamos que ele (PCA) mude de atitude porque senão as consequências serão incalculáveis.

9. GÉNERO E VIOLENCIA

9.1 Rede de mulheres polícias combate violência contra a mulher

Jornal 24 Horas

30 De Novembro de 2018

Texto: Márcia Elizabeth

A província de Malanje registou de Janeiro a Outubro mais de 100 casos de violência doméstica e sexual contra mulheres e crianças e, na maioria dos casos, os autores estão foragidos ou Impunes.

O Governo angolano, através da Rede de Mulheres Polícias de Angola (REMPE), lançou a operação "Basadi" que visa combater e prevenir novos casos.

A presidente da REMPE em Malanje, inspectora-chefe Teresa José Manuel, admitiu que serão "detidas e responsabilizadas pessoas a monte por crimes ligados à família".

Duas a três mulheres ou crianças são semanalmente vítimas de violência sexual na província. Teresa José Manuel garantiu que progenitores e parentes próximos são potenciais violadores sexuais, que se aproveitam da crise social que afecta milhares de famílias e da perda de valores crescente na sociedade.

"Os criminosos estão atentos, os criminosos têm um novo modus operandi, eles já não violentam só meninas, também têm estado a violentar rapazes", confirmou a responsável. Mais de 150 mulheres polícias dos órgãos do Ministério do Interior, estão envolvidas na campanha.

10. AMBIENTE

10.1 Canal do Kikuxi “inunda” residências no Bita Vacaria

Jornal OPAÍS

2 De Novembro de 2018

Texto: Maria Teixeira

A falta de policiamento e o crescimento excessivo de capim à volta do complexo e das casas inabitadas, têm sido igualmente motivos de clamor, segundo disseram alguns moradores que solicitaram intervenção da Polícia Nacional e da administração municipal na busca de uma solução no que toca aos sectores de segurança e de saneamento básico.

Segundo apurou OPAÍS, a corrente da água está a forçar o abandono do referido complexo habitacional e, consequentemente, o regresso de muitas famílias a casas de renda.

Menezes Adão, nato do bairro, conta que a água começou a passar por aquela zona em 2005, mas sempre conseguiram controlar, com a construção de valas de drenagem. Criaram uma comissão de moradores com as contribuições financeiras feitas, construíram a vala. Há quatro anos começaram a ver as ruas e algumas casas inundadas, porque a pressão da água aumentou.

"Temos muitos problemas por causa disso, as doenças não nos largam, as crianças todas sofrem de infecção urinária e é uma patologia que se tornou normal aqui na zona, bem como o paludismo, por causa da população de mosquitos", disse.

Segundo o município, esta situação tem impossibilitado a circulação de pessoas e bens, naquela área. "Essa água é resultante do desvio criado na bacia do Kikuxi e quando chove os moradores são obrigados a abandonar as residências, regressando apenas no período seco. Isso tem causado perdas constantes de bens materiais e não só", conta.

Por seu turno, Jairo Candumba, que vive há seis anos neste bairro, conta que no princípio, quando comprou a residência, não tinham problemas de água, porque a mesma passava sempre por uma pequena vala de drenagem feita pelo projecto.

Conta que o problema de inundação começou nestes últimos quatro anos e já se dirigiram à administração distrital do Kikuxi e à municipal de Viana, onde endereçaram várias cartas, a fim de verem o problema

solucionado, mas até ao momento continuam esperando.

Jairo Candumba fez saber que uma equipa técnica acompanhada de um topógrafo já esteve no local e a mesma garantiu que iam desviar o curso da água e levantar uma vala separada, diferente da que tem no projecto. "Esperamos que essas palavras não tenham sido lançadas vagamente e que realmente venham a cumprir", disse.

Dengue, paludismo e infecção urinária doenças frequentes no bairro

Os moradores também estão preocupados com as várias epidemias que assolam o bairro, por causa da água que estagnou na zona. Os moradores vêem naquilo um verdadeiro foco de mosquitos, que propiciam o aparecimento de muitas doenças, como a dengue e o paludismo.

Pudemos constatar durante a nossa reportagem muitas crianças a se banharem naquela água, facto que tem sido uma constante. Segundo Jairo, todos os dias o cenário é o mesmo e há muitos casos registados de paludismo e infecção urinária. "Muitas crianças aqui padecem de problema de urinar sangue devido à mesma água, que acabam ingerindo na hora do banho".

Por causa da água, as ruas estão quase intransitáveis e há um isolamento do bairro que permite o vandalismo e a delinquência, junto com os assaltos que têm sido constantes. Mas o que mais preocupa neste momento, depois da água e as chuvas que se abatem na cidade capital, são os postes de energia que são feitos de madeira e quase todos eles estão no meio da água e danificados, pelo que teimem pelo pior.

Enquanto isso, Neusa de Almeida ressalta que a ideia dos moradores não consiste em pedir outras residências, mas apenas uma solução da água que obriga muitas famílias a viverem em circunstâncias piores.

Por causa da água, ela e a família tiveram de abandonar a sua residência (de um andar) e viver na renda, num outro bairro, do outro lado da estrada.

Há quatro anos que vivem nessa situação e já fizeram várias contribuições com os vizinhos e reuniões constantes no sentido de ver o nosso projecto em condições. Já fizeram também várias valas para a água seguir o seu curso normal.

Neusa contou que duas escolas estão fechadas no bairro por causa da água que invadiu todas as salas. Uma é privada e, devido ao acesso da estrada à escola, acabou por fechar, e a outra é comparticipada.

A entrevistada é dona da escola comparticipada, que tem nove salas e tiveram de parar as obras por causa da água. Ela ficou ao meio e sem solução. "Já entulhei e fiz de tudo, mas não obtivemos sucesso. Tenho a documentação toda, o imposto pago, e até declaração de reconhecimento que me autoriza a dar aulas, mas por causa da água parámos tudo. Tive de vender casas para fazer a minha escola comparticipada e quando vejo até a cabeça dói", conta.

Conta ainda que os carros não conseguem entrar no bairro, há pessoas que perderam a vida por causa da água, porque quando chove é um desastre. Os postes estão danificados e há um poste de energia que já caiu só que apoiou-se no muro de uma casa e só por isso ainda tem corrente eléctrica.

Até ao momento, nada foi feito pela administração local, de acordo com os munícipes. "Estamos à espera. Queremos que eles ponham a mão, porque estamos mesmo a precisar. As pessoas abandonaram as suas residências e já não aguentamos com essa situação. Estamos a abandonar tudo. Disseram que a administração já esteve aqui e só estamos à espera que cumpram com o que prometeram", reforçam.

Segundo contam os moradores, o administrador municipal de Viana, André Soma, já se pronunciou e efectuou uma visita neste local com uma equipa técnica, onde conseguiu constatar as preocupações dos munícipes e o responsável garantiu aos moradores que será feito um desvio da água proveniente do Kikuxi.

Administrações no "passa-passa"

O jornal OPAÍS contactou o director do Gabinete de Comunicação Institucional e Imagem de Viana, Paulo Matias, que confirmou a informação de que já estiveram no local, na semana passada, e foram até ao canal da água. Constataram que a zona não pertence ao distrito de Viana, mas sim de Belas.

Assim sendo, o Jornal OPAÍS contactou o director de Comunicação e Imagem de Belas, Neto Segunda, e este por sua vez, afirmou que o bairro não pertence ao distrito de Belas, mas sim, de Viana. "Nós não temos o Bita Vacaria na nossa jurisdição. Temos apenas os Bitas Flor, Bitas Florêncio e Bitas Caquesse", reforçou.



10.2 Identificadas 826 ravinas no país

Jornal de Angola

6 De Novembro de 2018

Texto: Carla Bumba

Um total de 826 ravinas estão cadastradas em Angola, sendo a província do Uíge, com 73, a que mais sofre com esse fenómeno da natureza seguindo-se a da Lunda - Norte.

A informação foi dada ontem, em Luanda, durante um seminário sobre prevenção, estabilização e controlo de ravinas, promovido pela Universidade Óscar Ribas, em parceria com o Centro de Formação Vias do Bem.

O palestrante Angelino Quissonde revelou que as províncias do Moxico com 49, Lunda-Sul (3S), Luanda (26) e igual número no Zaire, são as que têm em seus territórios ravinas em estado de progressão acentuada.

No seminário participam 70 pessoas entre docentes, estudantes, profissionais ligados às áreas de engenharias, técnicos dos ministérios do Ambiente e da Agricultura, Endiama, Instituto Geológico de Angola e do Instituto de Estradas de Angola (INEA).

Angelino Quissonde disse que os dados foram obtidos num trabalho de levantamento iniciado há dois anos e que ainda está em curso.

Para prevenir a progressão das ravinas, as autoridades devem usar meios locais, entre os quais o "capim feitiço", "capim elefante", bem como troncos de árvores vivas, que ao cabo de alguns anos acabam por florir e tornar-se em árvores.

O engenheiro Francisco Lopes, director-geral do Instituto Médio de Gestão de Águas e Preservação Ambiental, disse que as ravinas têm origem natural e artificial e que os centros urbanos estão a crescer sem obedecer aos critérios de construção e urbanização.

Francisco Lopes explicou que a concentração de águas da chuva é uma das causas do surgimento de ravinas naturais, contribuindo para a erosão dos solos, a construção em linhas de passagem de águas pluviais, sem se dar atenção ao seguimento adequado das águas que se concentram nos meios urbanos.

"A construção em cima da cota do território, leva a que as águas se acumulem ao longo das estradas e zonas habitacionais, aumentando a concentração, velocidade e crescimento das ravinas, o que faz com que a camada vegetal não suporte a pressão da quantidade do líquido pluvial, provocada pelo homem", referiu.

O abate indiscriminado de árvores, para diversos fins, bem como a desmatção levam a que a camada da superfície do solo fique desgastada e com a presença da água da chuva contribui para o surgimento de ravinas, que em algumas regiões do país têm estado a tomar proporções alarmantes.

O Centro de Formação Vias do Bem recebeu uma Menção Honrosa na sexta edição da Feira Internacional de Tecnologias Ambientais e foi o grande vencedor do Prémio Imogestin para o desenvolvimento sustentável.

10.3 Governo refuta alienação de empresa madeireira

Jornal de Angola

6 De Novembro de 2018

Texto: Leonel Kassana

O Ministério da Agricultura e Florestas desmentiu em comunicado enviado ontem ao Jornal de Angola, notícias que dão como certa a alienação, a favor de capitais chineses da Empresa Pública Florestal Madang, recentemente criada por Decreto Presidencial.

Empresa com participação financeira nas actividades de exploração florestal e de interesse estratégico com jurisdição em todo o território nacional, a Madang tem 30 por cento do volume da quota anual de corte atribuída a cada província interveniente, cabendo a outra parte às empresas não associadas.

O Ministério da Agricultura e Florestas considera, no documento, que, com tais insinuações, pretende-se a "confusão" e desestabilização dos esforços de reorganização da actividade florestal e o luto empreendido nos últimos tempos pelo sector, com a obtenção de "importantes resultados" como a redução significativa do abate ilegal de madeira e o retomo obrigatório ao país, dos recursos cambiais resultantes das exportações de madeira e outros produtos florestais.

Quanto aos Entrepostos de Produtos Florestais, criados ao abrigo da Lei de Bases de Florestas e Fauna Selvagem, o comunicado recorda que são espaços de domínio público do Estado, dotados de serviços polivalentes destinados à facilitação das actividades de fiscalização e inspecção da madeira e outros produtos florestais para exportação.

"A exportação da madeira e de outros produtos florestais deve ser feita através dos Entrepostos de Produtos Florestais e não está vedada a qualquer empresa de direito angolano detida por cidadãos nacionais ou estrangeiros, desde que cumpram com os procedimentos de exportação e as normas técnicas e legais estabelecidas no novo Regulamento Florestal", acrescenta.

A gestão dos Entrepósitos é da competência do Estado, através do Ministério da Agricultura e Florestas, que pode estabelecer contratos de gestão participada com empresas privadas de comprovada idoneidade técnica.

O comunicado reafirma o compromisso com o desenvolvimento sustentável e eficiente do sector florestal, com benefícios para a economia, das empresas nacionais e das famílias, sem afectar a preservação do ambiente para as gerações futuras.

Entrepósitos florestais

Em Agosto, foi levantada a suspensão de todas as actividades relacionadas com a exploração de recursos florestais no país, uma medida que vigorava há seis meses e tomada pelo Ministério da Agricultura e Florestas para sanar o abate, transporte e comercialização desordenada de madeira no país, sobretudo nas províncias do Moxico e Cuando Cubango.

A medida surgiu em simultâneo com o anúncio da construção de seis Entrepósitos de Produtos Florestais para a madeira proveniente das concessões de exploração e das unidades semi-industriais, como forma de facilitar a fiscalização e comercialização dos produtos florestais. Essas infra-estruturas têm serviços de fiscalização e certificação, serviços do Instituto de Desenvolvimento Florestal, Administração Geral Tributária, Comércio e Polícia Fiscal.

Na nova legislação para o sector madeireiro é obrigatória para as operações de exportação, a apresentação de uma carta de crédito ou comprovativo de transferência emitida por um banco exterior a favor da conta do exportador, num banco domiciliado do país.

Prolongamento do ano

O vice-presidente da Associação Nacional dos Industriais e Madeireiros de Angola (ANIMA), Óscar Silva, mostrou-se, na altura, preocupado com a duração da campanha florestal.

"O tempo que nos resta para a campanha de 2018 - até 31 de Outubro - é muito curto. As chuvas estão aí e os prejuízos acumulados pela paragem levam - nos a pedir que, excepcionalmente, haja a possibilidade de prorrogação da data do encerramento", solicitou.

À pergunta, colocada por telefone, sobre se haveria prorrogação da campanha florestal este ano, o director nacional das Florestas disse ontem ao Jornal de Angola não estar em condições de responder.

"Desculpe, não estou em condições de lhe responder, vou entrar agora para uma reunião".

10.4 Camiões com madeira autorizados a circular

Jornal de Angola

8 De Novembro de 2018

Texto: Samuel António e Daniel Benjamim

Mais de 50 camiões carregados com grandes quantidades de madeira, retidos há quase dois meses no Luena, província do Moxico, por falta de certificação da data de corte do produto, começaram a deixar a cidade, depois de um acordo entre as instituições do Governo e os madeireiros.

As empresas de exploração e comercialização de madeira foram impedidas de desenvolver a actividade, na sequência de algumas denúncias que davam conta de que estavam a explorar a madeira fora do período estabelecido pelas autoridades do sector.

O director do Gabinete Provincial da Agricultura e Florestas, António Silva, disse à imprensa que a Fiscalização apurou, durante várias deslocações às zonas de exploração, que mo houve cortes do produto, pois a madeira, que estava a ser transportada das zonas de exploração para os locais de concentração e transformação, havia sido cortada na temporada permitida.

"Chegámos a um desfecho favorável numa primeira fase, estilo a ser liberados os camiões que estilo há mais tempo retidos, enquanto outros vão aguardar pela autorização no entreposto", informou António Silva, acrescentado, "não se trata de ilegalização das empresas que estão a funcionar à margem da lei, pois o Governo encontrou apenas uma solução,

10.5 Governo quer fim do "monopólio" na exploração de eucalipto na Ganda

Jornal O PAÍS

9 De Novembro de 2018

Texto: Constantino Eduardo

O Ministério da Indústria desenvolve, em Benguela, um estudo para futuramente instalar uma nova fábrica de produção de celulose e papel, presumivelmente no Alto Catumbela, município da

Ganda, onde se encontra a antiga, encerrada na década de 1990.

A ministra da Indústria, Bernarda Martins, diz que a produção de matéria-prima está acautelada na base de um acordo estabelecido com o Fundo Soberano. Segundo apurámos, o Governo quer o fim do monopólio de exploração de eucalipto para a fábrica.

O facto fez a titular do pelouro, Bernarda Martins, deslocar-se ao espaço onde durante muitos anos funcionou uma fábrica de celulose e papel, tendo detectado irregularidades na exploração de eucalipto, matéria-prima para a produção de papel, segundo uma fonte governamental.

De acordo com fontes, a governante não encarou com bons olhos o facto de a empresa "Estrela da Madeira" deter o monopólio da exploração da madeira, conforme consagra o Decreto Presidencial nº 79, que restringe a exploração do eucalipto à empresa "Estrela da Floresta", participada pelo Fundo Soberano, à data dos factos dirigido por José Filomeno dos Santos.

Os madeireiros em Benguela, excluídos do negócio, consideram que o monopólio está a acabar com a fonte de sustento para centenas de famílias.

Para salvaguardar o interesse de outros operadores, que se sentem injustiçados pela medida tomada pelo anterior Governo, a ministra quer, até à próxima semana, no seu Gabinete, os responsáveis da empresa em causa para regularizar o processo, segundo a nossa fonte. Para lá da presumível insatisfação, a responsável daquele departamento ministerial reconhece o trabalho até aqui desenvolvido pela empresa no que respeita à produção de matéria-prima.

A pretensão foi manifestada pela governante numa conversa informal que manteve com alguns dos representantes da empresa, na presença do governador Rui Falcão e do actual presidente do Conselho de Administração do Fundo Soberano, Carlos Alberto Lopes, que não prestou declarações à imprensa.

Para se pôr fim àquilo que se considera de "injustiça", continuam as fontes, ter-se-á orientado a Administração da Ganda proceder à demarcação do perímetro, de modo a permitir que além da "Estrela da Floresta", outros madeireiros possam igualmente contribuir para os 200 mil hectares necessários.

Em declarações à imprensa, antes de ter ido constatar in loco o que passa no Alto Catumbela, a governante afirmou que, para a produção de matéria-prima que

vai sustentar a unidade fabril, o sector que dirige estabeleceu um acordo com o fundo soberano.

Entretanto, questionada se repovoamento do perímetro florestal estará sempre a cargo da "Estrela Floresta", Bernarda Martins disse apenas que o processo é da competência do Fundo Soberano, reconhecendo que os 2 mil hectares de eucalipto até aqui plantados, que correspondem a 10% dos 200 mil, ficam muito aquém do desejado, tendo em conta a perspectiva de relançamento da produção de papel.

Por outro lado, Bernarda Martins, que não revelou o orçamento do projecto, salientou que o Executivo vai canalizar recursos financeiros para que nos próximos 8 a 10 anos Benguela tenha uma nova fábrica de papel em funcionamento.

10.6 Fábrica de madeira arranca em Janeiro

Jornal de Angola

20 De Novembro de 2018

Um investimento privado de 100 milhões de dólares efectuado na província de Malanje vai produzir 230 metros cúbicos de madeira por dia, a partir de Janeiro de 2019, noticiou ontem a Angop.

A unidade de exploração e tratamento de madeira, denominada "Abwiki", está instalada no Pólo Industrial de Malanje. Segundo o proprietário, Carlos Cunha, neste momento, última-se a compra de equipamentos para a unidade de transformação.

Localizada na localidade do Kinguila, município de Malanje, a unidade, segundo Carlos Cunha, visa relançar o fabrico de peças de carpintaria na província e proporcionar 150 postos de trabalho para cidadãos nacionais e expatriados.

Dados disponíveis indicam que a província de Malanje tem um potencial de 12 mil metros cúbicos de floresta natural, dos quais oito mil estão disponíveis para a exploração de madeira e carvão aos concessionários autorizados.

O país aprovou em 2017, uma nova Lei de Florestas e Fauna Selvagem e, em Julho deste ano, o documento que regula o exercício da actividade.

10.7 Mais de um milhão de pessoas da região sul afectadas pela seca

Jornal de Angola

24 De Novembro de 2018

Texto: Ana Paulo

Mais de um milhão de pessoas em Angola enfrentam escassez de alimentos devido às alterações climáticas que atingem as províncias do Cunene, Huíla e Namibe, informou o representante em exercício da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), Paolo Balladelli.

Em declarações ao Jornal de Angola, no âmbito da "Terceira Semana da Cozinha Italiana em Angola", o Coordenador do Sistema das Nações Unidas em Angola, Paolo Balladelli disse que as populações das referidas províncias são as mais afectadas pela carência alimentar por causa da seca.

Paolo Balladelli disse que o fenómeno natural afecta aquelas três províncias do sul de Angola, em cada dois e três anos, enquanto Benguela, Bié e Cuando Cubango são as que menos se ressentem dos efeitos das alterações climáticas.

O diplomata ao serviço da ONU disse que os desastres naturais, resultantes das cheias e da seca, alternância que faz com que haja uma baixa produção agrícola, são outros dos constrangimentos relacionados com as alterações climáticas no país.

Para colmatar o fenómeno da fome no país, a FAO trabalha directamente com o Ministério da Agricultura e das Pescas, na implementação de projectos de reestruturação agro-pecuárias. Um dos programas, segundo Paolo Balladelli, é desenvolver planos de adaptação às alterações climáticas e o aumento da resiliência das famílias nas áreas rurais do país, como o Programa de Fortalecimento da Resiliência e da Segurança Alimentar e Nutricional em Angola (Fresan) e a Integração da Resiliência Climática nos Sistemas de Produção Agrícola e Pastoral (Ircea).

No âmbito dos objectivos de desenvolvimento sustentável, a FAO, a União Europeia e o Fundo Global para o Ambiente (GEF) pretendem também contribuir para a redução da pobreza e da insegurança alimentar nas comunidades mais afectadas do sul de Angola, nomeadamente as províncias do Cunene, Huíla e Namibe.

As estratégias, segundo Paolo Balladelli, contemplam o reforço sustentável da agricultura familiar, promoção de uma melhor nutrição, desenvolvimento da capacidade em instituições, sobretudo nas sob

tutela da agricultura, nutrição, ambiente e protecção civil.

"As escolas de campo da FAO são excelentes ferramentas para alcançarmos todos os objectivos traçados", frisou o representante da ONU, acrescentando que muitos dos projectos são financiados pelo Governo angolano, União Europeia, Fundo das Nações Unidas e pela própria FAO.

Com relação aos serviços comunitários, o diplomata reconheceu que a FAO é a entidade que, do ponto de vista de desenvolvimento económico inclusivo, faz maior investimento em Angola.

A FAO construiu escolas de campo que permitem aos camponeses conhecerem melhor os serviços, técnicas a utilizar para se atingir melhor produção agrícola e pecuária, bem como fornecer sementes e ferramentas às famílias camponesas. "É um sistema criado para incentivar as famílias a produzirem cada vez mais", disse a propósito.

A FAO trabalha também no âmbito da protecção do gado e prevenção das doenças adquiridas na época seca. Com o PNUD, trabalha em cadeias de valor, particularmente nos excedentes da produção agrícola, permitindo que os produtos sejam vendidos em Angola e no exterior.

10.8 IDF no Bié entrega licenças para exploração de madeira

Jornal de Angola

26 De Novembro de 2018

Texto: Delfina Victorino e Mário de Carvalho

Pelo menos três empresas, num leque de dezenas, já receberam licença para a exploração de madeira na província do Bié, informou ao Jornal de Angola a directora provincial do Instituto de Desenvolvimento Florestal (IDF), Elvira Soares.

Segundo a responsável do IDF, foram atribuídas licenças a apenas três empresas "por serem as únicas que pagaram a tributação fiscal no ano passado. Do mesmo processo de candidatura constam dez cooperativas, que operam neste ramo na província".

Sem explicar os valores arrecadados, a responsável do IDF no Bié disse que "das três empresas que pagaram as licenças no ano passado para explorar madeira apenas uma manifestou vontade de começar a trabalhar já, pelo que lhe estão a ser criadas todas as condições".

"Este ano não houve o licenciamento para novas empresas na província do Bié, tendo em conta o Decreto 278/18 de 07 de Agosto, que interdita o corte de madeira de espécies Guibourtina e Coleosperma em todo o país", disse Elvira Soares.

A directora do IDF esclareceu que o período de prorrogação da: campanha florestal transacta terminou em Janeiro do ano em curso.

"Foi por isso que o Ministério da Agricultura autorizou as direcções provinciais do Instituto de Desenvolvimento Florestal a emitirem licenças. Portanto, a contabilização do volume de madeira e o número de camiões que não chegaram aos destinos previstos são actividades que estão agora sob responsabilidade do IDF", disse Elvira Soares, acrescentando que "o período de procedência e vistoria da madeira em todo o território nacional foi prolongado por mais seis meses".

Elvira Soares esclareceu que a prorrogação comprometeu a abertura da campanha florestal de 2018, que terminou em Outubro último.

A insuficiência de viaturas para o apoio aos técnicos no campo, a escassez de recursos financeiros para a capacitação e enquadramento dos quadros constam entre as principais dificuldades do sector, segundo Elvira Soares.

"O défice de fiscais para a cobertura das actividades de fiscalização, o fraco envolvimento de algumas administrações municipais e a falta de representação da instituição no interior da província apresentam -se também como constrangimentos do sector", disse.

11. MIGRAÇÃO

12. EXPLORAÇÃO
MINEIRA

13. INVESTIMENTOS CHINES EM ANGOLA

13.1 China “chumba” oito pedidos de Angola

Jornal Visão

2 De Novembro de 2018

Embora João Lourenço tenha anunciado durante o discurso em que apresentou o Estado da nação, na Assembleia Nacional, a recepção de dois (2) mil milhões de dólares norte americanos, do Governo chinês, a ofensiva de milhões não atingiu, sequer, metade dos objectivos traçados, porquanto, segundo fontes deste jornal, o Governo da China terá "chumbado" boa parte dos projectos apresentados por Angola.

Não tornada pública, por questões de estratégia de comunicação, a informação do "chumbo" de oito dos nove projectos, é sinal de total desconfiança do gigante asiático sobre a forma como Angola gere a coisa pública, referem as nossas fontes.

A nossa reportagem sabe que João Lourenço levou na sua bagagem nove projectos para serem financiados pela China, nomeadamente: a conclusão da segunda fase do Centro Integrado de Segurança Pública, a Construção do novo Centro de Convenções e Hotel, a Reabilitação e apetrechamento do Sistema de Abastecimento de Águas de Luanda, a Construção do Aproveitamento Hidroeléctrico do Zenzo, a Ligação de Média e Alta tensão das províncias do Huambo, Huíla e Namibe, a Requalificação do Troço Ferroviário Zenza-Cacuso, a Ligação Ferroviária Luacano - Jimbe que liga via Caminho-de-Ferro a província de Benguela a Zâmbia, a continuidade do Programa de Reabilitação de Infra-estruturas Rodoviárias um pouco por todo o País e, finalmente, a Construção da Nova Base Naval da Marinha de Guerra das Forças Armadas Angolanas.

Destes projectos a China só aprovou e deverá apoiar apenas um único - o de Aproveitamento Hidroeléctrico do Zezo - num valor total de 600 milhões, em que, segundo a fonte que vimos citando, o fornecimento dos equipamentos está na responsabilidade do Governo da Alemanha, outro interessado em financiar o mesmo.

Um outro ponto que evidência o descontentamento da China relativamente aos investimentos feitos em Angola, tem a ver com o facto de exigir que dos 2 mil milhões de dólares disponibilizados, 1, 4 mil milhões,

devem ser utilizados exclusivamente para o pagamento das dívidas que contraiu com às empresas chinesas que operam em Angola. Refira-se, porém, que mesmo com a divulgação do montante contraído, os entendidos na matéria questionam por exemplo, o facto de até aqui não terem sido divulgados os números referentes à taxa de juro a aplicar nesta nova operação.

13.2 China e Índia compram mais crude

Jornal Economia e Finanças

2 De Novembro de 2018

Texto: Mateus Cavumbo

A China com 55,98 por cento e a Índia com 11,88 por cento, secundadas pela Espanha com 7,93 e Indonésia com), 6 por cento foram os países onde Angola mais exportou (130.5 milhões de barris) de petróleo bruto durante o terceiro trimestre deste ano. Com a exportação, o país obteve receitas brutas no valor de 9,8 mil milhões de dólares ao preço médio de 74.90 USD/barril. Os dados avançados pelo director Nacional de Mercados e Promoção de Comercialização do Ministério dos Recursos Mínerais e Petróleos, Gaspar Sermão, atestam ainda que a quota-parte da Sonangol foram comercializados 47,5 milhões de barris, avaliados ao preço médio ponderado de 74,750 barris que resultaram no volume de receitas brutas de 3,6 mil milhões de dólares.

Outlook

No encontro denominado "Realizações do 3º trimestre/tê e perspectivas do mercado de petróleo para o 4º trimestre "Outlook", o documento foi apresentado pelo presidente da Comissão Executiva da Sonaci, Luís Manuel. O responsável da Sonangol revelou que o volume de venda diário foi de 516.352,32 barris, contra 9S 577-625 do II trimestre. Entre II e III trimestre em relação ao diferencial do volume de vendas representou uma quebra de 5.059-469 milhões de dólares enquanto o valor bruto das vendas (3-550 e 3.891) assinalou uma baixa de 340.869.314 milhões de dólares. No III trimestre foram exportados no total 316.342 toneladas métricas, contra os 361.004 no II trimestre. O valor bruto representou 154, 9 milhões de dólares contra os 178,2 milhões do II trimestre. No primeiro semestre do ano, a receita petrolífera arrecadada foi de Kz 1.562,1 mil milhões, 15,6% acima do programado, enquanto a receita não petrolífera foi de Kz 821,2 mil milhões, 7,7% abaixo do previsto.

Produção

Angola produz actualmente 1,4 milhões de barris/dia. Tendo em conta a incerteza actual no mercado petrolífero e a volatilidade do preço, com base em toda a informação disponível sobre o desenvolvimento do mercado petrolífero, para o exercício de 2018 no OGE foi adoptada a previsão de 50/barril. O desempenho das ramas angolanas foi favorável no mercado internacional, na medida em que se verificou uma melhoria nos preços médios alcançados. Os mercados do Extremo Oriente e Europeu permaneceram em alta comparativamente ao mercado dos EUA. Um dos factores que influenciou igualmente é a disputa comercial entre os EUA e a China tendo favorecido a procura chinesa por ramas angolanas para compensar as quebras das importações das ramas dos EUA, além da melhoria das margens de refinação em antecipação à época de verão e o retorno da produção das refinarias asiáticas após período de manutenção, assim como o aumento da procura na Europa por ramas alternativas da África Ocidental em consequência do elevado consumo sazonal.

Reestruturação em curso

Segundo apurou o JE, o Estado vai gastar 43,85 milhões de euros, o equivalente a 15,347 mil milhões de kwanzas, com a consultoria de apoio à reestruturação da Sonangol, segundo despesa autorizada por despacho do Presidente da República. A informação consta de um despacho presidencial de 25 de Outubro, que justifica a despesa e o procedimento de contratação simplificado dos serviços com a "necessidade urgente de se contratar uma empresa corri experiência nos sectores de actividade e do Grupo Sonangol, para suportar o seu processo de regeneração". Os 15,347 mil milhões de kwanzas, de acordo com o documento, vão ser utilizados para a "contratação simplificada para a aquisição de serviços de consultoria à implementação do Programa de Renovação da Sonangol" e das suas subsidiárias.

13.3 Governo amealhou apenas 60% do crédito previsto

Jornal A República

2 De Novembro de 2018

Texto: Júlio Gomes

O resultado, em termos de financiamento, da diplomacia económica realizada no primeiro ano de liderança de João Lourenço representa uma taxa de sucesso de cerca de 60,8% face à pretensão de se conseguir perto de 19,5 mil milhões de dólares, anunciada pelo Executivo no prospecto da emissão de 'eurobonds' de três mil milhões de dólares.

No discurso sobre o Estado da Nação, o Presidente da República anunciou que, como resultado da "intensa e inédita campanha diplomática" entre outros resultados, Angola conseguiu, em financiamentos, "11.2 mil milhões de dólares e mais 579 milhões de euros" ou seja, no total cerca de 11,8 mil milhões de dólares.

Por exemplo, apenas conseguiu 27% do total que negociava com o chinês Banco Comercial e Industrial ICBC. Segundo o Presidente da República, esta instituição garantiu 3,5 mil milhões de dólares, quando, segundo o prospecto, estavam em negociações perto de 12 mil milhões de dólares.

No global, Angola conseguiu 39,4% do financiamento que negociava com as diversas instituições chinesas. Os dados apresentados no 'estado da Nação' dão conta que Angola adquiriu "um crédito de dois mil milhões de dólares do Banco de Desenvolvimento CDB, de 3,5 mil milhões de dólares do Banco Comercial e Industrial ICBC e de mais 620 milhões de dólares do EXIMBANK, todos da China" Contas feitas, as diversas instituições chinesas garantiram 6,120 mil milhões quando estavam em negociação cerca de 15,5 mil milhões.

AS RAZÕES DO INSUCESSO

A má gestão dos financiamentos anteriores tem estado a ser apontada como a principal razão do recuo do financiamento chinês face às negociações anteriores. No entanto, há correntes que incluem, na lista das razões, a possível incapacidade de negociação da parte angolana, bem como uma questão geopolítica: A possibilidade de a China "enciumar-se" com abertura de Angola para outros mercados.

O analista de relações internacionais, Osvaldo Mboko, descarta qualquer 'falhanço da diplomacia na negociação do empréstimo e justifica que, sendo Angola um parceiro estratégico na África subsariana, e a julgar pelos pronunciamentos de dirigentes chineses, quanto à gestão do crédito anterior, é normal haver uma certa retracção para a cedência de mais dinheiro. E admite haver hipóteses para novos créditos no futuro.

"Por não ter 'amealhado' o previsto, não significa fracasso do Governo" tranquiliza o economista e professor universitário Domingos David, apelando para "mais transparência e fiscalização" na utilização desses recursos financeiros para não comprometer a Nação. "No mundo não há países sem dívidas. Mesmo os grandes como os EUA estão endividados. O mais importante é a capacidade de pagar esses empréstimos. Se assim for, no caso angolano, isso

credibiliza o país e facilmente poderá ter acesso a outros financiamentos quer da China quer de outros credores”.

Israel Bonifácio, outro especialista em relações internacionais, afirma também ser "irrelevante" a aproximação de Angola aos países ocidentais na busca de financiamentos para robustecer a economia. "Angola sempre esteve ligada à Europa. Isso não 'trava' os empréstimos com o nosso principal credor, a China" afirma, acrescentando: "Hoje, os chineses estão mais interessados não só nas contrapartidas, mas também na transparência"

Israel Bonifácio entende que os chineses perceberam que, na cedência de créditos, devem ser cautelosos, sob pena de serem vistos por potências internacionais como promotores da corrupção em África e particularmente em Angola.

Bonifácio é contra o endividamento que, em vez de dinamizar o tecido empresarial, provoca falências. "O Governo está a endividar-se, mas as dívidas, interna e externa, não param de crescer. As pequenas e médias empresas continuam a fechar porque o Estado não paga. O cenário é de estagnação. É preciso olhar para o que se fez mal no passado para melhorar o futuro”.

De acordo com o ministro das Finanças, com esse dinheiro 'fresco: o Governo pretende 'reduzir a pressão sobre a balança de pagamentos e o 'stock' da dívida, sobretudo com credores chineses: O resto do financiamento, revelou ainda o governante, será canalizado para impulsionar projectos capazes de dinamizar a economia e reduzir a dependência das importações. Archer Mangureira também não especificou a taxa de juros a aplicar no âmbito dessa nova linha de crédito.

Dívidas 'opacas'

Contas feitas, se ao novo empréstimo de 11.2 mil milhões de dólares, acrescentar o 'bolo' do FMI, com negociações em curso, o Governo pode fechar o ano com créditos acumulados na ordem dos 85 mil milhões de dólares.

O total da dívida externa do país está acima de 70 mil milhões de dólares. Desta, 23.5 mil milhões com a China, que acaba também por ser o maior 'fiador: desde 2002, altura em que o Estado recorreu ao primeiro financiamento (de dois mil milhões de dólares) da China, para alavancar o processo de reconstrução de infra-estruturas destruídas pela guerra.

No discurso sobre o 'estado da Nação, João Lourenço referiu-se a novos empréstimos na ordem de 11,2 mil milhões de dólares, mas em nenhum

momento da sua intervenção, de cerca de uma hora, se referiu ao formato do pagamento, ou dos juros desses bilionários 'kilapis'

Esta lacuna, para muitos, mancha o sentido transparente que se atribuía ao discurso devido, sobretudo, ao anúncio do valor conseguido dos financiamentos e o que se ganhou com o remanescente do petróleo. Os empréstimos anteriores, contraídos a partir de 2004, também com modalidades de pagamento 'opacos' serviram para reabilitação de estradas (no entanto já deterioradas), caminhos-de-ferro, construção de centralidades, bem como investimentos na energia eléctrica e águas entre outros.

Excepto o programa de financiamento adicional de quatro mil milhões de dólares, solicitado ao Fundo Monetário Internacional (FMI), ainda em negociações, o reembolso dos empréstimos do Governo têm na base, o petróleo, como moeda de troca. O prospecto de Eurobonds revela que, nos últimos cinco anos, ou seja, de 2013 a 2017, Angola exportou para China petróleo no valor de 107 mil milhões de dólares. Ninguém sabe explicar se parte desse valor serviu para abater a dívida.

Falta de transparência eleva inquietações

Ao VALOR, o consultor Galvão Branco revela que empréstimos com recurso ao petróleo são "desvantajosos" por causa da volatilidade dos preços deste recurso mineral no mercado internacional. "Os créditos por petróleo não são saudáveis por causa da constante flutuação dos preços": afirma, aconselhando que o melhor seria o país contrair créditos para potenciar a exportação de bens e serviços.

O executivo da GB Consultores levanta, como grande questão, o rácio entre o serviço da dívida interna e a receita fiscal. "O ideal seria 20% da receita fiscal canalizada para o pagamento da dívida e não mais de 100% como acontece. Se grande parte das receitas se destina a pagar dívidas está mal”, defende.

O economista Eliseu Gaspar também critica os "contratos opacos" que podem "comprometer futuras gerações e não acrescentam valor à economia"

O vice-presidente da Associação Industrial Angolana (AIA) acrescenta, por exemplo, que "pedir seis mil milhões de dólares para construir um aeroporto, nesta altura, é má ciência", defendendo que o melhor seria aplicar esse dinheiro em pequenos projectos de distribuição

de água potável e energia eléctrica às comunidades do meio rural e periurbanas, construção de pontes e

melhoria das vias secundárias e terciárias para o escoamento dos produtos do campo. "Os empréstimos devem servir para financiar projectos de impacto na vida dos cidadãos": conclui.

Se o Governo diz que o FMI trará credibilidade a Angola, o empresário e economista Luís Domingos contraria, argumentando que este não é o caminho para alcançarmos o equilíbrio macroeconómico. "O recurso ao FMI pode ser uma via, mas não o fim. E se não houver cautela, pode ser um desastre. O cidadão não come belíssimas estatísticas a serem publicadas. Os financiamentos devem ter qualidade".

Fonte: VE

13.4 Angola participa na feira da China

Jornal de Angola

5 De Novembro de 2018

Angola participa na primeira edição da Feira Internacional de Importação e Exportação da China (CHIIE) que começa hoje, em Shangai, com uma delegação chefiada pelo ministro do Comércio, Joffre Van-Dúnem Júnior, e que integra 12 empresas e três associações empresariais.

Em comunicado, o Ministério do Comércio refere que a participação de Angola na CHIIE "é uma oportunidade para as empresas públicas e privadas angolanas exibirem o seu potencial e estabelecerem contactos com as congéneres dos países participantes, visando futuras parcerias, que possam contribuir para a diversificação da economia".

A feira tem por objectivo promover o comércio internacional da China e é uma plataforma de cooperação na qual os países participantes, e as respectivas empresas, apresentarão o seu nível de desenvolvimento' abordando assuntos económicos e comerciais globais, lê-se no documento.

A iniciativa, anunciada em Maio de 2017, pelo Presidente da Chin Xi Jin Ping, e organizada pelo Ministério do Comércio chinês, com o apoio da Organização Mundial do Comércio (OMC) e das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), visa dar a conhecer os bens produzidos no gigante asiático". O evento divide-se três partes, com o pavilhão para o comércio e investimento dedicado à exposição e apresentação do desenvolvimento da China nas áreas de comércio e investimento, a feira de empresas e negócios, onde as empresas expõem bens e serviços e efectuarem negócios e fórum comercial internacional.

Analistas consideram o evento, que termina na sexta-feira, como um passo importante para China alargar o seu mercado de exportações e promover o comércio internacional.

Angola é, entre os países lusófonos, o segundo maior parceiro comercial da China. As trocas comerciais entre a China e os países de língua portuguesa, no ano passado, cifraram-se em 117,58 mil milhões de dólares, valor que representa um aumento de 29,40 por cento em relação a 2016, de acordo com os dados oficiais chineses divulgados pelo Fórum de Macau.

As exportações da China para os oito países de língua portuguesa cresceram 23,2 por cento para 36,57 mil milhões de dólares e as importações aumentaram 32,18 por cento para 81 mil milhões de dólares.

O comércio bilateral entre Angola e China, em 2017, atingiu os 22,34 mil milhões de dólares, resultado de exportações chinesas no valor de 2,29 mil milhões de dólares e das exportações angolanas que atingiram 20,04 mil milhões de dólares.

O primeiro parceiro lusófono da China é O Brasil, com o comércio a atingir, no ano passado, 87,53 mil milhões de dólares, mais de 29,55 por cento em termos homólogos, com a China a vender bens no valor de 29,23 mil milhões de dólares, em mais de 1,90 por cento e a ter importado mercadorias no montante de 58,30 mil milhões de dólares, mais de 28,40 por cento.

Em terceiro lugar aparece Portugal, com trocas comerciais com a China no valor de 5,60 mil milhões de dólares menos de 0,17 por cento, com as empresas chinesas a terem vendido bens no valor de 3,48 mil milhões de dólares, menos de 13,81 por cento, e a terem comprado mercadorias no valor de 2,12 mil milhões de dólares, mais de 34,69 por cento.

Moçambique e a China efectuaram trocas comerciais no valor de 1,85 mil milhões de dólares, menos de 0,28 por cento, tendo as empresas chinesas vendido bens no montante de 1,32 mil milhões de dólares, menos 3,89 por cento, e adquirido produtos no valor de 528 milhões de dólares mais 10,09 por cento.

Com os restantes países de língua portuguesa, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe e Timor Leste, o comércio bilateral com a China atingiu um montante de 244,89 milhões de dólares.

13.5 Angola marca presença na exposição de importações de Xangai

Jornal O PAÍS

5 De Novembro de 2018

Segundo uma nota de imprensa do Ministério do Comércio, enviada ontem a este jornal, a participação de Angola na CHIE consiste numa oportunidade para as empresas públicas e privadas angolanas exibirem o seu potencial e estabelecerem contactos com as congéneres dos países participantes, visando futuras parcerias, que possam contribuir para a diversificação da economia do nosso país.

A feira tem como objectivo promover o comércio internacional da China e é uma plataforma de cooperação na qual os países participantes e as respectivas empresas apresentarão o seu nível de desenvolvimento, abordando assuntos económicos e comerciais globais.

O documento refere ainda que a feira é uma iniciativa de grandes proporções que foi anunciada em Maio de 2017, por ocasião do Fórum de Cinturão e Rota, pelo presidente da República Popular da China, Xi Jin Píng, e organizada pelo Ministério do Comércio daquele País (MOFCOM), com o apoio da Organização Mundial do Comércio (OMC) e das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), visando promover as importações de estrangeiros, sendo esta a primeira edição.

A realização da primeira edição da CHIE será dividida em três partes, entre as quais U1Jl pavilhão para o Comércio e Investimento dedicado à exposição e apresentação do desenvolvimento do respectivo país nas áreas de comércio e investimento, a Feira de Empresas e Negócios para as empresas exporem os seus bens e serviços e efectuarem negócios e também um Fórum Comercial Internacional.

13.6 Chineses sondam áreas para cooperação

Jornal de Angola

9 De Novembro de 2018

Texto: Maiomona Artur

Uma delegação chinesa da localidade de Nanchong, província de Sichuan, visitou vários empreendimentos do sector de processamento de recursos marinhos do município do Ambriz, Bengo,

com vista a troca de experiências e de eventuais acordos bilaterais entre as duas localidades.

"A China é uma grande potência mundial e temos todo interesse em aprender com este país", disse a governadora do Bengo, Mara Quiosa, durante a visita, adiantando que o seu elenco está a trabalhar com o Ministério da Administração do Território para a criação de condições que visam a assinatura de um memorando de intercâmbio de amizade entre os municípios do Ambriz e o de Nanchong.

O presidente do Comité Municipal Permanente de Nanchong, que chefiou a comitiva, disse que tomou conhecimento das potencialidades económicas do Bengo, em particular do município do Ambriz. "Foi possível identificar as principais áreas de investimentos, e criar condições para o reforço e fortalecimento dos laços de cooperação entre os dois países", sublinhou.

O responsável chinês disse que "dezenas de empresas de Nanchong participaram no processo de reconstrução de Angola e investiram nos sectores industrial, imobiliário, agrícola, entre outros ramos.

A comitiva chinesa visitou a localidade do Loge Pequeno, no município do Ambriz, onde poderá implementar um projecto de construção de indústria de processamento de recursos domar.

13.7 Doze empresas nacionais expõem na feira da China

Jornal de Angola

9 De Novembro de 2018

As potencialidades da Zona Económica Especial Luanda-Bengo (ZEELB) são apresentadas hoje aos investidores que participam na Primeira Feira Internacional de Importação e Exportação da China, que decorre na cidade de Shangai, desde segunda-feira, num dia dedicado a Angola.

A Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações (AIPEX), segundo apurou o porta-voz do Ministério do Comércio, vai aproveitar o "Dia de Angola" para realizar uma conferência para explicar as mudanças efectuadas na legislação do país para melhorar o ambiente de investimento.

De acordo com o ministro do Comércio, Joffre Van-Dúnem, que encabeça a delegação angolana no evento, Angola vai aproveitar esta oportunidade para mostrar as suas potencialidades nos mais variados domínios.

Angola participa no evento, que termina amanhã, com 12 empresas e três associações empresariais.

A feira tem como objectivo promover o comércio internacional da China e é uma plataforma de cooperação na qual os países participantes, e as respectivas empresas, apresentarão o seu nível de desenvolvimento, abordando assuntos económicos e comerciais globais.

A iniciativa, anunciada em Maio de 2017, pelo Presidente da República Popular da China, Xi Jin Ping, é organizada pelo Ministério do Comércio deste país, com o apoio da Organização Mundial do Comércio (OMC) e das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO).

13.8 As exportações, os investimentos e a dívida chinesas são uma ameaça ou uma oportunidade para Africa?

Jornal Expansão

16 De Novembro de 2018

Texto Alves da Rocha

Estou neste momento a ler (alguns aspectos novos) e a reler (para recordar e fixar melhor) o Confronto Intelectual que Definiu a Economia Moderna entre John Maynard Keynes e Friedrich Hayek sobre questões essenciais da Teoria Económica e da sua componente prática que é a Política Económica, por intermédio da qual se pretende alterar realidades e situações não aceites pela sociedade (políticos, empresários, trabalhadores, famílias, etc.) e até, eventualmente, em choque com alguma Doutrina (para já não falar em Ideologia).

Estes diálogos e "confrontos" intelectuais (que praticamente se estenderam por toda a década dos anos 30 do século passado) processaram-se especialmente pela via de Conferências em Inglaterra (em Londres, na London School of Economics e em Cambridge) e em Viena de Áustria. Mas também através de discussões pessoais (Hayek foi um discípulo de Keynes e apesar das divergências respeitou e admirou sempre o Mestre) e estão referidos, referenciados e anotados em muitas obras de economistas, recentes e passados. Um dos pontos de discórdia entre estes dois grandes intelectuais foi o do papel do Estado e do Mercado na economia. Assunto ainda em discussão na actualidade, havendo instituições como o Fundo Monetário Internacional para quem o mercado é o mecanismo essencial e determinante da afectação de recursos escassos e o garante da sua eficiência (não importando ou importa

do pouco os efeitos sociais). Estas posições acabarão por ser subscritas por Angola no quadro do Acordo Financeiro e de Assistência Técnica em fase final de afirmação pelas duas partes.

Outra matéria de relevância nestes diálogos prende-se com a política monetária (e seus derivados, como a política cambial e a dívida pública) e o seu papel na economia. Trata-se de retorquir à seguinte questão: qual a melhor resposta para uma crise? Medidas de austeridade ou políticas de crescimento? Alguns países da União Europeia viveram bem por dentro este dilema e Angola encontra-se, igualmente, nesta encruzilhada: como inverter o ciclo económico de recessão com políticas monetárias altamente restritivas? Como tornar num factor de crescimento da economia a crescente dívida pública externa, nomeadamente a chinesa?

Antes de voltar aos históricos diálogos Keynes e Hayek, particularmente as posições do segundo quanto à política monetária (relevantes porque este economista de origem austríaca foi, assumidamente, um liberal, cujas teses foram adoptadas pela famosa Escola de Chicago de Milton Friedman) vou dedicar algumas linhas à crescente dependência de Angola face à China, em matéria de comércio externo (a China é actualmente, o principal parceiro comercial de Angola), de financiamento da economia (os 25 mil milhões USD que Angola deve à China não têm paralelo com outros países) e de endividamento externo. É difícil encontrar em África outro país coma dimensão de Angola com este grau de dependência, que pode trazer em seu bojo cedências de natureza política e estratégica.

Uma dependência - podemos eufemisticamente chamar de aprofundamento da cooperação económica e financeira - estabelecida entre dois países de matrizes políticas diferentes: do lado de Angola, um sistema político democrático e, agora com João Lourenço, cada vez mais aberto e interessado em acertar contas com um passado de enormes aflições para a grande maioria da população e, do lado da China não tanto. A rota de crescimento da China tem sido notável Deng Xiaoping, fundador do "capitalismo vermelho", o Último Imperador, o Pequeno Timoneiro alguns dos epítetos por que ficou conhecido este velho companheiro de Mao, Homem do Ano em 1985 eleito pela Revista Time, falecido em Fevereiro de 1997, criador da fórmula "Um País, Dois Sistemas", favorecendo regimes especiais para Hong Kong e Macau, a par da criação das Zonas Económicas Especiais (que muitos países africanos tentam copiar, mas sem grande sucesso, inclusive Angola). Obreiro da abertura da China ao Mundo (1984, 1985), em especial ao investimento estrangeiro que provocou o início do êxodo de muitas empresas

ocidentais atraídas pelo imenso mercado populacional chinês, de mão-de-obra barata e que começava a apresentar sinais evidentes de incremento do PIB por habitante (portanto da dimensão económica do seu mercado interno), da explosão da maior taxa de crescimento do planeta (ainda hoje a China apresenta a mais elevada taxa de crescimento económico mundial), Deng foi também o inspirador do "culto da abundância" e da corrupção, em que as Forças Armadas e a Polícia tiveram um papel activo.

Estas reformas e viragens, muitas delas profundas, continuaram com os "descendentes" políticos de Deng e hoje a China é o que é. Continuo, no entanto, a não entender como possível a convergência (mesmo que mais atenuada a expressão para convívio) entre princípios políticos comunistas e regras económicas capitalistas (preponderando a propriedade privada dos meios de produção e os mecanismos de alocação de factores e recursos baseados na sua eficiência), sendo, para mim, insuficiente a fórmula "Um País, Dois Sistemas". Para além dos evidentes sucessos económicos, até na redução significativa da pobreza, este país asiático rubrica êxitos em certos domínios científicos e tecnológicos, dos quais o mais recente é o da construção da maior ponte marítima do mundo, com 54 quilómetros de extensão e que liga Macau, Hong Kong e o continente.

Mas permanecem indícios claros de falta de tolerância política em relação a assuntos mais sensíveis para a classe política. O acesso a determinadas obras literárias é controlado, sendo disso sinal a transcrição do "Le Figaro" de 8 de Outubro de 2018: "La resistance par les livres d'un libraire pékinois; au couer de la capitale chinoise, on trouve chez Ali Sages, te nu par un amoureux de la liberté, des nombreau ouvrages corrosifs qui, aux rarges de la censure, font lajoie des intellectuels, mais aussi des membres du Parti Comuniste".

O episódio, não completamente esclarecido pelas vias oficiais, na prisão do Presidente da Interpol, pode ser outro indício de intolerância, ainda que se apresente como razão da sua detenção prenúncios de corrupção durante a época em que exerceu funções oficiais e, por isso mesmo, objecto de um inquérito.

A Revista África 21, de Setembro deste ano, referenciava uma iniciativa do Presidente Xi Jinping, destinada a reforçar a supervisão política dos intelectuais e a fortalecer o alinhamento das políticas e ideologias com os objectivos designados pelo Partido Comunista e os desígnios do Estado: "A China lançou uma campanha de reeducação política, com o objectivo de promover um espírito patriótico fervoroso, dirigido à juventude dos institutos de

investigação e universidades, empresas tecnológicas mediáticas e instituições públicas", segundo uma notícia da agência oficial chinesa China Nova.

Angola encabeça a lista dos 10 países africanos mais endividados face à China, com uma dívida pública total de 25 mil milhões de dólares (30,1% dos 10 Mais, 28,2% da dívida pública angolana e 58,3% da dívida pública externa). São cifras muito elevadas quando relativizadas a um só país, levantando-se o desafio da sua governabilidade e sustentabilidade: a primeira depende da correcta aplicação económica e social dos seus montantes (o que só em raros casos tem acontecido) e a segunda em estreita relação com a capacidade de negociação do Governo (prazos e taxas de juro) e a dinâmica de crescimento do país. Então, face à crítica situação económica (em recessão há três anos consecutivos), social (o empobrecimento tem-se acentuado) e financeira (a política monetária tem sido insuficiente para garantir a simbiose entre estabilidade dos preços e crescimento da economia), qual a melhor resposta, austeridade ou crescimento? (Muito provavelmente, Lapalisse diria que as duas coisas).

Hayek afirmou que a teoria monetária, embora fosse uma ferramenta essencial à compreensão do sistema económico, tinha limitações graves. Era boa para os tempos normais, mas não para as situações e episódios de travagem das dinâmicas descendentes dos ciclos económicos. Acreditava que, para uma economia funcionar de forma eficiente, era essencial que o dinheiro operasse como um factor neutro, rematando na sua última conferência, em Londres, na LSE: "embora a remoção do dinheiro como fonte de desequilíbrio fosse importante, uma política monetária restritiva não é a cura para tudo". O equilíbrio que, a todo o custo, as autoridades monetárias angolanas pretendem para o mercado cambial, está a ter reflexos depressivos sobre a capacidade financeira de todos os agentes económicos, com os ajustamentos dos preços de muitos produtos e serviços devidos à constante desvalorização do kwanza.

13.9 “Esperamos que a parte angolana possa melhorar ainda mais a situação de segurança”

Jornal Expansão
23 De Novembro de 2018
Texto: Cuin Aimin

A China é hoje o principal parceiro económico de Angola. Que avaliação faz das relações bilaterais até agora?

A China e Angola estabeleceram relações diplomáticas em 1983 e a parceria estratégica em 2010. Ao longo dos 35 anos, as relações sino-angolanas têm mantido um ritmo de desenvolvimento estável e rápido. Actualmente, a China é o maior parceiro comercial de Angola, enquanto Angola é o segundo maior parceiro comercial da China na África.

No ano corrente, o Presidente João Lourenço participou na Cimeira de Beijing do Fórum de Cooperação China-África, e efectuou uma visita de estado à China, mantendo vários encontros com o Presidente Xi Jinping. Os dois líderes indicaram o rumo das relações bilaterais numa perspectiva estratégica, abrindo uma nova página de igualdade, benefício mútuo, desenvolvimento comum. A parte chinesa está a implementar, junto com a parte angolana, os frutos da Cimeira de Beijing, incluindo as Oito Acções, promover a construção conjunta de Uma Faixa e Uma Rota, conectar as estratégias de desenvolvimento dos dois lados, promovendo a industrialização e diversificação económica de Angola.

O novo Governo angolano pretende substituir as importações por produção nacional e está a convidar empresários estrangeiros a investir no país. Quais as oportunidades de negócios que Angola tem que terão interesse para empresários chineses?

A China tem plena confiança sobre a perspectiva do desenvolvimento de Angola e das cooperações sino-angolanas. Com um mercado bastante grande, Angola possui um bom potencial de investimento. A parte chinesa tem técnicas maduras e sistemas completos da gestão de produção nas áreas de agricultura, indústria e serviços. As duas partes estão numa fase de transformação económica e podem aproveitar bem a complementaridade das vantagens.

Além das cooperações nos domínios tradicionais nas infra-estruturas, energia, águas, comércio e logística. Cada vez mais empresários chineses exploram os novos pontos de crescimento, conseguindo alguns avanços na agricultura, pecuária, pescas, processamento, e manufactureira. A China conseguiu em Angola a criação de sementes de milho e arroz e registou as suas patentes. O Centro de Demonstração da Tecnologia Agrícola doado pelo Governo da China está concluído e será entregue brevemente. Algumas empresas chinesas nos pólos industriais começaram a produzir triciclos agrícolas, camiões ligeiros e materiais para construção civil.

Quais são os pontos mais positivos que os empresários chineses apontam a Angola? E quais são as principais críticas que fazem?

O novo Governo liderado pelo Presidente João Lourenço tem promovido activamente as reformas económico e sociais, melhorado o ambiente de negócios, injectando novo vigor ao desenvolvimento sustentável e recebendo o louvor da comunidade internacional. Neste ano, a China e Angola assinaram o acordo de para evitar a dupla tributação, o memorando de entendimento sobre negociação do acordo de protecção recíproca de investimentos, o memorando de entendimento do desenvolvimento dos recursos humanos e o acordo de cooperação económica e técnica entre dois Governos, fornecendo a garantia institucional para as empresas e conseguindo os elogios dos empresários dos dois lados.

Esperamos que o Governo de Angola possa elaborar, no âmbito da nova lei de investimento privado, mais políticas preferenciais correspondentes, simplificar o processo de investimento, fornecendo mais apoio e conveniência para as empresas estrangeiras cá fazer negócios. Entretanto, esperamos que a parte angolana possa melhorar ainda mais a situação de segurança, proporcionando um ambiente seguro para o trabalho e vida dos estrangeiros.

Como é que encara o futuro de Angola?

Angola é um grande país no sudoeste da África, caracterizado pela harmonia entre as etnias, a estabilidade social e abundância das mãos-de-obra. São ricos os recursos agrícolas, piscícolas, florestais, petrolíferos e minerais. Estou convicto de que, sob a liderança do Presidente João Lourenço, Angola consiga transformar as vantagens dos recursos naturais e humanos nos frutos de desenvolvimento benéficos ao povo, e desempenhar um papel mais importante na região e na cena internacional.